

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL

2013

Tarso Genro

Governador do Estado

Odir Alberto Pinheiro Tonollier

Secretário de Estado da Fazenda

Luiz Paulo Freitas Pinto

Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - Tel.: (51) 3214-5200

90.030-080 - Porto Alegre - RS

SETOR EMPRESARIAL

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUMÁRIO

SETOR EMPRESARIAL

1 - Banco do Estado do RS, S.A. - BANRISUL	07
2 - BANRISUL S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	147
3 - BANRISUL S.A. - Administradora de Consórcios	173
4 - BANRISUL - Armazéns Gerais - BAGERGS	205
5 - BANRISUL Cartões S.A.	239
6 - Companhia de Abastecimento do RS - CEASA	289
7 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS	303
8 - Companhia Riograndense de Mineração - CRM	325
9 - Companhia de Gás do Estado do RS - SULGÁS	365
10 - Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP	391
11 - Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	409
12 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	461
13 - Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	465

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**

Nesses anos todos, modernizamos nossa estrutura de atendimento, remodelamos nossos serviços e processos às necessidades dos segmentos nos quais atuamos, somos um banco regional posicionado entre os dez maiores do cenário nacional e com inserção no mercado internacional. Temos convicção de que nosso principal papel como gestores é o de garantir que a Instituição siga sua trajetória de evolução, por isso nos concentramos, em 2013, no tratamento de temas fundamentais para a sustentabilidade do Banco, entre os quais, oportunidades de novos negócios, reestruturação do plano de benefícios pós-emprego e eficiência operacional.

Ao longo do ano de 2013, os mercados financeiros internacionais permaneceram instáveis, embora os riscos sistêmicos tenham reduzido bastante e as grandes potências mundiais - EUA, Europa e China - já experimentem um processo de lenta recuperação. A economia brasileira apresentou crescimento moderado em 2013, impulsionado, em boa parte, pela retomada dos investimentos. A trajetória da taxa básica de juros sofreu novo ciclo de ajuste, com repercussões sobre os volumes e as taxas de crédito. No Estado do Rio Grande do Sul, o desempenho do setor agropecuário, especialmente das lavouras de soja e milho, aliado à presença de condições favoráveis à expansão dos investimentos, assentadas em políticas públicas de estímulo a setores industriais estratégicos e tradicionais, abrangendo polo naval, energia eólica, reciclagem e despoluição, biocombustíveis, semicondutores, medicamentos, agroindústria, automotivo, bens de capital, madeira, petróleo e gás, petroquímica, *software*, eletroeletrônica e calçados, configuraram um ambiente de crescimento do PIB superior ao apontado para o País.

No âmbito interno, seguimos, em 2013, na busca de alternativas para o fortalecimento e a diversificação dos negócios, uma vez que a expansão do crédito segue em ritmo de crescimento mais moderado. Assim, em

linha com o movimento de reorganização das áreas de cartões ocorrido no mercado nos últimos anos, implementamos a integração das atividades da Rede de Adquirência Banricompras à administradora de *vouchers* do Grupo Banrisul, que passou a chamar-se Banrisul Cartões S.A.. A Rede de Adquirência Banricompras cresceu nos últimos anos na esteira de uma bem-sucedida estratégia mercadológica, comercial e de natureza tecnológica, refletidas no acolhimento de transações de multibandeiras, no credenciamento de estabelecimentos comerciais, que já somam 139 mil, e no reconhecimento internacional de aspectos de segurança associados à solução. A remodelação de processos operacionais e de gestão agregam ganhos de sinergia, consolidando a força estratégica de um negócio que se encontra em plena expansão.

Outra importante realização de 2013 foi a aprovação pelo órgão regulador da reestruturação do principal plano de previdência complementar dos empregados. O Plano de Benefícios Definido - PB1, criado em 1963, apresenta desequilíbrios gerados por fatores inerentes a esse tipo de plano, tais como mudanças no perfil de longevidade, fatores econômicos, crescimento salarial futuro, além de ações judiciais. Concluído o processo de reestruturação, os participantes do PB1 poderão, voluntariamente, migrar suas reservas para o PB Saldado, onde o benefício estará desvinculado da previdência oficial, ou para o FBPrev II, um plano de contribuição variável, constituído por contas individualizadas, aportes paritários entre beneficiário e patrocinador e aposentadoria opcional, vitalícia, por prazo ou renda certa.

A resolução de questões estruturais dá ao Banco maior estabilidade na entrega de desempenhos sinalizados ao mercado, permite o redimensionamento de estruturas internas e uma ação mais concentrada na gestão da eficiência operacional, que absorveu, em 2013, investimentos de R\$299,5 milhões, direcionados para o reforço da infraestrutura de comunicação e

de processamento de dados, a melhoria de mecanismos de segurança, disponibilização e performance nos diferentes canais de atendimento, além de recursos alocados na expansão da rede de agências.

As melhorias na operação, em 2013, foram trabalhadas através da remodelação de processos de *back office*. A padronização de rotinas da rede de agências abrangeu, entre outras atividades, a abertura de cadastro e de conta corrente, a solicitação de cartão e a concessão automatizada de crédito à pessoa física. Projetos relacionados à acessibilidade nos ATMs, compartilhamento de Rede 24h, truncagem de cheques e novas funcionalidades nos canais de autoatendimento concorreram igualmente para tornar o atendimento mais ágil. Os correspondentes bancários - Banripos, tiveram plataforma tecnológica e identidade visual renovadas; são 1.047 pontos sinalizados com a nova marca, dos quais 100 atuando como prestadores de serviços e originadores de negócios. A rede de atendimento do Banrisul incorporou, em 2013, 46 novos pontos, 44 agências e dois postos de atendimento bancário. Para a melhoria das ações de relacionamento, também foram decisivas as campanhas publicitárias veiculadas em 2013. Motivadas especialmente para alcançar o público jovem e renovar a base de clientes, as campanhas geraram grande impacto pela criatividade e inovação.

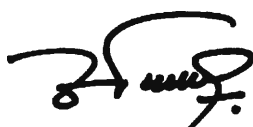
No que se refere à política de pessoas, a sucessão requisitou tratamento especial. A tendência de saída de empregados por aposentadoria e o projeto de expansão da rede de atendimento exigiram a ampliação do quadro para dar suporte à continuidade

das atividades. A implementação do projeto RenovaRH, automatização de rotinas operacionais relacionadas à gestão de pessoas, e do programa de Educação à Distância (EAD), que marca um novo momento na educação corporativa do Banco, constituíram-se em importantes iniciativas do ano.

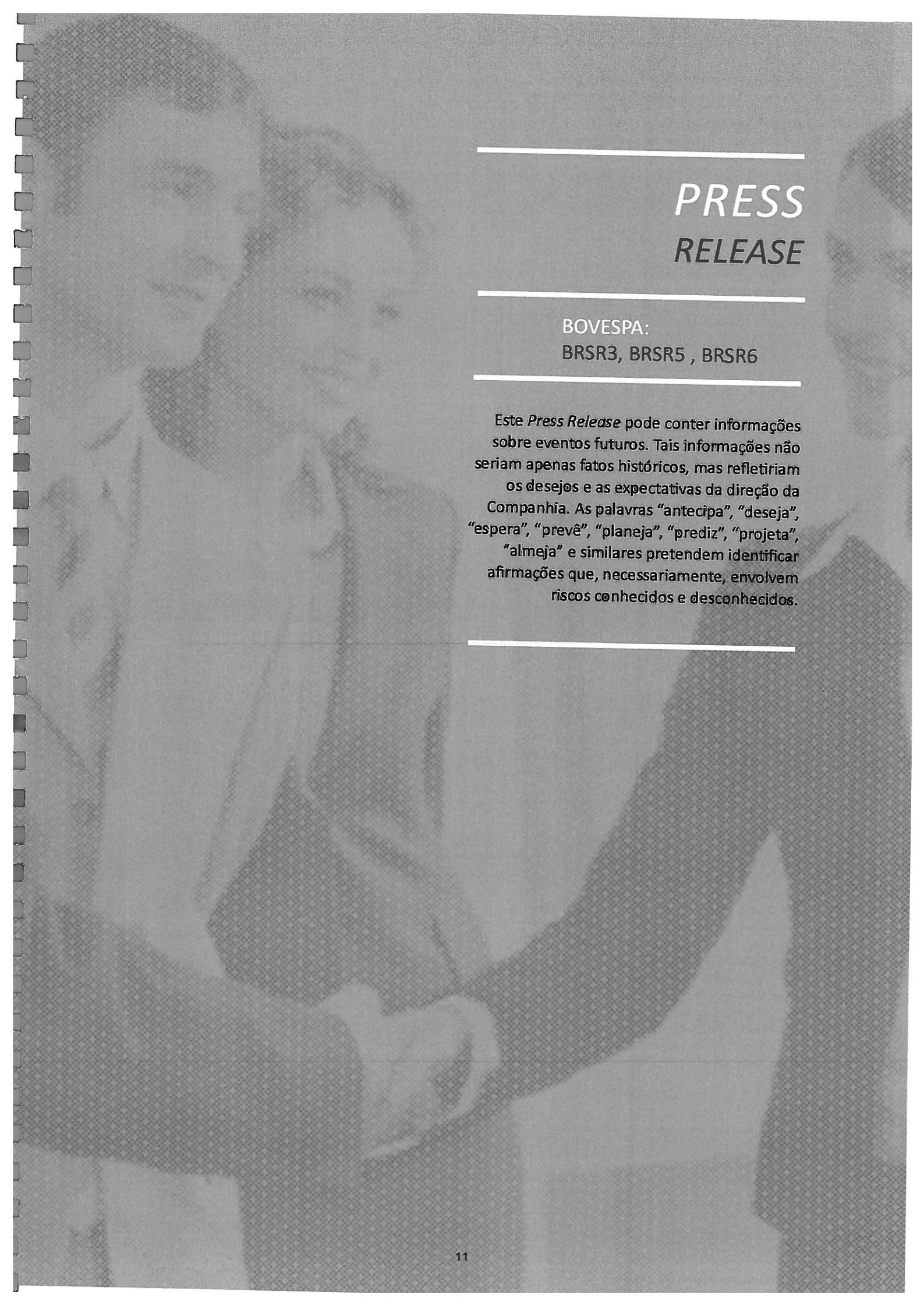
Os resultados financeiros alcançados pelo Banrisul em 2013 refletiram o movimento de arrefecimento do crescimento do crédito, com repercussões sobre a margem financeira, o retorno e a eficiência. Por outro lado, a disponibilização de serviços ligados à adquirência, cartões de débito e crédito, seguros, previdência e capitalização contribuíram sobremaneira na formação do resultado. O lucro líquido apurado no exercício foi de R\$791,6 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio alcançou 16,2%. O resultado registrado no quarto trimestre de 2013 somou R\$189,0 milhões, 3,3% acima do apurado no terceiro trimestre de 2013.

O Banrisul possui R\$53,2 bilhões em ativos, dos quais R\$27,8 bilhões em operações de crédito, carteira cujo crescimento, no conceito ampliado, alcançou 10,2% em doze meses. Os recursos captados e administrados somaram R\$42,4 bilhões em dezembro de 2013, com incremento de 20,0% em relação ao ano passado. O patrimônio líquido registrou R\$5,1 bilhões ao final de dezembro de 2013.

Muitas das ações levadas adiante em 2013 prepararam o Banco para os próximos 85 anos. As iniciativas de hoje certamente se somarão às histórias que contam da relação do Banco com o Estado, com seus clientes, com investidores e funcionários.



Túlio Luiz Zamin
Presidente



PRESS RELEASE

BOVESPA:
BRSR3, BRSR5 , BRSR6

Este *Press Release* pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações não seriam apenas fatos históricos, mas refletiriam os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos.

TABELA 01
INDICADORES
ECONÔMICO-FINANCEIRO

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12	4T13 / 3T13	12M13 / 12M12
Margem Financeira	3.666,5	3.730,6	906,3	923,3	929,0	907,9	921,9	-1,8%	-1,7%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	660,9	852,4	145,5	166,2	152,8	196,4	193,3	-12,5%	-22,5%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.005,6	2.878,2	760,8	757,1	776,2	711,5	728,6	0,5%	4,4%
Receita de Intermediação Financeira	6.572,5	6.346,4	1.767,7	1.711,1	1.706,0	1.387,8	1.429,9	3,3%	3,6%
Despesa de Intermediação Financeira	3.567,0	3.468,2	1.006,9	954,0	929,8	676,3	701,3	5,5%	2,8%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	983,4	798,6	274,7	261,3	235,7	211,7	222,2	5,1%	23,2%
Despesas Administrativas ⁽¹⁾	2.414,7	2.095,0	651,1	646,6	581,8	535,3	573,8	0,7%	15,3%
Outras Despesas Operacionais	344,6	370,8	85,9	92,7	96,4	69,5	86,9	-7,3%	-7,1%
Outras Receitas Operacionais	254,6	249,6	62,3	67,5	59,3	65,5	51,3	-7,7%	2,0%
Lucro Líquido	791,6	818,6	189,0	183,0	215,0	204,7	191,5	3,3%	-3,3%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez 2013	Dez 2012*	Dez 2013	Set 2013	Jun 2013	Mar 2013	Dez 2012*	Dez 2013 / Set 2013	Dez 2013 / Dez 2012
Ativos Totais	53.210,7	46.743,8	53.210,7	53.464,4	52.479,5	47.674,5	46.743,8	-0,5%	13,8%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	14.686,6	15.342,8	14.686,6	14.963,9	12.975,7	15.570,4	15.342,8	-1,9%	-4,3%
Carteira de Crédito Total	26.652,0	24.327,0	26.652,0	26.023,2	25.182,4	24.776,3	24.327,0	2,4%	9,6%
Provisão para Operações de Crédito	1.586,3	1.591,0	1.586,3	1.598,2	1.582,0	1.639,9	1.591,0	-0,7%	-0,3%
Créditos em Atraso > 60 dias	1.014,5	924,0	1.014,5	1.195,3	1.013,6	969,0	924,0	-15,1%	9,8%
Créditos em Atraso > 90 dias	859,9	711,7	859,9	963,9	853,2	825,9	711,7	-10,8%	20,8%
Recursos Captados e Administrados	42.420,2	35.358,3	42.420,2	40.683,4	37.930,1	36.401,6	35.358,3	4,3%	20,0%
Patrimônio Líquido	5.147,9	4.634,6	5.147,9	5.008,6	4.887,7	4.779,2	4.634,6	2,8%	11,1%
Patrimônio de Referência Conglomerado Financeiro	6.743,9	6.509,3	6.743,9	6.654,7	6.548,8	6.306,2	6.509,3	1,3%	3,6%
Patrimônio Líquido Médio	4.891,3	4.517,1	5.078,2	4.948,2	4.833,5	4.706,9	4.688,2	2,6%	8,3%
Ativo Total Médio	49.977,3	42.164,7	53.337,6	52.971,9	50.077,0	47.209,1	45.707,6	0,7%	18,5%
Ativos Rentáveis Médios	47.137,1	39.856,6	48.870,4	49.507,4	46.185,2	43.985,4	43.406,9	-1,3%	18,3%
Principais Informações do Mercado Acionário - R\$ Milhões	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12	4T13 / 3T13	12M13 / 12M12
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽³⁾	314,3	326,5	86,5	61,7	105,8	60,3	98,0	40,2%	-3,7%
Valor de Mercado	5.153,1	6.343,2	5.153,1	6.257,3	6.187,8	7.165,2	6.343,2	-17,6%	-18,8%
Valor Patrimonial por Ação	12,59	11,33	12,59	12,25	11,95	11,69	11,33	2,8%	11,1%
Prego Médio da Ação (R\$)	15,73	17,25	14,39	14,65	16,69	17,29	15,90	-1,8%	-8,8%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	1,94	2,00	0,46	0,45	0,53	0,50	0,47	2,2%	-3,0%
Índices Financeiros	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12		
ROAA Anualizado ⁽⁴⁾	1,6%	1,9%	1,4%	1,4%	1,7%	1,7%	1,7%		
ROAE Anualizado ⁽⁵⁾	16,2%	18,1%	15,7%	15,6%	19,0%	18,6%	17,4%		
Índice de Eficiência ⁽⁶⁾	52,9%	47,5%	52,9%	51,8%	49,2%	48,0%	47,5%		
Margem Financeira ⁽⁷⁾	7,8%	9,4%	7,6%	7,7%	8,3%	8,5%	8,8%		
Custo Operacional	4,5%	4,5%	4,5%	4,4%	4,2%	4,5%	4,5%		
Índice de Inadimplência > 60 dias ⁽⁸⁾	3,80%	3,80%	3,80%	4,59%	4,02%	3,91%	3,80%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽⁹⁾	3,23%	2,93%	3,23%	3,71%	3,39%	3,33%	2,93%		
Índice de Cobertura ⁽¹⁰⁾	156,4%	172,2%	156,4%	133,7%	156,1%	169,2%	172,2%		
Índice de Basileia Conglomerado Financeiro	18,3%	20,2%	18,3%	19,6%	17,9%	20,0%	20,2%		
Índice de Imobilização ⁽¹¹⁾	3,4%	3,6%	3,4%	3,6%	3,7%	3,6%	3,6%		
Indicadores Estruturais	Dez 2013	Dez 2012	Dez 2013	Set 2013	Jun 2013	Mar 2013	Dez 2012		
Agências	512	468	512	503	485	473	468		
Pontos de Atendimento Bancário	216	251	216	222	235	246	251		
Pontos de Atendimento Eletrônico	595	582	595	598	599	593	582		
Colaboradores	12.175	11.447	12.175	12.206	11.870	11.568	11.447		
Indicadores Econômicos	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12		
Selo Efetiva Acumulada	8,22%	8,49%	2,34%	2,16%	1,83%	1,65%	1,72%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	2,34	2,04	2,34	2,23	2,22	2,01	2,04		
Variação Cambial (%)	14,64%	8,94%	5,05%	0,65%	10,32%	-1,45%	0,64%		
IGP-M	5,53%	7,81%	1,76%	1,92%	0,90%	0,84%	0,67%		
IPCA	5,91%	5,84%	2,04%	0,62%	1,18%	1,94%	1,99%		

* Reapresentado

⁽¹⁾ Inclui Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas

⁽²⁾ Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

⁽³⁾ Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou distribuídos (antes da retenção do Imposto de Renda).

⁽⁴⁾ Lucro líquido sobre ativo total médio.

⁽⁵⁾ Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

⁽⁶⁾ Índice de eficiência - acumulado no período dos últimos 12 meses.

⁽⁷⁾ Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas / Margem Financeira + Renda de Prestação de Serviços + (Outras Receitas Operacionais - Outras Despesas Operacionais)

⁽⁸⁾ Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

⁽⁹⁾ Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

⁽¹⁰⁾ Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.

⁽¹¹⁾ Imobilizado sobre o patrimônio líquido.

SUMÁRIO FINANCEIRO

O Banrisul completou 85 anos em 2013. Muitas histórias dão conta da relação do Banco com as comunidades, com seus clientes, com o Estado, investidores, órgãos reguladores e empregados. Os principais eventos de 2013 acrescentam a essa história importantes realizações, como a remodelação do negócio de adquirência, ações voltadas à eficiência operacional, tratamento do déficit atuarial do principal plano de benefícios pós-emprego da Fundação Banrisul, ações que preparam o Banco para seguir sua trajetória de evolução.

No 4T13, a Banrisul Serviços teve seu objeto e razão social alterados, passando a chamar-se Banrisul Cartões S.A.. A integração das atividades da administradora de *vouchers* e da rede de adquirência amplia o potencial de força estratégica dos negócios. No que se refere à eficiência no atendimento, a melhoria na operação foi buscada por meio da automação de processos de *back office* de agências e dos correspondentes bancários. Já a aprovação pela Previc dos novos planos de aposentadoria em substituição ao Plano de Benefício Definido, o PB1, cria condições favoráveis para o planejamento de aposentadorias, permitindo ao Banco o redimensionamento de estruturas internas e maior estabilidade na projeção da evolução da situação patrimonial e no atingimento de resultados sinalizados ao mercado.

No ano de 2013 o Banrisul alcançou lucro líquido de R\$791,6 milhões, 3,3% ou R\$27,0 milhões abaixo do resultado apurado no mesmo período de 2012. No 4T13, o lucro líquido somou R\$189,0 milhões, 1,3% ou R\$2,5 milhões abaixo do montante contabilizado no 4T12 e 3,3% ou R\$6,0 milhões acima do registrado no 3T13. A rentabilidade sobre

o patrimônio líquido médio atingiu 16,2% e a margem financeira anualizada sobre ativos rentáveis, 7,8%.

O desempenho do Banrisul em 2013 evidencia a desaceleração das receitas e o aumento das despesas com juros, a elevação das despesas administrativas, a ampliação das receitas de serviços e tarifas bancárias, e a performance favorável de outras receitas e outras despesas operacionais, refletidas nas seguintes variações: redução da margem financeira, em 1,7% ou R\$64,1 milhões; aumento das despesas administrativas, em 15,3% ou R\$319,8 milhões, diminuição das despesas com provisões para operações de crédito, em 22,5% ou R\$191,5 milhões; e incremento das receitas de prestação de serviços e tarifas, em 23,2% ou R\$184,9 milhões.

A evolução do 4T13 em relação ao 4T12 reflete o crescimento do resultado de tesouraria, câmbio e crédito, em 22,7% ou R\$309,8 milhões, a ampliação das rendas de serviços e tarifas, em 23,6% ou R\$52,5 milhões, a redução das despesas de provisões para crédito, em 24,7% ou R\$47,8 milhões, e a variação favorável das outras despesas/receitas operacionais, em 33,7% ou R\$12,0 milhões, movimento absorvido pelo aumento das despesas de captação no mercado, em 90,9% ou R\$353,1 milhões, e pelo crescimento das despesas administrativas em 13,5% ou R\$77,3 milhões.

Em relação ao 3T13, o resultado do 4T13 proveio da ampliação das receitas da intermediação financeira, em 3,3% ou R\$56,6 milhões; parcialmente compensada pelo crescimento das despesas de intermediação, em 5,5% ou R\$52,9 milhões; evolução favorecida pelo aumento das rendas de prestação de serviços e tarifas, em 5,1% ou R\$13,4 milhões; e parcial-

mente compensada pelo crescimento das despesas de pessoal em 2,1% ou R\$7,4 milhões.

O índice de eficiência alcançou 52,9% no ano de 2013, 5,4 pp. acima do indicador de 2012. A trajetória do indicador em 2013 é explicada pela queda da margem financeira, impactada pela redução nas taxas de juros, e pela elevação das despesas administrativas, decorrente de ações relacionadas à estratégia de expansão da Instituição, refletidas no aumento do quadro de funcionários e na ampliação e melhoria dos canais de atendimento, variações favorecidas pelo crescimento das receitas de serviços e tarifas bancárias, motivadas pela ampliação dos serviços seguros, previdência, capitalização e adquirência, e pela evolução de outras receitas/despesas operacionais, influenciadas pela redução de despesas com provisões para ações cíveis e trabalhistas.

Os ativos totais somaram R\$53.210,7 milhões em dezembro de 2013, com expansão de 13,8% ou R\$6.466,9 milhões em relação a dezembro de 2012. Nos últimos três meses, os ativos apresentaram relativa estabilidade, com retração de 0,5% ou R\$253,8 milhões. Nos doze meses, o acréscimo no saldo dos ativos proveio, especialmente, da elevação da captação de depósitos, em R\$3.898,2 milhões, da expansão das obrigações por operações compromissadas, em R\$2.592,9 milhões, e da ampliação de recursos em letras, em R\$2.190,5 milhões. A rentabilidade sobre ativos médios alcançou 1,6%.

O saldo da carteira de crédito, no conceito ampliado, que inclui coobrigação de riscos em garantias prestadas, apresentou crescimento de 10,2% ou R\$2.564,5 milhões nos doze meses. Excluídas as garantias prestadas, o saldo das operações de crédito do Banrisul totalizou, em dezembro de 2013, R\$26.652,0 milhões, com incremento de 9,6% ou R\$2.325,0 milhões frente ao mesmo mês do ano anterior. Responsável por 35,9%

desse crescimento, a carteira comercial passou de R\$17.697,7 milhões para R\$18.531,8 milhões, com elevação de 4,7% ou R\$834,1 milhões em um ano.

O crédito comercial pessoa física alcançou saldo de R\$9.915,8 milhões em dezembro de 2013, com incremento de 7,2% ou R\$663,7 milhões em relação a dezembro de 2012 e aumento de 0,1% ou R\$7,2 milhões em relação a setembro de 2013. A trajetória do crédito comercial à pessoa física foi influenciada, especialmente, pela evolução do saldo da carteira de crédito consignado, principalmente o próprio, em linha com a estratégia do Banco no que se refere à consignação. A linha consignação própria representava 32,8% do crédito comercial em dezembro de 2013.

O crédito comercial pessoa jurídica alcançou, em dezembro de 2013, saldo de R\$8.616,0 milhões, com evolução de 2,0% ou R\$170,4 milhões em relação a dezembro de 2012 e crescimento de 2,2% ou R\$182,7 milhões em relação a setembro de 2013. A carteira comercial do segmento empresarial está composta, principalmente, por linhas de capital de giro, que totalizaram R\$6.531,9 milhões, e pela conta garantida, que somou R\$570,4 milhões. O saldo do capital de giro representou, em dezembro de 2013, 75,8% da carteira comercial pessoa jurídica e 35,2% do total do crédito comercial. As linhas de capital de giro registraram relativa estabilidade, com expansão de 0,6% ou R\$38,0 milhões nos doze meses e evolução de 2,3% ou R\$145,2 milhões nos três meses.

A inadimplência acima de 60 dias do Banrisul alcançou 3,80% das operações de crédito em dezembro de 2013, indicador idêntico ao de dezembro de 2012 e 0,79 pp. abaixo do indicador de setembro de 2013. A inadimplência acima de 90 dias alcançou 3,23% no último mês de 2013, 0,30 pp. superior ao indicador do mesmo mês do ano anterior e 0,48 pp. abaixo do índice de setembro de 2013. O montante referente às parcelas vencidas das operações adquiridas do Banco Cruzeiro do

Sul, representava, em dezembro de 2013, 7,5% do saldo de operações vencidas há mais de 60 dias e 8,0% do valor vencido há mais de 90 dias do Banrisul. O indicador do último trimestre, também, foi impactado pela repactuação da dívida de empresa privada, reduzindo em R\$143 milhões o volume de pendência na visão de 60 e 90 dias.

As aplicações em títulos e valores mobiliários, incluídos os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, totalizaram R\$14.686,6 milhões em dezembro de 2013, com retração de 4,3% ou R\$656,2 milhões em relação ao volume registrado em dezembro de 2012 e de 1,9% ou R\$277,3 milhões em relação a setembro de 2013. O valor deduz as obrigações por operações compromissadas. As variações decorreram da mudança de perfil das linhas de captação nos doze meses e do resgate de aplicações interfinanceiras no último trimestre. Quanto aos emissores dos títulos que compõem a tesouraria, são, em sua maioria, de papéis públicos, que, somados, representam 95,4% da aplicação em tesouraria.

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, alcançaram R\$35.012,0 milhões ao final de dezembro de 2013, montante 24,1% ou R\$6.791,9 milhões acima do registrado ao final de 2012, movimento explicado principalmente pela expansão do saldo de depósitos. Em relação a setembro de 2013, o incremento no saldo da captação de recursos, em 4,8% ou R\$1.587,8 milhões, foi influenciado, principalmente, pela ampliação do saldo de depósitos. A evolução em 2013 foi influenciada pela primeira emissão de letras financeiras do Banco, realizada em agosto de 2013, no montante total de R\$1.600,0 milhões.

O patrimônio líquido do Banrisul totalizou R\$5.147,9 milhões ao final de dezembro de 2013, com expansão de 11,1% ou R\$513,2 milhões na comparação com dezembro de 2012 e aumento de 2,8% ou R\$139,3 milhões na comparação com setembro de 2013. As variações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados nos últimos doze meses, deduzidos os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, além de evento relativo ao reconhecimento contábil, conforme CPC 33-R1 (aprovado pela Deliberação CVM 695), do desequilíbrio atuarial existente no principal plano de previdência complementar dos empregados junto à Fundação Banrisul.

O Banrisul recolheu e provisionou, nos doze meses, R\$801,9 milhões em impostos e contribuições próprios. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$684,3 milhões.

A margem financeira totalizou R\$3.666,5 milhões nos doze meses de 2013, 1,7% ou R\$64,1 milhões abaixo do registrado em 2012. No 4T13, a margem financeira somou R\$906,3 milhões, 1,7% ou R\$15,5 milhões abaixo do valor registrado no 4T12 e 1,8% ou R\$17,0 milhões abaixo do valor acumulado no 3T13. Nos 12M13, a margem financeira foi afetada pela menor geração das receitas com juros frente à aceleração das despesas com juros, ambas impactadas pela trajetória da Taxa Selic, pela marcação a mercado das dívidas subordinadas e correspondentes contratos de *swap* e pela ampliação dos saldos. No 4T13, a redução da margem financeira está associada ao crescimento das despesas com juros, influenciado pelo aumento da Taxa Selic, marcação a mercado das dívidas subordinadas e variação cambial, acima da ampliação das receitas com juros, impactadas pelas mesmas condicionantes, porém com menor efeito

sobre taxas médias de crédito.

As receitas da intermediação financeira somaram R\$6.572,5 milhões em 2013, 3,6% ou R\$226,1 milhões acima do contabilizado em 2012. No 4T13, essas receitas alcançaram R\$1.767,7 milhões, 23,6% ou R\$337,8 milhões acima do fluxo do 4T12 e 3,3% ou R\$56,6 milhões acima do fluxo registrado no 3T13. A ampliação das receitas de intermediação financeira em 2013 foi influenciada pela elevação do resultado de operações de tesouraria, em decorrência do aumento do saldo de recursos alocados nesses ativos, e pelo aumento do resultado de operações de câmbio, favorecido pela variação cambial do período. A expansão das receitas de intermediação no 4T13 frente ao 3T13 proveio da elevação das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos, em R\$31,6 milhões, face ao aumento dos ativos de crédito em R\$628,8 milhões, do crescimento do resultado de operações de câmbio, em R\$31,7 milhões, impactado pela variação cambial do último trimestre, movimento, minimizado pela redução do resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em R\$10,9 milhões.

As despesas da intermediação financeira somaram R\$3.567,0 milhões em 2013, 2,8% ou R\$98,7 milhões acima do fluxo de 2012. No 4T13, as despesas da intermediação financeira totalizaram R\$1.006,9 milhões, 43,6% ou R\$305,5 milhões acima do valor contabilizado no 4T12 e 5,5% ou R\$52,9 milhões acima do valor apurado no 3T13. A ampliação das despesas da intermediação em 2013 decorreu do incremento das despesas de captação no mercado, em 23,5% ou R\$466,4 milhões, em parte, compensado pela redução das despesas com provisões para operações de crédito, em 22,5% ou R\$191,5

milhões, e das despesas com empréstimos, cessões e repasses em 28,0% ou R\$176,2 milhões. A ampliação das despesas reflete o incremento nos saldos dos depósitos a prazo e de poupança; a redução das despesas com provisões para operações de crédito reflete a melhoria do *compliance* no processo de sistema de *rating* cliente, já a variação das despesas com empréstimos, cessões e repasses foi impactada, especialmente, pela queda no saldo dos fundos financeiros e de desenvolvimento e pela trajetória ascendente das despesas de operações compromissadas. O aumento das despesas da intermediação no 4T13 frente ao 3T13 decorreu da evolução das despesas de empréstimos, cessões e repasses, afetada pela variação cambial do último trimestre, e do incremento das despesas com captação no mercado, influenciado pelo aumento do saldo de recursos captados, movimento, parcialmente, compensado pela redução das despesas com provisões para crédito, face à melhoria da qualidade da carteira de crédito.

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$983,4 milhões em 2013, 23,2% ou R\$184,9 milhões acima do montante acumulado no mesmo período de 2012. No 4T13, as receitas de prestação de serviços e tarifas totalizaram R\$274,7 milhões, 23,6% ou R\$52,5 milhões acima do fluxo contabilizado no 4T12 e 5,1% ou R\$13,4 milhões acima do apurado no 3T13. O crescimento registrado no ano proveio, especialmente, da expansão de tarifas com negócios da rede multibandeira de adquirência, tarifas bancárias de conta corrente e com seguros, previdência e capitalização. No último trimestre, o incremento nas receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias decorreu, especialmente, das rendas com seguros, previdência e capitalização e da rede de adquirência.

As despesas administrativas somaram

R\$2.414,7 milhões em 2013, 15,3% ou R\$319,8 milhões acima do apurado em 2012. No 4T13, as despesas administrativas totalizaram R\$651,1 milhões, 13,5% ou R\$77,3 milhões acima do valor do 4T12 e 0,7% ou R\$4,5 milhões acima do fluxo do 3T13. As despesas de pessoal apresentaram crescimento de R\$126,6 milhões ou 10,3% em relação ao fluxo contabilizado em 2012, face ao dissídio coletivo da categoria e à ampliação do quadro de empregados em 728 colaboradores. Outras despesas administrativas cresceram R\$193,2 milhões ou 22,4% em 2013, performance influenciada

pelo maior fluxo de despesas com serviços de terceiros, em grande parte associado ao canal de correspondentes de crédito consignado, incremento em despesas de vigilância, segurança e transporte de valores, devido à abertura de novos pontos de atendimento e aumento das despesas com propaganda, promoções e publicidade, face às campanhas publicitárias veiculadas ao longo de 2013. Em relação ao trimestre anterior, outras despesas administrativas mantiveram-se estáveis, com retração de R\$3,0 milhões ou 1,0%.

GUIDANCE

Os indicadores de performance estabelecidos para 2013, divulgados na publicação do balanço do 1S13, foram parcialmente alcançados. O saldo de operações de crédito, no conceito ampliado, apresentou incremento de 10,2% nos últimos doze meses, abaixo do piso do *guidance*. O crescimento do crédito, especialmente no segmento empresarial, desacelerou em 2013, sobretudo no segundo semestre, afetado pelo impacto da greve dos bancários. A captação de depósitos a prazo apresentou incremento de 16,5% em 2013, também abaixo do piso do *guidance*. A exitosa captação de letras financeiras em agosto de 2013 amenizou a política de captação preponderantemente focada em depósitos a prazo. A margem sobre ativos rentáveis foi afetada, em 2013, pela desaceleração das receitas de crédito e tesouraria, impactadas pela queda da taxa efetiva de juros em 2013 comparativamente com 2012. O indicador de eficiência foi afetado tanto pela desaceleração da margem quanto pela manutenção da execução da estratégia de expansão da área de atuação do Banco, tendo como consequência o incremento de despesas correntes com correspon-

tes de crédito e a abertura de novas agências, embora as receitas de serviços, no escopo da mesma estratégia, tenham amenizado o efeito do incremento de despesas superior ao crescimento das receitas.

Por outro lado, a performance do crédito imobiliário superou o teto do *guidance*, em decorrência da política mercadológica e comercial praticada em 2013, refletida na ampliação do prazo dos financiamentos residenciais para 35 anos e na ampliação do percentual de valor do imóvel objeto de financiamento, bem como a deflagração de programas para concessão de crédito a servidores estaduais, renovação de convênios e participação em eventos do setor. O desempenho da captação total foi favorecido pelas letras financeiras. A performance favorável do fluxo de provisão de crédito em proporção da carteira decorreu da entrada em regime de novo sistema de *compliance*, procedimento de classificação das operações por *rating* centralizado, que refletiu na redução dos ajustes mensais do saldo de provisionamento.

As metas de performance projetadas para 2014 estão referenciadas na retomada do crescimento do crédito, em ambos os segmentos de negócios, empresarial e pessoa física. A expectativa de incremento no crédito imobiliário é menor que o desempenho registrado em 2013, face ao efeito base de comparação, ampliada pelo expressivo crescimento registrado no ano. Para os indicadores de performance, projeta-se retorno sobre o patrimônio líquido médio e margem financeira

sobre ativos rentáveis em intervalos mais baixos que os praticados em 2013, num contexto de adequação ao ambiente de menores juros e *spreads* praticados pelo conjunto das instituições financeiras no País. O indicador de eficiência deverá permanecer pressionado até que o redimensionamento do quadro de pessoas e o conjunto dos investimentos, geradores de maiores despesas correntes, passem a produzir a esperada ampliação de negócios e de receitas.

TABELA 02
PERSPECTIVAS
BANRISUL

Perspectivas Banrisul	Projetado Ano 2013	Realizado Ano 2013	Projetado Ano 2014
Carteira de Crédito Total	11% a 16%	10,2%	12% a 16%
Crédito Comercial Pessoa Física	12% a 17%	7,2%	12% a 16%
Crédito Comercial Pessoa Jurídica	4% a 8%	2,0%	10% a 14%
Crédito Imobiliário	15% a 20%	20,7%	9% a 13%
Despesa Provisão Crédito/Carteira Crédito	3% a 4%	2,6%	3% a 4%
Saldo de Provisão sobre a Carteira de Crédito	6% a 8%	6,0%	6% a 8%
Captação Total	13% a 18%	20,0%	12% a 17%
Depósitos a Prazo	18% a 23%	16,5%	15% a 19%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio	15% a 19%	16,2%	14% a 18%
Índice de Eficiência	47% a 51%	52,9%	48% a 53%
Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis	8% a 9%	7,8%	7,0% a 8,5%

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2014.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativos ao exercício de 2013, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil.

Cenário Econômico



Ao longo de 2013, o ambiente internacional foi determinado pela diluição dos elementos de risco nas principais economias do mundo, num contexto em que os efeitos adversos dos ajustes implementados sobre a atividade

econômica refluíram consideravelmente, em particular nos últimos meses. Com efeito, na economia norte-americana, apesar da forte contração fiscal, predominou a trajetória de recuperação consistente, com melhora dos fundamentos econômicos, que resultou em movimento global de realocação de capitais e consequente apreciação do dólar, sob a perspectiva de início do processo de reversão da política monetária expansionista. Na Europa, após intenso processo de saneamento das finanças, a moderação da austeridade passou a dar suporte ao movimento de lenta e gradual recuperação do quadro econômico, não obstante ainda subsistam riscos, sobretudo associados à fragilidade do sistema bancário. Na China, a despeito do rebalanceamento da economia, na direção do maior consumo interno, indicadores recentes da segunda maior economia do mundo reforçaram a expectativa de acomodação do crescimento próximo da meta estabelecida pelo governo chinês, contribuindo para a menor aversão global ao risco.

Nessa esteira, a economia brasileira apresentou crescimento moderado, amparado, especialmente, na retomada dos investimentos. O consumo, por sua vez, apresentou alguma moderação, num contexto em que o mercado de trabalho, embora tenha permanecido robusto, com níveis de desemprego historicamente baixos e rendimentos reais elevados, passou a manifestar sinais de acomodação. Quanto à inflação, ainda que os índices de preços tenham registrado recuos importantes, a trajetória

acumulada, assim como as expectativas, seguiu resistente e descolada do centro da meta. Com efeito, o Comitê de Política Monetária do Banco Central procedeu a um novo ciclo de ajuste da taxa básica de juros, a qual alcançou 10,0% ao ano ao final de 2013. Quanto ao crédito, manteve desempenho moderado no período, alinhado com o ritmo pouco intenso de crescimento econômico, com a evolução irregular da confiança de empresários e consumidores e com o endividamento em patamar elevado. Esse cenário, associado a incertezas do mercado, sobretudo, em relação à condução da política fiscal, contribuiu para a desvalorização do real frente ao dólar, acentuando a tendência global.

No Rio Grande do Sul, o desempenho expressivo do setor agropecuário mostrou-se determinante para a melhora das condições econômicas do Estado no período. Com efeito, o PIB gaúcho registrou crescimento de 6,6% no acumulado de janeiro até setembro em relação ao mesmo período do ano anterior, ao passo que o PIB brasileiro registrou crescimento de 2,4% na mesma base de comparação. O setor de serviços manteve desempenho positivo, com destaque para o comportamento favorável do comércio, sustentado pela baixa taxa de desemprego e pela massa salarial, e dos transportes, impulsionados pelas demandas da agropecuária e da indústria. A atividade industrial, por sua vez, apresentou melhora importante ao longo do período, especialmente dos segmentos ligados à agropecuária, não obstante tenham remanescido dificuldades de recuperação, sobretudo relacionadas ao ambiente de baixo crescimento da economia brasileira. O forte avanço da agropecuária também contribuiu para o maior dinamismo da balança comercial em 2013. Na comparação com igual período do ano anterior, o saldo comercial registrou expansão de 313,4%, resultado do crescimento de 44,3% das exportações e de 9,1% das importações, destacando-se as exportações agropecuárias de soja.

Estratégias Comerciais e de Marketing

O modelo de negócios implementado tem como diretriz a diversificação da matriz de receitas do Banco e a manutenção da qualidade do crédito. O direcionamento comercial priorizou a segmentação de clientes pessoas físicas e empresas por perfil de consumo. Os produtos e serviços alvos de ações estratégicas abrangem, em 2013, a distribuição de seguros, cartão de crédito, cartão BNDES, consórcios, Rede de Adquirência Banricompras e a captação de novos clientes. As equipes de vendas executaram a estratégia por meio de ferramenta inovadora - CRM, Gerenciador de Carteiras e Clientes, o que permitiu conduzir ações de vendas aderentes aos diferentes perfis de clientes.

Para a pessoa física, a segmentação de clientes resultou em abordagem e *mix* de produtos e serviços direcionados ao potencial de consumo de servidores públicos, aposentados do INSS, agricultores, profissionais liberais, autônomos e público jovem. O crédito consignado seguiu como um dos principais produtos do portfólio. Em 2013, foi lançado o cartão de crédito Banrisul Visa *Infinite* e disponibilizados os Espaços Afinidade, estruturas próprias para o atendimento e gerenciamento de clientes de renda elevada. A diversificação de canais de venda - rede Banrisul, promotora de vendas Bem-Vindo e correspondentes bancários - BanriPontos; e de canais de comunicação - *e-mail* marketing, SMS, *call center* direcionado, também corroboraram na execução da estratégia.

No segmento empresarial, consolidou-se o modelo de crédito automatizado. A escoragem do crédito à pessoa jurídica aliada à expansão da rede de adquirência permitiu o crescimento dos negócios junto às pequenas e médias empresas. As operações de capital de giro lastreadas em recebíveis de cartões favoreceram a liquidez da carteira. Além do produto capital de giro, o Cartão BNDES constituiu-se em produto de destaque, alcançando cerca de 13.500 clientes com limites de crédito contratados para utilização em investimentos, aquisição de insumos e ou serviços.

As ações de marketing seguiram, em 2013,

reconhecidas pela criatividade e inovação, marcando uma nova forma de comunicação, moderna e dinâmica, pautada na inclusão e na diversidade. A continuidade da campanha publicitária *O que move você?* - lançada no final de 2012, fortaleceu a imagem do Banrisul como uma instituição contemporânea, capaz de acompanhar as mudanças culturais, conectada às novas tecnologias e com produtos voltados a todas as faixas etárias e segmentos de clientes.

Entre as campanhas publicitárias executadas em 2013, destacam-se: *Rede Banricompras - os melhores cartões em uma só máquina* - divulgação da máquina do Banricompras para operações com cartões VISA, MasterCard, Banricompras e VerdeCard; *Mais Água, Mais Renda* - voltada para estimular o acesso de produtores rurais às linhas de crédito vinculadas ao Programa Gaúcho de Expansão da Agropecuária Irrigada; *Amor em Dobro* - Dia das Mães, Mês dos Namorados, Mês dos Pais, Mês das Crianças e Mês do Natal - campanhas voltadas para o fortalecimento da Rede Banricompras; *O Banrisul conta boas histórias* - ação lançada por ocasião do aniversário de 85 anos do Banrisul; *Move RS* - ação voltada para o reforço da marca Banrisul, com foco na contribuição do Banco para o desenvolvimento do RS; *O que move a sua vida?* - campanha institucional de final de ano; *Linha de crédito IPVA 2014* - para quitação antecipada do IPVA 2014, com prazo e taxas diferenciadas.

Na área de patrocínios, o Banco instituiu, em 2013, processo público de seleção de projetos para obtenção de recursos, apoiou diversos projetos e esteve presente em feiras, expofeiras, eventos culturais, esportivos, de cunho social, de sustentabilidade e de benefício à saúde e educação, na capital e em diversos municípios do interior do Estado. Dentre os projetos patrocinados no ano, destacam-se: Dupla Grenal, Orquestra Jovem de Porto Alegre, Concertos Banrisul para a Juventude, Porto Verão Alegre - 14ª edição, Feira do Livro de Porto Alegre, produção do Filme *O Tempo e o Vento* e restauração da Casa de Cultura Mario Quintana de Porto Alegre.

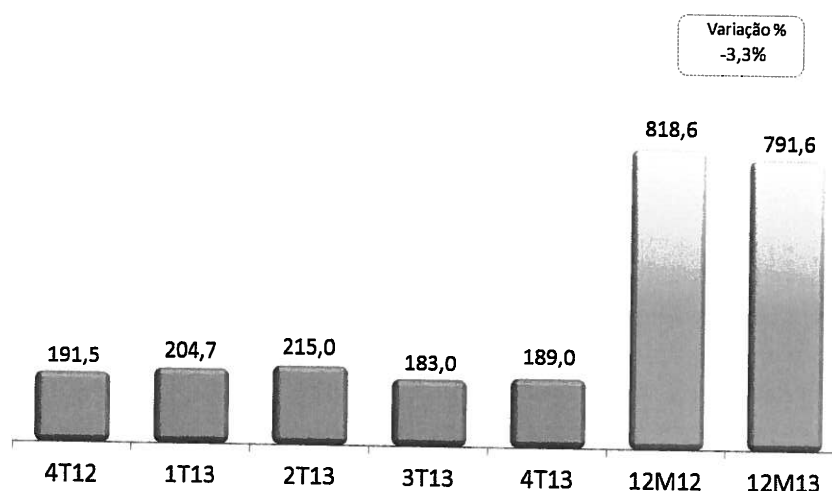
Desempenho Consolidado

Lucro Líquido

No ano de 2013, o lucro líquido acumulado pelo Banrisul foi de R\$791,6 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio alcançou 16,2%. O desempenho reflete o propósito de consolidação da expansão da área de atuação do Banco, num contexto de menor crescimento do crédito, ampliação dos serviços disponibilizados e, por consequência, de maior fluxo de despesas administrativas. Do resultado apurado no período, R\$244,9 milhões foram destinados para pagamentos de juros sobre capital próprio, R\$69,4 milhões para pagamento de dividendos e R\$477,3 milhões foram os lucros retidos no período.

A riqueza gerada pelo Banrisul, medida pelo conceito de valor adicionado, no ano de 2013, alcançou o total de R\$2.912,1 milhões, dos quais R\$1.252,2 milhões ou 43,0% foram para pagamento do quadro funcional, R\$801,9 milhões ou 27,5% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R\$66,2 milhões ou 2,3%, para remuneração de capitais de terceiros e R\$791,8 milhões ou 27,2%, para remuneração de capitais próprios.

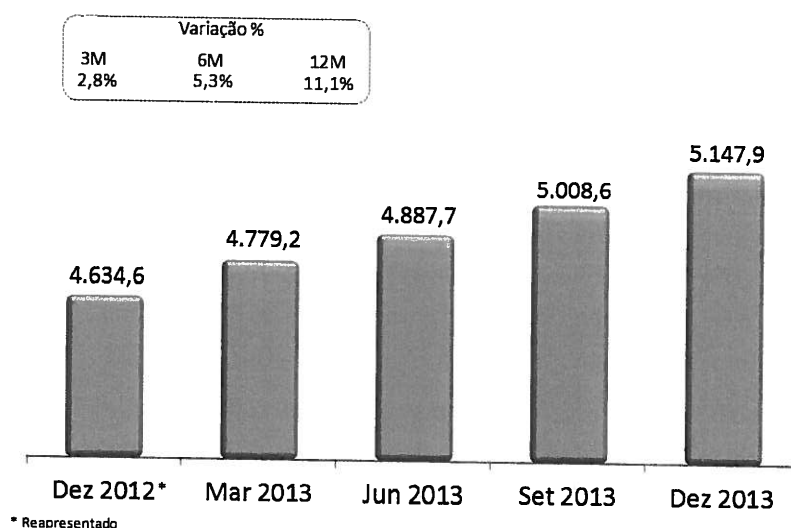
Gráfico 1: Lucro Líquido - R\$Milhões



Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2013, o Banrisul registrou patrimônio líquido de R\$5.147,9 milhões. A expansão de 11,1% em um ano tem como origem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos e provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, além de evento relativo ao reconhecimento contábil, conforme CPC 33-R1 (aprovado pela Deliberação CVM 695), do desequilíbrio atuarial existente no principal plano de previdência complementar dos empregados junto à Fundação Banrisul, no valor de R\$432,6 milhões, que refletiu na constituição de Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, em R\$173,0 milhões, e impacto no patrimônio líquido, no valor de R\$259,6 milhões.

Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido - R\$Milhões

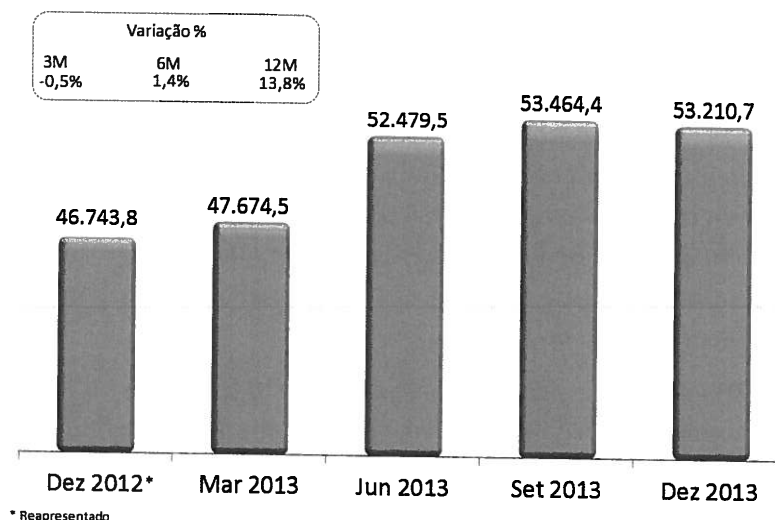


Ativo Total

Os ativos totais alcançaram saldo de R\$53.210,7 milhões ao final do ano de 2013, com elevação de 13,8% em relação aos R\$46.743,8 milhões registrados no mesmo período de 2012, movimento motivado pela expansão da carteira de crédito, em R\$2.325,0 milhões, derivado, principalmente, do incremento da carteira comercial, em especial no segmento pessoa física, e da tesouraria, que registrou aumento de R\$1.936,7 milhões. Na composição dos ativos, destaca-se a representatividade de 50,1% de operações de crédito, 35,5% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, 9,1% de relações interfinanceiras e interdependências e 5,3% por outros ativos.

Os títulos e valores mobiliários e as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$18.907,3 milhões ao final de dezembro de 2013, com expansão de 11,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil.

Gráfico 3: Evolução do Ativo Total - R\$Milhões



Operações de Crédito

O saldo da carteira de crédito, no conceito ampliado que inclui coobrigação de riscos em garantias prestadas, apresentou crescimento de 10,2% ou R\$2.564,5 milhões nos doze meses. Excluídas as garantias prestadas, o saldo das operações de crédito do Banrisul totalizou, em dezembro de 2013, R\$26.652,0 milhões, com incremento de 9,6% ou R\$2.325,0 milhões frente ao mesmo mês do ano anterior. Responsável por 35,9% desse crescimento, a carteira comercial passou de R\$17.697,7 milhões para R\$18.531,8 milhões, com elevação de 4,7% ou R\$834,1 milhões em um ano.



A classificação da carteira por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. No final de 2013, as operações classificadas como Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$23.865,9 milhões, representando 89,5% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$2.061,4 milhões, compondo 7,7% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H, totalizou R\$724,7 milhões ou 2,8% do total.

As operações de crédito comercial destinadas às pessoas físicas atingiram, ao final dos doze meses de 2013, R\$9.915,8 milhões, compondo 53,5% da carteira comercial e 37,2% do total das operações de crédito. O incremento de 7,2% ou R\$663,7 milhões em doze meses decorreu, principalmente, do crescimento do crédito pessoal consignado, cujo saldo alcançou R\$7.361,6 milhões no final de 2013.

O crédito comercial pessoa física somado às transferências de ativos, R\$440,5 milhões, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543 de 26/03/12 do Banco Central do Brasil em créditos vinculados a operações adquiridas, alcançou R\$10.356,3 milhões. Desse montante, R\$7.802,1 milhões referem-se a créditos consignados. A estratégia do Banrisul, no que se refere à consignação, está focada na desaceleração da compra de carteiras com coobrigação e na expansão da consignação própria, especialmente através da promotora Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros. Assim, o crédito consignado próprio gerado na rede de agências Banrisul registrou saldo de R\$4.357,3 milhões ao final de 2013, 8,8% acima do obtido em dezembro de 2012. O saldo das operações de crédito originado através da Rede Bem-Vindo alcançou R\$2.449,3 milhões. O crédito adquirido de outras instituições financeiras com coobrigação alcançou R\$995,5 milhões, 34,3% abaixo do registrado em dezembro do ano anterior.

Na comparação com dezembro de 2012, as operações de crédito comercial pessoa jurídica cresceram 2,0% ou R\$170,4 milhões, e alcançaram saldo de R\$8.616,0 milhões, respondendo por 46,5% da carteira comercial e 32,3% do total das operações de crédito. Entre as ações empreendidas no ano de 2013, relativas ao segmento, destaca-se a ampliação da atuação no mercado de aquisição, que impulsionou os negócios e sustentou o giro às empresas. As linhas de capital de giro do Banrisul fecharam o ano com saldo de R\$6.531,9 milhões, apresentando evolução de 0,6% em doze meses. Como parceiro do Programa Progredir, no oferecimento de crédito às empresas fornecedoras da Petrobrás, o Banco, em 2013, disponibilizou R\$225,3 milhões em financiamentos de projetos e empreendimentos do setor.

A carteira de crédito imobiliário alcançou saldo de R\$2.710,9 milhões ao final de dezembro de 2013, com incremento de 20,7% ou R\$465,0 milhões em relação a dezembro de 2012. O desempenho, no ano de 2013, foi favorecido pela inclusão, no financiamento, do ITBI e emolumentos, ampliação do prazo dos financiamentos residenciais para 35 anos, financiando até 90% do valor do imóvel, programas para concessão de crédito para servidores estaduais, renovação de con-

vênios e participação em eventos do setor. De janeiro a dezembro de 2013, foram contratados 4.053 financiamentos imobiliários junto ao Banrisul.

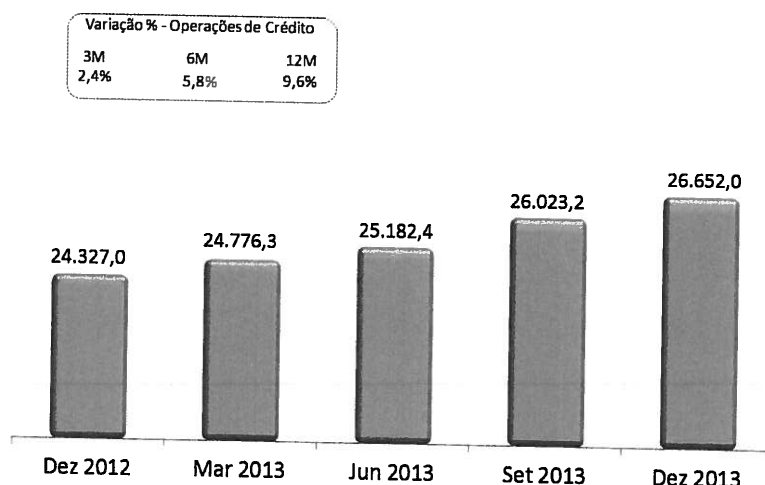
No crédito rural, o saldo da carteira alcançou R\$2.209,5 milhões no final do ano de 2013, com crescimento de 21,9% ou R\$397,5 milhões em relação ao mesmo período de 2012. O destaque para o período foi a participação da Instituição em feiras e programas do setor: Expointer, com assinaturas de contratos e convênios no valor de R\$242,9 milhões, 39,4% superior ao contratado em 2012; Expodireto, com crescimento de 236,9% sobre contratos e convênios firmados no ano anterior; Programa Mais Ovinos no Campo, com a comercialização de mais de 380 mil animais e saldo financiado superior a R\$68,0 milhões; Programa Mais Água - Mais Renda, em parceria com o Governo do Estado, além de lançamento de linhas de crédito com dotação especial para a comercialização da safra de milho e trigo.

A carteira de financiamentos de longo prazo atingiu, em dezembro de 2013, o montante de R\$1.871,6 milhões, com incremento de 42,7% ou R\$559,8 milhões em relação ao saldo registrado no mesmo mês de 2012. Os destaques no ano de 2013 incluem o credenciamento do Banco como agente financeiro no programa INOVACRED; a obtenção do *rating* "A" junto ao BNDES, de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central; a adesão do Banrisul ao Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), que permite a disponibilização de importantes linhas de complementação de garantias para viabilização de financiamentos de projetos de longo prazo.

O saldo das operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R\$713,3 milhões em dezembro de 2013, com aumento de 10,1% nos últimos 12 meses. No ano de 2013, destacaram-se as operações de exportação e importação contratadas com prazos mais longos através de linhas de FINIMP e PPE.

A carteira de microcrédito fechou o ano de 2013 com saldo de R\$136,1 milhões. Através do Programa Gaúcho de Microcrédito, iniciativa do Governo do Estado em parceria com o Banrisul e Instituições de Microcrédito, foram concedidos R\$129,0 milhões em 27.794 operações de microcrédito, em 394 municípios parceiros do Programa, através de rede formada por 44 instituições de microcrédito conveniadas. Em agosto de 2013, foi disponibilizado o produto Microcrédito Banrisul, com taxas de juros de 1,99% a.m. e prazos de até 24 meses.

Gráfico 4: Evolução das Operações de Crédito - R\$Milhões



Recursos Captados e Administrados

No final do ano de 2013, o total de recursos captados e administrados apresentou saldo de R\$42.420,2 milhões. Os depósitos totais chegaram a R\$30.644,6 milhões em dezembro de 2013, com incremento de 14,6% ou R\$3.898,2 milhões em relação ao mesmo mês de 2012. O Banco manteve a política de captação pulverizada. Os depósitos a prazo, que compõem 46,9% dos recursos captados e administrados, em 2013, alcançaram saldo de R\$19.904,0 milhões, com crescimento de 16,5% ou R\$2.813,9 milhões em relação a dezembro de 2012. Os depósitos de poupança, 16,5% da captação total, apresentaram aumento de 19,8% ou R\$1.154,7 milhões, totalizando R\$6.991,0 milhões. Já os depósitos à vista, que compõem 8,0% do montante total de recursos, atingiram o valor de R\$3.397,8 milhões, semelhante ao valor captado até o final de 2012. Os recursos de letras, provenientes das letras financeiras e imobiliárias, que compõem 5,9% da captação total, apresentaram saldo de R\$2.505,9 milhões, com incremento de R\$2.190,5 milhões, devido à captação de letras financeiras, no valor de R\$1.600,0 milhões, ocorrida no início do mês de agosto de 2013. Os recursos de terceiros administrados alcançaram R\$7.408,2 milhões, 17,5% da captação total ao final do ano de 2013, com crescimento de R\$270,0 milhões ou 3,8% com relação a dezembro de 2012. No período em referência, foram constituídos dois fundos de investimento de renda fixa para receber os recursos para cobertura de Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, e um fundo de investimento referenciado no sub índice IRF-M 1 da ANBIMA, totalizando, conjuntamente, patrimônio de R\$210,8 milhões no final de dezembro de 2013.

Canais, Produtos e Serviços

Rede de Adquirência Banricompras



A Rede Banricompras, um ano após a aquisição do *status* de multibandeira, segue em plena expansão. Ao final do ano de 2013, contava com 139 mil estabelecimentos credenciados e volume financeiro transacionado de R\$10.550,2 milhões, 48,4% acima do apurado no mesmo período de 2012. As operações com a bandeira VISA alcançaram 18,9 milhões de transações em dezembro de 2013, no valor de R\$1.593,7 milhões. A bandeira MasterCard registrou 14,3 milhões de transações, no montante de R\$1.120,8 milhões

no final de 2013. O volume de transações com cartões VerdeCard somou 1,8 milhão, alcançando montante de R\$151,1 milhões.

O fortalecimento e a consolidação da Rede Banricompras foram impulsionados, em 2013, por diversas ações comerciais e convênios com associações e profissionais liberais, entre as quais, a campanha de ativação e conquista de clientes *Bandeira Campeã VISA* que previa o incentivo ao credenciamento dos profissionais da área de saúde; campanha de adesão *Semana Weekend Mastercard* para credenciamento de restaurantes participantes e o convênio firmado com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), possibilitando o recebimento de honorários através de cartões de débito ou crédito. Também em 2013, em parceria com a empresa PAX, terceira maior fabricante de POS do mundo, e com o apoio da VISA, a Rede Banricompras lançou a primeira solução para pagamento móvel com *smartphone* ou *tablet*, com tecnologia segura de *Chip and Pin*, por meio de um equipamento *PinPad* com conexão *bluetooth*. Essa solução possibilita à Rede multibandeira Banricompras ampliar a atuação nos mercados de profissionais autônomos. Ainda nesse ano, a Rede Banricompras conquistou a mais importante certificação da indústria mundial de cartões de pagamento: o Payment Card Industry – Data Security Standards (PCI DSS).

Correspondentes Banrisul - Banriponto



Ao final do ano de 2013, a Rede de Correspondentes Banrisul, Banriponto, contava com 1.575 conveniados, distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. De janeiro a dezembro de 2013, foram registradas 61,9 milhões de transações em montante de R\$18.809,3 milhões, volume 11,1% superior ao contabilizado no mesmo período de 2012.

No final de 2013, o Banrisul contava com 1.047 Correspondentes Banrisul sinalizados com a nova programação visual Banriponto, dos quais 100 atuam na comercialização de cartões de crédito, empréstimo consignado, na abertura de contas e venda de seguros e, em parceria com a Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros, na originação de operações de empréstimo consignado INSS.

Canais Eletrônicos

Ao longo de 2013, o Banrifone, canal de relacionamento através do qual o cliente pode realizar consultas de saldos, solicitações de serviços e transações bancárias por telefone, recebeu, 4,3 milhões de acessos no atendimento eletrônico e 364,6 mil no personalizado, gerando movimentação financeira de R\$214,2 milhões, além de informações que foram prestadas aos clientes. No mesmo período, o *Call Center* de Agências, canal de atendimento telefônico que captura ligações

de clientes pessoa física direcionadas às agências, atendeu 1,0 milhão de ligações e movimentou R\$10,1 milhões.

O atendimento que oferece suporte por telefone aos usuários dos canais *Home Banking*, *Office Banking* e *M-Banking* recebeu 121,1 mil ligações em 2013. A Agência Virtual Banrisul realizou 136,3 milhões de transações, de janeiro a dezembro de 2013, e movimentou a soma de R\$140.603,5 milhões, com crescimento de 11,3% e 21,6% respectivamente, comparando com o mesmo período de 2012, apresentando, como destaque, o incremento no volume transacionado no *M-Banking*, em 180,7%, após lançamento, em maio de 2013, da primeira versão do aplicativo *M-Banking* para dispositivos móveis que utilizam sistemas operacionais *Android* e *IOS*.

Cartão Banricompras

Os cartões com a bandeira Banricompras são exclusivos e gratuitos aos clientes Banrisul, que utilizam o cartão de conta corrente para efetuar o pagamento de suas compras em estabelecimentos credenciados. Os pagamentos podem ser feitos à vista ou de forma pré-datada e parcelada, sem cobrança de juros ou anuidade, com o diferencial de segurança associado à utilização de cartão com *chip*. A praticidade e segurança do cartão Banricompras somam-se às facilidades de acesso à Rede Banricompras Promoções, onde é possível consultar ofertas e aproveitá-las exclusivamente com o Cartão Banricompras, acessar guias de feiras, hotéis, *shoppings*, bares, restaurantes e casas noturnas.

Em setembro de 2013, o Banrisul e a rede GNC Cinemas renovaram a parceria que oferece desconto de 50% no valor do ingresso aos correntistas que efetuarem o pagamento com Cartão Banricompras. O benefício faz parte da estratégia de reposicionamento do Banco junto ao público jovem, fortalecendo o relacionamento com esse segmento, sendo válido em todas as salas da rede GNC Cinemas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tanto para filmes convencionais quanto para filmes com a tecnologia 3D. De janeiro a dezembro de 2013, foram realizadas 93,5 milhões de transações com o Cartão Banricompras, movimentando o total de R\$7.299,8 milhões, 15,4% acima do realizado no mesmo período de 2012.

Cartões de Crédito

O ano de 2013 encerrou com uma base de 592 mil cartões de crédito nas bandeiras VISA e MasterCard, com crescimento de 8,0% em relação a dezembro de 2012. No período, os cartões de crédito possibilitaram movimentação financeira de R\$2,2 bilhões, em 25,0 milhões de transações, expansão de 37,5% e 31,6% respectivamente. As receitas de crédito e tarifas com cartões de crédito somaram R\$122,6 milhões, 19,6% acima de 2012.

Ao longo de 2013, o Banco, como emissor de cartões VISA e MasterCard, promoveu, em conjunto com as bandeiras, campanhas internas de incentivo à venda e ativação de novos cartões de crédito, além de campanha para *upgrade* de modalidade. A ampliação da base de cartões consignados também foi trabalhada pela efetivação de convênios com prefeituras, órgãos da administração estadual, fundações e instituições, abrangendo pacotes especiais de operações aos servidores, com taxas de juros reduzidas e anuidades diferenciadas. Em setembro de 2013, foi lançado o Cartão de Crédito Banrisul VISA *Infinite*, para clientes com elevado potencial de relacionamento, agregando-lhes benefícios especiais, como serviços, assistências, seguros e pontuação diferenciada no programa de recompensas BanriClube de Vantagens.

Seguros, Previdência e Capitalização

Em 2013, o Banrisul fortaleceu sua estratégia com vistas a incentivar a comercialização de seguros massificados junto à base de clientes, por meio do lançamento de novos produtos e abertura de novos canais de distribuição, como os correspondentes bancários e telemarketing, buscando atender às necessidades de proteção dos clientes e disponibilizar produtos com maior valor agregado, mais ágeis e de contratação simplificada. No ramo de seguros destinados a pessoas, foram lançados os seguros Proteção Premiável, AP Mais, Fácil Mais e Vida Empresarial Mais. Já no ramo de seguros patrimoniais, a Instituição iniciou a distribuição dos seguros Lar Protegido e Empresa Protegida. Em abril de 2013, o Banco ingressou no segmento de previdência privada com o lançamento dos produtos BanrisulPrev e BanrisulPrev Afinidade, destinados a clientes pessoa física e disponíveis nas modalidades PGBL e VGBL, com contribuições mensais a partir de R\$50,00. A ampliação da comercialização de seguros junto à base de clientes possibilitou ao Banco expandir as receitas geradas por essa prestação de serviços. Ao final de dezembro de 2013, o Banrisul registrou 1,5 milhão de operações ativas de seguros e capitalização. As receitas, no ano de 2013, alcançaram R\$85,1 milhões, com crescimento de 46,0% em relação ao mesmo período de 2012.

Ações com o Poder Público

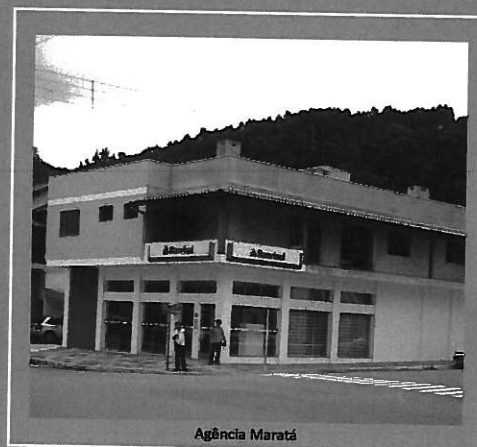
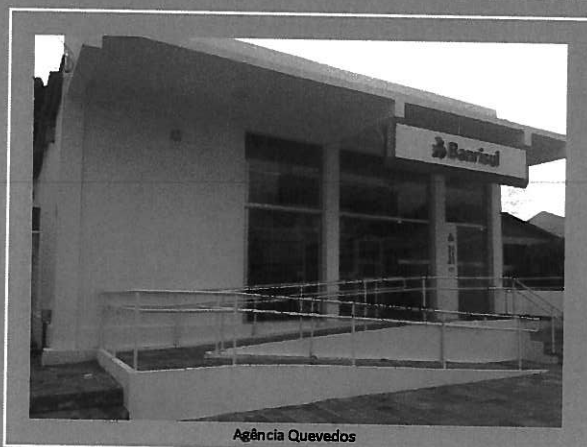
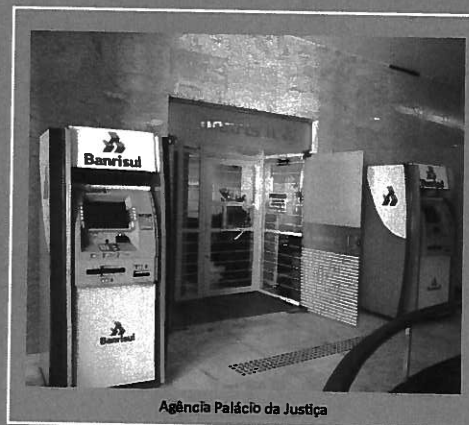
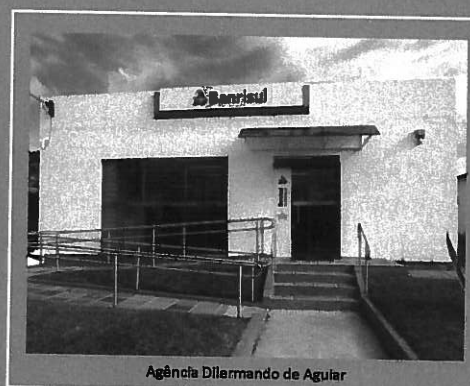
O fortalecimento de parcerias com o setor público é propósito do Banrisul. O Banco, com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento aos servidores do Poder Judiciário, inaugurou, em julho de 2013, as agências Palácio da Justiça e Tribunal de Justiça. Ao final de 2013, o Portal Fornecedores RS, lançado em maio de 2013, já havia disponibilizado cerca de R\$5,8 milhões em antecipações de recebíveis para as empresas fornecedoras de produtos e serviços ao Banrisul e suas coligadas e Empresas Públicas Estaduais. Ao longo de 2013, foram realizadas 130.747 atualizações cadastrais de servidores inativos e detentores de pensão da Administração Direta do Poder Executivo junto ao Banrisul.

Em relação ao segmento municipal, de janeiro a dezembro de 2013, foi trabalhada a ampliação da base de convênios consignados e incentivada a portabilidade da folha de pagamento dos servidores públicos que recebem seus proventos em outras instituições financeiras. O direcionamento comercial do Banco focou na renovação dos contratos de arrecadação de tributos, motivado pela proximidade do final do ano e pela necessidade dos clientes em definir e organizar as ações de cobrança para o IPTU e ISSQN de 2014.

Rede de Atendimento Banrisul

Em dezembro de 2013, a Rede de Atendimento Banrisul atingiu 1.323 pontos, distribuídos em 512 agências, das quais 470 no Rio Grande do Sul, 27 em Santa Catarina, 13 nos demais estados brasileiros, duas no exterior, 216 Postos de Atendimento Bancário e 595 Pontos de Atendimento Eletrônico. De janeiro a dezembro de 2013, foram disponibilizadas 44 novas agências Banrisul, sendo 19 novas e 25 postos transformados em agências. Também em 2013, foram inaugurados dois novos postos de atendimento.

Em 2013, o Banrisul lançou o Espaço Afinidade, estruturas para personalização do atendimento a clientes com elevado potencial de relacionamento, objetivando agregar à rede a percepção de diferencial de atendimento.



Empresas Controladas e Coligadas

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios – A Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de imóveis, automóveis, tratores, caminhões e motocicletas. A Empresa, no término do ano de 2013, atingiu uma base de clientes ativos de 39.432 consorciados e totalizou R\$1,4 bilhão em volume de cartas de crédito. Ocorreram 6,5 mil contemplações, colocando à disposição volume de crédito de R\$200,2 milhões para aquisição de bens de consumo. No ano em que completou 10 anos, a Empresa é destaque no Rio Grande do Sul no segmento de vendas de consórcios de automóveis, ocupando o 1º lugar entre as administradoras gaúchas. O lucro líquido apurado, no período, alcançou R\$17,5 milhões.

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio - Durante o ano de 2013, a Banrisul Corretora intermediou R\$1,5 bilhão em operações de renda variável e, desse total, 75,2% foram efetuadas via *Home Broker*. O lucro líquido acumulado, no período, foi de R\$692,0 mil.

Banrisul Armazéns Gerais S.A. - A Empresa completou 60 anos em 2013, atuando como permissionária da Receita Federal, nos setores de importação e exportação, envolvendo atividades de armazenamento e movimentação de mercadorias e como armazém geral. No período, foram implementados vários projetos, com destaque para a ampliação do pátio de manobras e armazenagem em mais 17.000m², além do incremento de novas tecnologias, através da aquisição de mais 5.000 *racks* para verticalização de armazenagem, 15 novas empilhadeiras, contratação dos serviços de *read stacker*, com capacidade de até 40 toneladas. Essas ações acrescentaram velocidade e qualidade ao processo de carga e descarga de contêineres e possibilitaram a captação de novos clientes. O lucro líquido registrado em 2013 somou R\$3,2 milhões.

Banrisul Cartões S.A. - Em outubro 2013, a Banrisul Serviços, especializada na administração de *vouchers*, integrou às suas atividades as operações da Rede de Adquirência Banrisul. A reorganização administrativa e operacional implicou na alteração do objeto e razão social da Empresa, que passou a chamar-se Banrisul Cartões S.A. Com a reestruturação, os processos são otimizados, ampliando a força estratégica dos negócios com *vouchers* e adquirência. No segmento de *vouchers*, a linha de produtos ganhou nova identidade visual, passando a se chamar BanriCard, marca já utilizada nos novos produtos lançados: cartão Vale Cultura, que possibilita aos conveniados a participação no Programa de Cultura do Trabalhador, e o cartão Desenvolvimento Rural, por meio do qual são repassados financiamentos subsidiados pelo Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais. Ao final de 2013, a Empresa contava com mais de 652 mil usuários, 8,5 mil empresas conveniadas e mais de 79 mil pontos credenciados. Durante o ano de 2013, foram realizadas 19,6 milhões de transações. A Rede Banricompras, cujas operações foram incorporadas à Banrisul Cartões em novembro de 2013, encerrou o ano com 139 mil estabelecimentos credenciados e volume financeiro transacionado de R\$10.550,2 milhões. Esse desempenho foi impulsionado pelos convênios firmados com entidades e com mercados de profissionais autônomos. O lucro líquido da Banrisul Cartões alcançou R\$41,1 milhões em 2013, contemplando, nos últimos dois meses, a operação da rede de adquirência.

Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S.A. - Adquirida em março de 2012, a promotora de vendas, que atua com o nome comercial Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros, é especializada na distribuição de crédito consignado. No final de 2013, o saldo de operações originadas através da Rede Bem-Vindo alcançou R\$2.449,3 milhões. O lucro líquido alcançado em 2013 foi de R\$4,1 milhões.

Governança Corporativa

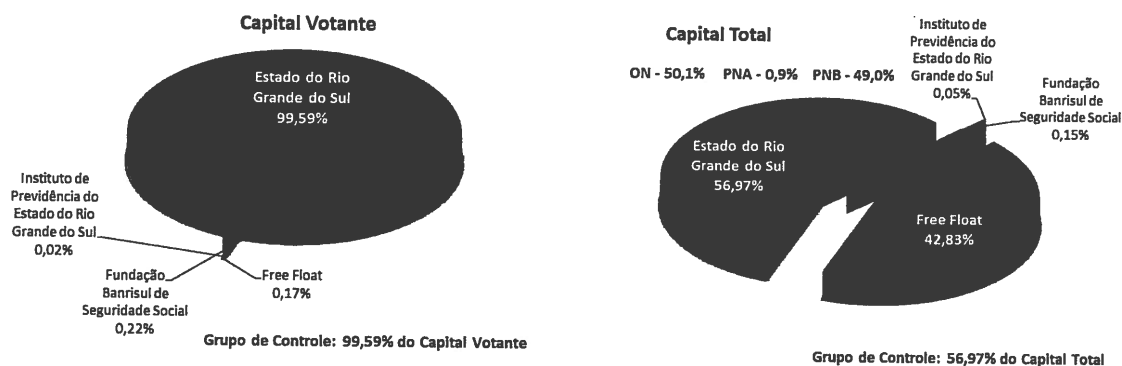
Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o Banrisul atende integralmente os requisitos desse nível de listagem e, em linha com as melhores práticas de mercado, também exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes.

De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banrisul informa que a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada em 2011, por meio do processo licitatório (Concorrência 97/2010), estabelecido pela Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa até o quarto trimestre de 2013.

Estrutura Acionária

O Banco apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 42,8% do total das ações do Banco são de titularidade de acionistas sem vínculos com a Instituição, enquanto que o mínimo exigido é de 25%. A estrutura acionária está apresentada a seguir.

Gráfico 5: Estrutura Acionária



Política de Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

A Instituição mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo exigido.

No ano de 2013, líquidos de imposto de renda na fonte, foram pagos e/ou provisionados R\$300,8 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Mercado de Capitais

Em agosto de 2013, o Banrisul concluiu a primeira emissão de Letras Financeiras, no valor total de R\$1,6 bilhão. Essa emissão foi feita nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, em três séries: a primeira série, no montante de R\$700,0 milhões e prazo de dois anos; a segunda, de R\$870,0 milhões e prazo de três anos; e a terceira, de R\$30,0 milhões e prazo de quatro anos.

A demanda total de R\$2,4 bilhões foi cerca de uma vez e meia superior ao valor pretendido, posicionando o Banrisul no mercado de renda fixa, abrindo oportunidades futuras para operações com prazos mais alongados sem, porém, impactar o custo de captação.

Controles Internos e *Compliance*

O Banrisul estabelece, em sua Política de Controles Internos, diretrizes que ressaltam a importância do sistema de controles internos na condução de seus negócios. São adotados, como mecanismos de controles, procedimentos, regras e sistemas que são amplamente divulgados e revisados continuamente com a finalidade de assegurar que as atividades sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente e alinhadas às boas práticas bancárias.

O programa de *compliance* e a adoção de boas práticas têm papel relevante na disseminação da cultura, na mitigação dos riscos legal e de imagem e no fortalecimento do ambiente de controles internos da Instituição, monitorando a conformidade com a regulamentação externa e políticas internas, implantando políticas e procedimentos que contribuam para a promoção do combate à corrupção, terrorismo e lavagem de dinheiro em consonância com as leis nº 9613/98 e nº 12.683/12 e aplicando metodologias e testes para verificação da eficácia e efetividade dos controles internos nos diversos processos do Banco.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos é ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul. Os riscos intrínsecos abrangem desde os facilmente identificáveis, como os riscos de mercado, liquidez e crédito, assim como os indiretamente identificáveis, mas também de extrema importância, tais como o risco operacional e o de imagem. Assim, o Banco alinha as atividades aos padrões recomendados pelos Acordos de Capital de Basileia, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido. São processos contínuos nesse escopo o aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança integradas aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Desde 2011, com a finalidade de realizar a gestão estratégica do risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, bem como a gestão de capital do consolidado Econômico-financeiro do Grupo Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, a Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. e a Banrisul Cartões S.A.), está instituído o Comitê de Riscos Corporativos. Os relatórios de acesso público referentes à gestão de riscos no Banrisul estão disponibilizados no *site* <http://www.banrisul.com.br>, na rota: "Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Relatório de Gerenciamento de Riscos".

Risco de Crédito

A política interna adotada pelo Banrisul para mensurar o risco de crédito considera a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte referente às suas obrigações contratuais. Essa mensuração de risco de crédito, que reflete as expectativas de perdas, é incorporada à gestão operacional do Banco, conforme determina o Órgão Regulador, e está alicerçada no princípio da decisão técnica colegiada e nas metodologias estatísticas de *Credit* e *Behaviour Score*. Para tanto, estão definidas alçadas de concessão de crédito e limites de risco correspondentes a diversos níveis decisórios. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição está disposta a operar, atendendo o binômio risco x retorno.

Ao longo deste ano, o Banrisul aprimorou políticas relacionadas à gestão do risco de crédito visando agilizar a concessão de crédito com segurança, proporcionar maior liquidez às operações e reduzir o risco de concentração de crédito. Ainda, objetivando a ampliação de controles, desenvolveu novas consultas a respeito de garantias e do cálculo de risco dos clientes; implementou o novo sistema centralizado de *rating*, apropriado à atual dinâmica do Banco e do mercado financeiro; e intensificou estudos no âmbito de Basileia, efetuando simulações de seus impactos e procedimentos para atendimento das novas regulamentações.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O gerenciamento desse tipo de risco está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação (*trading*) e operações classificadas na carteira de não negociação (*banking*).

A carteira *trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem, para a qual é adotada a metodologia *Value at Risk* (VaR) na apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas e, na apuração das exposições dos demais indexadores, é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*. Já a carteira *banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento. A apuração do risco é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está relacionado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar seus compromissos no vencimento, ou fazê-lo com elevadas perdas, sendo classificado em risco de liquidez de fluxo de caixa e risco de liquidez de mercado. O risco de liquidez de fluxo de caixa está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar de forma eficiente suas obrigações, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas de recursos; e o risco de liquidez de mercado considera a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, em função do seu tamanho elevado em relação ao volume transacionado ou sob o efeito de alguma descontinuidade no mercado.

A Instituição acompanha o risco de liquidez através da análise de indicadores de liquidez. São elaborados relatórios periódicos sobre o gerenciamento desse tipo de risco, sendo os mensais encaminhados ao Comitê de Gestão de Riscos Corporativos e os de fechamento de trimestre à Diretoria e ao Conselho de Administração para apreciação.

Risco Operacional

O Banco Central do Brasil, através da Resolução 3.380/2006, em seu artigo 2º, define o risco operacional como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes de falhas, deficiências, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

No ano de 2013, o Banrisul realizou o III Ciclo de Análise de Riscos Operacionais com a finalidade de obter um panorama de toda a Instituição quanto a sua exposição a riscos, prevendo o tratamento daqueles mais relevantes e provendo o suporte necessário a uma gestão eficaz dentro de cada unidade de negócio.

Índice de Basileia

Em março de 2013, o Conselho Monetário Nacional – CMN emitiu um conjunto de normas para implementação das diretrizes de Basileia III no Brasil, com vigência a partir de outubro de 2013. O Capital Regulamentar permanecerá correspondendo ao somatório dos Níveis I e II, apurados em relação ao total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), calculados com base nas informações do Conglomerado-Financeiro. Em dezembro de 2013, os limites mínimos de capital exigidos foram de 11% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 5,5% para o Índice de Nível I e 4,5% para o Índice de Capital Principal.

No âmbito interno, o Banco Central do Brasil concedeu ao Banrisul a possibilidade de considerar a captação feita no exterior em dezembro de 2012, no valor de US\$ 275,0 milhões, elegível no nível II do Patrimônio de Referência na categoria de dívida subordinada, mesmo sem estar contabilizado em conta Cosif específica. Assim, em dezembro de 2013, o Índice de Basileia do Conglomerado-Financeiro foi de 18,3%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Em relação a dezembro de 2012, o Patrimônio de Referência aumentou 3,6%, pelo incremento de 5,5% no Nível I, reflexo da apropriação de resultado do período; o Nível II retraiu em 10,5% pela redução de 10% do montante da dívida subordinada, resultando na queda de 1,86 pp. do Índice de Basileia do Conglomerado-Financeiro. Para os Capitais, Principal e Nível I, o índice foi de 14,0%, acima dos mínimos exigidos.

Modernização Tecnológica



Os gastos com investimentos em *hardware*, *software* e manutenção de bens patrimoniais somaram R\$299,5 milhões no ano de 2013. Entre as realizações relacionadas à infraestrutura de TI, destacam-se: (i) a conclusão da implantação de solução que garante ao Banrisul total contingência na rede de armazenamento de dados; (ii) a ampliação da capacidade de comunicação entre o Banrisul e a RSFN - Rede do Sistema Financeiro Nacional; (iii) adesão do Banrisul ao projeto do Governo do Estado INFOVIA RS; (iv) implantação da nova solução *Spectrum IM*, que é responsável pela monitoração da disponibilidade e capacidade de todos os entes (*links*, roteadores e *switches*) que efetuam a comunicação da rede de computadores instalados no Banrisul; (v) atualização tecnológica com a substituição de 113 roteadores de agências, possibilitando maior qualidade na comunicação das agências com o *Data Center* do Banrisul; (vi) contingenciamento de rede de comunicações de dados para as 270 maiores agências da rede; (vii) atualização dos produtos (SW) utilizados pelo ambiente *mainframe* e aumento da capacidade de processamento.

Entre as iniciativas relacionadas à segurança de TI, incluem-se: (i) homologação, em caráter pioneiro, do Cartão Múltiplo Banrisul junto ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) para emissão de certificados digitais da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil); (ii) implementação de nova sistemática de criptografia na rede de aquisição do Banrisul; (iii) aderência da Rede Banricompras do Banrisul aos rígidos critérios de segurança da indústria mundial de cartões de pagamento, tendo como resultado a certificação PCI-DSS (Payment Card Industry - Data Security Standards); (iv) realização da 6ª edição do Fórum Internacional de TI Banrisul com o tema *A Tecnologia e os Negócios no Mundo da Computação em Nuvem*, com público recorde de mais de 2.700 inscritos, desde empregados, universitários e profissionais do setor, e painelistas do Brasil, Rússia, Alemanha e EUA.

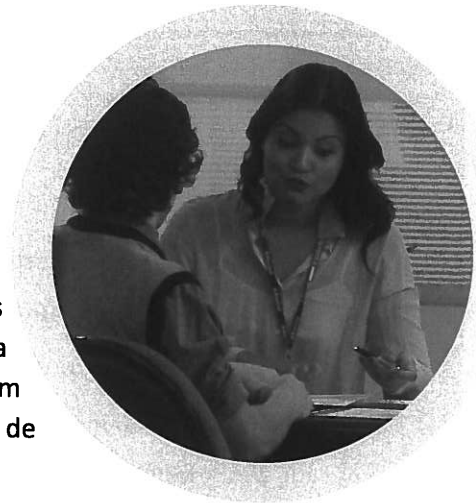
No âmbito de soluções relacionadas aos sistemas corporativos, (i) o Banrisul efetuou o lançamento do Portal Fornecedores RS, um ambiente virtual que facilita o acesso ao crédito às empresas fornecedoras de produtos e serviços às entidades públicas; (ii) a Instituição liberou o acesso ao *M-Banking* para plataforma *Android*; (iii) foram disponibilizadas novas funcionalidades neste ambiente (agendamento de pagamentos e transferências e pagamento do IPVA-RS); (iv) lançamento da primeira solução de *Mobile Payment* no Brasil e América Latina; (v) ampliação dos serviços prestados pela Rede de Correspondentes do Banrisul - Banripontos; (vi) implementação e distribuição de SMS para os clientes, com chamamento sobre pendências, mensagens de marketing e alertas sobre movimentação em contas correntes; (vii) disponibilização do Cartão Aluguel Social, utilizado para a liberação de recursos do Programa Aluguel Social do Governo do Estado; (viii) adoção de *framework* de desenvolvimento para aplicações em equipamentos *mobile* (*Smartphones* e *Tablets*); (ix) implementação de sistema de gerenciamento de processos de negócios, com definição de sequenciamento de transações disponíveis nos meta modelos; (x) diversas implementações em sistemas, com vistas à melhoria da operacionalidade das agências da rede, principalmente nas atividades de fechamento diário.

Recursos Humanos

Ao final do ano de 2013, a Instituição contava com um quadro de 12.175 colaboradores. De janeiro a dezembro de 2013, foram realizados 1.815 cursos de aperfeiçoamento, com 27.696 participações. Para isso, o Banrisul investiu R\$9,5 milhões, dos quais R\$1.016,8 mil foram direcionados a programas de graduação, R\$799,8 mil em programas de pós-graduação e R\$160,7 mil em cursos de idiomas.

No âmbito da qualificação, em 2013, mereceram destaque: a conclusão, por 120 empregados, dos Cursos de Formação de Gerentes de Contas, Gerentes de Negócios e de Supervisores; a capacitação profissional de 26 Agentes de Oportunidade para atuarem no Programa Gaúcho de Microcrédito; o programa de Educação à Distância (EAD) do Banrisul, lançado em abril de 2013, disponibilizado para mais de 12 mil funcionários, e que tem por objetivo melhorar, cada vez mais, o atendimento ao cliente; e o Programa RenovaRH, voltado para à automação e padronização de processos de rotina das agências com vistas à redução de riscos operacionais e à ampliação da agilidade e eficiência no atendimento ao cliente.

Ainda sobre a gestão de pessoas, merece destaque, no ano de 2013, a admissão de 1.093 empregados, remanescentes do concurso público realizado em 2012, e a realização de concurso público para Técnico em TI, detinado ao preenchimento de 266 vagas.



Sustentabilidade

O ano de 2013 foi marcado pela adesão do Banrisul ao Pacto Global, uma das maiores redes internacionais de responsabilidade corporativa, com propósito de respeito e assecuração aos direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Outro destaque na adoção de práticas sustentáveis foi a publicação do segundo Relatório de Sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* e auditado por empresa externa.

Junto às comunidades, a Instituição mantém e amplia sua participação em iniciativas interinstitucionais e comitês voltados às políticas públicas que fortalecem estratégias para sociedade justa, inclusiva e economicamente viável, como os programas RS na Paz, RS Mais Digital, Comissão de Produção Orgânica, entre outros. De janeiro a dezembro de 2013, foram destinados cerca de R\$2,6 milhões a 45 projetos sociais, por meio do Fundo da Criança e do Adolescente e do Fundo do Idoso de municípios gaúchos. O Banrisul possui diversos programas socioambientais, desenvolvidos no RS e em outros estados, que contam com a ação de empregados. A atuação dos Agentes de Sustentabilidade agrega ganhos nas perspectivas humanas, sociais, ambientais e econômicas.



Reconhecimentos

Fev/2013. Banrisul é destaque em *ranking* mundial das marcas de bancos mais valiosas.

Mar/2013. Banrisul é uma das marcas mais lembradas e preferidas no RS.

Abr/2013. *Ranking* mundial da Forbes destaca o Banrisul.

Mai/2013. Banrisul é uma das cinco marcas mais lembradas no Estado.

Jul/2013. Banrisul é uma das 200 maiores empresas da América Latina, conforme consultoria Econômica.

Ago/2013. Banrisul é destaque em *ranking* nacional.

Set/2013. Banrisul está entre as 1000 maiores empresas do País no *ranking* As Melhores da Dinheiro.

Set/2013. Banrisul é a segunda maior empresa do RS no *ranking* 500 Maiores do Sul.

Nov/2013. Banrisul conquista dois prêmios na categoria Inovação do Top de Marketing da ADVB-RS - *Banricompras: sucesso em modelo único no Brasil* e Reposicionamento da Marca.

Nov/2013. Projetos de sustentabilidade recebem medalha do Prêmio de Responsabilidade Social.

Nov/2013. Banrisul recebe o prêmio Empresa Cidadã no Rio de Janeiro.

Dez/2013. Banrisul é destaque em *ranking* internacional na área de Relações com Investidores.

Dez/2013. Banrisul é uma das maiores empresas do Estado.

Dez/2013. Banrisul é um dos 200 maiores grupos econômicos do País.

Agradecimentos

Em 85 anos de história completados em setembro de 2013, o Banrisul, pouco a pouco, consolidou sua importância na vida dos gaúchos, ultrapassou as fronteiras do Estado, levou seus produtos e serviços a vários estados brasileiros, realizou operações financeiras bem-sucedidas no mercado internacional. Essa história espelha a confiança compartilhada entre controladores, investidores, fornecedores, clientes e empregados. Nossa gratidão pelo apoio, pela preferência e pela dedicação daqueles que formam essa rede de relacionamentos, pois é daí que provém a solidez do Banco.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
	Reapresentado Nota 3(n)		Reapresentado Nota 3(n)	
ATIVO				
CIRCULANTE	23.199.775	25.908.901	23.686.709	25.997.263
DISPONIBILIDADES	737.919	809.036	737.962	809.093
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 04)	509.587	4.591.635	527.752	4.609.386
Aplicações no Mercado Aberto	379.999	4.538.758	398.164	4.556.509
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	129.588	52.877	129.588	52.877
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS				
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	4.286.383	5.770.335	4.310.593	5.780.271
Carteira Própria	3.857.412	3.308.884	3.881.615	3.318.814
Vinculados a Compromissos de Recompra	349.557	1.697.223	349.557	1.697.223
Instrumentos Financeiros Derivativos	50.375	20.224	50.375	20.224
Vinculados ao Banco Central	-	459.083	-	459.083
Vinculados à Prestação de Garantias	29.039	284.921	29.039	284.921
Moedas de Privatização	-	-	7	6
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3.995.330	2.920.614	3.995.330	2.920.614
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.785	2.814	3.785	2.814
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Depósitos no Banco Central	3.945.045	2.875.308	3.945.045	2.875.308
Convênios	47	1.243	47	1.243
Correspondentes	46.453	41.249	46.453	41.249
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	109.298	85.352	109.298	85.352
Recursos em Trânsito de Terceiros	7.267	4.263	7.267	4.263
Transferências Internas de Recursos	102.031	81.089	102.031	81.089
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07)	11.042.723	9.818.746	11.042.723	9.818.746
Operações de Crédito				
Setor Público	15.790	23.835	15.790	23.835
Setor Privado	11.403.580	10.258.343	11.403.580	10.258.343
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.821	10.549	8.821	10.549
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(385.468)	(473.981)	(385.468)	(473.981)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	33.494	35.975	33.494	35.975
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	1.578	1.612	1.578	1.612
Setor Privado	34.040	36.912	34.040	36.912
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(2.124)	(2.549)	(2.124)	(2.549)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	2.389.223	1.809.552	2.833.345	1.869.756
Carteira de Câmbio	760.079	621.089	760.079	621.089
Rendas a Receber	90.413	61.326	97.933	56.601
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	894	4.874
Créditos Específicos	-	-	38	16
Diversos	1.627.847	1.177.551	2.066.329	1.239.749
Provisão para Outros Créditos	(89.116)	(50.414)	(91.928)	(52.573)
OUTROS VALORES E BENS	95.818	67.656	96.212	68.070
Outros Valores e Bens	2.181	3.054	2.286	3.197
Despesas Antecipadas	93.637	64.602	93.926	64.873

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
		Reapresentado Nota 3(n)		Reapresentado Nota 3(n)
ATIVO (cont.)				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	29.229.782	20.461.226	29.255.409	20.484.145
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS				
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	14.064.359	6.574.810	14.068.974	6.580.922
Carteira Própria	8.632.308	5.907.550	8.632.308	5.907.550
Vinculados a Compromissos de Recompra	3.957.517	-	3.957.517	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	265.345	222.098	265.345	222.098
Vinculados ao Banco Central	718.255	259.692	718.255	259.692
Vinculados à Prestação de Garantias	490.934	185.470	495.549	191.582
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	734.722	679.815	734.722	679.815
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Sistema Financeiro da Habitação	734.722	679.815	734.722	679.815
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07)	12.874.996	11.860.486	12.874.996	11.860.486
Operações de Crédito				
Setor Público	81.723	86.703	81.723	86.703
Setor Privado	13.822.747	12.700.228	13.822.747	12.700.228
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	75.078	98.002	75.078	98.002
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(1.104.552)	(1.024.447)	(1.104.552)	(1.024.447)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	37.013	38.157	37.013	38.157
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	2.693	4.046	2.693	4.046
Setor Privado	38.684	39.526	38.684	39.526
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(4.364)	(5.415)	(4.364)	(5.415)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	1.382.992	1.295.817	1.404.004	1.312.624
Carteira de Câmbio	1.859	35.044	1.859	35.044
Rendas a Receber	5.072	-	5.072	-
Diversos	1.422.232	1.341.051	1.443.244	1.357.858
Provisão para Outros Créditos	(46.171)	(80.278)	(46.171)	(80.278)
OUTROS VALORES E BENS	135.700	12.141	135.700	12.141
Outros Valores e Bens	27.376	21.951	27.376	21.951
Provisão para Desvalorização	(11.203)	(9.963)	(11.203)	(9.963)
Despesas Antecipadas	119.527	153	119.527	153
PERMANENTE	692.241	643.042	268.569	262.408
INVESTIMENTOS (Nota 09 (a))	496.992	441.247	58.161	48.421
Participação em Coligadas e Controladas no País (Nota 02 (c))	490.322	434.577	50.949	41.207
Outros Investimentos	11.455	11.455	12.104	12.105
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.892)	(4.891)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 09 (b))	163.000	156.353	176.964	167.356
Imóveis de Uso	115.489	119.005	127.038	129.622
Outras Imobilizações de Uso	534.404	517.595	547.400	527.530
Depreciação Acumulada	(486.893)	(480.247)	(497.474)	(489.796)
INTANGÍVEL (Nota 09 (c))	32.249	45.442	33.444	46.631
Ativos Intangíveis	139.975	367.250	142.092	369.361
Amortização Acumulada	(107.726)	(321.808)	(108.648)	(322.730)
TOTAL DO ATIVO	53.121.798	47.013.169	53.210.687	46.743.816

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
	Reapresentado Nota 3(n)		Reapresentado Nota 3(n)	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE	26.460.393	27.317.599	26.544.541	27.046.550
DEPÓSITOS (Nota 10)	15.878.550	16.322.475	15.624.432	16.014.134
Depósitos à Vista	3.400.508	3.401.968	3.397.760	3.400.331
Depósitos de Poupança	6.990.978	5.836.236	6.990.978	5.836.236
Depósitos Interfinanceiros	57.012	269.540	57.012	269.540
Depósitos a Prazo	5.430.052	6.814.731	5.178.682	6.508.027
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 10)	4.290.700	1.697.357	4.220.707	1.627.794
Carteira Própria	4.290.700	1.697.357	4.220.707	1.627.794
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 10)	376.558	27.947	376.558	27.947
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	376.558	27.947	376.558	27.947
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.968	5.305	8.968	5.305
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	8.938	5.305	8.938	5.305
Correspondentes	30	-	30	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	225.093	248.485	225.093	248.485
Recursos em Trânsito de Terceiros	224.925	248.429	224.925	248.429
Transferências Internas de Recursos	168	56	168	56
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	1.274.831	966.266	1.274.904	966.266
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	73	-
Empréstimos no Exterior (Nota 11)	1.274.831	966.266	1.274.831	966.266
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	569.428	438.994	569.428	438.994
Tesouro Nacional	104.282	85.752	104.282	85.752
BNDES	278.009	199.538	278.009	199.538
CEF	6.234	6.631	6.234	6.631
FINAME	180.903	147.073	180.903	147.073
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 12)	-	25.762	-	25.762
Repasse do Exterior	-	25.762	-	25.762
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05 (d))	40.019	22.933	40.019	22.933
Instrumentos Financeiros Derivativos	40.019	22.933	40.019	22.933
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	3.796.246	7.562.075	4.204.432	7.668.930
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	45.121	44.953	45.121	44.953
Carteira de Câmbio	7.516	25.628	7.516	25.628
Sociais e Estatutárias	82.011	47.860	82.275	48.054
Fiscais e Previdenciárias	219.031	271.974	239.373	278.841
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	693	5.696
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.298.626	5.942.333	1.298.626	5.942.333
Dívidas Subordinadas	143.567	80.284	143.567	80.284
Diversas	2.000.374	1.149.043	2.387.261	1.243.141

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
		Reapresentado Nota 3(n)		Reapresentado Nota 3(n)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (cont.)				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	21.513.543	15.060.922	21.516.464	15.060.922
DEPÓSITOS (Nota 10)	15.020.166	10.732.255	15.020.166	10.732.255
Depósitos Interfinanceiros	294.808	150.171	294.808	150.171
Depósitos a Prazo	14.725.358	10.582.084	14.725.358	10.582.084
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 10)	2.129.324	287.418	2.129.324	287.418
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	2.129.324	287.418	2.129.324	287.418
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.892	8.782	5.892	8.782
Repasse Interfinanceiros	5.892	8.782	5.892	8.782
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	-	619.667	1.320	619.667
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	1.320	-
Empréstimos no Exterior (Nota 11)	-	619.667	-	619.667
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES				
OFICIAIS (Nota 12)	1.641.857	1.204.538	1.641.857	1.204.538
Tesouro Nacional	1.641	6.248	1.641	6.248
BNDES	988.135	788.165	988.135	788.165
CEF	58.157	56.171	58.157	56.171
FINAME	593.924	353.954	593.924	353.954
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05 (d))	72.028	-	72.028	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	72.028	-	72.028	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	2.644.276	2.208.262	2.645.877	2.208.262
Fiscais e Previdenciárias	443.019	429.060	444.586	429.060
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	68.408	-	68.408	-
Dívidas Subordinadas	1.717.927	1.078.051	1.717.927	1.078.051
Diversas	414.922	701.151	414.956	701.151
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	1.820	1.696
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 20)	5.147.862	4.634.648	5.147.862	4.634.648
Capital Social de Domiciliados no País	3.750.000	3.500.000	3.750.000	3.500.000
Reservas de Capital	4.511	4.511	4.511	4.511
Reservas de Lucros	1.621.614	1.394.344	1.621.614	1.394.344
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	(228.263)	(264.207)	(228.263)	(264.207)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.121.798	47.013.169	53.210.687	46.743.816

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do Resultado

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Valores em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por Ação)

	Banrisul		Banrisul Consolidado		
	2º Semestre/ 2013	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.476.710	6.568.903	6.343.001	6.572.527	6.346.393
Operações de Crédito	2.336.724	4.590.923	4.611.383	4.590.923	4.611.383
Operações de Arrendamento Mercantil	7.131	13.222	13.043	13.222	13.043
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	858.278	1.434.921	1.077.212	1.438.545	1.080.604
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(5.475)	2.685	207.479	2.685	207.479
Resultado de Operações de Câmbio	69.954	155.081	106.742	155.081	106.742
Resultado das Aplicações Compulsórias	185.894	323.500	298.119	323.500	298.119
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	24.204	48.571	29.023	48.571	29.023
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.976.353)	(3.595.350)	(3.496.660)	(3.566.959)	(3.468.238)
Operações de Captação no Mercado	(1.475.894)	(2.481.567)	(2.014.975)	(2.452.528)	(1.986.097)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(189.266)	(453.471)	(629.696)	(453.484)	(629.696)
Provisão para Operações de Crédito (Nota 07 (e))	(311.193)	(660.312)	(851.989)	(660.947)	(852.445)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.500.357	2.973.553	2.846.341	3.005.568	2.878.155
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(958.835)	(1.798.705)	(1.663.509)	(1.799.001)	(1.674.572)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	66.453	125.106	117.601	210.793	195.562
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 16)	378.375	727.310	603.023	772.647	603.005
Despesas de Pessoal	(716.968)	(1.353.007)	(1.225.559)	(1.360.090)	(1.233.501)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(555.688)	(1.022.601)	(838.202)	(1.054.658)	(861.470)
Despesas Tributárias	(132.470)	(259.833)	(247.619)	(279.186)	(258.189)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas (Nota 02 (c))	47.121	63.919	40.836	1.503	1.207
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	132.519	262.095	256.569	254.591	249.580
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(178.177)	(341.694)	(370.158)	(344.601)	(370.766)
RESULTADO OPERACIONAL	541.522	1.174.848	1.182.832	1.206.567	1.203.583
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	541.522	1.174.848	1.182.832	1.206.567	1.203.583
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22 (a))	(115.901)	(291.999)	(288.660)	(323.455)	(309.072)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	(53.693)	(91.235)	(75.582)	(91.331)	(75.799)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO	-	-	-	(167)	(122)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	371.928	791.614	818.590	791.614	818.590
Número de Ações em Circulação - Milhares	408.974	408.974	408.974	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	909,42	1.935,61	2.001,57	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
2º Semestre/ 2013	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Ajustado antes da Tributação e Participação dos Empregados	918.979	1.998.905	2.309.843	2.097.059
Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	541.522	1.174.848	1.182.832	1.206.567
Ajustes ao Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados				
Depreciação e Amortização	31.584	64.100	108.707	65.134
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(47.121)	(63.919)	(40.835)	(1.503)
Provisão para Operações de Crédito	311.193	660.312	851.989	660.947
Reversão para Perdas de Securitização	(56)	(413)	(4.097)	(413)
Provisão para Contingência	81.857	163.977	211.247	166.327
Variação de Ativos e Obrigações	(2.365.904)	(6.531.373)	(928.367)	(6.624.181)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.365.904)	(6.531.373)	(928.367)	(6.624.181)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	36.462	35.944	2.576	35.944
(Aumento) Redução em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	26.786	14.191	49.575	14.191
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários	416.858	(5.932.199)	(2.395.351)	(5.944.976)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	49.304	15.716	(219.389)	15.716
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(872.048)	(1.176.188)	(62.523)	(1.176.188)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(1.972.646)	(2.878.375)	(3.988.571)	(2.878.375)
(Aumento) Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(1.579)	3.281	(1.313)	3.281
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(107.699)	(619.436)	(791.953)	(1.021.978)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(69.745)	(151.721)	(48.358)	(151.701)
Aumento (Redução) em Depósitos	2.148.138	3.843.986	4.410.446	3.898.209
Aumento (Redução) em Captação no Mercado Aberto	(3.786.490)	2.593.343	296.075	2.592.913
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.992.753	2.190.517	288.610	2.190.517
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	383.414	230.889	1.099.985	232.282
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(475.770)	(4.357.174)	888.742	(4.056.855)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(133.642)	(344.147)	(456.918)	(377.161)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.446.925)	(4.532.468)	1.381.476	(4.527.122)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.446.925)	(4.532.468)	1.381.476	(4.527.122)
Atualização de Ativos em Controladas	-	-	(1)	-
Alienação de Investimentos	4.119	4.434	520	3.365
Alienação de Imobilizado de Uso	541	1.163	391	3.316
Aquisição de Investimentos	(11.560)	(11.602)	(40.443)	(11.602)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(16.960)	(48.689)	(46.162)	(54.837)
Aplicação no Intangível	(1.044)	(10.028)	(1.886)	(10.034)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(24.904)	(64.722)	(87.581)	(69.792)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(24.904)	(64.722)	(87.581)	(69.792)
Dívidas Subordinadas	33.327	703.159	1.158.335	703.159
Dividendos Pagos	-	-	(40.000)	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(123.941)	(244.943)	(253.387)	(244.943)
Variação na Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	124
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(90.614)	458.216	864.948	458.340
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.562.443)	(4.138.974)	2.158.843	(4.138.574)
Disponibilidades	627.774	809.036	624.206	809.093
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	2.145.533	4.540.802	2.566.789	4.558.553
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	2.773.307	5.349.838	3.190.995	5.367.646
Disponibilidades	737.919	737.919	809.036	737.962
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	472.945	472.945	4.540.802	491.110
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	1.210.864	1.210.864	5.349.838	1.229.072

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Valores em Milhares de Reais)

			Banrisul		Banrisul Consolidado
	2º Semestre/ 2013	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
RECEITAS (a)	3.746.566	7.021.632	6.468.081	7.148.141	6.542.794
Intermediação Financeira	3.480.412	6.567.433	6.342.877	6.571.057	6.347.092
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	444.828	852.416	720.624	983.440	798.567
Constituição de Provisão para Operações de Crédito	(311.193)	(660.312)	(851.989)	(660.947)	(852.445)
Outras	132.519	262.095	256.569	254.591	249.580
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)	1.665.160	2.935.038	2.644.671	2.906.012	2.615.793
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	671.993	1.231.955	1.042.505	1.266.440	1.067.301
Materiais, Energia e Outros	464.570	899.581	850.771	920.218	870.711
Serviços de Terceiros	203.721	333.844	191.858	347.692	195.891
Perda/Recuperação de Valores Ativos	3.702	(1.470)	(124)	(1.470)	699
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	1.409.413	2.854.639	2.780.905	2.975.689	2.859.700
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	31.584	64.100	108.707	65.134	109.449
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	1.377.829	2.790.539	2.672.198	2.910.555	2.750.251
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)	47.121	63.919	40.836	1.503	1.207
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	47.121	63.919	40.836	1.503	1.207
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	1.424.950	2.854.458	2.713.034	2.912.058	2.751.458
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.424.950	2.854.458	2.713.034	2.912.058	2.751.458
Pessoal	661.765	1.245.321	1.116.549	1.252.193	1.124.433
Remuneração Direta	505.856	943.747	849.848	948.541	855.946
Benefícios	125.084	240.950	206.524	242.128	207.538
FGTS	30.825	60.624	60.177	61.524	60.949
Impostos, Taxas e Contribuições	357.267	750.753	720.871	801.869	752.128
Federais	333.701	705.075	681.506	749.828	709.419
Estaduais	70	81	432	95	455
Municipais	23.496	45.597	38.933	51.946	42.254
Remuneração de Capitais de Terceiros	33.990	66.770	57.024	66.215	56.185
Aluguéis	33.990	66.770	57.024	66.215	56.185
Remuneração de Capitais Próprios	371.928	791.614	818.590	791.781	818.712
Juros sobre o Capital Próprio	123.941	244.943	253.387	244.943	253.387
Dividendos	24.334	69.401	73.078	69.401	73.078
Lucros Retidos do Exercício/Semestre	223.653	477.270	492.125	477.270	492.125
Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	167	122

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Valores em Milhares de Reais)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	TOTAL
	Capital Social	Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas	Subvenções para Investimentos	Legal	Estatutária	Para Expansão	Títulos Disponíveis para Venda	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (*)			
Em 01 de janeiro de 2012	3.200.000	1	4.511	237.648	689.833	274.738	(7.220)	(57.664)	-	-	4.341.847
Aumento de Capital (Nota 20 (a))	300.000	-	-	-	(25.262)	(274.738)	-	-	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controlada	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	2.576	(201.899)	-	(199.323)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	818.590	818.590	-
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	40.930	204.647	246.548	-	-	(492.125)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(253.387)	(253.387)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.078)	(73.078)	-
Em 31 de dezembro de 2012	3.500.000	-	4.511	278.578	869.218	246.548	(4.644)	(259.563)	-	-	4.634.648
Aumento de Capital (Nota 20 (a))	250.000	-	-	-	(3.452)	(246.548)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	(1.565)	37.509	-	35.944	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	791.614	791.614	-
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	39.581	197.904	239.785	-	-	(477.270)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(244.943)	(244.943)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.401)	(69.401)	-
Em 31 de dezembro de 2013	3.750.000	-	4.511	318.159	1.063.670	239.785	(6.209)	(222.054)	-	-	5.147.862
Em 01 de julho de 2013	3.750.000	-	4.511	299.562	970.688	127.711	(5.162)	(259.563)	-	-	4.887.747
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	(1.047)	37.509	-	36.462	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	371.928	371.928	-
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	18.597	92.982	112.074	-	-	(223.653)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(123.941)	(123.941)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.334)	(24.334)	-
Em 31 de dezembro de 2013	3.750.000	-	4.511	318.159	1.063.670	239.785	(6.209)	(222.054)	-	-	5.147.862

(*) Reapresentado na Nota 03(n).

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

NOTA 01 Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil e de investimentos, inclusive nas de operações de câmbio, corretagem de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e consórcios. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 Apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). A soma dos ativos e dos passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

	2013	2012
ATIVO		
Operações de Crédito	617.314	484.678
Operações com Sede no Brasil	447.062	423.750
Outras Operações de Crédito	170.252	60.928
Outros Ativos	61.714	111.948
Total do Ativo	679.028	596.626
PASSIVO		
Depósitos	90.106	134.919
Operações com Sede no Brasil	34.552	92.739
Outros Depósitos	55.554	42.180
Outras Obrigações	409.028	313.104
Outros Passivos	2.794	872
Patrimônio Líquido	177.100	147.731
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	679.028	596.626
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Receitas da Intermediação Financeira	23.856	16.670
Despesas da Intermediação Financeira	(1.007)	(1.015)
Outras Despesas, Líquidas	(15.103)	(10.156)
Lucro Líquido do Exercício	7.746	5.499

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes.

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior e das empresas controladas, cujos investimentos, em 31 de dezembro de 2013, totalizaram R\$439.373 (2012 - R\$393.370), geraram um resultado positivo de equivalência patrimonial no exercício de R\$62.416 (2012 - R\$39.629) e estão apresentados no quadro a seguir:

Principais informações sobre os Investimentos em Controladas:

	Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Banrisul S.A. Corretora de Val. Mob. e Câmbio	Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Banrisul Cartões S.A. (*)	Total
Milhares de Ações/Quotas					
Ações Ordinárias	696	10.000	89.500	2.780	-
Ações Preferenciais	-	19.616	-	-	-
Participação no Capital Social Ajustada (%)	99,498	98,984	99,683	99,785	-
Capital Social	29.100	70.000	144.000	77.640	-
Patrimônio Líquido	31.467	76.297	165.908	167.521	-
Lucro Líquido do Período	3.175	692	17.477	41.144	-
Valores Líquidos Eliminados na Consolidação (Nota 25):					
Saldos Ativos (Passivos)					
31 de dezembro de 2013	831	(69.546)	(141.441)	(669.839)	(879.995)
31 de dezembro de 2012	904	(68.879)	(140.948)	(175.179)	(384.102)
Receitas (Despesas)					
31 de dezembro de 2013	(830)	(1.365)	(7.456)	(2.106)	(11.757)
31 de dezembro de 2012	(1.202)	(1.897)	(7.559)	(8.248)	(18.906)
Valor Contábil do Investimento					
31 de dezembro de 2013	31.309	75.522	165.382	167.160	439.373
31 de dezembro de 2012	28.922	75.134	152.133	137.181	393.370
Resultado de Participações em Controladas					
31 de dezembro de 2013	3.159	698	17.400	41.159	62.416
31 de dezembro de 2012	3.256	1.578	13.714	21.081	39.629

(*) A Banrisul Cartões S.A. ("Banrisul Cartões" ou "Companhia"), anteriormente denominada de Banrisul Serviços Ltda., foi constituída em 02 de julho de 1969 e em 2013 passou por importante reorganização. Em 03 de outubro de 2013, ocorreu a transformação do tipo societário, de empresa limitada para uma sociedade anônima de capital fechado e a modificação da razão social.

Em novembro de 2013, a Banrisul Cartões S.A. por meio de cessão onerosa dos direitos e obrigações adquiriu junto ao Banrisul as operações da rede de adquirência, denominada Rede Banricompras. Nesta transação foram cedidos R\$908.073 de Ativos, sendo R\$116.527 de operações de Antecipação de Recebíveis registrados pelo valor contábil, não tendo reflexos no patrimonial, e R\$810.126 de Passivos cuja diferença no montante de R\$97.946 foi liquidado financeiramente em 01 de novembro de 2013. Desta maneira, a Banrisul Cartões passou a centralizar e abranger no seu objeto social, além da gestão de produtos que servem como meios de pagamento relacionados a cartões de benefícios e serviços (Alimentação, Refeição, Benefício, Presente, Combustível, Salário e o Sistema de Manutenção de Frota), a administração das operações da rede de adquirência, com credenciamento de estabelecimentos e a captura e processamento dos dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e débito.

Em decorrência da reestruturação, a Companhia celebrou Acordo Operacional com o Banrisul, com vigência de 30 (trinta) anos, que estabelece as regras pelas quais a gestão das atividades da Rede Banricompras foi transferida à Banrisul Cartões, abrangendo, dentre outras matérias, a divisão da responsabilidade pelos custos, cedência de empregados do Banco para exercício das atividades, licença de direito de uso das marcas, utilização da rede de distribuição do banco como canal de vendas dos negócios da Banrisul Cartões e remunerações entre as partes pela prestação dos serviços.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de balanço e resultado das transações, bem como

foram destacadas as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

NOTA 03 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

i) **Títulos para Negociação** – incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

ii) **Títulos Disponíveis para Venda** – incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial” até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

iii) **Títulos Mantidos até o Vencimento** – incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não hajam perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

iv) **Instrumentos Financeiros Derivativos** – são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 13) como *hedge* do valor

justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 05. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado – são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda da emissão da dívida denominada em US\$ com nominal de 775 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito na Nota 13. Na data de 31 de dezembro de 2013, os únicos derivativos em aberto referem-se aos *swaps*.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido (Nota 05 (d)). O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como “Resultado Bruto da Intermediação Financeira”.

(d) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 07.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(e) Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Banricompras, Visa e MasterCard. Estes valores são contabilizados em títulos e créditos a receber, sem característica de crédito, sendo que as operações parceladas onde o Banrisul é o emissor e o saldo devedor das operações cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (rotativo), são reclassificados para Operações de Crédito.

(f) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos
Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, quando da ocorrência de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 07, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações com base no número de dias em atraso previstos na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes com base nas respectivas faixas de atraso.

(g) Ativo Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;
- Ágio - corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de rentabilidade futura. Não possui prazo de vida útil definida e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- Depreciação do imobilizado de uso pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais divulgadas na Nota 09; e
- Os ativos intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de *software*. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perdas no valor recuperável dos ativos. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do exercício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Instituição não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos permanentes poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, não foi reconhecida nenhuma provisão para perda do valor recuperável destes ativos.

(h) Ativos e Passivos Denominados em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos das dependências no exterior, assim como os demais ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pelo Banrisul e suas controladas, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

(i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Conforme determinado pela Lei nº 12.069/04 e Lei nº 12.585/06 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, até 85% do saldo dos valores depositados judicialmente no Banrisul por terceiros, quando solicitado, deverá ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e o saldo remanescente é mantido no Banrisul para constituição de fundo. Os valores repassados ao Estado são controlados em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme descrito na Nota 21 (a). As despesas com encargos sobre o saldo remanescente são registradas na rubrica de Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.

(j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. A seguir o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

i) Contingências Ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

ii) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Podem ser:

Provisões para Riscos Trabalhistas - constituídas para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, no momento da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita pela Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando este é exigido.

Provisões para Riscos Cíveis - constituídas, no momento da notificação judicial e ajustadas mensalmente pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários - referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, cuja probabilidade de perda é considerada provável e que estão constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que têm os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados, exceto no momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança, bem como de perdas remotas, não são provisionados e/ou divulgados.

iii) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - são registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

(l) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

(m) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para Contribuição Social (9% para empresas não financeiras) e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para Imposto de Renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Exercício. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

(n) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

(a) Obrigações de Aposentadoria - o Banrisul é patrocinador da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de

aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de Previdência - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no Patrimônio Líquido em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de Saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banco oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio Aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- (1) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- (3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

Reapresentação de Saldos Comparativos

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a funcionários, nos termos descritos pelo IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e das perdas atuariais seguia o "método do corredor", conforme parágrafo 92 do IAS 19. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do IAS 19 aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela Deliberação CVM nº 695/12, e os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

Banrisul	31 de Dezembro de 2012			1º de Janeiro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo						
Circulante	25.908.901	-	25.908.901	19.149.804	-	19.149.804
Não Circulante (b)	20.288.184	173.042	20.461.226	18.053.092	38.442	18.091.534
Permanente	643.042	-	643.042	627.747	-	627.747
Total do Ativo	46.840.127	173.042	47.013.169	37.830.643	38.442	37.869.085
Passivo e Patrimônio Líquido						
Circulante	27.317.599	-	27.317.599	24.133.833	-	24.133.833
Não Circulante (a)	14.628.317	432.605	15.060.922	9.297.299	96.106	9.393.405
Patrimônio Líquido (c)	4.894.211	(259.563)	4.634.648	4.399.511	(57.664)	4.341.847
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	46.840.127	173.042	47.013.169	37.830.643	38.442	37.869.085

Banrisul Consolidado	31 de Dezembro de 2012			1º de Janeiro de 2012		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo						
Circulante	25.997.263	-	25.997.263	19.229.621	-	19.229.621
Não Circulante (b)	20.311.103	173.042	20.484.145	18.076.949	38.442	18.115.391
Permanente	262.408	-	262.408	279.005	-	279.005
Total do Ativo	46.570.774	173.042	46.743.816	37.585.575	38.442	37.624.017
Passivo e Patrimônio Líquido						
Circulante	27.046.550	-	27.046.550	23.887.151	-	23.887.151
Não Circulante (a)	14.628.317	432.605	15.060.922	9.297.299	96.106	9.393.405
Patrimônio Líquido (c)	4.894.211	(259.563)	4.634.648	4.399.511	(57.664)	4.341.847
Patrimônio Líquido dos Acionistas Minoritários	1.696	-	1.696	1.614	-	1.614
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	46.570.774	173.042	46.743.816	37.585.575	38.442	37.624.017

(a) Os ajustes registrados no Passivo Não Circulante referem-se ao reconhecimento de perdas atuariais decorrentes da adoção da nova prática contábil conforme a Deliberação CVM nº 695/12 (Notas 13 e 23).

(b) Os ajustes registrados no Ativo Não Circulante referem-se a Crédito Tributário gerado pelo reconhecimento das perdas atuariais (Nota 08).

(c) Os ajustes registrados no Patrimônio Líquido referem-se ao efeito líquido do Crédito Tributário no reconhecimento das perdas atuariais.

(o) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(p) Lucro por Ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 636/10.

NOTA 04 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Aplicações no Mercado Aberto (*)	379.999	4.538.758	398.164	4.556.509
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	379.999	2.741.856	379.999	2.741.856
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	1.796.902	-	1.796.902
Outros	-	-	18.165	17.751
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	129.588	52.877	129.588	52.877
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (**)	129.588	52.877	129.588	52.877
Total	509.587	4.591.635	527.752	4.609.386

(*) A redução verificada entre 31 de dezembro de 2013 e 2012 refere-se a estratégia de tesouraria adotada pelo Banrisul que em virtude das emissões de LFT, por parte do Banco Central possibilitou a priorização de liquidez e rentabilidade direcionando, desta forma, recursos para a Carteira Própria de Títulos e Valores Mobiliários.

(**) Em 31 de dezembro de 2013, do montante de R\$129.588 (2012 – R\$52.877) de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, R\$36.642 (2012 – R\$50.833) possui o prazo de vencimento superior a noventa dias da data da aplicação, e não foram considerados como caixa e equivalentes de caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa.

NOTA 05 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Títulos para Negociação	3.985.546	2.293.093	4.005.295	2.293.093
Títulos Disponíveis para Venda	874.430	1.471.723	878.891	1.481.659
Títulos Mantidos até o Vencimento	13.175.046	8.338.007	13.179.661	8.344.119
Instrumentos Financeiros Derivativos	315.720	242.322	315.720	242.322
Total	18.350.742	12.345.145	18.379.567	12.361.193
Ativo Circulante	4.286.383	5.770.335	4.310.593	5.780.271
Ativo Realizável a Longo Prazo	14.064.359	6.574.810	14.068.974	6.580.922

O valor de mercado, apresentado nos quadros a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgado pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados (principalmente CVS) o Banrisul adota técnica interna de precificação como parâmetro para cálculo do valor de mercado.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.956.508	2.019.764	3.956.508	2.019.764
Cessão Fiduciária - LFT	29.038	273.329	29.038	273.329
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	-	18.377	-
Outras cotas de Fundos	-	-	1.372	-
Total	3.985.546	2.293.093	4.005.295	2.293.093

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	-	-	19.749	19.749
De 3 a 12 meses	270.576	270.607	270.576	270.607
De 1 a 3 anos	115.241	115.281	115.241	115.281
De 3 a 5 anos	2.890.425	2.891.407	2.890.425	2.891.407
De 5 a 15 anos	707.403	708.251	707.403	708.251
Total em 2013	3.983.645	3.985.546	4.003.394	4.005.295
Total em 2012	2.292.663	2.293.093	2.292.663	2.293.093

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	863.297	1.448.397	863.297	1.448.397
Ações de Cias. Abertas	11.031	13.964	12.213	15.406
Certificados de Privatização	-	-	6	7
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	9.362	1.389	15.931
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	1.884	1.918
Outras Cotas de Fundos	102	-	102	-
Total	874.430	1.471.723	878.891	1.481.659

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	21.969	11.134	26.615	15.595
De 1 a 3 anos	92.458	92.481	92.458	92.481
De 3 a 5 anos	534.365	534.731	534.365	534.731
De 5 a 15 anos	235.801	236.084	235.801	236.084
Total em 2013	884.593	874.430	889.239	878.891
Total em 2012	1.479.563	1.471.723	1.489.411	1.481.659

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$10.163 (2012 – R\$7.840), foram levados a conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$4.063 (2012 – R\$3.136), além de R\$185, líquido dos efeitos tributários de R\$76, referente a ajuste de marcação à mercado de títulos de empresas controladas, lançados na rubrica Outros Créditos.

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.687.845	12.696.306	12.692.460	12.700.926
Títulos Públicos Federais - CVS	138.588	97.767	138.588	97.767
Letras Hipotecárias - LH	8.913	8.913	8.913	8.913
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	2.923	2.923	2.923	2.923
Nota Promissória Comercial - NPC	130.078	130.078	130.078	130.078
Debêntures	20.994	20.994	20.994	20.994
Letras Financeiras	185.699	185.699	185.699	185.699
Outros	6	6	6	6
Total em 2013	13.175.046	13.142.686	13.179.661	13.147.306
Total em 2012	8.338.007	8.312.484	8.344.119	8.318.596

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Até 3 meses	130.083	25.803	130.083	25.803
De 3 a 12 meses	109.245	2.549.470	109.245	2.549.470
De 1 a 3 anos	1.858.565	1.824.288	1.858.565	1.824.288
De 3 a 5 anos	8.756.278	1.112.469	8.760.893	1.118.581
De 5 a 15 anos	2.319.748	2.824.565	2.319.748	2.824.565
Acima de 15 anos	1.127	1.412	1.127	1.412
Total	13.175.046	8.338.007	13.179.661	8.344.119
Ativo Circulante	239.328	2.575.273	239.328	2.575.273
Ativo Realizável a Longo Prazo	12.935.718	5.762.734	12.940.333	5.768.846

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 13, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na CETIP S/A – Mercados Organizados, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O quadro a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

Derivativos Usados como "Hedge" de Valor Justo	Banrisul e Banrisul Consolidado				
	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	2013 Ajuste a Mercado	2012 Valor de Mercado
Instrumento de "Hedge"					
Contratos de "Swap"					
Moeda Estrangeira – Dólar	1.503.160	283.272	203.673	(79.599)	236.344
Objeto de "Hedge"					
Dívida Subordinada (Nota 13)	(1.446.225)	(1.870.382)	(1.805.769)	64.613	(1.160.828)
Moeda Estrangeira – Dólar	(1.446.225)	(1.870.382)	(1.805.769)	64.613	(1.160.828)

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

Swaps	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar(*)	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado(*)	Valor de Mercado(*)
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	1.503.160	367.773	(80.354)	287.419
Passivo				
% do CDI	(1.503.160)	(84.501)	755	(83.746)
Ajuste Líquido em 2013		283.272	(79.599)	203.673
Ajuste Líquido em 2012		126.683	92.706	219.389

(*) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes.

Swaps	Banrisul e Banrisul Consolidado						
	Valor de Referência em 2013	Valor de Mercado(*)	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	De 5 a 15 Anos
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD)+7,375% a.a.	1.503.160	287.419	10.782	10.553	39.494	34.120	192.470
Passivo							
% do CDI	(1.503.160)	(83.746)	(5.505)	(5.474)	(20.031)	(15.732)	(37.004)
Ajustes Líquido em 2013		203.673	5.277	5.079	19.463	18.388	155.466
Ajustes Líquido em 2012		219.389	7.097	(9.806)	27.308	24.515	170.275

(*) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e a eventuais suplementações de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$283.011 e a margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$90.604.

O Banco utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 06 Créditos Vinculados

Banrisul e Banrisul Consolidado			
Descrição	Forma de Remuneração	2013	2012
Depósitos Compulsórios - Bacen		3.945.045	2.875.308
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	726.322	573.201
Exigibilidade Adicional	SELIC	838.993	443.573
Depósitos de Poupança	Poupança	1.376.114	1.144.897
Outros Depósitos	Sem Remuneração	-	21.586
Recursos a Prazo	SELIC	1.003.616	692.051
Créditos Vinculados ao SFH		734.722	679.815
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a.	485.099	460.467
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros (*)	247.562	217.355
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros (*)	2.061	1.993
Correspondentes	Sem Remuneração	46.453	41.249
Convênios	SELIC	47	1.243
Total		4.726.267	3.597.615
Ativo Circulante		3.991.545	2.917.800
Ativo Realizável a Longo Prazo		734.722	679.815

(*) Refere-se a créditos junto ao FCVS atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% para créditos oriundos de recursos do FGTS.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2013, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$732.661 (2012 - R\$677.822). O seu valor de face é de R\$877.033(2012 - R\$841.075). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração, sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 07 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito

As tabelas a seguir, compreendem os saldos de operações de crédito e da carteira de câmbio, e de arrendamento mercantil.

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2013	2012
Empréstimos e Títulos Descontados	1.215.541	8.130.761	3.707.995	2.707.198	883.797	521.878	310.720	81.404	559.745	18.119.039	17.156.162
Financiamentos	177.531	534.494	833.947	667.435	42.881	13.342	3.187	1.350	20.989	2.295.156	1.880.934
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.010.838	401.652	498.097	171.827	50.223	6.336	4.992	3.846	48.359	2.196.170	1.811.948
Financiamentos Imobiliários	1.416.583	531.674	301.839	269.914	63.297	7.085	3.573	3.687	29.308	2.626.960	2.137.303
Créditos Vinculados a Cessão (1)	55.122	21.583	3.335	2.086	1.295	96	86	-	296	83.899	108.551
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	22.901	63.613	-	-	-	-	-	-	-	86.514	82.762
Total de Operações de Crédito	3.898.516	9.683.777	5.345.213	3.818.460	1.041.493	548.737	322.558	90.287	658.697	25.407.738	23.177.660
Operações de Arrendamento Mercantil	4.248	9.750	34.346	19.705	3.318	1.075	322	37	4.194	76.995	82.096
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (2)	150	144.863	255.323	226.500	29.979	3.921	2.252	-	24.108	687.096	599.940
Outros Créditos (3)	189	-	-	-	1.755	-	-	-	37.734	39.678	48.157
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	424.889	-	-	-	15.638	-	-	-	440.527	419.177
Total de Operações com Características de Concessão de Crédito	3.903.103	10.263.279	5.634.882	4.064.665	1.076.545	569.371	325.132	90.324	724.733	26.652.034	24.327.030
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.110.922	868.252
Total Geral	3.903.103	10.263.279	5.634.882	4.064.665	1.076.545	569.371	325.132	90.324	724.733	27.762.956	25.195.282
Total em 2012	3.348.553	11.838.630	4.211.339	2.379.188	637.478	521.796	564.120	160.462	665.464	-	24.327.030

(1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banco cedeu a CIBRASEC operações de crédito imobiliário.

(2) A conta Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio está classificada como redutora de "Outras Obrigações - Carteira de Câmbio" (Nota 13).

(3) Outros Créditos - referem-se a créditos de securitização e a rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(4) Contabilizados em Contas de Compensação.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado											
Operações em Curso Normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2013	2012
Parcelas Vencidas	3.900.194	10.009.989	5.339.241	3.852.726	819.722	194.568	214.805	20.425	210.450	24.562.120	22.660.284
01 a 30 dias	261.608	467.337	431.317	264.788	86.095	9.661	8.021	1.457	10.292	1.540.576	1.560.911
31 a 60 dias	212.047	572.396	378.189	279.867	64.895	7.765	14.988	1.197	11.654	1.542.998	1.363.267
61 a 90 dias	173.892	426.075	336.793	340.685	53.477	6.557	6.995	993	10.803	1.356.270	1.209.402
91 a 180 dias	520.381	1.158.844	1.064.894	745.565	120.285	29.857	31.118	2.001	27.749	3.700.694	3.196.963
181 a 360 dias	403.855	1.634.330	970.354	715.774	123.813	24.172	42.944	2.545	39.912	3.957.699	3.688.448
Acima de 360 dias	2.328.411	5.751.007	2.157.694	1.506.047	371.157	116.556	110.739	12.232	110.040	12.463.883	11.641.293
Parcelas Vencidas	2.909	16.128	19.326	22.597	7.672	3.698	1.699	483	2.440	76.952	102.206
Até 14 dias	2.909	16.128	19.326	22.597	7.672	3.698	1.699	483	2.440	76.952	102.206
Subtotal	3.903.103	10.026.117	5.358.567	3.875.323	827.394	198.266	216.504	20.908	212.890	24.639.072	22.762.490
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vencidas	-	230.536	250.879	156.866	208.890	294.136	65.767	41.478	271.689	1.520.241	1.114.497
01 a 30 dias	-	5.483	12.760	7.326	6.850	11.052	2.510	1.710	10.470	58.161	41.149
31 a 60 dias	-	5.462	12.398	6.676	6.831	11.173	2.488	1.694	10.547	57.269	40.773
61 a 90 dias	-	5.443	11.903	5.080	6.088	10.495	2.260	1.499	9.554	52.322	37.218
91 a 180 dias	-	16.887	36.889	16.270	17.888	28.297	6.554	4.313	26.713	153.811	105.817
181 a 360 dias	-	32.776	59.235	27.890	31.520	51.197	11.164	7.323	45.052	266.157	186.609
Acima de 360 dias	-	164.485	117.694	93.624	139.713	181.922	40.791	24.939	169.353	932.521	702.931
Parcelas Vencidas	-	6.626	25.436	32.476	40.261	76.969	42.861	27.938	240.154	492.721	450.043
01 a 14 dias	-	-	233	2.760	1.628	3.663	1.174	751	3.878	14.087	13.386
15 a 30 dias	-	6.626	24.359	10.829	9.646	10.324	4.157	2.137	9.521	77.599	53.960
31 a 60 dias	-	-	844	15.471	10.019	12.855	7.257	3.993	15.860	66.299	72.976
61 a 90 dias	-	-	-	1.649	13.462	12.024	10.101	4.795	17.132	59.163	87.331
91 a 180 dias	-	-	-	1.767	4.776	20.224	18.074	14.020	68.626	127.487	121.005
181 a 360 dias	-	-	-	-	730	12.623	2.098	2.181	103.148	120.780	88.898
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	5.256	-	61	21.989	27.306	12.487
Subtotal	-	237.162	276.315	189.342	249.151	371.105	108.628	69.416	511.843	2.012.962	1.564.540
Total em 2013	3.903.103	10.263.279	5.634.882	4.064.665	1.076.545	569.371	325.132	90.324	724.733	26.652.034	-
Total em 2012	3.348.553	11.838.630	4.211.339	2.379.188	637.478	521.796	564.120	160.462	665.464	-	24.327.030

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	2013	2012
Setor Público Municipal		
Governo - Administração Direta e Indireta	101.784	116.196
Total Setor Público	101.784	116.196
Setor Privado		
Rural		
Indústria	2.196.170	1.811.948
Comércio	4.867.040	4.615.012
Serviços e Outros	2.901.608	2.804.332
Pessoa Física (*)	3.512.375	3.055.162
Habitação	10.362.198	9.678.526
Total Setor Privado	26.550.250	24.210.834
Total	26.652.034	24.327.030

(*) Do montante de R\$995.511 (2012 - R\$1.514.604) de operações de compra de carteira de crédito consignado, com coobrigação de outras instituições financeiras, R\$440.526 (2012 - R\$419.177) referem-se a créditos vinculados a Operações Adquiridas em Cessão conforme Carta Circular nº 3.543/12 do Bacen e R\$554.985 (2012 - R\$1.095.427) referem-se a Operações de Crédito com Coobrigação.

i) Do montante total de créditos consignados adquiridos, o Banco é detentor de créditos no valor de R\$214.634 (2012 - R\$357.969) a receber em 31 de dezembro de 2013 junto aos devedores por intermédio do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial desde 14 de setembro de 2012. O Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial vem repassando ao Banco as parcelas recebidas, identificadas e conciliadas das operações de crédito consignado onde o Banco é detentor das operações junto ao devedor. Desde 14 de setembro de 2012 o Banrisul recebeu R\$195.293, do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial por conta destes contratos.

Por dificuldades operacionais e, especialmente nas situações de compartilhamento de operações com outros bancos, o repasse dos créditos, na sua totalidade, depende da finalização do processo de identificação/conciliação por parte do liquidante, que envolve cruzamento de diversos contratos, instituições financeiras e repasses de convênios. Tão logo seja concluído, as carteiras e os valores a receber de propriedade do Banrisul serão repassados.

As operações que se encontram nesta condição no Banco, estão sendo analisadas individualmente quanto ao atraso no repasse dos recursos e estão provisionados de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

A Administração do Banco acompanha atentamente a evolução da solvência desta carteira desde quando o Banco Cruzeiro do Sul em atividade normal, após em Regime de Administração Especial Temporária - RAET, e agora em Liquidação Extrajudicial, portanto não espera perdas na realização destes créditos.

ii) O Banrisul também é detentor de créditos consignados no valor de R\$144.415 a receber em 31 de dezembro de 2013 junto aos devedores, na sua maioria aposentados pelo INSS, por intermédio do Banco Rural S.A. - em Liquidação Extrajudicial cujo processo de liquidação extrajudicial foi decretado em 02 de agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil. O Banco Rural S.A. - em Liquidação Extrajudicial vem repassando ao Banco as parcelas recebidas, identificadas e conciliadas dessas operações. O montante repassado desde o processo de liquidação extrajudicial foi de R\$40.303 por conta destes contratos.

As operações que se encontram nesta condição no Banco, estão sendo analisadas individualmente quanto ao atraso no repasse dos recursos e estão provisionados de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

(d) Concentração das Operações de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	2013		2012	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Principal Devedor	489.696	1,84	596.023	2,45
10 Maiores Devedores Seguintes	1.202.183	4,51	1.528.844	6,28
20 Maiores Devedores Seguintes	1.299.014	4,87	1.224.385	5,03
50 Maiores Devedores Seguintes	1.887.699	7,08	1.804.017	7,42
100 Maiores Devedores Seguintes	1.956.840	7,34	1.762.654	7,25

(e) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito:

A movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos, exclusivamente com características de crédito, é a seguinte:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo da Provisão para Perdas em Operações de Crédito em 1º de janeiro	1.590.990	1.317.679
Constituição Líquida do Período	659.751	839.186
Baixas para Contas de Compensação	(664.478)	(565.875)
Provisão para Perdas em Operações de Crédito por Níveis de Risco	1.586.263	1.590.990
Provisão sobre Operações de Crédito		
Ativo Circulante	385.468	473.981
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.104.552	1.024.447
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil		
Ativo Circulante	2.124	2.549
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.364	5.415
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito (Nota 08)		
Ativo Circulante	89.116	50.414
Ativo Realizável a Longo Prazo	639	34.184

A despesa com a provisão para Outros Créditos – Títulos e Créditos a Receber sem característica de crédito, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$561 (2012 – R\$12.803) e no consolidado é de R\$1.196 (2012 – R\$13.259).

(f) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito por Níveis de Risco:

Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento mínimo requerido pela Resolução nº 2.682/99	Banrisul e Banrisul Consolidado		
			Provisão mínima requerida	Provisão Adicional (Nota 03(f))	Provisão existente Total
AA	3.903.103	0,0%	-	-	-
A	10.263.279	0,5%	51.316	10.263	61.579
B	5.634.882	1,0%	56.349	11.270	67.619
C	4.064.665	3,0%	121.940	64.003	185.943
D	1.076.545	10,0%	107.654	21.531	129.185
E	569.371	30,0%	170.811	11.388	182.199
F	325.132	50,0%	162.566	6.503	169.069
G	90.324	70,0%	63.227	2.709	65.936
H	724.733	100,0%	724.733	-	724.733
Total em 2013	26.652.034		1.458.596	127.667	1.586.263
Total em 2012	24.327.030		1.452.816	138.174	1.590.990

As operações de crédito baixadas a prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 mantidas pelo valor atualizado até a data da respectiva baixa em conta de compensação montavam R\$664.478 (2012 - R\$565.875).

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Créditos e atingiram R\$161.563 (2012 - R\$157.605) no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Conforme Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, as operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 montavam R\$765.940 (2012 – R\$593.678).

NOTA 08 Outros Créditos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Carteira de Câmbio	761.938	656.133	761.938	656.133
Câmbio Comprado a Liquidar	745.722	633.727	745.722	633.727
Direitos sobre Vendas de Câmbio	5.308	23.848	5.308	23.848
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(5.176)	(15.469)	(5.176)	(15.469)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	16.084	14.027	16.084	14.027
Rendas a Receber	95.485	61.326	103.005	56.601
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	15.655	4.725	521	-
Serviços Prestados a Receber	79.035	56.369	79.035	56.369
Rendas a Receber MDR (<i>Merchant Discount Rate</i>)	-	-	22.654	-
Outros	795	232	795	232
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	894	4.874
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	894	4.874
Créditos Específicos	-	-	38	16
Créditos Específicos	-	-	38	16
Diversos	3.050.079	2.518.602	3.509.573	2.597.607
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito	-	18.032	-	18.032
Adiantamentos a Empregados	12.580	13.241	12.921	13.388
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	17.877	11.842	22.608	15.329
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 22 (b))	1.119.932	1.042.005	1.124.598	1.045.029
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 14 (b))	196.227	164.184	207.372	173.774
Impostos e Contribuições a Compensar	56	46.513	1.031	47.485
Pagamentos a Ressarcir	49.262	50.789	49.264	50.839
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (*)	40.774	135.965	40.774	135.965
Títulos e Créditos a Receber (**)	762.709	361.372	1.194.863	420.984
Superavit Cabergs (Nota 23)	59.856	-	60.105	-
Transações com Cartões de Crédito	238.580	175.025	238.580	175.025
Devedores Diversos - País	111.699	80.457	116.930	82.580
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 07 (a))	440.527	419.177	440.527	419.177
Provisão para Outros Créditos	(135.287)	(130.692)	(138.099)	(132.851)
Com Característica de Crédito (Nota 07 (d))	(89.755)	(84.598)	(89.755)	(84.598)
Sem Característica de Crédito	(45.532)	(46.094)	(48.344)	(48.253)
Total de Outros Créditos	3.772.215	3.105.369	4.237.349	3.182.380
Ativo Circulante	2.389.223	1.809.552	2.833.345	1.869.756
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.382.992	1.295.817	1.404.004	1.312.624

(*) Operações de Crédito Vinculadas a Cessão – Este valor refere-se aos custos de compra de cessão de créditos sem coobrigação e produção de novas operações efetuadas pela Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S.A.

(**) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dáção em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial entre o Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2013, totalizavam R\$107.411 (2012 - R\$101.390) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.

b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$73.295 (2012 - R\$76.643) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 1% a 8,5% a.a. e indexados à TR e ao IGP-M com vencimento até 2030.

c) Cartões de débitos e adquirência - referem-se a direitos a receber dos usuários do Banricompras e emissões das bandeiras Visa, MasterCard e VerdeCard utilizados na rede de adquirência. Em 31 de Dezembro de 2013 totalizava R\$977.089.

NOTA 09 Permanente

(a) Investimentos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Participação em Controladas e Coligadas no País	490.322	434.577	50.949	41.207
Participações em Controladas (Nota 02 (c))	439.373	393.370	-	-
Participações em Coligadas	13.515	7.258	13.515	7.258
Ágio na Aquisição de Investimentos (*)	37.434	33.949	37.434	33.949
Outros Investimentos	11.455	11.455	12.104	12.105
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.892)	(4.891)
Total	496.992	441.247	58.161	48.421

(*) O ágio de R\$37.434 representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição da Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S.A. (Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros). O valor da equivalência patrimonial desse investimento em 31 de dezembro de 2013 totalizava R\$1.503 (2012 - R\$1.207).

(b) Imobilizado

<u>Imobilizado de Uso</u>	Banrisul				
	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2013	Saldo Líquido em 2012
Imóveis de Uso	4%	115.489	(95.366)	20.123	21.249
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	23.578	-	23.578	27.503
Imobilizações em Curso	-	-	-	-	56
Instalações	10%	124.668	(91.105)	33.563	19.882
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	87.399	(59.983)	27.416	22.429
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.291	(3.904)	387	375
Sistema de Processamento de Dados	20%	279.993	(226.768)	53.225	60.350
Sistema de Segurança	10%	10.990	(7.581)	3.409	2.765
Sistema de Transportes	20%	3.485	(2.186)	1.299	1.744
Total em 2013		649.893	(486.893)	163.000	
Total em 2012		636.600	(480.247)		156.353

<u>Imobilizado de Uso</u>	Banrisul Consolidado				
	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2013	Saldo Líquido em 2012
Imóveis de Uso	4%	127.038	(100.342)	26.696	26.681
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	23.578	-	23.578	27.503
Imobilizações em Curso	-	347	-	347	808
Instalações	10%	129.933	(92.554)	37.379	22.540
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	91.449	(61.889)	29.560	24.458
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.302	(3.907)	395	384
Sistema de Processamento de Dados	20%	281.349	(227.799)	53.550	60.451
Sistema de Segurança	10%	10.990	(7.581)	3.409	2.765
Sistema de Transportes	20%	5.452	(3.402)	2.050	1.766
Total em 2013		674.438	(497.474)	176.964	
Total em 2012		657.152	(489.796)		167.356

(c) Intangível

<u>Ativos Intangíveis</u>	Banrisul						
	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2013	Saldo Líquido em 2012	Saldo Líquido em 2013	Saldo Líquido em 2012
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento (*)							
Setor Público	20%	65.604	(51.735)	13.869	28.770	13.869	28.770
Setor Privado	20%	23.312	(16.960)	6.352	10.785	6.352	10.785
Aquisição de <i>Software</i>	20%	49.341	(38.378)	10.963	4.807	10.963	5.400
Outros	-	1.718	(653)	1.065	1.080	2.260	1.676
Total em 2013		139.975	(107.726)	32.249		33.444	
Total em 2012		367.250	(321.808)		45.442		46.631

(*) Referem-se aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado, para garantir exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de prioridade no canal de consignação de empréstimos para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Esses contratos possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 10 Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

					Banrisul	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2013	2012
Depósitos						
À Vista (a)	3.400.508	-	-	-	3.400.508	3.401.968
Poupança (a)	6.990.978	-	-	-	6.990.978	5.836.236
Interfinanceiros	-	24.679	32.333	294.808	351.820	419.711
A Prazo (b)	3.346	1.678.097	3.748.609	14.725.358	20.155.410	17.396.815
Total	10.394.832	1.702.776	3.780.942	15.020.166	30.898.716	27.054.730
Passivo Circulante					15.878.550	16.322.475
Passivo Exigível a Longo Prazo					15.020.166	10.732.255
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria (c)	-	4.290.700	-	-	4.290.700	1.697.357
Total	-	4.290.700	-	-	4.290.700	1.697.357
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares (d)	-	73.172	303.386	2.129.324	2.505.882	315.365
Total	-	73.172	303.386	2.129.324	2.505.882	315.365

					Banrisul Consolidado	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2013	2012
Depósitos						
À Vista (a)	3.397.760	-	-	-	3.397.760	3.400.331
Poupança (a)	6.990.978	-	-	-	6.990.978	5.836.236
Interfinanceiros	-	24.679	32.333	294.808	351.820	419.711
A Prazo (b)	3.346	1.678.097	3.497.239	14.725.358	19.904.040	17.090.111
Total	10.392.084	1.702.776	3.529.572	15.020.166	30.644.598	26.746.389
Passivo Circulante					15.624.432	16.014.134
Passivo Exigível a Longo Prazo					15.020.166	10.732.255
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria (c)	-	4.220.707	-	-	4.220.707	1.627.794
Total	-	4.220.707	-	-	4.220.707	1.627.794
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares (d)	-	73.172	303.386	2.129.324	2.505.882	315.365
Total	-	73.172	303.386	2.129.324	2.505.882	315.365

(a) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(b) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 94,30% e 5,70% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 70,56% (2012 – 70,60%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 7,21% (2012 – 7,08%) ao ano.

(c) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

(d) Do montante de R\$2.505.882 (2012 – R\$315.365), R\$1.664.478 refere-se à emissão de Letras Financeiras ocorrida em 01, 02 e 05 de agosto de 2013, realizada em 3 séries, com vencimentos finais em 2, 3 e 4 anos respectivamente, contados da data da emissão. O percentual da taxa foi indexado ao DI, limitado à taxa de até 108%, 109% e 110% da variação acumulada da Taxa DI. Os Juros Remuneratórios das Letras Financeiras serão pagos semestralmente.

NOTA 11 Obrigações por Empréstimos

No Exterior - são representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros a taxas entre 1,00% a 3,37% (2012 – 2,11% a 5,80%) ao ano, com vencimento máximo em até 356 dias (2012 – 1.528 dias), e apresenta saldo de R\$1.274.831 (2012 – R\$1.585.933).

Do montante registrado em 31 de dezembro de 2012, R\$618.240 refere-se a Emissão de Dívida Subordinada. O Bacen considerou o valor referente a captação nesta emissão, elegível como de capital de nível II na categoria de dívida subordinada e foi registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme Notas 13 e 24.

NOTA 12 Obrigações por Repasses

	Banrisul e Banrisul Consolidado					
	Repasse do País - Instituições Oficiais		Repasse do Exterior		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Até 90 dias	166.590	127.790	-	979	166.590	128.769
De 91 a 360 dias	402.838	311.204	-	24.783	402.838	335.987
De 1 a 3 anos	701.690	584.307	-	-	701.690	584.307
De 3 a 5 anos	410.960	294.492	-	-	410.960	294.492
Acima de 5 anos	529.207	325.739	-	-	529.207	325.739
Total	2.211.285	1.643.532	-	25.762	2.211.285	1.669.294
Passivo Circulante	569.428	438.994	-	25.762	569.428	464.756
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.641.857	1.204.538	-	-	1.641.857	1.204.538

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e Caixa Econômica Federal). Essas obrigações têm vencimentos mensais até dezembro de 2028, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,61% (2012 – 0,50% a 8,61%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar e Cesta de Moedas), e nas obrigações pré-fixadas até 11,00% (2012 - 11,00%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

NOTA 13 Outras Obrigações

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	45.121	44.953	45.121	44.953
Recebimento de Tributos Federais	44.856	44.641	44.856	44.641
Outros	265	312	265	312
Carteira de Câmbio	7.516	25.628	7.516	25.628
Câmbio Vendido a Liquidar	4.626	16.561	4.626	16.561
Obrigações por Compras de Câmbio	689.986	609.007	689.986	609.007
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 07 (a))	(687.096)	(599.940)	(687.096)	(599.940)
Sociais e Estatutárias	82.011	47.860	82.275	48.054
Dividendos e Bonificações a Pagar	70.148	33.841	70.218	33.908
Gratificações e Participações a Pagar	11.863	14.019	12.057	14.146
Fiscais e Previdenciárias	662.050	701.034	683.959	707.901
Impostos e Contribuições a Recolher	63.862	63.813	70.761	65.565
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	115.525	194.297	128.835	197.840
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 22 (b2))	39.644	13.864	39.776	13.913
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 14 (b))	443.019	429.060	444.587	430.583
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	693	5.696
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	693	5.696
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.367.034	5.942.333	1.367.034	5.942.333
Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 21(a))	1.256.142	5.920.960	1.256.142	5.920.960
Outros	110.892	21.373	110.892	21.373
Dívidas Subordinadas (1)	1.861.494	1.158.335	1.861.494	1.158.335
Dívidas Subordinadas Marcado a Mercado	1.870.382	1.160.828	1.870.382	1.160.828
Encargos a Incorporar com Dívida Externa	(56.903)	(2.493)	(56.903)	(2.493)
Ágio a Incorporar	48.015	-	48.015	-
Diversas	2.415.296	1.850.194	2.802.217	1.944.292
Cheques Administrativos	1	79	1	79
Credores por Recursos a Liberar	117.383	109.905	117.604	110.157
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	75.700	104.904	75.700	104.904
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	12.838	5.851	12.949	5.949
Obrigações por Convênios Oficiais	4.484	187	4.484	187
Obrigações de Lojistas à Pagar Adquirência	543.114	987	812.401	987
Provisões para Férias e Outros Encargos	285.698	268.650	275.483	258.253
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 23)	67.312	66.664	67.312	66.664
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 14 (b))	182.708	167.264	190.778	173.557
Multas Câmbio Bacen (Nota 14(b))	128.096	124.515	128.096	124.515
Provisão para Riscos Previdenciários (Nota 14 (b))	15.830	15.676	15.864	15.676
Provisão para Perdas de Securitização (2)	3.160	3.573	3.160	3.573
Provisão Benefício Pós-Emprego (Nota 03 (n))	427.564	432.605	429.826	432.605
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 14 (b))	83.650	55.795	83.860	56.012
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	10.141	8.846	10.141	8.846
Recursos de FGTS para Amortizações	4.123	3.576	4.123	3.576
Credores Diversos - País	132.962	233.778	247.777	330.069
Transações com Cartões à Pagar	205.114	153.989	205.114	153.989
Outros	115.418	93.350	117.544	94.694
Total de Outras Obrigações	6.440.522	9.770.337	6.850.309	9.877.192
Passivo Circulante	3.796.246	7.562.075	4.204.432	7.668.930
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.644.276	2.208.262	2.645.877	2.208.262

(1) Dívidas Subordinadas - O Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir:

(i) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$ 500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 2 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 2 de fevereiro de 2022. O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço da emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(ii) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$ 275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 3 de dezembro de 2012, com vencimento em 2 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a. Essa captação, até junho de 2013, foi avaliada ao custo amortizado.

Conforme descrito na Nota 03 (c), os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(2) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$12.182 (2012 - R\$23.926), controladas em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

NOTA 14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

(b) Movimentação das Provisões

	Banrisul				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2012	429.060	167.264	55.795	140.191	792.310
Constituição e Atualização Monetária	14.113	105.433	40.850	3.581	163.977
Baixas por Pagamento	-	(89.989)	(12.995)	-	(102.984)
Reclassificação	15.676	-	-	(15.676)	-
Saldo Final em 31/12/2013	458.849	182.708	83.650	128.096	853.303
Depósitos em Garantia (Nota 08)	3.848	125.564	66.815	-	196.227

	Banrisul Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2012	430.583	173.557	56.012	140.191	800.343
Constituição e Atualização Monetária	14.191	107.731	41.040	3.581	166.543
Reversão da Provisão	-	(179)	(37)	-	(216)
Baixas por Pagamento	-	(90.331)	(13.155)	-	(103.486)
Reclassificação	15.676	-	-	(15.676)	-
Saldo Final em 31/12/2013	460.450	190.778	83.860	128.096	863.184
Depósitos em Garantia (Nota 08)	5.416	130.067	71.889	-	207.372

Provisões Fiscais

i) Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

A principal causa de natureza fiscal refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$443.019 (2012 - R\$429.060). O Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda.

ii) Notificação fiscal de débito do ISSQN da empresa controlada Banrisul Consórcios no período de setembro de 1994 a dezembro de 1995, que a Administração vem discutindo judicialmente o assunto e, registrou a provisão no montante de R\$1.567 (2012 - R\$1.523), classificada como de perda provável.

iii) Notificação fiscal de débito do INSS referente à cobrança previdenciária sobre verbas que não apresentam natureza salarial e salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$15.830 (2012 - R\$15.676) e no Consolidado R\$15.864 (2012 - R\$15.676), anteriormente classificada como "Outros".

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$43.044 (2012 - R\$44.199) e no Consolidado R\$81.427 (2012 - R\$67.506). De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Provisões Trabalhistas

São ações movidas principalmente pelos sindicatos e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$93.317 (2012 - R\$78.039) e no Consolidado R\$102.837 (2012 - R\$80.257). Adicionalmente, o valor de R\$26.247 (2012 - R\$23.856) e no Consolidado R\$27.229 (2012 - R\$24.724) foi exigido para os recursos processuais.

Existem causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante aproximado de R\$156.812 (2012 - R\$37.795) e no Consolidado R\$159.110 (2012 - R\$37.881). Nas causas trabalhistas que possuem pedidos considerados de perda provável e já provisionados, existem também pedidos na mesma ação que são considerados como de perda possível, no montante de R\$333.141 (2012 - R\$298.468) e no Consolidado R\$337.779 (2012 - R\$304.278). De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para estas contingências.

Provisões Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas-correntes, cobrança e empréstimos.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Existem ainda R\$1.071.649 (2012 - R\$976.408) e no Consolidado R\$1.634.025 (2012 - R\$1.000.298) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outros

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R\$128.096 (2012 - R\$124.515).

NOTA 15 Receitas de Prestação de Serviços

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Administração de Fundos	71.535	67.610	71.535	67.610
Cobrança de Títulos	50.831	48.217	50.831	48.217
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	28.686	21.797
Rendas de Corretagens de Operações	-	-	2.400	5.823
Serviços de Administração Convênio Banricard	-	-	38.311	35.620
Outras Receitas de Serviços	2.740	1.774	19.030	16.495
Total	125.106	117.601	210.793	195.562

NOTA 16 Rendas de Tarifas Bancárias

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Banricompras (*)	111.887	113.221	135.876	113.221
Devolução de Cheques	15.617	18.033	15.617	18.033
Débitos em Conta	60.892	27.926	72.711	27.926
Serviços de Arrecadação	115.072	81.980	115.072	81.980
Transações com Cheques	13.504	13.097	13.504	13.097
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	328.756	287.162	328.756	287.162
Cartão de Crédito	17.501	12.684	17.501	12.684
Tarifas de Saques	7.018	6.736	7.018	6.736
Tarifas de Uso da Agência Virtual	5.992	6.479	5.992	6.479
Tarifas de Fiança Bancária	7.056	6.177	7.056	6.177
Outras Receitas de Tarifas	44.015	29.528	53.544	29.510
Total	727.310	603.023	772.647	603.005
Pessoas Físicas	314.096	274.053	314.646	274.054
Pessoas Jurídicas	413.214	328.970	458.001	328.951

(*) Conforme descrito em Nota 2(c), as receitas das respectivas tarifas bancárias passaram a ser reconhecidas pela Banrisul Cartões S.A. a partir de novembro de 2013.

NOTA 17 Outras Despesas Administrativas

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Processamento de Dados e Telecomunicações	180.407	163.121	189.999	173.190
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	120.459	101.839	120.459	101.839
Amortização e Depreciação	64.100	108.707	65.134	109.449
Aluguéis e Condomínios	73.649	63.348	73.095	62.509
Materiais	16.412	16.951	16.522	17.063
Serviços de Terceiros (*)	333.844	191.858	347.692	195.891
Propaganda, Promoções e Publicidade (**)	92.045	74.193	93.148	75.191
Manutenção e Conservação	29.469	26.455	29.984	26.899
Água, Energia e Gás	15.508	19.235	15.789	19.519
Serviços do Sistema Financeiro	51.681	32.349	51.975	35.038
Outras	45.027	40.146	50.861	44.882
Total	1.022.601	838.202	1.054.658	861.470

(*) Do montante de R\$333.844, R\$108.586 são provenientes de despesas dos serviços com originação de crédito consignado através do canal Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros.

(**) É composto principalmente por R\$51.251 (2012 - R\$29.622) de despesa com propaganda institucional e R\$31.450 (2012 - R\$33.482) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 18 Outras Receitas Operacionais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Recuperação de Encargos e Despesas	73.737	60.266	55.724	50.017
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	179	768
Cíveis	-	44	37	44
Outros (*)	2.092	49.267	2.211	49.267
Perdas de Securitização	1.536	4.335	1.536	4.335
Comissão sobre Títulos de Capitalização	-	1.166	-	1.166
Tarifas Interbancárias	22.974	21.757	22.974	21.757
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	21.623	11.672	21.623	11.672
Títulos de Créditos a Receber	6.020	6.187	6.020	6.187
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei nº 12.069	14.859	14.077	14.859	14.077
Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros	8.286	9.944	8.286	9.944
Receitas Diversas com Cartões	41.791	26.235	41.791	26.235
Lucros na Venda de Bens	5.986	10.047	5.986	10.047
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	47.115	20.444	47.115	20.449
Receitas de Adquirência - Antecipação Operações Performadas	-	-	7.397	-
Outras Receitas Operacionais	16.076	21.128	18.853	23.615
Total	262.095	256.569	254.591	249.580

(*) Em 31 de dezembro de 2012, do montante de R\$49.267, R\$40.629 refere-se à recuperação do imposto de renda em virtude de decisão judicial em relação ao incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador.

NOTA 19 Outras Despesas Operacionais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Descontos Concedidos em Renegociações	49.512	38.842	49.512	38.842
Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 14 (b))	105.433	127.717	107.731	128.167
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	1.386	1.462	1.386	1.462
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização	1.123	238	1.123	238
Despesas com Provisões para Ações Cíveis (Nota 14 (b))	40.850	63.665	41.040	63.794
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	3.369	3.076	3.369	3.076
Despesas com Atualização da Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR) - (Nota 14 (b))	14.113	15.503	14.191	15.535
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 14 (b))	3.581	3.977	3.581	3.977
Outras Provisões Tributárias	-	429	-	429
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	32.154	8.492	32.177	8.492
Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB	2.377	1.811	2.377	1.811
Despesas com Processos Judiciais	-	3.724	-	3.724
Despesas com Cartões	15.440	9.439	15.440	9.439
Bônus Cartão Banrisul de Vantagens	5.222	2.917	5.222	2.917
Outras Despesas Operacionais	67.134	88.866	67.452	88.863
Total	341.694	370.158	344.601	370.766

NOTA 20 Patrimônio Líquido - Banrisul

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2013 é de R\$3.750.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,59	2.721.484	77,06	26.086.957	13,02	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,50	-	0,00	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,77	-	0,00	213.546	0,05
Outros	349.527	0,17	482.672	13,67	174.312.395	86,98	175.144.594	42,83
Total	205.043.374	100,00	3.531.751	100,00	200.399.352	100,00	408.974.477	100,00

No período de janeiro a dezembro 2013, houve a conversão das ações entre PNA e PNB no montante de 11.026 ações, em virtude das solicitações dos acionistas.

A Assembleia Geral Extratordinária de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2013, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$250.000, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen em junho de 2013.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- ii) Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

- i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; (II) 25% para constituição de Reserva Estatutária; e (III) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

Em 30 de abril de 2013, em Assembleia Geral Ordinária foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2013, no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96 e Política de Pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$244.943, referente aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2013 (2012 - R\$253.387), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$97.977 (2012 - R\$101.355) (Nota 22 (a)).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está assim representada:

	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício	791.614	818.590
Ajuste		
Reserva Legal	(39.581)	(40.930)
Base de Cálculo dos Dividendos	752.033	777.660
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	188.008	194.415
Dividendo Adicional 15%	112.805	116.649
Total dos Dividendos	300.813	311.064
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	231.412	237.986
Ações Ordinárias (R\$598,87737 por lote de mil ações)	122.804	127.038
Ações Preferenciais A (R\$603,74945 por lote de mil ações)	2.120	2.201
Ações Preferenciais B (R\$598,87737 por lote de mil ações)	120.019	124.148
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(13.531)	(15.401)
B) Dividendos Pagos	-	40.000
Ações Ordinárias (R\$97,72096 por lote de mil ações)	-	20.037
Ações Preferenciais A (R\$107,49305 por lote de mil ações)	-	381
Ações Preferenciais B (R\$97,72096 por lote de mil ações)	-	19.582
C) Dividendos Provisionados	69.401	33.078
Ações Ordinárias (R\$169,55039 por lote de mil ações)	34.795	16.570
Ações Preferenciais A (R\$186,50542 por lote de mil ações)	599	315
Ações Preferenciais B (R\$169,55039 por lote de mil ações)	34.007	16.193
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C)	300.813	311.064

NOTA 21 Compromissos, Garantias e Outros

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 12.585 de 29 de agosto de 2006, mediante a qual o Banrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 85% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banrisul, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$8.323.788 (2012 - R\$7.995.323), do qual R\$7.058.000 (2012 - R\$2.043.000) foi transferido para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Banrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 13).

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$1.042.798 (2012 - R\$774.737), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários.

(c) O Banrisul é responsável pela custódia de 479.411 mil títulos de clientes (2012 - 398.657 mil).

(d) O Banrisul possui créditos abertos para importação e créditos de exportação confirmados no valor de R\$55.942 (2012 - R\$69.589) e coobrigações em cessões de crédito no valor de R\$12.182 (2012 - R\$23.926).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fundos de Investimentos (*)	5.624.181	5.307.377	5.624.181	5.307.377
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	129.275	103.129	129.275	103.129
Fundos de Ações	77.934	88.505	77.934	88.505
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	18.379	19.189	18.379	19.189
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul	2.127.770	65.825	2.127.770	65.825
Carteiras Administradas	1.556.956	1.617.990	1.556.956	1.617.990
Clubes de Investimentos	-	-	1.485	2.007
Total	9.534.495	7.202.015	9.535.980	7.204.022

(*) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 178 grupos (163 em 2012) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 39.432 consorciados ativos (33.430 em 2012).

(g) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2013 é de R\$206.633, sendo R\$57.633 com vencimento até um ano, R\$126.870 de um a cinco anos e R\$22.130 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizaram R\$66.769.

NOTA 22 Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Lucro do Período antes da Tributação e Participações	1.174.848	1.182.832	1.206.567	1.203.583
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(293.712)	(295.708)	(301.642)	(300.896)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(8.372)	(12.834)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15%	(176.227)	(177.425)	(167.032)	(159.147)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Efetivas	(469.939)	(473.133)	(477.046)	(472.877)
Ajuste Multa Câmbio	(1.432)	(1.591)	(1.432)	(1.591)
Participação dos Empregados nos Resultados	36.494	30.233	36.494	30.233
Juros sobre o Capital Próprio	97.977	101.355	97.977	101.355
Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências	37.324	23.202	8.649	4.928
Outras Adições, Líquidas das Exclusões	7.577	31.274	11.903	28.880
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(291.999)	(288.660)	(323.455)	(309.072)
Corrente	(344.147)	(456.918)	(377.161)	(475.717)
Diferido	52.148	168.258	53.706	166.645

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 o Banrisul possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

(b1) Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Banrisul		
	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Saldo em 31/12/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	638.564	262.785	689.715
Provisão para Riscos Trabalhistas	66.905	42.174	73.083
Provisão para Riscos Fiscais	91.128	5.583	96.711
Outras Provisões Temporárias	245.431	17.628	260.446
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.042.028	328.170	1.119.955
Créditos não Registrados	(23)	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 08)	1.042.005	328.170	1.119.932
Obrigações Fiscais Diferidas	(13.864)	(25.780)	(39.644)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.028.141	302.390	1.080.288

	Banrisul Consolidado			
	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	638.787	263.023	211.862	689.948
Provisão para Riscos Trabalhistas	69.119	43.791	36.112	76.798
Provisão para Riscos Fiscais	91.646	5.610	-	97.256
Outras Provisões Temporárias	245.500	17.732	2.613	260.619
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.045.052	330.156	250.587	1.124.621
Créditos não Registrados	(23)	-	-	(23)
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 08)	1.045.029	330.156	250.587	1.124.598
Obrigações Fiscais Diferidas	(13.913)	(25.863)	-	(39.776)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.031.116	304.293	250.587	1.084.822

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Diferenças Temporárias			Banrisul	Banrisul Consolidado
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Totais Registrados	Totais Registrados
2014	269.977	161.986	431.963	431.963	432.416
2015	107.452	64.471	171.923	171.923	172.376
2016	94.624	56.775	151.399	151.399	151.852
2017	78.878	47.327	126.205	126.205	126.657
2018	41.852	25.111	66.963	66.963	67.416
2019 a 2021	71.334	42.801	114.135	114.135	115.794
2022 a 2023	35.840	21.504	57.344	57.344	58.087
após 2024	14	9	23	-	-
Total em 31/12/2013	699.971	419.984	1.119.955	1.119.932	1.124.598
Total em 31/12/2012	651.266	390.762	1.042.028	1.042.005	1.045.029

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$816.524, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(b2) Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Superveniência de Depreciação	(14.842)	(13.789)	(14.840)	(13.789)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	(860)	(75)	(860)	(75)
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	-	(49)	(49)
Superávit Atuarial	(23.942)	-	(24.027)	-
Total	(39.644)	(13.864)	(39.776)	(13.913)

(c) Alterações na Legislação Tributária

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP,

bem como resultados de equivalência patrimonial. O Banrisul elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes em suas demonstrações financeiras. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas e a conversão em lei do texto da referida Medida Provisória para que possa proceder a uma análise mais profunda e conclusiva.

NOTA 23 Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

	2013	2012
Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:		Reapresentado
Planos de Pensão (PBI + FBPREV)	450.199	446.269
Planos de Saúde, Odontológico e Medicamento	(60.105)	(18.211)
Plano Prêmio Aposentadoria (*)	109.930	110.307
Total	500.024	538.365

(*) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$43.818 (2012 - R\$44.123) referente a complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$153.748 (2012 - R\$154.430).

(a) Alteração de Política Contábil

Plano de Benefícios I - conforme previsto na Deliberação CVM nº 695/12, a partir de 1º de janeiro de 2013, ocorreu alteração da política contábil e os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem, conforme demonstrado. O efeito da aplicação dessa norma no Banrisul impactou negativamente o patrimônio líquido no montante de R\$322.936, ajustado pelos créditos tributários no montante de R\$129.055.

Os saldos dos períodos comparativos foram reapresentados seguindo o mesmo critério, para fins de comparabilidade, conforme descrito na Nota 3 (n).

Prêmio de Aposentadoria - conforme previsto na Deliberação CVM nº 695/12, a partir de 1º de janeiro de 2013, ocorreu alteração da política contábil e os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. De acordo com a avaliação dos atuários, o montante dessa obrigação, acrescido dos encargos legais, monta o valor de R\$153.748, e impactou o patrimônio líquido do Banrisul no montante de R\$46.937, ajustado pelos créditos tributários em R\$18.764.

(b) Descrição dos Benefícios de Longo Prazo

O Banrisul é o principal patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banrisul, da Banrisul Cartões S.A., da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – (Cabergs), assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social – (FBSS), instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores ligados ao Ministério de Previdência e Assistência Social – (MPAS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – (PREVIC) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar – (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3792 do Conselho Monetário Nacional de 24 de setembro de 2009, em que são nomeados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão os Administradores Tecnicamente Qualificados para a Gestão dos Investimentos.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes,

empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

O plano de aposentadoria na modalidade “benefício definido” é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

A partir de 6 de julho de 2009 foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev (atualmente denominado FBPREV), que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo “contribuição variável”, entrou em funcionamento em novembro de 2009. De sua implantação em diante, o Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões.

Para a execução de seus objetivos, a Fundação Banrisul recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários e dos seus assistidos, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação de seu patrimônio. O Banrisul contribuiu no exercício para o Plano de Benefício I, na modalidade de “benefício definido”, com o montante de R\$31.181 (2012 – R\$15.967) e para o FBPREV, na modalidade de “contribuição variável”, com o montante de R\$4.250 (2012 – R\$2.974), correspondendo em 31 de dezembro de 2013, respectivamente, a 7,94% (2012 – 4,97%) e 2,98% (2012 – 3,21%) sobre a folha mensal dos salários de participação dos empregados, imputados às despesas operacionais.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banco se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios I (modalidade de “benefício definido”) e do Plano FBPREV (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012.

(i) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2013, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Taxa de Desconto Nominal	10,56% a.a.	8,68% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial Futuro	8,22% a.a.	8,22% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios da Previdência Social e dos Limites	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	5,50% a.a.	5,50% a.a.

Hipóteses Demográficas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Tábua de Mortalidade de Válido	AT-2000 Basic desagravada em 10%, segregada por sexo	AT-2000 Basic desagravada em 10%, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1983 desagravada em 50%	RRB 1983 desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Forte desagravada em 50%	Light Forte desagravada em 40%

Tábua de Rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Idade de Aposentadoria	Ao atingir o benefício Pleno	Primeira idade com direito a um dos benefícios
Idade de Entrada no INSS	Informação do cliente, considerando o limite inferior de 15 anos de idade e superior de 18 anos de idade	Informação do cliente, considerando o limite inferior de 15 anos de idade e superior de 18 anos de idade
% de Participantes Ativos Casados na Data da Aposentadoria	95%	95%
Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Composição Familiar: Benefícios Concedidos - Aposentados	Cônjuge informado, e para participante casado ou separado judicialmente, sem data do cônjuge, hipótese de mulher 4 anos mais nova que o homem	Cônjuge informado, e para participante casado ou separado judicialmente, sem data do cônjuge, hipótese de mulher 4 anos mais nova que o homem
- Pensionistas	Composição informada	Composição informada

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera supere o dos títulos privados no longo prazo enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Grupo são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Isso é particularmente significativo no caso do plano do Brasil, no qual os reajustes por conta da inflação resultam em maior sensibilidade às mudanças na expectativa de vida.

(ii) Descrições dos Planos

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

Relativo a esse plano, o Banrisul dispõe de parcela remanescente de dívida contratada no montante de R\$67.312 em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$66.664) registrado na rubrica outras obrigações (Nota 13). Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - (IGP-DI), por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695/12, e ela é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

A composição do passivo atuarial líquido para os exercícios de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2013 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.205.596)	(3.681.721)
Valor Justo dos Ativos	2.755.889	3.236.083
Superávit/(Déficit)	(449.707)	(445.638)
Passivo Atuarial Líquido	(449.707)	(445.638)

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de Janeiro	3.681.721	2.906.504
Custo de Serviço Corrente	26.603	12.540
Custo Financeiro	309.835	291.457
Contribuições dos Participantes do Plano	26.086	23.722
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	342.621	650.271
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeira	(967.100)	-
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(214.170)	(202.773)
Em 31 de Dezembro	3.205.596	3.681.721

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
	Reapresentado	
Em 1º de Janeiro	3.236.083	2.758.557
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	275.167	278.369
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	(598.498)	358.520
Contribuições dos Empregador	31.221	19.688
Contribuições dos Empregados	26.086	23.722
Benefícios Pagos	(214.170)	(202.773)
Em 31 de Dezembro	2.755.889	3.236.083

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
	Reapresentado	
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(445.638)	(147.947)
Custo dos Serviços Correntes	(26.603)	(12.540)
Juro sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	(34.668)	(13.088)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	25.981	(291.751)
Contribuições do Empregador	31.221	19.688
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(449.707)	(445.638)

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2014	255.775
2015	270.673
2016	287.146
2017	302.700
2018	319.106
2019 a 2023	1.844.954

Outros dados acerca do plano:

Quantidade de Participantes Ativos, Aposentados e Pensionistas	31/12/2013	31/12/2012
Participantes Ativos	7.241	7.472
Participantes Aposentados	4.740	4.646
Pensionistas	1.118	1.093
Total	13.099	13.211

Em conformidade com a Instrução PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, combinadas com a Instrução PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações do Plano de Benefícios I com a apuração do duration e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Visando a diversificação de opções aos participantes e assistidos do Plano de Benefícios Definidos – (PBI), o Banrisul, em conjunto com a Fundação Banrisul de Seguridade Social, está procedendo à implementação de novos planos na modalidade de “benefício definido saldado” e na modalidade de “contribuição variável” para recepcionar os recursos dos participantes e assistidos do PBI que voluntariamente optarem pelo saldamento e pela migração de suas reservas atuariais. A reestruturação do Plano de Benefícios I foi aprovada pela PREVIC conforme a publicação da Portaria nº 718, de 20 de dezembro de 2013.

FBPREV (anteriormente denominado Banrisulprev) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação.
- ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência.
- iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

A composição do passivo atuarial líquido para os exercícios de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2013, de acordo com o CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.078)	(1.482)
Valor Justo dos Ativos	1.586	851
Superávit/(Déficit)	(492)	(631)
Passivo Atuarial Líquido	(492)	(631)

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de Janeiro	1.482	772
Custo de Serviço Corrente	91	7
Custo Financeiro	117	69
Contribuições dos Participantes do Plano	699	416
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	508	531
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeira	(381)	-
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(438)	(313)
Em 31 de Dezembro	2.078	1.482

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de Janeiro	851	309
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	102	53
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	(308)	(16)
Contribuições dos Empregador	680	402
Contribuições dos Empregados	699	416
Benefícios Pagos	(438)	(313)
Em 31 de Dezembro	1.586	851

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Passivo Atuarial Líquido no Final do Exercício Anterior	(631)	(463)
Custo dos Serviços Correntes	(91)	(7)
Juro sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	(15)	(16)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	(435)	(547)
Contribuições do Empregador	680	402
Passivo Atuarial Líquido no Final do Exercício Atual	(492)	(631)

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2014	323
2015	365
2016	381
2017	408
2018	430
2019 a 2023	2.612

Outros dados acerca do plano:

Quantidade de Participantes Ativos, Aposentados e Pensionistas	31/12/2013	31/12/2012
Participantes Ativos	4.274	2.638
Pensionistas	1	-
Total	4.275	2.638

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - o Banrisul oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

A composição do passivo atuarial líquido para os exercícios de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2013 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	31/12/2013	31/12/2012
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(132.981)	(149.144)
Valor Justo dos Ativos	193.086	167.355
Superávit/(Déficit)	60.105	18.211
Passivo Atuarial Líquido	60.105	18.211

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de Janeiro	149.144	110.598
Custo de Serviço Corrente	1.508	1.184
Custo Financeiro	12.827	11.248
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	14.044	31.092
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeira	(39.348)	-
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(2.911)	(2.802)
Benefício Pago Diretamente pela Companhia	(2.283)	(2.176)
Em 31 de Dezembro	132.981	149.144

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de Janeiro	167.355	139.176
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	14.099	15.045
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	11.632	13.134
Em 31 de Dezembro	193.086	167.355

A movimentação do ativo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Ativo Atuarial Líquido no Final do Exercício Anterior	18.211	28.578
Custo dos Serviços	(1.508)	(1.184)
Juro sobre o Passivo/(Ativo) do Benefício Líquido	1.272	3.797
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	36.936	(17.958)
Contribuições do Empregador	5.194	4.978
Ativo Atuarial Líquido no Final do Exercício Atual	60.105	18.211

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2014	6.343
2015	6.875
2016	7.439
2017	8.030
2018	8.667
2019 a 2023	54.053

Outros Benefícios de Longo Prazo – Prêmio de Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

A composição do passivo atuarial líquido para os exercícios de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2013 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Movimentação da Posição Líquida do Balanço		Reapresentado
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(109.930)	(110.307)
Valor Justo dos Ativos	-	-
Superávit/(Déficit)	(109.930)	(110.307)
Passivo Atuarial Líquido	(109.930)	(110.307)

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de Janeiro	110.307	71.956
Custo de Serviço Corrente	3.735	2.114
Custo Financeiro	8.224	6.260
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	2.178	31.980
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	(11.311)	-
Benefício Pago Diretamente pelo Empregador	(3.203)	(2.003)
Em 31 de Dezembro (*)	109.930	110.307

(*) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$43.818 (2012 - R\$44.123) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$153.748 (2012 - R\$154.430).

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2014	37.961
2015	7.371
2016	9.305
2017	8.093
2018	8.247
2019 a 2023	52.592

Outros dados acerca do plano:

A quantidade de participantes ativos beneficiários desse prêmio de aposentadoria totalizava 11.783 em 31 de dezembro de 2013 (2012 – 10.364).

(c) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresentamos a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI)			
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,08%	Aumento de 0,5%	(211.643)
Taxa de Desconto	10,04%	Redução de 0,5%	233.557
Tábua de Mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	(64.321)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	69.716
FBPREV			
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,08%	Aumento de 0,5%	(88)
Taxa de Desconto	10,04%	Redução de 0,5%	95
Tábua de Mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	83
Tábua de Mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	(85)
Plano de Saúde			
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,08%	Aumento de 0,5%	(3.373)
Taxa de Desconto	10,04%	Redução de 0,5%	3.724
Tábua de Mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	(1.013)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	1.097
Auxílio Medicamento			
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,06%	Aumento de 0,5%	(4.794)
Taxa de Desconto	10,06%	Redução de 0,5%	5.365
Tábua de Mortalidade		Aumento de 10%	(2.189)
Tábua de Mortalidade		Redução de 10%	2.458
Plano de Aposentadoria			
Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,08%	Aumento de 0,5%	(2.693)
Taxa de Desconto	10,04%	Redução de 0,5%	2.874
Tábua de Mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	(201)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	202

NOTA 24 Instrumentos e Gestão de Riscos Financeiros

A gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, intrínsecos à área financeira, é ferramenta estratégica e fundamental para o Banrisul. O constante aperfeiçoamento nos processos de identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação de riscos possibilitam tornar mais apuradas as boas práticas de governança alinhadas aos objetivos, políticas e estratégias da Instituição.

Risco de Crédito - é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Credit* e *Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ), atendendo ao binômio risco x retorno. A descrição desta estrutura está disponibilizada no

site <http://www.banrisul.com.br>, na rota: “Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito”.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles das informações cadastrais por meio de um modelo de certificação, intensificam e fortalecem as avaliações. A adoção de sistemas de *Credit Score* e *Behaviour Score* oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são mais atrativos para manejo com crédito massificado.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nestes ambientes. A gestão da exposição ao Risco de Crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito Diretas e Operações de Repasse por Meio de Agentes Financeiros – O Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

- i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso.
- ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são controladas mensalmente.
- iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

(c) Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos de crédito, não canceláveis incondicional e unilateralmente pela Instituição, representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros. Ainda, referem-se a contratos cujos recursos serão liberados mediante o cumprimento de alguma exigência contratual, conforme cronograma de etapas de construção, como ocorre em alguns contratos imobiliários.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banrisul, que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

(d) Créditos a Liberar

Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos a operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionadas ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas. O valor da exposição relativa aos créditos a liberar, corresponde ao somatório das parcelas de operações de crédito a liberar em até 360 dias.

Risco de Mercado - o Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito na Nota 13. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (c).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A Carteira *Trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem. A Carteira *Banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utilizamos a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira *Trading* - buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*) sem considerar os

instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475/08, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2013.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2013.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2013.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$2,3426 de 31/12/2013 (PTAX - Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários		Fatores de Risco			Total
		Taxa de Juros	Moedas	Ações	
1	1%	158	556	155	869
2	25%	3.904	13.905	3.868	21.677
3	50%	7.719	27.809	7.735	43.263

Definições:

Taxa de Juros – exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.

Moeda Estrangeira – exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável – exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, podemos identificar no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 64% de toda a perda esperada para os três cenários. Do Cenário 1 para o Cenário 2, observamos um crescimento de 96% da maior perda esperada considerando o total de exposição de todos os fatores de risco. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 50%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (50%), no valor total de R\$43.263.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de captação externa realizadas em 02/02/2012 no valor de USD 500 milhões e 03/12/2012 no valor de USD 275 milhões, com vencimento em 02/02/2022, contabilizadas na Carteira *Banking* (Nota 13). Foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar – US\$” considera a cotação de R\$2,3426 de 31/12/2013 (PTAX - Bacen).

O cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (BM&FBovespa), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475/08 da CVM, que determina que os cenários de alta devam contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2013.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2013.

O quadro a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2013.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap	<i>Trading</i>	Alta do Cupom de US\$	(8.257)	(143.917)	(260.423)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	<i>Banking</i>	Alta do Cupom de US\$	6.258	141.685	258.251
Efeito Líquido			(1.999)	(2.232)	(2.172)

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez - o Risco de Liquidez advém da possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas posições diárias e sem incorrer em perdas significativas, e também a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O risco de liquidez do Banrisul tem como instrumento auxiliar o Fluxo de Caixa, O Demonstrativo de Risco de Liquidez – DRL e simulações contemplando diferentes cenários de mercado. Nas posições de ativos, são consideradas a evolução da carteira de crédito e de liquidação dos instrumentos financeiros. Para os passivos, as premissas adotadas incluem a possibilidade de resgates antecipados e também de rolagem das captações em prazo menor do que o previsto.

A Gestão Consolidada do Risco de Liquidez do Banrisul é atribuição da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos. Esta gestão tem por objetivo acompanhar a disponibilidade de recursos para fazer face às suas necessidades financeiras sob o ponto de vista das captações, alocações e maturidade dos negócios, a fim de evitar desajustes significativos que possam comprometer a liquidez da Instituição. O Banrisul mantém seus controles sob o ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras da Resolução nº 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional - CMN e da Circular nº 3.393/07 do Bacen, que estabelece acompanhamento condizente com as posições assumidas no mercado financeiro, de modo a evidenciar o risco de liquidez inerente à essas operações. O monitoramento desse resultado é auxiliado pelo Fluxo de Caixa Diário, Demonstrativo das Posições das Carteiras, Demonstrativo de Descasamentos nos Prazos e Moedas, Demonstrativo de Fluxo Esperado e Fluxo Contratado nos Prazos, Demonstrativo de Risco de Liquidez – DRL, dentre outros. As informações são disponibilizadas periodicamente ao Diretor de Controle e Riscos.

Mensalmente é elaborado o Relatório de Risco de Mercado e Liquidez com os principais fatos

ocorridos no mês. Este procedimento tem como propósito evidenciar as diretrizes e políticas vigentes da Instituição e garantir a observância de limites das exposições para o risco de liquidez, através do referendo da Comissão de Risco de Mercado e Liquidez, dos Comitês de Riscos Corporativos, de Gestão Bancária, Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

(d) Índice de Basileia

Em março de 2013, o Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu um conjunto de normas para implementação das diretrizes de Basileia III no Brasil, com vigência a partir de outubro de 2013. A Resolução nº 4.192, dispõe sobre uma nova composição de Capital Regulamentar, que continuará a ser o somatório dos Níveis I, dividido em Capital Principal e Capital Complementar e Nível II, apurados em relação ao total dos Ativos Ponderados Pelo Risco – RWA e calculados com base nas informações do Conglomerado Financeiro. Foram definidos novos limites mínimos que devem ser observados na apuração desses capitais em conformidade com o cronograma de implementação divulgado pela Resolução nº 4.193 de 01/10/2013. Serão exigidos limites para Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além da introdução do Adicional de Capital Principal. Em dezembro de 2013, os limites mínimos de capital exigidos foram de 11% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 5,5% para o Índice de Nível I e de 4,5% para o Índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal será exigido a partir de 1º de janeiro de 2016.

Os Índices calculados para o Banrisul em dezembro de 2013 foram: Índice de Basileia - 18,34%; Índice de Capital Principal – 13,99% e Índice de Nível I -13,99% , ambos apresentando folga em relação aos mínimos exigidos.

Considerando as mudanças implementadas, não há comparabilidade com as informações dos semestres anteriores, calculados com base no Consolidado Econômico-Financeiro.

Banrisul Consolidado	2013
Patrimônio de Referência (PR)	6.743.859
Nível I	5.144.941
Capital Principal	5.144.941
Capital Complementar	-
Nível II	1.598.918
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	36.779.304
RWA Risco de Crédito (RWAcpad)	31.341.313
RWA Risco de Mercado	691.973
RWA Risco de Câmbio (RWAcam)	672.418
Pré-fixadas em Real - RWAjur1	1.759
RWA Risco de Ações	17.796
RWA Risco Operacional	4.746.018
RWAurban	4.098.314
Índice de Basileia (Fator de Risco/PRE)	18,34%
Índice de Nível I	13,99%
Índice de Capital Principal	13,99%
Índice de Basileia Amplo - com Rban	16,50%
Índice de Imobilização	9,08%

(e) O Banco Central do Brasil concedeu ao Banrisul a possibilidade de considerar a elegibilidade da captação no exterior no valor de US\$ 275 milhões no nível II do Patrimônio de Referência, na categoria de dívida subordinada, a partir de 3 de dezembro de 2012, permitindo que esta captação integre o saldo sujeito ao artigo 29, parágrafos I e II da Resolução nº 4.192, em 31 de dezembro de 2012, mesmo sem estar contabilizado em conta Cosif específica.

NOTA 25 Transações com Partes Relacionadas

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. mantém relacionamentos comerciais com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e as empresas por ele controladas, Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA,

Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS e Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, a seguir demonstradas:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul - em 28 de junho de 2012 foi estabelecido Termo de Convênio de nº 1201/12, entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Estado assegura ao Banrisul a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal dos servidores ativos e inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo (Administração Direta), e dos pensionistas previdenciários (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS) pelo prazo de cinco anos e mantendo a concessão do canal, pelo Estado, para realização de empréstimos consignados em folha de pagamento. No mesmo Termo de Convênio, em razão da reciprocidade na prestação de serviços, o Banrisul libera o Estado do Rio Grande do Sul de qualquer custo associado à prestação dos serviços bancários de arrecadação de receitas e tributos estaduais, débitos em contas-correntes, extratos de FGTS e serviços de cobrança de créditos imobiliários.

O Banrisul também é prestador de serviços nos repasses financeiros realizados pelas secretarias quanto à destinação de valores vinculados aos programas sociais e efetua serviços de atualização de dados cadastrais de servidores inativos e de detentores de pensões especiais ou vitalícias oriundas da Administração Direta. Esses serviços não são remunerados.

Além disso, o Banrisul efetua o pagamento de fornecedores relacionados ao sistema de Finanças Públicas e processa as movimentações relacionadas ao Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC, responsável por centralizar em conta bancária única as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e de suas controladas. Esses serviços não são remunerados.

O Banrisul também efetua para diversas fundações e autarquias outros serviços de cobrança por meio de arrecadação e fornecimento de cartão-refeição e combustível. Esses serviços geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, receita no valor de R\$10.098. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão *On Line*, e esse serviço não é remunerado.

O Banrisul adquiriu direitos de créditos do FCVS, conforme descrito na Nota 06. Em 31 de dezembro de 2013, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos de rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$734.722.

O Banrisul tem contratos de arrendamento de imóveis pertencentes ao Estado, que geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, despesas no montante de R\$1.091.

O Banrisul dispõe de acordo com o Estado de cessão de funcionários, segundo o qual o Estado cedeu 8 (oito) funcionários e recebeu 13 (treze) funcionários alocados em secretarias e fundações. Os custos com esses funcionários são ressarcidos pelas partes.

Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE - o Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados ao pagamento de pessoal e tem contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O Banco é também agente arrecadador pelo serviço de arrecadação das contas de consumo emitidas pela CEEE e pelo fornecimento de cartão-combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi remunerado em R\$3.550 por esses serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão *On Line*.

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN - o Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal. O Banco é também agente arrecadador das contas de consumo emitidas pela CORSAN e pelo fornecimento de cartão-combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi remunerado em R\$4.601 por esses serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio

do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos dessa companhia com o BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a essas operações.

SULGÁS, CEASA, CESA, CORAG, CRM e PROCERGS - o Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal com as empresas acima mencionadas e, com a SULGÁS, a CEASA e a CESA, tem contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural emitida por essas companhias e o fornecimento de cartão-refeição e combustível também são de responsabilidade do Banrisul e, para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Banco foi remunerado em R\$301 por esses serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão *On Line*.

A SULGÁS dispõe ainda de aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do CDI, bem como o Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos dessa companhia com o BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a essas operações.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS - o Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e tem contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural e o fornecimento de cartão-refeição também são de responsabilidade do Banrisul e, para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Banco foi remunerado em R\$75 sobre esses serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banrisul tem acordo de cessão de empregados, segundo o qual cedeu 4 (quatro) de seus funcionários e recebeu 1 (um). Os custos desse acordo são ressarcidos pelas partes.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - o Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e tem contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento relativos aos funcionários alocados no Rio Grande do Sul, sendo também responsável pelo serviço de cobrança escritural.

Fundação Banrisul de Seguridade Social - conforme descrito na Nota 23, o Banrisul tem dívida contratada em 31 de março de 1998 relativa à parcela remanescente do déficit atuarial, no montante de R\$67.312. Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, por meio de atualizações mensais, com prazo final em 2028.

Para a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários, o Banrisul contribuiu para a Fundação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com o montante de R\$35.431, conforme descrito na Nota 23.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal bem como de aposentadorias e pensões dos beneficiários da Fundação Banrisul.

A Fundação dispõe também de fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul. As aplicações financeiras efetuadas pela Fundação com o Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul tem contratos de arrendamento de imóveis pertencentes à Fundação Banrisul, que geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, despesas no montante de R\$6.665.

Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - o Banrisul oferece benefícios de assistência médica e odontológica a seus funcionários e aposentados pela Fundação Banrisul, que geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, despesas no montante de R\$31.783.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e de fornecedores. A Cabergs dispõe de fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul. As aplicações financeiras efetuadas pela Cabergs com o Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão *On Line* e esse serviço não é remunerado.

Todas as transações remuneradas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S.A. (Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros) - com o objetivo de ampliar canais de relacionamento com clientes em escala nacional, o Banrisul firmou uma parceria com a promotora de vendas Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros para atuar no segmento de concessão de crédito consignado.

Sobre os serviços prestados de originação de crédito consignado por meio dos convênios, o Banrisul pagou para a Bem-Vindo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$100.576 a título de comissões e taxas de performance.

Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas - o Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras administradas, que são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável.

O Administrador foi responsável pela realização, como contraparte, das operações compromissadas dos Fundos que tiveram como lastro títulos públicos federais. Essas operações apresentaram no período um volume médio diário de R\$1.756.516, que representou 24,2% sobre o patrimônio líquido médio dos fundos. Essas operações foram realizadas em condições de mercado no que se refere a prazos e taxas praticadas.

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio foi responsável pela realização, como contraparte, das operações de compra e venda de ações dos Fundos de Ações administrados pelo Banrisul realizadas no exercício. Essas operações apresentaram um volume de R\$112.233, que representou 118,6% sobre o Patrimônio Líquido médio dos Fundos de Ações no mesmo período, e foram realizadas a preço de mercado por meio de pregão eletrônico da BM&FBovespa. Essas operações incorreram em uma corretagem de R\$105.

As transações com controladores e controladas estão demonstradas a seguir:

	Banrisul			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2013	2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Serviços de Arrecadação	5.072	5.072	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	5.072	5.072	-	-
Outros Créditos	20.897	20.293	26.394	11.771
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	15.169	15.198	-	-
Empresas Controladas	5.728	5.095	26.394	11.771
Depósitos à Vista	(354.335)	(438.884)	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(351.587)	(437.246)	-	-
Empresas Controladas	(2.748)	(1.638)	-	-
Depósitos a Prazo	(251.370)	(306.704)	(34.404)	(23.334)
Empresas Controladas	(251.370)	(306.704)	(34.404)	(23.334)
Captações no Mercado Aberto	(2.197.763)	(135.388)	(249.220)	(55.325)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*)	(2.127.770)	(65.825)	(241.533)	(49.783)
Empresas Controladas	(69.993)	(69.563)	(7.687)	(5.542)
Outras Obrigações	(678.235)	(106.473)	(21.308)	(14.571)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(48.697)	(28.021)	(1.091)	(1.073)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(67.926)	(67.160)	(16.605)	(11.697)
Empresas Controladas	(561.612)	(11.292)	(3.612)	(1.801)
Total	(3.455.734)	(962.084)	(278.538)	(81.459)

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

	Banrisul Consolidado			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2013	2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Disponibilidades	18.165	17.751	1.428	1.462
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	18.165	17.751	1.428	1.462
Serviços de Arrecadação	5.072	5.072	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	5.072	5.072	-	-
Outros Créditos	18.324	25.871	528	466
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	18.324	25.871	528	466
Depósitos à Vista	(351.587)	(437.246)	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(351.587)	(437.246)	-	-
Captações no Mercado Aberto	(2.127.770)	(65.825)	(241.533)	(49.783)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*)	(2.127.770)	(65.825)	(241.533)	(49.783)
Outras Obrigações	(116.623)	(95.181)	(17.696)	(12.770)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(48.697)	(28.021)	(1.091)	(1.073)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(67.926)	(67.160)	(16.605)	(11.697)
Total	(2.554.419)	(549.558)	(257.273)	(60.625)

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- a) O montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- b) A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos funcionários e administradores do Banrisul e das suas controladas.

Em 2013, foi deliberado o valor máximo individual anual de R\$427 para remuneração dos Diretores (proventos e gratificações), do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as remunerações estão demonstradas a seguir:

Benefícios de Curto Prazo	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Proventos	3.208	3.122
Gratificações	108	90
Encargos Sociais	635	669
Total	3.951	3.881

O Banrisul custeia planos de previdência complementar de contribuição definida aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 as contribuições à Fundação Banrisul de Seguridade Social montavam R\$46 (2012 – R\$15).

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$78.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras Informações

(1) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas que participem com capital de mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer

subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(2) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria têm em conjunto, a seguinte participação acionária no Banrisul em 31 de dezembro de 2013:

<u>Ações</u>	<u>Quantidade</u>
Ações Ordinárias	9
Ações Preferenciais	297
Total de Ações	306

NOTA 26 Impacto da Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1));
- Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2));
- Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1));
- Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1));
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Eventos Subsequentes (CPC 24); e
- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

O Banrisul, em 27 de março de 2013, disponibilizou no *site* www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS. Na avaliação da Administração, as reconciliações entre o lucro líquido e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013 são consistentes com os valores apresentados nas reconciliações de 31 de dezembro de 2012.

NOTA 27 Eventos Subsequentes

Em ata de reunião, datada de 07 de janeiro de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Banrisul a implementação do plano de aposentadoria incentivada (PAI), por intermédio do qual os empregados aptos à aposentadoria, elegíveis na Fundação Banrisul até 31 de dezembro de 2014, receberão em torno de 0,43 salários por ano de serviço ao Banco para homologar o seu desligamento.

O plano foi divulgado aos funcionários do Banrisul em 07 de janeiro de 2014 e possui prazo de adesão de 07/01/2014 a 31/03/2014. Portanto não foi reconhecido nenhum passivo em decorrência desse assunto no exercício de 2013 conforme requer o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

NOTA 28 Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

A Administração do Banrisul autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03 de fevereiro de 2014.

Diretoria

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente

FLAVIO LUIZ LAMMEL
Vice-Presidente

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

GUILHERME CASSEL
IVANDRE DE JESUS MEDEIROS
JOÃO EMILIO GAZZANA
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO
JONE LUIZ HERMES PFEIFF
JULIMAR ROBERTO ROTA
LUIZ CARLOS MORLIN
Diretores

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria de 2013

Nos termos das normas em vigor, o Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul-Banrisul deve elaborar, semestralmente, relatório que contemple, no mínimo, posicionamento em relação às demonstrações contábeis, informações quanto às atividades exercidas, recomendações formuladas e avaliação da efetividade do sistema de controles internos, das Auditorias Interna e Independente. O presente documento é o resumo desse relatório e será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis do período.

Atividades Desenvolvidas

De acordo com o plano de trabalho elaborado para o exercício, o Comitê participou de encontros com a Diretoria e diferentes áreas do Banco, para debater questões que, direta ou indiretamente, se relacionam com assuntos sobre os quais deve opinar. Nesse sentido deu atenção especial à política de riscos corporativos da empresa.

Reuniu-se, também, diversas vezes com representantes do Banco Central do Brasil, com o Conselho Fiscal e com o Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul de Seguridade Social. Junto a este último foi possível constatar que as tratativas para equacionar o déficit estrutural do plano previdenciário dos empregados do Banco estão bem encaminhadas e em vias de uma solução próxima. Representante do Comitê, convidado, compareceu às reuniões do Conselho de Administração.

O Comitê dedicou-se, também, a examinar e discutir os planos de trabalho das Auditorias Interna e Independente. Acompanhou o cumprimento das recomendações formuladas aos gestores, sugerindo eventuais ações complementares, todas voltadas a aspectos da preservação patrimonial e de constantes melhorias nos procedimentos de avaliação dos sistemas de controle, em suas variadas dimensões, e de gerenciamento de riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

No que se refere às demonstrações contábeis o Comitê realizou reuniões periódicas com a área responsável pela sua elaboração, buscando verificar a adequação às normas que regem a matéria. Recolheu, também, o posicionamento das auditorias como importante subsídio para formular sua opinião final.

As atividades das áreas de controle interno foram objeto de especial atenção deste Comitê, que sugeriu, inclusive, medidas para aperfeiçoar seu funcionamento. Da mesma forma, a Ouvidoria foi presente e demonstrou que está consciente de sua importante missão. Constatou-se que a estrutura que o Banco disponibiliza é adequada e que foram observadas importantes melhorias no serviço de atendimento ao cliente.

Conclusões

Como resultado do trabalho realizado pelo Comitê e considerando as informações e observações colhidas no semestre recém-findo, é possível afirmar que os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos existentes no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., nos seus aspectos essenciais, mostram-se efetivos e consistentes com a natureza e complexidade da Instituição, o que não afasta a necessidade de revisões periódicas e constantes aperfeiçoamentos.

A Auditoria Interna desenvolve um trabalho de muito boa qualidade e tem experimentado

constantes melhoramentos, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e conteúdo de seus relatórios. Reafirma-se sua progressiva efetividade.

De outro lado, constata-se que a Auditoria Independente, de uma forma geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e características do Banrisul, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

Para avaliar a qualidade das demonstrações contábeis o Comitê baseou-se em informações colhidas em várias instâncias, especialmente na Unidade de Contabilidade. Valeu-se, ainda, dos trabalhos dos auditores internos e externos.

Diante do exposto é possível afirmar que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, foram elaboradas em conformidade com as normas regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional-COSIF e com as práticas contábeis adotadas no país e refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Recomenda-se sua aprovação.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014.

João Acir Verle
Orion Herter Cabral
Valdir Heck

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base em nossas revisões, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014.

Cláudio Morais Machado
Presidente

André Luiz Barreto de Paiva Filho
Vice-Presidente

Conselheiros
Bruno Luciano Radtke
Eduardo Ludovico da Silva
João Victor Oliveira Domingues

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre – RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Instituição”) e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e empresas controladas, que compreendem os balanços patrimoniais, individual e consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição e das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2013 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes - Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da mudança de política contábil de reconhecimento dos Benefícios a Empregados, alterada pelo CPC 33 (R1), vigente a partir de 1 de janeiro de 2013, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes relativas à demonstração das mutações do patrimônio líquido, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre (RS), 5 de fevereiro de 2014.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS

Dário Ramos da Cunha
Contador CRC1SP214144/O-1

Mercado Competitivo

No mercado competitivo, a Instituição ocupava, em setembro de 2013, a 11ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN), 11ª posição em patrimônio líquido, 7ª posição em depósitos totais e 7ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Banco Central do Brasil, excluído o BNDES.

O Banrisul registrou, nos doze meses, ganhos de *market share* de 0,7280 pp. na captação de depósitos a prazo no mercado financeiro nacional, reflexo da variação positiva desses depósitos em 16,5%, frente à retração de 8,6% verificada no Sistema Financeiro Nacional nos últimos doze meses. Em relação aos depósitos à vista, a representatividade do Banrisul nesses recursos em relação ao mercado nacional alcançou 1,8885% frente ao indicador de dezembro de 2012, 1,9510%, e nos depósitos de poupança, a participação do Banrisul no SFN reduziu 0,0048 pp. alcançando representatividade de 1,1692%.

No que se refere ao crédito total, o Banco apresentou crescimento de 9,6% enquanto as instituições do SFN apresentaram elevação de 14,6% em relação a dezembro de 2012. A representatividade da Instituição no saldo de operações de crédito do SFN atingiu, em dezembro de 2013, 0,9816%, frente à participação de 1,0272% em dezembro de 2012.

No mercado regional, com atuação geográfica focada no Rio Grande do Sul, o Banrisul apresentou, nos doze meses, incremento na participação dos depósitos a prazo em 1,6343 pp. alcançando 36,5705% em setembro de 2013, superado pela redução nos depósitos à vista, em 2,4122 pp., e nos depósitos de poupança em 0,0905 pp. O saldo de operações de crédito apresentou redução, em setembro de 2013, com participação de 17,6088% sobre o saldo de crédito do Rio Grande do Sul, enquanto que em setembro de 2012, a representatividade era de 19,1368% sobre as operações de crédito do Estado.

Tabela 01: Mercado Competitivo

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Dez/13 ¹	Dez/12	Set/13 ²	Set/12 ³
Depósito à Vista	1,8885%	1,9510%	24,1293%	26,5414%
Poupança	1,1692%	1,1740%	14,5814%	14,6719%
Depósito a Prazo	3,3868%	2,6588%	36,5705%	34,9362%
Operações de Crédito	0,9816%	1,0272%	17,6088%	19,1368%
Nº de Agências	2,2253%	2,0974%	25,9572%	24,8231%

¹ Última informação divulgada.

² Última informação disponível.

³ Reapresentado por adequação de critério de regionalização em 2013.

Indicadores Econômico-Financeiros

Tabela 02: Indicadores Econômico-Financeiros

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12	4T13 / 3T13	12M13 / 12M12
Margem Financeira	3.666,5	3.730,6	906,3	923,3	929,0	907,9	921,9	-1,8%	-1,7%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	660,9	852,4	145,5	166,2	152,8	196,4	193,3	-12,5%	-22,5%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.005,6	2.878,2	760,8	757,1	776,2	711,5	728,6	0,5%	4,4%
Receita de Intermediação Financeira	6.572,5	6.346,4	1.767,7	1.711,1	1.706,0	1.387,8	1.429,9	3,3%	3,6%
Despesa de Intermediação Financeira	3.567,0	3.468,2	1.006,9	954,0	929,8	676,3	701,3	5,5%	2,8%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	983,4	798,6	274,7	261,3	235,7	211,7	222,2	5,1%	23,2%
Despesas Administrativas ⁽¹⁾	2.414,7	2.095,0	651,1	646,6	581,8	535,3	573,8	0,7%	15,3%
Outras Despesas Operacionais	344,6	370,8	85,9	92,7	96,4	69,5	86,9	-7,3%	-7,1%
Outras Receitas Operacionais	254,6	249,6	62,3	67,5	59,3	65,5	51,3	-7,7%	2,0%
Lucro Líquido	791,6	818,6	189,0	183,0	215,0	204,7	191,5	3,3%	-3,3%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez 2013	Dez 2012*	Dez 2013	Set 2013	Jun 2013	Mar 2013	Dez 2012*	Dez 2013 / Set 2013	Dez 2013 / Dez 2012
Ativos Totais	53.210,7	46.743,8	53.210,7	53.464,4	52.479,5	47.674,5	46.743,8	-0,5%	13,8%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	14.686,6	15.342,8	14.686,6	14.963,9	12.975,7	15.570,4	15.342,8	-1,9%	-4,3%
Carteira de Crédito Total	26.652,0	24.327,0	26.652,0	26.023,2	25.182,4	24.776,3	24.327,0	2,4%	9,6%
Provisão para Operações de Crédito	1.586,3	1.591,0	1.586,3	1.598,2	1.582,0	1.639,9	1.591,0	-0,7%	-0,3%
Créditos em Atraso > 60 dias	1.014,5	924,0	1.014,5	1.195,3	1.013,6	969,0	924,0	-15,1%	9,8%
Créditos em Atraso > 90 dias	859,9	711,7	859,9	963,9	853,2	825,9	711,7	-10,8%	20,8%
Recursos Captados e Administrados	42.420,2	35.358,3	42.420,2	40.683,4	37.930,1	36.411,6	35.358,3	4,3%	20,0%
Patrimônio Líquido	5.147,9	4.634,6	5.147,9	5.008,6	4.887,7	4.779,2	4.634,6	2,8%	11,1%
Patrimônio de Referência Conglomerado Financeiro	6.743,9	6.509,3	6.743,9	6.654,7	6.548,8	6.306,2	6.509,3	1,3%	3,6%
Patrimônio Líquido Médio	4.891,3	4.517,1	5.078,2	4.948,2	4.833,5	4.706,9	4.688,2	2,6%	8,3%
Ativo Total Médio	49.977,3	42.164,7	53.337,6	52.971,9	50.077,0	47.209,1	45.707,6	0,7%	18,5%
Ativos Rentáveis Médios	47.137,1	39.856,6	48.870,4	49.507,4	46.185,2	43.985,4	43.406,9	-1,3%	18,3%
Principais Informações do Mercado Acionário - R\$ Milhões	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12	4T13 / 3T13	12M13 / 12M12
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽³⁾	314,3	326,5	86,5	61,7	105,8	60,3	98,0	40,2%	-3,7%
Valor de Mercado	5.153,1	6.343,2	5.153,1	6.257,3	6.187,8	7.165,2	6.343,2	-17,6%	-18,8%
Valor Patrimonial por Ação	12,59	11,33	12,59	12,25	11,95	11,69	11,33	2,8%	11,1%
Preço Médio da Ação (R\$)	15,73	17,25	14,39	14,65	16,69	17,29	15,90	-1,8%	-8,8%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	1,94	2,00	0,46	0,45	0,53	0,50	0,47	2,2%	-3,0%
Índices Financeiros	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12		
ROAA Anualizado ⁽⁴⁾	1,6%	1,9%	1,4%	1,4%	1,7%	1,7%	1,7%		
ROAE Anualizado ⁽⁵⁾	16,2%	18,1%	15,7%	15,6%	19,0%	18,6%	17,4%		
Índice de Eficiência ⁽⁶⁾	52,9%	47,5%	52,9%	51,8%	49,2%	48,0%	47,5%		
Margem Financeira ⁽⁷⁾	7,8%	9,4%	7,6%	7,7%	8,3%	8,5%	8,8%		
Custo Operacional	4,5%	4,5%	4,5%	4,4%	4,2%	4,5%	4,5%		
Índice de Inadimplência > 60 dias ⁽⁸⁾	3,80%	3,80%	3,80%	4,59%	4,02%	3,91%	3,80%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽⁹⁾	3,23%	2,93%	3,23%	3,71%	3,39%	3,33%	2,93%		
Índice de Cobertura ⁽¹⁰⁾	156,4%	172,2%	156,4%	133,7%	156,1%	169,2%	172,2%		
Índice de Basileia Conglomerado Financeiro	18,3%	20,2%	18,3%	19,6%	17,9%	20,0%	20,2%		
Índice de Imobilização ⁽¹¹⁾	3,4%	3,6%	3,4%	3,6%	3,7%	3,6%	3,6%		
Indicadores Estruturais	Dez 2013	Dez 2012	Dez 2013	Set 2013	Jun 2013	Mar 2013	Dez 2012		
Agências	512	468	512	503	485	473	468		
Pontos de Atendimento Bancário	216	251	216	222	235	246	251		
Pontos de Atendimento Eletrônico	595	582	595	598	599	593	582		
Colaboradores	12.175	11.447	12.175	12.206	11.870	11.568	11.447		
Indicadores Econômicos	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12		
Selic Efetiva Acumulada	8,22%	8,49%	2,34%	2,16%	1,83%	1,65%	1,72%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	2,34	2,04	2,34	2,23	2,22	2,01	2,04		
Variação Cambial (%)	14,64%	8,94%	5,05%	0,65%	10,02%	-1,45%	0,64%		
IGP-M	5,53%	7,81%	1,76%	1,92%	0,90%	0,84%	0,67%		
IPCA	5,91%	5,84%	2,04%	0,62%	1,18%	1,94%	1,99%		

* Reapresentado

⁽¹⁾ Inclui Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas

⁽²⁾ Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

⁽³⁾ Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou distribuídos (antes da retenção do Imposto de Renda).

⁽⁴⁾ Lucro líquido sobre ativo total médio.

⁽⁵⁾ Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

⁽⁶⁾ Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas / Margem Financeira + Renda de Prestação de Serviços + (Outras Receitas Operacionais – Outras Despesas Operacionais)

⁽⁷⁾ Margem Financeira em percentual dos Ativos Rentáveis

⁽⁸⁾ Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

⁽⁹⁾ Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

⁽¹⁰⁾ Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.

⁽¹¹⁾ Imobilizado sobre o patrimônio líquido.

Síntese da Evolução Patrimonial e do Resultado

O crescimento de 4,4% do resultado bruto da intermediação financeira e a estabilidade do resultado operacional apurados em 2013 frente aos valores contabilizados em 2012 refletem, no que se refere às receitas e despesas de juros, um contexto de Taxa Selic efetiva menor e de redução do fluxo de despesas de provisão para crédito, em consequência das melhorias no *compliance* do processo de sistema de *rating* cliente; bem como a elevação de receitas de tarifas, face ao esforço de ampliação de outros serviços (adquirência, seguros, previdência, capitalização), ao estreitamento de relacionamentos, através da introdução de novas ferramentas de gestão de clientes, e de ações de melhoria do atendimento por meio da ampliação de pontos e de canais alternativos (correspondentes bancários), movimento que permitiu minimizar o efeito do aumento de despesas administrativas e de pessoal.

A estrutura de captação do Banrisul é, principalmente, representada por depósitos a prazo, certificados de depósitos bancários (CDB), depósitos de poupança, depósitos à vista e pela emissão de recursos em letras e de dívidas subordinadas no exterior. Em agosto de 2013, a primeira emissão de letras financeiras, no valor total de R\$1.600,0 milhões foi realizada pela Instituição.

A captação e a administração de recursos de terceiros do Banrisul, constituída por depósitos, recursos em letras, dívidas subordinadas e fundos de investimentos, alcançaram R\$42.420,2 milhões em dezembro de 2013, com incremento de 20,0% ou R\$7.061,9 milhões sobre o saldo registrado em dezembro de 2012 e aumento de 4,3% ou R\$1.736,8 milhões sobre o valor registrado em setembro de 2013. Os recursos captados e administrados são compostos por 72,2% de depósitos, 17,5% de fundos de investimentos, 5,9% de recursos em letras e 4,4% de dívida subordinada.

Os depósitos atingiram saldo de R\$30.644,6 milhões em dezembro de 2013, com ampliação de 14,6% ou R\$3.898,2 milhões sobre o montante registrado no mesmo período de 2012 e crescimento de 4,9% ou R\$1.438,4 milhões em relação ao nono mês de 2013. Os recursos de letras somaram R\$2.505,9 milhões em dezembro de 2013. As dívidas subordinadas, com emissão no exterior, totalizaram R\$1.861,5 milhões em dezembro de 2013, com evolução de R\$703,2 milhões sobre o saldo de dezembro de 2012 e incremento de 2,4% ou R\$43,4 milhões sobre o valor registrado em setembro de 2013. A carteira de fundos administrados totalizou, em dezembro de 2013, R\$7.408,2 milhões, com crescimento de 3,8% ou R\$270,0 milhões em relação ao final do ano anterior e 2,1% ou R\$149,0 milhões na comparação com setembro de 2013.

O total de ativos alcançou R\$53.210,7 milhões em dezembro de 2013, 13,8% ou R\$6.466,9 milhões acima do registrado no mesmo mês do ano anterior e relativa estabilidade, com retração de 0,5% ou R\$253,8 milhões, em relação a setembro de 2013. Os ativos são compostos por operações de crédito, 50,1% do total, títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, 35,5%, relações interfinanceiras e interdependências, 9,1%, e demais ativos, 5,3%.

O saldo aplicado em ativos de crédito atingiu R\$26.652,0 milhões em dezembro de 2013, com ampliação de 9,6% ou R\$2.325,0 milhões nos doze meses e 2,4% ou R\$628,8 milhões na comparação com setembro de 2013. A carteira de crédito é composta por operações contratadas, principalmente, junto a pessoas físicas e grandes empresas. O saldo da carteira ampliada alcançou R\$27.763,0 milhões em dezembro de 2013 e cresceu 10,2% ou R\$2.564,5 milhões em relação a dezembro de 2012 e 2,7% ou R\$739,5 milhões em comparação com setembro de 2013. Dentre as linhas de crédito, as mais expressivas foram crédito consignado pessoa física, com 27,6% do total de crédito, e giro às empresas, que absorvia 24,5% do volume total de crédito ao final de dezembro de 2013. As carteiras de crédito imobiliário, rural e financiamento a longo prazo ampliaram suas participações no montante de crédito do Banco no último trimestre, representando, em dezembro de 2013, 10,2%, 8,3% e 7,0% da carteira de crédito total respectivamente.

Em relação à concessão de crédito, na comparação com os 12M12, apresentou crescimento mais expressivo, a carteira comercial, em especial, o crédito pessoal consignado, conta garantida e o capital de giro, e os financiamentos a longo prazo. O volume de concessão do 4T13 apresentou evolução em relação ao 4T12, decorrente, especialmente, do crescimento da carteira comercial, principalmente nas linhas de consignado, e do financiamento rural, longo prazo e imobiliário. Em relação ao 3T13, o volume concedido apresentou crescimento influenciado, especialmente, pelo incremento da carteira comercial, nas linhas de capital de giro e conta garantida, e dos financiamentos a longo prazo e imobiliário.

A carteira comercial somou R\$18.531,8 milhões em dezembro de 2013, com aumento de 4,7% ou R\$834,1 milhões em doze meses e crescimento de 1,0% ou R\$189,9 milhões nos últimos três meses. Nos doze meses, ambos os segmentos - financiamento ao consumo e crédito empresarial - contribuíram para a ampliação da carteira comercial; o incremento do crédito à pessoa física somou R\$663,7 milhões e a ampliação do crédito comercial às empresas alcançou R\$170,4 milhões. No último trimestre, o crédito a empresas registrou ampliação de R\$182,7 milhões, e o crédito ao consumo apresentou aumento de R\$7,2 milhões.

O índice de inadimplência acima de 60 dias atingiu 3,80% do volume total de crédito em dezembro de 2013, mesmo indicador registrado no ano anterior. A inadimplência acima de 90 dias alcançou 3,23% em dezembro de 2013, acima do indicador de dezembro de 2012, 2,93%. O índice de cobertura das operações de crédito em atraso há mais de 60 dias atingiu 156,4% e o indicador de 90 dias, 184,5%, mantendo-se em linha com os praticados pelo mercado bancário. Os indicadores de inadimplência e de cobertura de atrasos com provisões foram impactados, também, pelo atraso no repasse de créditos recebidos pelo Banco Cruzeiro do Sul – em liquidação extrajudicial, além da implantação do novo sistema de *rating* cliente.

Em relação à liquidez do Banrisul, destacam-se as disponibilidades líquidas aplicadas em títulos públicos federais indexados à Taxa Selic, em Letras Financeiras do Tesouro ou em operações compromissadas, sempre com lastro em títulos federais. Em dezembro de 2013 o saldo em títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, descontadas das operações compromissadas, totalizou R\$14.686,6 milhões, com retração de 4,3% ou R\$656,2 milhões na comparação com dezembro de 2012 e decréscimo de 1,9% ou R\$277,3 milhões sobre o montante de setembro de 2013. As variações decorreram da mudança de perfil nas linhas de captação no ano e do resgate de aplicações interfinanceiras em comparação ao último trimestre.

O Banrisul possui margem para sustentar o crescimento de suas operações, capacidade atestada pelo Índice de Basileia, 18,3% em dezembro de 2013. Os índices que demonstram a eficácia da estrutura administrativa, dados pela proporção de despesas administrativas em relação ao volume de ativos ou em relação às receitas geradas, representados pelos indicadores de custo operacional e de eficiência, atingiram 4,5% e 52,9% em dezembro de 2013 respectivamente.

O Banrisul registrou lucro líquido de R\$791,6 milhões no ano de 2013 frente ao resultado de R\$818,6 milhões do ano de 2012. O desempenho no período foi impactado pela redução da margem financeira, em 1,7% ou R\$64,1 milhões, e pela expansão das despesas administrativas, em 15,3% ou R\$319,8 milhões, fluxo, em parte, compensado pela retração das despesas com provisões para crédito, em 22,5% ou R\$191,5 milhões, e pelo incremento em receitas de prestação de serviços e tarifas em 23,2% ou R\$184,9 milhões.

No 4T13, o resultado líquido alcançou R\$189,0 milhões, 1,3% abaixo do registrado no 4T12, influenciado pela trajetória do resultado de TVM, câmbio e crédito, que somadas aumentaram 22,7% ou R\$309,8 milhões, pela ampliação das rendas de tarifas e serviços, em 23,6% ou R\$52,5 milhões, pela redução das despesas de provisões para crédito, em 24,7% ou R\$47,8 milhões, e

pela variação favorável das outras despesas/receitas operacionais, em 33,7% ou R\$12,0 milhões, movimento absorvido pelo aumento das despesas de captação no mercado, em 90,9% ou R\$353,1 milhões, e pelo crescimento das despesas administrativas em 13,5% ou R\$77,3 milhões.

Em relação ao trimestre anterior, o lucro líquido do 4T13 apresentou crescimento de 3,3% ou R\$6,0 milhões. O resultado do último trimestre foi favorecido pela ampliação das receitas da intermediação financeira, em 3,3% ou R\$56,6 milhões, e pelo aumento das rendas de serviços e tarifas, em 5,1% ou R\$13,4 milhões, compensadas, em parte, pelo aumento das despesas da intermediação financeira, em 5,5% ou R\$52,9 milhões, e pelo aumento das despesas de pessoal, em 2,1% ou R\$7,4 milhões.

O resultado bruto da intermediação financeira alcançou R\$3.005,6 milhões no ano de 2013, com elevação de 4,4% ou R\$127,4 milhões sobre o montante apurado no mesmo período do ano anterior. O resultado bruto da intermediação financeira do 4T13 somou R\$760,8 milhões, com crescimento de 4,4% ou R\$32,3 milhões na comparação com o 4T12 e aumento de 0,5% ou R\$3,8 milhões em relação ao 3T13. As variações mencionadas refletem a desaceleração de receitas com juros e aumento de despesas com juros, em linha com a trajetória da taxa básica de juros e redução de *spreads* bancários, bem como o efeito da redução de despesas de provisão para crédito e do resultado da marcação a mercado da dívida subordinada e dos instrumentos de *hedge*.

O resultado gerado no ano de 2013 equivale à rentabilidade de 16,2% calculada sobre o patrimônio líquido médio. Em dezembro de 2013, o patrimônio líquido totalizou R\$5.147,9 milhões, com aumento de 11,1% ou R\$513,2 milhões sobre o saldo de dezembro de 2012 e crescimento de 2,8% ou R\$139,3 milhões sobre setembro de 2013. O retorno sobre o patrimônio líquido reflete menor geração de receitas e maiores despesas com juros, e o efeito favorável da ampliação das receitas de outros serviços e consequente aumento das despesas administrativas, associadas à estratégia de expansão dos negócios.

O Banrisul recolheu e provisionou, nos 12M13, R\$801,9 milhões em impostos e contribuições próprios. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$684,3 milhões.

Política de Investimentos

Os investimentos em modernização tecnológica e na expansão, reformas e revitalização da rede de agências concentraram-se, no ano de 2013, na ampliação da capacidade de processamento para sustentar o crescimento dos negócios, na conclusão da implantação dos requisitos de segurança do projeto de aquisição da Rede Banricompras, no aprimoramento de controles de acesso e melhorias de segurança dos ambientes tecnológicos e na disponibilidade de rede como diferencial de atendimento. Em 2013, foram aplicados R\$299,5 milhões na expansão e modernização tecnológica, reformas e ampliações de agências.



Modernização Tecnológica

A Instituição aplicou o equivalente a R\$249,6 milhões em modernização tecnológica no ano de 2013. Os investimentos em TI objetivam viabilizar a estratégia de eficiência operacional, seja na infraestrutura de comunicação e de processamento de dados, melhoria contínua dos mecanismos de segurança, bem como de performance no acesso aos diferentes canais de atendimento.

As iniciativas relacionadas à infraestrutura de TI, executadas em 2013, focaram, sobretudo, a implantação de mecanismos que garantam ao Banrisul disponibilidade de comunicação, capacidade de armazenamento de dados e aumento da capacidade de processamento. No que se refere às funcionalidades dos sistemas corporativos, as principais ações envolveram a disponibilização de soluções de acesso aos canais e atendimento *M-Banking* e Rede de Correspondentes do Banrisul, a implementação de sistema de gerenciamento de processos de negócios e melhorias da operacionalidade de fechamento das agências da rede. No quesito segurança, os reconhecimentos nacional e internacional concedidos à Instituição caracterizam o nível de resultados alcançados no ano: primeiro banco do Brasil a ter a homologação do Cartão Múltiplo junto ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) para emissão de certificados digitais da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil); certificação PCI-DSS (Payment Card Industry - Data Security Standards) pela implementação de sistemática de criptografia na Rede de Aquisição Banricompras.



Revitalização da Rede de Atendimento

O Banrisul investiu, em 2013, o equivalente a R\$49,9 milhões em reformas e ampliações da rede, incluindo renovação dos ambientes e novas instalações, com estruturas mais amplas e modernas e dentro dos padrões de acessibilidade. A rede da Instituição abrange 98,43% da população do Rio Grande do Sul, além de prestar atendimento em diversos outros estados do País, especialmente em Santa Catarina e Paraná.

No ano de 2013, a Rede de Atendimento Banrisul atingiu 1.323 pontos, distribuídos em 512 agências, das quais 470 no Rio Grande do Sul, 27 em Santa Catarina, 13 nos demais estados brasileiros, 2 no exterior, 216 Postos de Atendimento Bancário e 595 Pontos de Atendimento Eletrônico. Ao longo do ano, foram efetivadas 19 aberturas de agências e 25 transformações de postos em agências. No ano, o Banrisul inovou em termos de pontos de atendimento, mediante a disponibilização de Espaço Afinidade, com foco em relacionamento e negócios diferenciados. O projeto de expansão da rede de agências prevê a remodelação de 45 casas para 2014.

Margem Analítica



Desempenho da Intermediação Financeira

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas da intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas.

As operações de crédito incluem adiantamentos de contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil, que são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas.

Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez, os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A trajetória da margem sobre ativos rentáveis foi decrescente nos 12M13 em relação ao observado nos 12M12, em linha com a redução da taxa básica de juros efetiva que passou de 8,49%, nos 12M12, para 8,22% nos 12M13. Os ativos médios rentáveis cresceram, nos 12M13, 18,3% e os passivos onerosos, 22,0% na comparação com os 12M12. A margem absoluta dos 12M13 apresentou decréscimo de 1,7% e a margem relativa retraiu em 1,6 pp. frente à apurada nos 12M12.

A queda da Taxa Selic efetiva no período refletiu na redução das taxas sobre ativos de crédito e sobre passivos de *funding* para crédito. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos e também os prazos de contratação são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

A representatividade dos ativos de crédito no total de ativos médios rentáveis, em dezembro de 2013, diminuiu 4,1 pp. na comparação com o dezembro de 2012, atingindo 51,7%. As operações de tesouraria aumentaram a participação no total de ativos rentáveis, passando de 34,7%, em dezembro de 2012, para 39,1% no mesmo período de 2013. A receita proveniente do aumento do volume de operações de crédito e dos títulos e valores mobiliários absorveu o efeito da queda da Taxa Selic, principal referencial de remuneração das operações de crédito e tesouraria.

Em relação aos passivos onerosos, o saldo médio dos depósitos a prazo representava, em dezembro de 2013, 47,7% dos passivos geradores de despesas, frente aos 48,6% de dezembro de 2012. Os depósitos de poupança reduziram a representatividade sobre os passivos onerosos em 0,6 pp., atingindo 16,3% em dezembro de 2013. A captação no mercado aberto alcançou participação de 12,6% nos passivos onerosos, crescimento de 6,8 pp. na comparação com o mesmo período do ano anterior, movimento compensado pela redução de 10,2 pp. do saldo médio dos fundos financeiros e de desenvolvimento, decorrente do saque de depósitos judiciais efetivado pelo Estado, contabilizado em abril/13, e que alcançou 7,1% dos passivos onerosos. Dentre os outros passivos onerosos, os recursos por aceite e emissão de títulos apresentaram crescimento nos 12M13, alcançando participação de 3,2%, face à captação, no 3T13, de recursos em letras financeiras.

Os resultados dessas variações em conjunto ocasionaram redução de 1,6 pp. no *spread*, que atingiu 7,2% nos 12M13.

Tabela 03: Margem Analítica

R\$ Milhões

	2013			2012			2011		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	47.137,1	6.572,5	13,94%	39.856,6	6.346,4	15,92%	32.487,8	5.946,7	18,30%
Operações de Créditos	24.373,7	4.807,8	19,73%	22.229,0	4.760,2	21,41%	18.370,6	4.433,4	24,13%
Compromissos de Revendas	2.401,2	201,5	8,39%	3.834,2	311,6	8,13%	2.629,6	298,5	11,35%
TVM para Negociação	3.326,3	256,1	7,70%	2.221,5	172,0	7,74%	2.166,9	241,0	11,12%
TVM Disponíveis para Venda	1.299,0	100,0	7,70%	1.187,5	91,9	7,74%	1.655,6	184,1	11,12%
TVM Mantidos até o Vencimento e Instrumentos Financeiros Derivativos	11.410,9	875,8	7,67%	6.582,4	704,4	10,70%	4.604,3	512,1	11,12%
Depósitos Interbancários	91,6	7,2	7,88%	105,8	8,0	7,60%	202,6	14,2	7,02%
Outros Ativos Rentáveis	4.234,4	324,1	7,66%	3.696,2	298,3	8,07%	2.858,2	263,4	9,22%
Compulsórios	3.525,7	266,2	7,55%	3.040,5	242,6	7,98%	2.227,9	204,3	9,17%
Outros	708,7	58,0	8,18%	655,7	55,7	8,50%	630,3	59,1	9,38%
Ativos Não Rentáveis	4.036,9			2.692,7			2.704,7		
Ativos Totais	51.174,0	6.572,5	12,84%	42.549,3	6.346,4	14,92%	35.192,5	5.946,7	16,90%
Passivos Onerosos	39.475,4	(2.906,0)	7,36%	32.357,5	(2.615,8)	8,08%	25.755,7	(2.578,7)	10,01%
Depósitos Interfinanceiros	372,5	(23,6)	6,32%	195,9	(10,9)	5,57%	13,7	(1,8)	12,85%
Poupança	6.414,9	(374,1)	5,83%	5.467,6	(328,0)	6,00%	5.204,9	(365,4)	7,02%
Depósitos a Prazo	18.822,6	(1.320,0)	7,01%	15.719,9	(1.138,7)	7,24%	12.162,8	(1.211,9)	9,96%
Captações no Mercado Aberto	4.976,0	(419,5)	8,43%	1.886,7	(172,3)	9,13%	1.682,6	(216,2)	12,85%
Dívida Subordinada	1.790,3	(212,0)	11,84%	1.055,7	(340,0)	32,21%	-	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.044,4	(241,9)	7,95%	2.421,9	(173,7)	7,17%	1.863,7	(257,2)	13,80%
No País	1.931,8	(86,9)	4,50%	1.430,5	(74,3)	5,20%	1.122,5	(91,2)	8,12%
Exterior	1.112,6	(155,0)	13,93%	991,5	(99,3)	10,02%	741,2	(166,0)	22,40%
Outros	4.054,7	(314,9)	7,77%	5.609,8	(452,2)	8,06%	4.828,0	(526,3)	10,90%
Passivos Não Onerosos	6.760,7			5.475,8			5.237,2		
Patrimônio Líquido	4.937,9			4.716,1			4.199,6		
Passivos e PL	51.174,0	(2.906,0)	5,68%	42.549,3	(2.615,8)	6,15%	35.192,5	(2.578,7)	7,33%
Spread			7,2%			8,8%			9,6%
Margem		3.666,5	7,8%		3.730,6	9,4%		3.368,0	10,4%

Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas

A tabela 4 apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 2013 vs 2012, (ii) 2012 vs 2011 e (iii) 2011 vs 2010.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros sobre os ativos geradores de receitas e passivos geradores de despesas. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos geradores de despesas no segundo período. A variação de volume foi computada como a diferença entre o volume de juros do período mais recente e o anterior.

A variação positiva das receitas geradas pelos ativos rentáveis nos doze meses, em R\$226,1 milhões, está associada ao aumento dos volumes dos ativos rentáveis, especialmente nos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, que geraram ganhos de R\$401,0 milhões, no crédito, que motivaram o aumento das rendas em R\$260,8 milhões, e nos ativos de compulsório, que resultaram em ganhos de R\$35,6 milhões, movimentos afetados pela retração das taxas de crédito em R\$213,2 milhões, e pela redução da rentabilidade dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em R\$137,4 milhões, face à queda da taxa básica de juros no período.

A ampliação das despesas geradas pelos passivos onerosos em relação ao ano de 2012, em R\$290,2 milhões, está vinculada aos incrementos no saldo médio das captações no mercado aberto em R\$259,4 milhões, complementado pela variação nas taxas, em R\$12,1 milhões, totalizando aumento dos gastos em R\$247,3 milhões, e no depósito a prazo em R\$216,2 milhões, apresentando variação nas taxas, em R\$34,9 milhões, totalizando aumento dos gastos em R\$181,3 milhões, compensado por uma redução nos gastos da dívida subordinada, em R\$128,0 milhões.

As variações das receitas e despesas financeiras foram impactadas pela queda das taxas dos ativos rentáveis em valor mais expressivo que as taxas dos passivos onerosos em R\$16,9 milhões, e pela perda gerada com o aumento do volume médio dos ativos rentáveis, não compensada pelo ônus imputados pelos passivos onerosos, em R\$47,2 milhões. O fluxo dos 12M13 gerou redução da margem analítica em R\$64,1 milhões.

Tabela 04: Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas

	2013 / 2012			2012 / 2011			2011 / 2010		
	Aumento / Redução Devido a Variação em:			Aumento / Redução Devido a Variação em:			Aumento / Redução Devido a Variação em:		
	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida
Ativos Rentáveis									
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	260,8	(213,2)	47,6	704,9	(378,1)	326,8	788,1	77,8	865,8
Compromissos de Revendas	(119,9)	9,9	(110,1)	34,4	(21,4)	13,1	(123,5)	53,1	(70,4)
Operações com Títulos, Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	401,0	(137,4)	263,6	101,2	(70,1)	31,1	85,7	152,9	238,6
Depósitos Interbancários	(1,1)	0,3	(0,8)	(7,3)	1,1	(6,2)	4,9	(1,4)	3,5
Compulsórios	35,6	(12,0)	23,6	59,5	(21,2)	38,3	48,4	24,2	72,7
Outros	4,2	(1,9)	2,3	2,3	(5,8)	(3,4)	16,5	(20,6)	(4,1)
Total de Ativos Rentáveis	580,5	(354,4)	226,1	895,0	(495,4)	399,7	820,1	286,1	1.106,2
Passivos Onerosos									
Depósitos Interfinanceiros	(11,0)	(1,7)	(12,6)	(9,5)	0,4	(9,1)	3,8	(1,6)	2,2
Depósitos de Poupança	(54,9)	8,9	(46,1)	(17,7)	55,1	37,4	27,3	(42,9)	(15,6)
Depósitos a Prazo	(216,2)	34,9	(181,3)	(304,4)	377,5	73,2	(293,9)	(80,6)	(374,6)
Captações no Mercado Aberto	(259,4)	12,1	(247,3)	(24,0)	68,3	44,2	7,1	(9,0)	(1,8)
Dívida Subordinada	(158,2)	286,2	128,0	(177,0)	(163,0)	(340,0)	-	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(48,0)	(20,2)	(68,2)	(62,8)	146,4	83,5	(17,9)	(126,8)	(144,7)
Outros	120,1	17,2	137,3	(76,7)	150,4	73,7	(42,4)	(75,9)	(118,4)
Total de Passivos Onerosos	(627,7)	337,5	(290,2)	(672,2)	635,1	(37,1)	(316,0)	(336,9)	(652,9)

Desempenho no Mercado Acionário

A BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível 1 de Governança, Nível 2 de Governança e Novo Mercado, que se diferenciam pelo grau das exigências destas práticas. O Banrisul aderiu ao Nível 1 de Governança, em julho de 2007, reforçando o seu comprometimento com as boas práticas de governança corporativa. Além disso, o Banco adotou voluntariamente determinadas regras dos demais níveis diferenciados de Governança Corporativa, reforçando e consolidando relação de transparência com clientes e investidores, construída pela disseminação de dados e informações ao mercado, proporcionando oportuno conhecimento sobre os negócios do Banco.

O capital social do Banrisul, em dezembro de 2013, era de R\$3.750,0 milhões, representado por 408.974.477 ações, sendo 205.043.374 ações ordinárias e 203.931.103 ações preferenciais, na forma escritural e sem valor nominal. O maior acionista do Banco é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que detém diretamente 99,6% do capital votante e 57,0% do capital total.

Em 31 de dezembro de 2013, havia 57.329 acionistas com domicílio no Brasil (99,0% do total de acionistas e 63,2% do total das ações) e 560 acionistas residentes no exterior (1,0% dos acionistas e 36,8% das ações).

No total, o Banrisul faz parte da composição de oito índices da BM&FBovespa. No final do mês de dezembro de 2013, a ação PNB (BRSR6) estava entre as 100 ações mais negociadas na BM&FBovespa, listada na 83ª posição do *ranking* anual (83ª posição em 12 meses).

O Banrisul participa de eventos para divulgação, tais como os promovidos pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais), mantendo comunicação ágil e equânime para atender investidores, acionistas e interessados. Também participa de conferências e *roadshows* nacionais e internacionais com investidores institucionais. Durante o 4T13, foram realizadas 74 reuniões, teleconferências e eventos, com a participação de 427 interessados, que promoveram oportunidades de interação com analistas de mercado, investidores e acionistas pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiros.

Tabela 05: Ações de Comunicação e Relacionamento

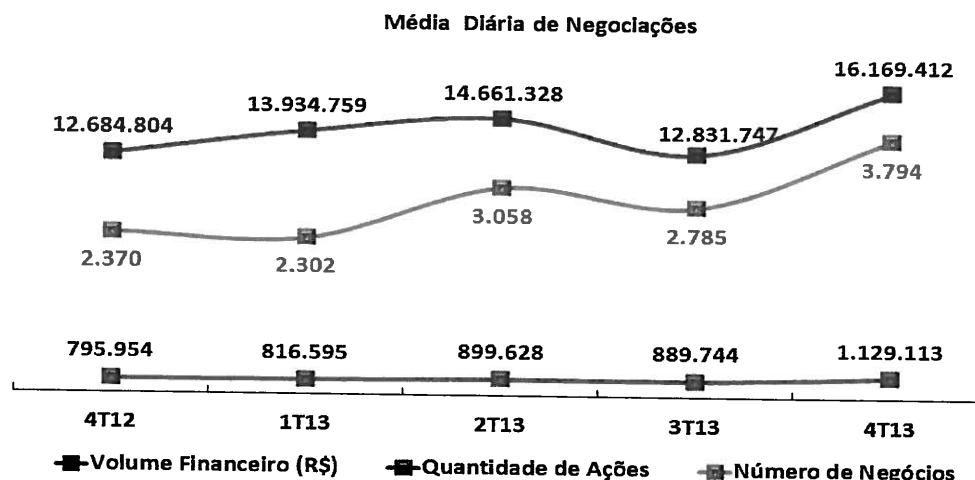
	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12
Reuniões	23	26	18	13	7
Teleconferências	34	29	29	16	13
Eventos no Exterior *	21		36		21
Reuniões APIMEC	3				3
TOTAL	81	55	83	29	44

*2012 Amsterdam, Boston, Bruxelas, Chicago, Copenhagen, Delaware, Estocolmo, Greenwich, Haia, Londres, Los Angeles, Filadelfia, Nova Iorque, Nova Jersey, Paris, Roterdam, Toronto, Washington, Wilmington.

*2013 Amsterdam, Chicago, Edimburgo, Haia, Londres, Nassau, Nova Iorque, Paris, Radnor, Roterdam, Santiago do Chile, Washington, Wilmington.

No 4T13, o volume financeiro médio negociado diariamente aumentou 27,5% em relação ao apurado no 4T12, enquanto que o número de negócios cresceu 60,0% nos últimos 12 meses.

Gráfico 01: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações



Em dezembro de 2013, o valor de mercado do Banrisul atingiu R\$5.153,1 milhões, redução de 18,8% comparada com dezembro de 2012, e redução de 17,6% em relação a setembro de 2013. Os resultados do Banrisul são analisados, periodicamente, por instituições que emitem relatórios de acompanhamento sobre o Banco, cujas estimativas estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (www.banrisul.com.br/ri).

Em dezembro de 2013, foi emitida avaliação da agência Fitch Ratings, a qual revisou a perspectiva de estável para positiva e afirmou os *ratings* de longo prazo AA- e de curto prazo F+1 em escala nacional do Banrisul, reforçando a solidez financeira da Instituição e o compromisso no aprimoramento da gestão e no alinhamento com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Tabela 06: Classificação de Agências de Rating

Fitch Ratings						
Viabilidade	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
bb+	BB+	B	BB+	B	AA-	F1+
Moody's Investors Service						
Força Financeira	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
D+	Baa3	P-3	Baa3	P-3	Aaa.br	BR-1
Standard & Poor's						
Perfil de Crédito Individual	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
bbb+	BBB-	-	BBB-	-	brAAA	
Austin Rating						
Escala Nacional						
Curto Prazo				Longo Prazo		
A-1				AA-		
Risk Bank						
10,0						

Evolução Patrimonial

Ativos Totais

Os ativos totais somaram R\$53.210,7 milhões em dezembro de 2013, estando compostos por (i) 50,1% de operações de crédito, (ii) 35,5% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, (iii) 9,1% de relações interfinanceiras e interdependências, e (iv) 5,3% de outros ativos. Em relação à tempestividade dos ativos, classificavam-se, em sua maioria, no longo prazo. A composição de ativos, com vencimento acima de 360 dias, está concentrada em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em R\$14.069,0 milhões, compondo 48,1%, e em operações de crédito e arrendamento mercantil, em R\$14.316,0 milhões, compondo 48,9% dos ativos de longo prazo. No que se refere aos ativos com vencimento até 360 dias, destaca-se a participação das operações de crédito e arrendamento mercantil, em R\$13.909,5 milhões, compondo 58,7%, dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez, em R\$4.838,3 milhões, participando em 20,4%, e das relações interfinanceiras e interdependências, em R\$4.104,6 milhões, formando 17,3% do saldo das aplicações em curto prazo.

O acréscimo no saldo dos ativos em 13,8% ou R\$6.466,9 milhões em relação a dezembro de 2012 proveio, especialmente, da elevação da captação de depósitos, em R\$3.898,2 milhões, da expansão das obrigações por operações compromissadas, em R\$2.592,9 milhões (ainda que compensada pela redução no saldo dos fundos financeiros e de desenvolvimento em R\$4.575,3 milhões, em decorrência do saque efetivado pelo Estado, contabilizado em abril/2013, conforme previsto na Lei nº 12.069, que possibilita a utilização de depósitos judiciais efetuados por terceiros até o limite de 85% do saldo, valor que foi transferido ao Sistema Integrado de Administração de Caixa Único (SIAC) do Estado do Rio Grande do Sul), da ampliação de recursos em letras, em R\$2.190,5 milhões, do incremento das dívidas subordinadas, em R\$703,2 milhões, e da evolução das obrigações por empréstimos e repasses em R\$232,3 milhões. Os recursos captados foram, em parte, aplicados na carteira de crédito, que apresentou incremento de 9,6% ou R\$2.325,0 milhões, nos títulos e valores mobiliários somados às aplicações interfinanceiras de liquidez, que registraram elevação de 11,4% ou R\$1.936,7 milhões, e nas relações interfinanceiras e interdependências, que aumentaram 31,3% ou R\$1.153,6 milhões.

Nos últimos três meses, os ativos apresentaram relativa estabilidade, com retração de 0,5% ou R\$253,8 milhões. O movimento teve como origem, principalmente, a trajetória descendente das obrigações por operações compromissadas, em R\$1.103,9 milhões, das relações interfinanceiras e interdependências, em R\$690,1 milhões, e dos fundos financeiros e de desenvolvimento, em R\$568,1 milhões, movimento minimizado pelos incrementos dos depósitos, em R\$1.438,4 milhões, das obrigações por empréstimos e repasses, em R\$243,3 milhões, e dos recursos em letras, em R\$106,0 milhões. Em termos de alocação, as operações de crédito registraram evolução de 2,4% ou R\$628,8 milhões. A tesouraria apresentou decréscimo de R\$1.381,2 milhões.

Gráfico 02: Ativo Total - R\$ Milhões

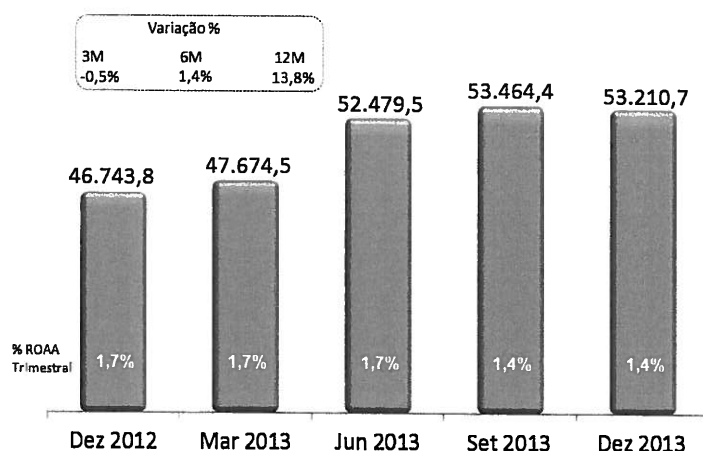
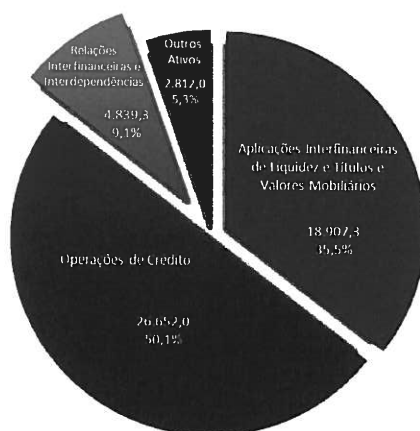


Gráfico 03: Composição dos Ativos - R\$ Milhões



Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

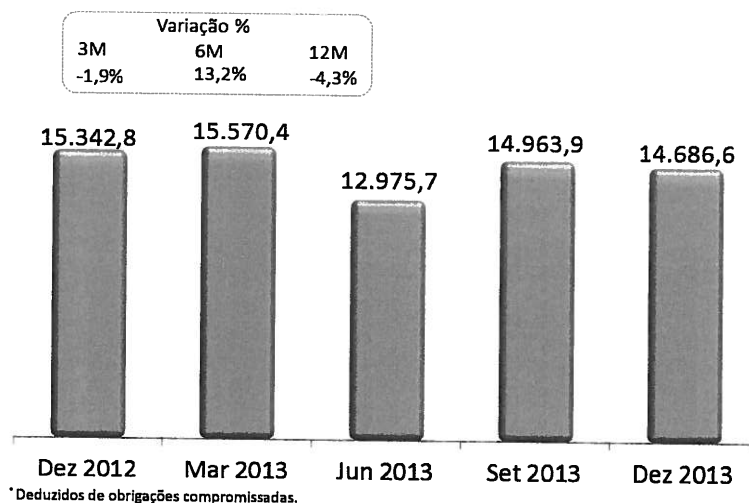
As aplicações em títulos e valores mobiliários, incluídos os instrumentos financeiros derivativos, e somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez, totalizaram R\$14.686,6 milhões em dezembro de 2013, com retração de 4,3% ou R\$656,2 milhões em relação ao volume registrado em dezembro de 2012 e de 1,9% ou R\$277,3 milhões em relação a setembro de 2013. O valor deduz as obrigações por operações compromissadas. As variações decorreram, nos doze meses, da mudança de perfil nas linhas de captação, e em relação ao trimestre anterior, do resgate de aplicações interfinanceiras.

Em relação à composição das aplicações em tesouraria, 69,7% são de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$13.179,7 milhões, 21,2% de títulos mantidos para negociação, que alcançaram R\$4.005,3 milhões, 4,6% de títulos disponíveis para venda, que somaram R\$878,9 milhões, 2,8% em aplicações interfinanceiras de liquidez, que atingiram R\$527,8 milhões, e 1,7% de instrumentos financeiros derivativos, cujo saldo alcançou R\$315,7 milhões, totalizando R\$18.907,3 milhões em ativos de tesouraria.

Quanto aos emissores dos títulos que compõem a tesouraria, são, em sua maioria, de papéis públicos, que, somados, representam 95,4% da aplicação em tesouraria.

A expansão dos depósitos, captações externas, obrigações por empréstimos e repasses e patrimônio líquido financiaram o incremento tanto dos títulos e valores mobiliários como das operações de crédito.

Gráfico 04: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez*- R\$ Milhões



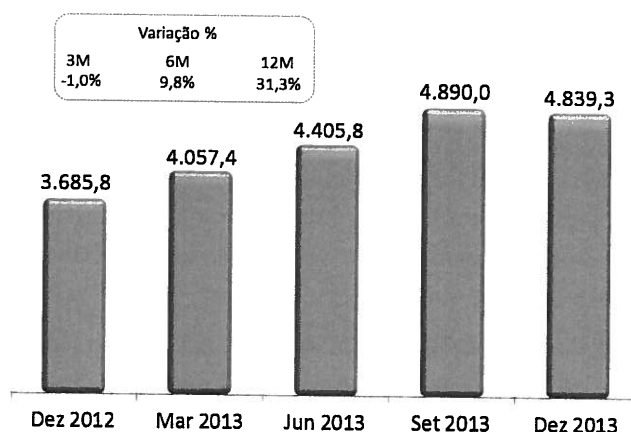
Relações Interfinanceiras e Interdependências

As relações interfinanceiras e interdependências totalizaram R\$4.839,3 milhões em dezembro de 2013, com incremento de 31,3% ou R\$1.153,6 milhões em relação a dezembro do ano anterior e redução de 1,0% ou R\$50,7 milhões em relação a setembro de 2013.

Na comparação com dezembro de 2012, o saldo das relações interfinanceiras e interdependências apresentou aumento, influenciado, especialmente, pelo crescimento dos créditos vinculados aos depósitos compulsórios no Banco Central em 37,2% ou R\$1.069,7 milhões.

Quanto à variação do último trimestre, pode-se justificar a trajetória especialmente pela retração dos pagamentos e recebimentos a liquidar em R\$295,8 milhões, não compensada pelo aumento dos créditos vinculados aos depósitos compulsórios no Banco Central, em R\$225,3 milhões.

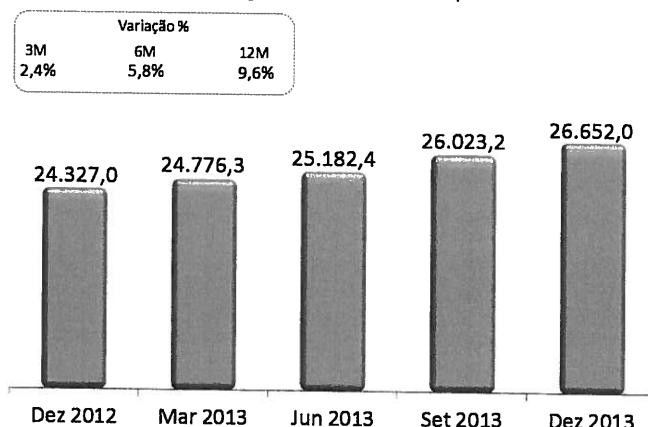
Gráfico 05: Relações Interfinanceiras e Interdependências - R\$ Milhões



Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banrisul totalizou R\$26.652,0 milhões em dezembro de 2013, saldo 9,6% ou R\$2.325,0 milhões acima do alcançado em dezembro de 2012 e aumento de 2,4% ou R\$628,8 milhões em relação a setembro de 2013. Considerando o saldo da carteira de crédito ampliada, que inclui coobrigação e riscos em garantias prestadas, a variação apresentou crescimento de 10,2% ou R\$2.564,5 milhões em relação a dezembro de 2012 e de 2,7% ou R\$739,5 milhões em comparação com setembro de 2013.

Gráfico 06: Operações de Crédito - R\$ Milhões



Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito direcionadas ao segmento empresarial totalizaram R\$12.869,8 milhões em dezembro de 2013, compondo 48,3% da carteira total de crédito. O saldo de operações na pessoa jurídica registrou expansão de 10,4% na comparação com dezembro de 2012 e crescimento de 4,5% na comparação com setembro de 2013.

Nos doze meses, a variação mais expressiva ocorreu no crédito às empresas de médio e pequeno porte e microempresas, com aumento de 9,3% ou R\$634,3 milhões, alcançando participação de 57,9% no montante total da carteira do segmento pessoa jurídica e 28,0% do total de crédito do Banco.

Nos últimos três meses, observou-se incremento de 11,2% ou R\$547,7 milhões no crédito aplicado nas grandes empresas. As pequenas, médias e microempresas apresentaram relativa estabilidade, com aumento de R\$2,6 milhões, movimento influenciado pelo aumento de 3,2% ou R\$161,2 milhões no crédito aplicado às médias empresas, compensado pela redução de 12,5% ou R\$137,5 milhões nos créditos às microempresas e pela retração de 1,6% ou R\$21,1 milhões nos créditos destinados às pequenas empresas. A variação do período gerou acréscimo de 2,6 pp. na participação das grandes empresas no total de operações de crédito ao segmento empresarial em dezembro de 2013.

Tabela 07: Composição do Crédito Pessoa Jurídica por Porte de Empresa

Porte	Dez 2013			Set 2013			Dez 2012*			%	
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Dez 2013 / Set 2013	Dez 2013 / Dez 2012
Grandes Empresas	5.417,4	42,1%	20,3%	4.869,7	39,5%	18,7%	4.838,9	41,5%	19,9%	11,2%	12,0%
Total Média/Pequena/Micro	7.452,4	57,9%	28,0%	7.449,8	60,5%	28,6%	6.818,1	58,5%	28,0%	0,0%	9,3%
Médias Empresas	5.214,1	40,5%	19,6%	5.052,9	41,0%	19,4%	4.955,0	42,5%	20,4%	3,2%	5,2%
Pequenas Empresas	1.276,4	9,9%	4,8%	1.297,5	10,5%	5,0%	1.123,8	9,6%	4,6%	-1,6%	13,6%
Microempresas	961,9	7,5%	3,6%	1.099,4	8,9%	4,2%	739,2	6,3%	3,0%	-12,5%	30,1%
Total PJ	12.869,8	100,0%	48,3%	12.319,5	100,0%	47,3%	11.657,0	100,0%	47,9%	4,5%	10,4%

(*) Reapresentado

Critério utilizado:

- Faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas até R\$300 mil, Médias até R\$25 milhões.
- Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões

Composição do Crédito por Setor de Atividade

Na formação da carteira de crédito por atividade, o setor privado apresentou evolução de 9,7% ou R\$2.339,4 milhões em doze meses, atingindo, em dezembro de 2013, 99,6% dos ativos de crédito. Os setores que apresentaram maior representatividade, em dezembro de 2013, foram pessoa física, 38,9% da carteira total, indústria, 18,3% e serviços e outros, 13,2% da carteira de crédito da Instituição. Em relação a dezembro de 2012, destaca-se a trajetória das operações de crédito à pessoa física, com ampliação de 7,1% ou R\$683,7 milhões, à habitação, com evolução de 20,7% ou R\$465,0 milhões, ao setor de serviços e outros, com incremento de 15,0% ou R\$457,2 milhões, ao rural com evolução de 21,2% ou R\$384,2 milhões, à indústria, com crescimento de 5,5% ou R\$252,0 milhões, e ao comércio, com aumento de 3,5% ou R\$97,3 milhões.

No último trimestre, a carteira de crédito por atividade, no setor privado, apresentou incremento de 2,4% ou R\$630,6 milhões, reflexo, especialmente, do aumento do saldo do setor de serviços e outros, em 8,5% ou R\$275,7 milhões, do setor rural em 11,5% ou R\$226,6 milhões, da indústria, em 2,5% ou R\$118,0 milhões, da habitação, em 4,2% ou R\$110,1 milhões, movimento, parcialmente, minimizado pela retração da pessoa física, em 0,9% ou R\$90,4 milhões.

Tabela 08: Composição do Crédito por Setor de Atividade

	Dez 2013	Set 2013	Jun 2013	Mar 2013	Dez 2012	Dez 2013 / Set 2013	Dez 2013 / Dez 2012
Setor Privado	26.550,2	25.919,6	25.075,2	24.667,5	24.210,8	2,4%	9,7%
Rural	2.196,2	1.969,6	1.759,3	1.803,1	1.811,9	11,5%	21,2%
Indústria	4.867,0	4.749,1	4.637,3	4.647,9	4.615,0	2,5%	5,5%
Comércio	2.901,6	2.911,0	2.842,2	2.847,6	2.804,3	-0,3%	3,5%
Serviços e Outros	3.512,4	3.236,7	3.134,1	3.038,8	3.055,2	8,5%	15,0%
Pessoa Física	10.362,2	10.452,6	10.227,7	9.980,3	9.678,5	-0,9%	7,1%
Habitação	2.710,9	2.600,8	2.474,5	2.349,8	2.245,9	4,2%	20,7%
Setor Público	101,8	103,6	107,2	108,8	116,2	-1,7%	-12,4%
Total	26.652,0	26.023,2	25.182,4	24.776,3	24.327,0	2,4%	9,6%

Composição do Crédito por Carteira

A composição por carteira demonstra os recursos livres e direcionados aplicados em ativos de crédito. A carteira comercial, o arrendamento mercantil, os créditos vinculados a operações adquiridas em cessão e o setor público têm como origem recursos livres de depósitos e capital próprio e, em dezembro de 2013, representavam 71,8% do total da carteira de crédito. As carteiras de financiamento a longo prazo, rural, imobiliário e câmbio, provêm, em sua maioria, de fontes específicas de recursos, compondo os créditos direcionados, e participavam, em dezembro de 2013, com 28,2% do valor aplicado.

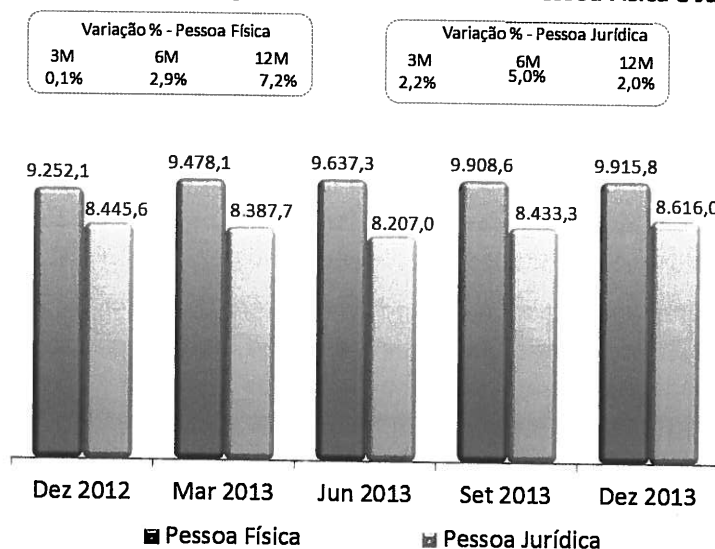
Tabela 09: Composição do Crédito por Carteira

	Dez 2013	Set 2013	Jun 2013	Mar 2013	Dez 2012	Dez 2013 / Set 2013	Dez 2013 / Dez 2012
Operações de Crédito	26.550,2	25.919,6	25.075,2	24.667,5	24.210,8	2,4%	9,7%
Setor Privado	26.550,2	25.919,6	25.075,2	24.667,5	24.210,8	2,4%	9,7%
Câmbio	713,3	744,3	743,0	695,1	647,9	-4,2%	10,1%
Comercial	18.531,8	18.341,9	17.844,2	17.865,8	17.697,7	1,0%	4,7%
Pessoa Física	9.915,8	9.908,6	9.637,3	9.478,1	9.252,1	0,1%	7,2%
Cartão de Crédito	81,2	85,9	80,6	77,0	63,4	-5,5%	28,1%
Empréstimos e Títulos Descontados - PF	9.625,3	9.602,0	9.314,6	9.137,1	8.910,9	0,2%	8,0%
Financiamento Direto ao Consumidor - PF	209,3	220,7	242,1	263,9	277,8	-5,2%	-24,7%
Pessoa Jurídica	8.616,0	8.433,3	8.207,0	8.387,7	8.445,6	2,2%	2,0%
Créditos no Exterior	170,3	151,9	89,2	64,6	60,9	12,1%	179,4%
Empréstimos e Títulos Descontados - PJ	8.242,3	8.070,8	7.911,1	8.087,7	8.121,0	2,1%	1,5%
Financiamento Direto ao Consumidor - PJ	203,5	210,6	206,6	235,5	263,7	-3,4%	-22,8%
Financiamento a Longo Prazo	1.871,6	1.653,2	1.557,9	1.384,0	1.311,8	13,2%	42,7%
Imobiliário	2.710,9	2.600,8	2.474,5	2.349,8	2.245,9	4,2%	20,7%
Leasing	72,7	71,9	70,5	75,2	76,4	1,2%	-4,9%
Rural*	2.209,5	1.969,6	1.759,3	1.803,1	1.811,9	12,2%	21,9%
Créditos Vinculados a Op. Adquiridas Cessão	440,5	538,0	625,6	494,6	419,2	-18,1%	5,1%
Setor Público	101,8	103,6	107,2	108,8	116,2	-1,7%	-12,4%
Total Oper. com Caract. Cessão de Crédito	26.652,0	26.023,2	25.182,4	24.776,3	24.327,0	2,4%	9,6%
Coobrigação e Riscos em Garantias Prestadas	1.110,9	1.000,2	943,1	862,3	871,5	11,1%	27,5%
Total Geral	27.763,0	27.023,5	26.125,6	25.638,6	25.198,5	2,7%	10,2%

* Inclui créditos de securitização.

A carteira comercial totalizou, em dezembro de 2013, R\$18.531,8 milhões, compondo 69,5% do saldo total de operações de crédito do Banco. Na comparação com dezembro de 2012, o crescimento da carteira foi de 4,7% ou R\$834,1 milhões. Em relação ao trimestre anterior, a carteira comercial apresentou evolução de 1,0% ou R\$189,9 milhões.

Gráfico 07: **Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica** - R\$ Milhões



Em relação à composição do crédito, o segmento pessoa física correspondia, em dezembro de 2013, a 53,5% do saldo da carteira comercial e 37,2% do total das operações de crédito do Banco. O segmento empresarial representou, no mesmo período, 46,5% do saldo do crédito comercial e 32,3% do montante total de crédito.

A carteira de crédito imobiliário alcançou o montante de R\$2.710,9 milhões em dezembro de 2013, com acréscimo de 20,7% ou R\$465,0 milhões em doze meses e incremento de 4,2% ou R\$110,1 milhões em três meses. O desempenho da Instituição na carteira de crédito imobiliário em 2013 foi influenciado pela manutenção de diversos convênios, programas para concessão de crédito para servidores estaduais, participações em eventos do setor, além da ampliação do prazo dos financiamentos residenciais para 35 anos, com possibilidade de financiamento de até 90% do valor do imóvel. No montante de crédito imobiliário está incluído o valor de R\$83,9 milhões referentes à operação de cessão de crédito imobiliário com coobrigação.

O saldo do crédito rural totalizou R\$2.209,5 milhões em dezembro de 2013, com evolução de 21,9% ou R\$397,5 milhões em relação a dezembro de 2012 e crescimento de 12,2% ou R\$239,9 milhões em relação a setembro de 2013.

Os financiamentos a longo prazo alcançaram R\$1.871,6 milhões em dezembro de 2013, com incremento de 42,7% ou R\$559,8 milhões em doze meses e expansão de 13,2% ou R\$218,4 milhões nos últimos três meses.

A carteira de câmbio registrou R\$713,3 milhões em dezembro de 2013, desempenho 10,1% ou R\$65,4 milhões superior ao registrado em dezembro de 2012 e retração de 4,2% ou R\$31,0 milhões na comparação com setembro de 2013.

Crédito Comercial

O crédito comercial pessoa física atingiu saldo de R\$9.915,8 milhões em dezembro de 2013, com incremento de 7,2% ou R\$663,7 milhões em relação a dezembro de 2012 e aumento de 0,1% ou R\$7,2 milhões em relação a setembro de 2013. A trajetória do crédito comercial à pessoa física foi influenciada, especialmente, pela evolução no saldo da carteira de crédito consignado, principalmente o próprio, em linha com a estratégia do Banco no que se refere à consignação. A linha consignação própria representava 32,8% do crédito comercial em dezembro de 2013.

O crédito consignado totalizou R\$7.361,6 milhões em dezembro de 2013, perfazendo 74,2% da carteira comercial pessoa física, com incremento de 8,7% ou R\$587,8 milhões em doze meses, influenciado pela variação positiva da linha de consignação própria, em R\$1.713,2 milhões, especialmente dos créditos originados através da promotora Bem-Vindo Banrisul, movimento minimizado pelo decréscimo da linha de consignação adquirida em R\$1.125,4 milhões. Em relação a setembro de 2013, o crédito consignado registrou ampliação de 2,6% ou R\$185,5 milhões, influenciada principalmente, pelo crescimento do crédito da linha de consignação própria, em R\$401,8 milhões, valor que compensou a redução dos créditos adquiridos em R\$216,3 milhões. O montante de crédito originado através da promotora Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros alcançou saldo de R\$2.449,3 milhões em dezembro de 2013, representando 33,3% do crédito consignado do Banrisul. O crédito consignado somado às transferências de ativos, R\$440,5 milhões, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543 de 26/03/12 do Banco Central do Brasil em créditos vinculados a operações adquiridas, alcançou R\$7.802,1 milhões.

Dentre as linhas de crédito consignado, o próprio atingiu R\$6.073,2 milhões em dezembro de 2013, representando 82,5% da carteira de consignados e 61,2% da carteira comercial pessoa física. O crédito consignado próprio apresentou expansão de 39,3% ou R\$1.713,2 milhões em doze meses e crescimento de 7,1% ou R\$401,8 milhões em três meses. O crédito adquirido, excluídas as operações de crédito adquiridas em cessão com coobrigação, conforme Carta Circular 3.543/12, atingiu R\$1.288,4 milhões em dezembro de 2013, compondo 17,5% da carteira de consignados e 13,0% do crédito comercial pessoa física. O saldo da linha de consignado adquirido registrou decréscimo de 46,6% ou R\$1.125,4 milhões na comparação com dezembro de 2012 e redução de 14,4% ou R\$216,3 milhões em três meses.

O crédito comercial pessoa jurídica atingiu, em dezembro de 2013, saldo de R\$8.616,0 milhões, com evolução de 2,0% ou R\$170,4 milhões em relação a dezembro de 2012 e crescimento de 2,2% ou R\$182,7 milhões em relação a setembro de 2013. A carteira comercial do segmento empresarial está composta, principalmente, por linhas de capital de giro, que totalizaram R\$6.531,9 milhões, e pela conta garantida, que somou R\$570,4 milhões. O saldo do capital de giro representou, em dezembro de 2013, 75,8% da carteira comercial pessoa jurídica e 35,2% do total do crédito comercial. As linhas de capital de giro registraram relativa estabilidade, com expansão de 0,6% ou R\$38,0 milhões nos doze meses e evolução de 2,3% ou R\$145,2 milhões nos três meses.

Tabela 10: Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica

R\$ Milhões

	Dez 2013	Set 2013	Jun 2013	Mar 2013	Dez 2012	Dez 2013/ Set 2013	Dez 2013/ Dez 2012
Pessoa Física	9.915,8	9.908,6	9.637,3	9.478,1	9.252,1	0,1%	7,2%
Crédito Pessoal - Consignado	7.268,6	7.067,3	6.772,0	6.647,6	6.609,8	2,8%	10,0%
Aquisição Bens - Consignado	93,0	108,8	130,3	148,8	164,0	-14,5%	-43,3%
Aquisição Bens - Outros Bens	3,2	3,4	3,7	4,2	4,6	-4,4%	-29,0%
Aquisição Bens - Veículos	79,2	86,2	94,9	101,8	102,4	-8,2%	-22,7%
Cheque Especial	546,3	619,1	606,4	620,7	577,5	-11,8%	-5,4%
Crédito 1 Minuto	359,0	373,4	382,2	368,8	341,6	-3,9%	5,1%
Crédito Pessoal Automático	274,4	283,8	289,9	269,2	225,1	-3,3%	21,9%
Crédito Pessoal - Não Consignado	499,1	577,3	571,5	560,9	519,7	-13,5%	-4,0%
Cartão de Crédito	81,2	85,9	80,6	77,0	63,4	-5,5%	28,1%
Outros - PF	711,7	703,3	705,6	679,1	644,0	1,2%	10,5%
Pessoa Jurídica	8.616,0	8.433,3	8.207,0	8.387,7	8.445,6	2,2%	2,0%
Aquisição Bens - Outros Bens	31,4	42,3	39,6	42,5	39,0	-25,9%	-19,5%
Aquisição Bens - Veículos	43,6	43,2	44,6	48,4	51,6	0,7%	-15,5%
Capital de Giro - CEB	4.992,3	4.836,4	4.626,9	4.626,2	4.714,5	3,2%	5,9%
Capital de Giro - CGB	1.539,6	1.550,3	1.635,5	1.744,0	1.779,4	-0,7%	-13,5%
CDCI	17,9	18,7	19,4	26,2	34,7	-4,3%	-48,6%
Compror	112,8	109,2	108,1	119,7	141,3	3,3%	-20,2%
Conta Devedora Caução - CCC	241,7	226,1	209,7	201,9	195,0	6,9%	24,0%
Conta Garantida	570,4	632,0	628,0	682,8	602,1	-9,8%	-5,3%
Desconto de Recebíveis	315,9	379,5	363,4	375,7	367,1	-16,8%	-13,9%
Vendor	83,0	94,6	95,3	103,2	111,5	-12,2%	-25,5%
Crédito no Exterior	170,3	151,9	89,2	64,6	60,9	12,1%	179,4%
Outros - PJ	497,2	349,1	347,3	352,5	348,5	42,4%	42,7%
Total	18.531,8	18.341,9	17.844,2	17.865,8	17.697,7	1,0%	4,7%

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

No acumulado de 2013, a concessão de ativos de crédito totalizou R\$37.109,2 milhões, apresentando um crescimento de 3,9% ou R\$1.382,9 milhões comparativamente ao mesmo período de 2012. O crédito comercial, com participação de 85,8% nas concessões de crédito do período, apresentou acréscimo de 3,6% ou R\$1.097,8 milhões nos doze meses, influenciado, especialmente, pela evolução dos produtos crédito pessoal, em 12,5% ou R\$801,8 milhões, conta garantida, em 4,5% ou R\$278,3 milhões, e capital de giro, em 4,2% ou R\$260,6 milhões, parcialmente, compensada pela redução do vendedor, em 24,4% ou R\$121,6 milhões, e do cheque especial, em 1,5% ou R\$104,9 milhões. As linhas que apresentaram ampliação no período são: financiamentos a longo prazo, em 48,2% ou R\$400,6 milhões, câmbio, em 2,9% ou R\$38,9 milhões, e rural, em 1,0% ou R\$15,7 milhões. As concessões do financiamento imobiliário registraram redução de 13,9% ou R\$168,6 milhões.

No 4T13, o Banrisul disponibilizou R\$10.039,2 milhões em recursos de crédito, 9,9% ou R\$903,9 milhões acima do valor do 4T12. O desempenho no período foi impactado, principalmente, pela evolução do volume concedido na carteira comercial, em 6,1% ou R\$489,2 milhões, em especial nas linhas de crédito pessoal e capital de giro, nos financiamentos rural e imobiliário, que somados apresentaram crescimento de 36,7% ou R\$221,1 milhões, e no financiamento a longo prazo, que registrou ampliação de 85,7% ou R\$190,3 milhões.

Em relação ao 3T13, os dados da concessão do 4T13 indicaram crescimento de 5,1% ou R\$484,0 milhões, influenciados pela evolução do crédito comercial, em 2,9% ou R\$236,5 milhões, em especial, na linha de crédito de capital de giro, em 15,7% ou R\$272,7 milhões. Cabe destacar a trajetória de concessão da carteira de financiamento a longo prazo e imobiliário, que apresentaram evolução de R\$109,7 milhões e R\$106,5 milhões, respectivamente, no período.

Tabela 11: Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento R\$ Milhões

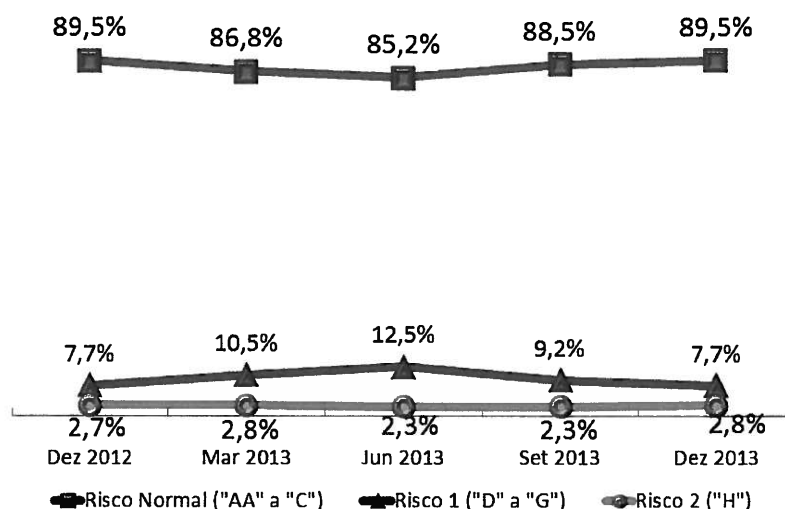
	2013	2012	4T13	3T13	2T13	1T13*	4T12	2013 / 2012	4T13 / 4T12	4T13 / 3T13
Câmbio	1.364,5	1.325,6	343,9	325,5	402,4	292,7	337,1	2,9%	2,0%	5,7%
Comercial	31.851,2	30.753,4	8.452,9	8.216,3	7.913,9	7.268,2	7.963,7	3,6%	6,1%	2,9%
Cheque Especial	6.776,2	6.881,1	1.704,5	1.719,0	1.715,7	1.637,0	1.765,2	-1,5%	-3,4%	-0,8%
Crédito Pessoal	7.224,9	6.423,0	1.813,5	1.923,2	1.911,1	1.577,1	1.482,0	12,5%	22,4%	-5,7%
Conta Garantida	6.462,2	6.183,9	1.702,8	1.586,8	1.603,0	1.569,6	1.552,2	4,5%	9,7%	7,3%
Capital de Giro	6.447,8	6.187,3	2.004,8	1.732,1	1.447,9	1.263,1	1.775,7	4,2%	12,9%	15,7%
Desconto de Recebíveis	2.451,7	2.398,5	575,2	648,3	624,4	603,8	637,3	2,2%	-9,7%	-11,3%
Outros	2.488,3	2.679,5	652,0	607,0	611,8	617,6	751,3	-7,1%	-13,2%	7,4%
Financiamento a Longo Prazo	1.231,7	831,0	412,5	302,8	312,8	203,6	222,1	48,2%	85,7%	36,2%
Financiamento Imobiliário	1.046,3	1.214,9	300,6	194,0	213,8	337,9	212,8	-13,9%	41,2%	54,9%
Leasing	27,2	28,8	5,8	10,4	3,8	7,2	9,4	-5,6%	-38,4%	-43,8%
Financiamento Rural	1.588,3	1.572,6	523,7	506,3	396,0	162,3	390,2	1,0%	34,2%	3,4%
Total	37.109,2	35.726,3	10.039,2	9.555,3	9.242,7	8.272,0	9.135,4	3,9%	9,9%	5,1%

* Reapresentado.

Composição do Crédito por Rating

As operações de crédito de risco normal classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, representavam, em dezembro de 2013, 89,5% da carteira de crédito. O indicador registrado é o mesmo de dezembro do ano anterior e cresceu 1,0 pp. na comparação com setembro de 2013.

Gráfico 08: Carteira de Crédito por Níveis de Risco (%)

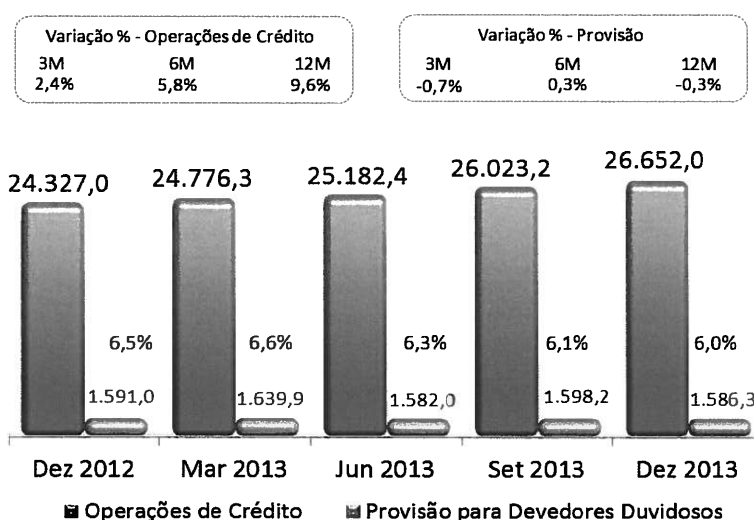


Provisão para Operações de Crédito

As provisões para perdas com operações de crédito somaram R\$1.586,3 milhões em dezembro de 2013, representando 6,0% da carteira de crédito consolidada. O indicador reduziu 0,5 pp. frente ao índice de dezembro de 2012 e 0,1 pp. em relação a setembro de 2013.

A variação no saldo de provisões foi motivada, especialmente, pela melhoria do *compliance* no processo de sistema de *rating* cliente, através da implantação de novo sistema centralizado, minimizando a necessidade de provisão decorrente do crescimento da carteira de crédito e do aumento do montante de operações em atraso.

Gráfico 09: Composição da Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



A provisão para perdas com créditos, em dezembro de 2013, apresentava a seguinte composição, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, e complementos:

- (i) R\$634,8 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias;

- (ii) R\$823,8 milhões para contratos vencidos ou que apresentavam parcelas vencidas há menos de 60 dias;
- (iii) R\$127,7 milhões referentes à provisão excedente ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, constituída em função da análise periódica da qualidade do cliente efetuada pela administração, com vistas à cobertura de possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

Tabela 12: Saldo das Provisões para Perdas

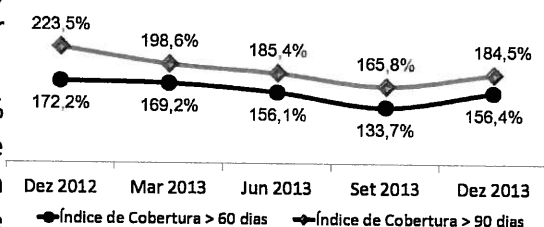
Níveis de Risco	Provisão Requerida %	Carteira Total	Participação Relativa Acumulada %	Créditos Vencidos	Créditos a Vencer	Provisão Mínima Vencidos	Provisão Mínima A Vencer	Provisão Adicional	Provisão Total	Provisão sobre a Carteira %
AA	0,00%	3.903,1	14,64%	0,0	3.903,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00%
A	0,50%	10.263,3	53,15%	0,0	10.263,3	0,0	51,3	10,3	61,6	0,60%
B	1,00%	5.634,9	74,30%	0,0	5.634,9	0,0	56,3	11,3	67,6	1,20%
C	3,00%	4.064,7	89,55%	53,0	4.011,6	1,6	120,3	64,0	185,9	4,57%
D	10,00%	1.076,5	93,59%	113,2	963,3	11,3	96,3	21,5	129,2	12,00%
E	30,00%	569,4	95,72%	228,5	340,9	68,5	102,3	11,4	182,2	32,00%
F	50,00%	325,1	96,94%	94,8	230,4	47,4	115,2	6,5	169,1	52,00%
G	70,00%	90,3	97,28%	63,2	27,1	44,3	19,0	2,7	65,9	73,00%
H	100,00%	724,7	100,00%	461,7	263,0	461,7	263,0	0,0	724,7	100,00%
Total		26.652,0		1.014,5	25.637,6	634,8	823,8	127,7	1.586,3	5,95%

Índice de Cobertura

O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas com créditos e o saldo das operações vencidas que não geram receitas, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência.

Em dezembro de 2013, o índice atingiu 156,4% de cobertura das operações em atraso acima de 60 dias, indicador inferior aquele registrado em dezembro de 2012 (172,2%) e superior aquele registrado em setembro de 2013 (133,7%). Em relação ao índice de 90 dias, a cobertura das provisões em relação às operações atrasadas alcançou 184,5%, menor que o índice de dezembro de 2012 (223,5%) e maior que o de setembro de 2013 (165,8%). Os indicadores seriam 169,0% e 200,5%, respectivamente, de 60 e 90 dias, caso não tivessem sido impactados pelas operações com o Banco Cruzeiro do Sul. O indicador foi influenciado pelo aumento no montante de operações de crédito em atraso, incluindo as parcelas vencidas de operações adquiridas do Banco Cruzeiro do Sul, atualmente em liquidação extrajudicial, além da implantação do novo sistema de *rating* cliente. O nível de cobertura do Banrisul permanece superior ao provisionamento requerido pelo Conselho Monetário Nacional e em linha com o mercado.

Gráfico 10: Índice de Cobertura



Índice de Inadimplência

O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias e há mais de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas.

A inadimplência acima de 60 dias do Banrisul atingiu 3,80% das operações de crédito em dezembro de 2013, mesmo indicador de dezembro de 2012 e 0,79 pp. menor que o indicador de setembro de 2013. O montante de operações de crédito em atraso superior a 60 dias totalizou R\$1.014,5 milhões, 9,8% acima do saldo de dezembro de 2012 e 15,1% abaixo do saldo em atraso de setembro de 2013.

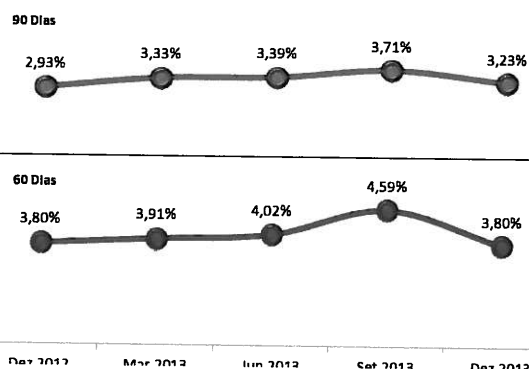
A inadimplência acima de 90 dias alcançou 3,23% no último mês de 2013, 0,30 pp. superior

ao indicador do mesmo mês do ano anterior e 0,48 pp. menor que o índice de setembro de 2013. O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias somou R\$859,9 milhões, com crescimento de 20,8% em relação a dezembro de 2012 e redução de 10,8% em relação a setembro de 2013.

O montante referente às parcelas vencidas das operações adquiridas do Banco Cruzeiro do Sul, atualmente em liquidação extrajudicial, representava, em dezembro de 2013, 7,5%

do saldo de operações vencidas há mais de 60 dias e 8,0% do valor vencido há mais de 90 dias do Banrisul. Os índices de inadimplência de 60 dias e de 90 dias do Banrisul alcançariam, respectivamente, 3,52% e 2,97%, caso o liquidante já tivesse repassado ao Banrisul o valor das parcelas pendentes de conciliação. O indicador do último trimestre, também, foi impactado pela repactuação da dívida de empresa privada, reduzindo em R\$143 milhões o volume de pendência na visão de 60 e 90 dias.

Gráfico 11: Índice de Inadimplência



Captação de Recursos

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, alcançaram R\$35.012,0 milhões ao final de dezembro de 2013, montante 24,1% ou R\$6.791,9 milhões acima do registrado no mesmo mês de 2012, movimento explicado principalmente pela expansão do saldo de depósitos.

Em relação a setembro de 2013, o incremento do saldo da captação de recursos, em 4,8% ou R\$1.587,8 milhões, foi influenciado, principalmente, pela ampliação do saldo de depósitos.

A variação 2013 x 2012 foi influenciada pela primeira emissão de letras financeiras do Banco, realizada em agosto de 2013, no montante total de R\$1.600,0 milhões.

Tabela 13: Composição de Recursos Captados por Produto

	Dez 2013	Set 2013	Jun 2013	Mar 2013	Dez 2012	Dez 2013/ Set 2013	Dez 2013/ Dez 2012
Depósitos Totais	30.644,6	29.206,2	28.411,1	27.236,9	26.746,4	4,9%	14,6%
Depósitos a Prazo	19.904,0	19.458,6	18.927,9	17.989,9	17.090,1	2,3%	16,5%
Depósitos à Vista	3.397,8	2.760,1	2.839,2	2.757,0	3.400,3	23,1%	-0,1%
Depósitos de Poupança	6.991,0	6.678,8	6.352,5	6.054,9	5.836,2	4,7%	19,8%
Outros Depósitos	351,8	308,6	291,5	435,1	419,7	14,0%	-16,2%
Recursos em Letras(*)	2.505,9	2.399,8	513,1	351,9	315,4	4,4%	694,6%
Dívida Subordinada	1.861,5	1.818,1	1.828,2	1.691,9	1.158,3	2,4%	60,7%
Total	35.012,0	33.424,2	30.752,4	29.280,8	28.220,1	4,8%	24,1%
Fundos de Investimentos	7.408,2	7.259,2	7.177,6	7.130,9	7.138,2	2,1%	3,8%
Total Recursos Captados e Administrados	42.420,2	40.683,4	37.930,1	36.411,6	35.358,3	4,3%	20,0%

(*) Letras Financeiras e Imobiliárias

Depósitos Totais - Os depósitos totais somaram R\$30.644,6 milhões em dezembro de 2013, posição 14,6% ou R\$3.898,2 milhões acima do valor de dezembro de 2012 e 4,9% ou R\$1.438,4 milhões superior ao saldo de setembro de 2013. O incremento verificado no montante de depósitos em doze meses decorreu do aumento, em 16,5% ou R\$2.813,9 milhões, nos depósitos a prazo, seguidos pelo crescimento das letras, devido à primeira emissão de letras financeiras em agosto de 2013, em R\$2.190,5 milhões, e pelo incremento de R\$703,2 milhões da dívida subordinada. O crescimento dos depósitos à vista foi responsável por 44,3% do incremento dos depósitos totais nos três meses.

Depósitos à Vista - Os depósitos à vista alcançaram em dezembro de 2013 R\$3.397,8 milhões, apresentando relativa estabilidade, com retração de 0,1% ou R\$2,6 milhões na comparação com dezembro de 2012 e crescimento de 23,1% ou R\$637,6 milhões na comparação com setembro de 2013. O movimento em três meses foi afetado pela sazonal ampliação da renda ao final do ano, refletindo no aumento dos recursos em conta corrente.

Depósitos de Poupança - Os depósitos de poupança somaram R\$6.991,0 milhões ao final de dezembro de 2013. O saldo da poupança apresentou crescimento de 19,8% ou R\$1.154,7 milhões em relação a dezembro de 2012 e evolução de 4,7% ou R\$312,1 milhões frente ao saldo de setembro de 2013. Em linha com a captação líquida recorde do mercado para o ano de 2013, o crescimento nos períodos reflete a preferência dos poupadores pelo produto, apesar da mudança na regra de remuneração e das oscilações da Taxa Selic.

Depósitos a Prazo - Os depósitos a prazo são o principal instrumento de captação do Banco. Em dezembro de 2013, o montante captado em depósitos a prazo alcançou saldo de R\$19.904,0 milhões, com incremento de 16,5% ou R\$2.813,9 milhões em relação ao mesmo mês do ano anterior e crescimento de 2,3% ou R\$445,4 milhões na comparação com setembro de 2013. O lançamento de modalidade de depósitos a prazo com taxa e prazo diferenciado, destinada a aplicadores que possuam expressivo volume de disponibilidades e a redução dos valores mínimos para aplicação automática influenciaram na expansão desse recurso nos períodos.

Dívida Subordinada

As dívidas subordinadas totalizaram R\$1.861,5 milhões ao final de dezembro de 2013, com crescimento de R\$703,2 milhões na comparação com dezembro de 2012 e aumento de R\$43,4 milhões frente ao montante de setembro de 2013. Na comparação com dezembro de 2012, a variação foi influenciada pelo reconhecimento, pelo Banco Central, da segunda *tranche* realizada em novembro de 2012 como capital de nível II, em dezembro de 2012.

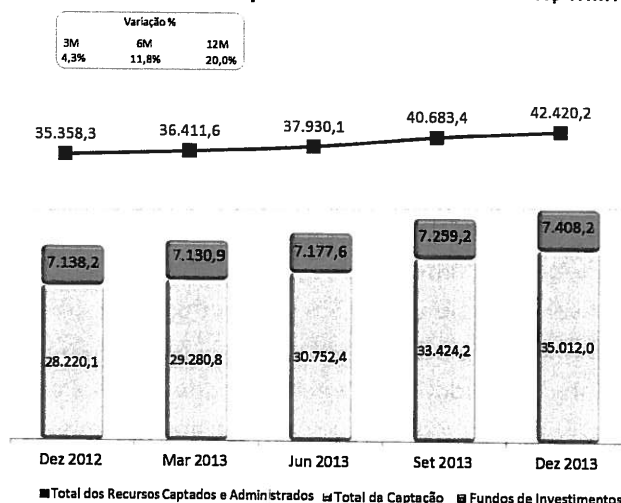
Recursos em Letras

Em agosto de 2013, o Banrisul concluiu a primeira emissão de letras financeiras, no valor total de R\$1.600,0 milhões. A emissão foi realizada em três séries: a 1ª no montante de R\$700,00 milhões e prazo de dois anos, a 2ª de R\$870,00 milhões e prazo de três anos, e a 3ª de R\$30,00 milhões e prazo de quatro anos. A operação representou um melhor posicionamento do Banco no mercado de renda fixa, além de oportunizar futuras operações com prazos mais alongados. Reflexo desse movimento, as letras cresceram R\$2.190,5 milhões na comparação com dezembro de 2012. Em relação a setembro de 2013, os recursos em letras apresentaram incremento de 4,4% ou R\$106,0 milhões.

Recursos Administrados

Os recursos de terceiros administrados alcançaram R\$7.408,2 milhões em dezembro de 2013, posição 3,8% ou R\$270,0 milhões acima do apurado no mesmo mês do ano anterior e 2,1% ou R\$149,0 milhões acima do saldo de setembro de 2013.

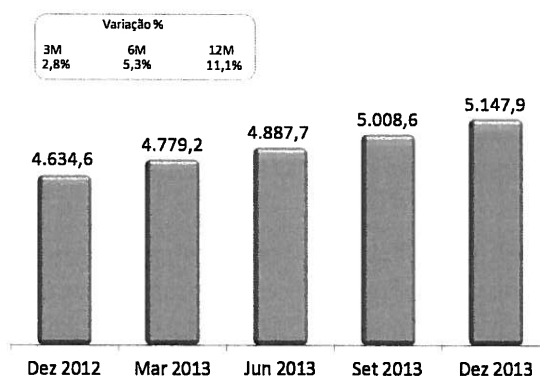
Gráfico 12: Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões



Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banrisul totalizou R\$5.147,9 milhões ao final de dezembro de 2013, com expansão de 11,1% ou R\$513,2 milhões na comparação com dezembro de 2012 e aumento de 2,8% ou R\$139,3 milhões na comparação com setembro de 2013. As variações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados nos últimos doze meses, deduzidos os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, além de evento relativo ao reconhecimento contábil, conforme CPC 33-R1 (aprovado pela Deliberação CVM 695), do desequilíbrio atuarial existente no principal plano de previdência complementar dos empregados junto à Fundação Banrisul, no valor de R\$432,6 milhões, que refletiu na constituição de Créditos Tributários de IR e CS, em R\$173,0 milhões, e impacto no PL, no valor líquido de R\$259,6 milhões.

Gráfico 13: Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



Índice de Basileia

Em março de 2013, o Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu um conjunto de normas para implementação das diretrizes de Basileia III no Brasil, com vigência a partir de outubro de 2013. A Resolução nº 4.192, dispõe sobre a nova composição de Capital Regulamentar, que permanecerá sendo o somatório dos Níveis I, dividido em Capital Principal e Capital Complementar, e Nível II, apurados em relação ao total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e calculados com base nas informações do Conglomerado Financeiro. Foram definidos novos limites mínimos que devem ser observados na apuração desses capitais em conformidade com o cronograma divulgado pela Resolução nº 4.193 de 01/10/2013. Serão exigidos limites para Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além da introdução do Adicional de Capital Principal. Em dezembro de 2013, os limites mínimos de capital exigidos foram de 11% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 5,5% para o Índice de Nível I e de 4,5% para o Índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal será exigido a partir de 1º de janeiro de 2016.

Destaca-se ainda, que o Banco Central do Brasil concedeu ao Banrisul a possibilidade de considerar a elegibilidade da captação no exterior no valor de US\$ 275,0 milhões no nível II do Patrimônio de Referência, na categoria de dívida subordinada, a partir de 3 de dezembro de 2012, permitindo que esta captação integre o saldo sujeito ao artigo 29, parágrafos I e II da Resolução 4.192, em 31 de dezembro de 2012, mesmo sem estar contabilizado em conta Cosif específica.

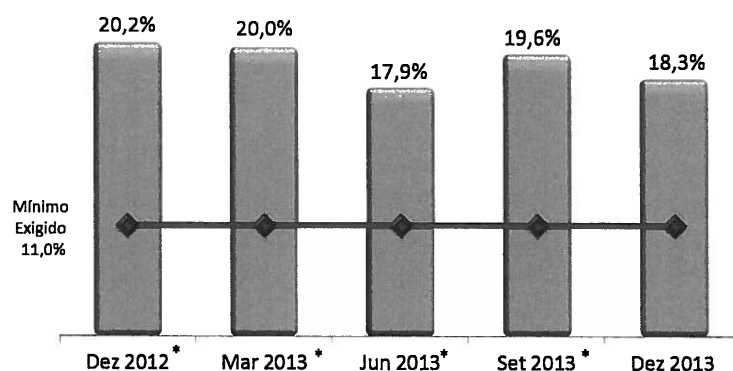
Neste contexto, no comparativo entre dezembro de 2013 e 2012, observa-se que o Patrimônio de Referência aumentou 3,6%, pelo incremento de 5,5% no Nível I, reflexo da apropriação do lucro no período. Contudo, o Nível II retraiu em 10,5% pela dedução de 10% do montante da dívida subordinada, prevista nas implementações citadas acima, resultando em redução de 1,86 p.p. do Índice de Basileia do Conglomerado-Financeiro que foi de 18,3%. Para os Capitais, Principal e Nível I, o índice foi de 14,0%, apontando folga em relação aos mínimos exigidos.

Os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA elevaram 14,1% no ano e 8,4% no último trimestre. O principal fator foi o incremento de alocação de capital na parcela de Risco de Crédito (RWAC_{CPAD}), 14,6% em relação a dezembro de 2012 e 7,5% comparado a setembro de 2013, decorrente do aumento das operações de crédito e da implementação de Basileia III (Circulares nº 3.644/13, 3.679/13 e 3.696/14, do Banco Central do Brasil).

Em virtude dos prazos contratados nas operações referenciadas em taxa prefixada terem diminuído significativamente ao longo do ano de 2013, no Risco de Mercado a alocação de capital nas parcelas RWA_{JUR1} e RWA_{JUR1} estressado apresentou queda no período. Para compor as parcelas foram usadas as médias de 60 dias multiplicadas pelo fator definido pelo BACEN, que também retraiu no período.

O incremento na parcela de Risco Operacional foi resultado do aumento das receitas, considerando-se que a variação é semestral.

Gráfico 14: Índice de Basileia Conglomerado-Financeiro



(*) Reapresentado pelos mesmos critérios de dezembro de 2013.

Evolução das Contas de Resultado

● Lucro Líquido

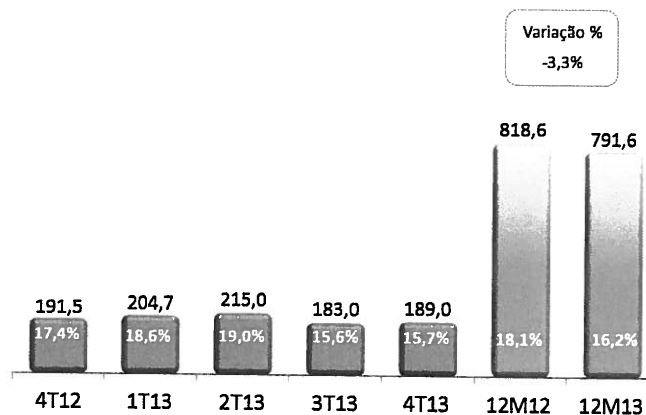
O lucro líquido do Banrisul no ano de 2013 alcançou R\$791,6 milhões, 3,3% ou R\$27,0 milhões abaixo do resultado apurado no mesmo período de 2012. No 4T13, o lucro líquido somou R\$189,0 milhões, 1,3% ou R\$2,5 milhões abaixo do montante contabilizado no 4T12 e 3,3% ou R\$6,0 milhões acima do registrado no 3T13.

Os resultados auferidos nos 12M13 frente aos 12M12 evidenciam a desaceleração das receitas e o aumento das despesas com juros, a elevação das despesas administrativas, a ampliação das receitas de serviços e tarifas bancárias, e a performance favorável de outras receitas e outras despesas operacionais, refletidos em (i) redução da margem financeira, em 1,7% ou R\$64,1 milhões, impactada pela estabilidade das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos, face à redução das taxas de operações de crédito, pelo aumento das despesas de operações de captação no mercado, fluxo parcialmente compensado pela redução das despesas de empréstimos, cessões e repasses, ambas afetadas pelas despesas com o FRDJ, face ao saque do Governo, em abril de 2013, e pelo incremento no resultado de operações com títulos e valores mobiliários (TVM) e instrumentos financeiros derivativos; (ii) aumento das despesas administrativas, em 15,3% ou R\$319,8 milhões, justificado, principalmente, pelo aumento no número de funcionários, pelo efeito dos dissídios coletivos, pelas despesas com o canal de originação de crédito, ampliação da rede de atendimento e com a propaganda institucional; (iii) diminuição das despesas com provisões para operações de crédito, em 22,5% ou R\$191,5 milhões; (iv) incremento das receitas de prestação de serviços e tarifas, em 23,2% ou R\$184,9 milhões.

O desempenho do 4T13 comparado ao resultado do 4T12 reflete (i) crescimento do resultado de tesouraria, câmbio e crédito, em 22,7% ou R\$309,8 milhões; embora as despesas de captação no mercado tenham aumentado, em R\$353,1 milhões, movimento afetado pelo aumento da Taxa Selic efetiva (1,72% no 4T12 e 2,34% no 4T13) e pela marcação a mercado dos contratos de dívida subordinada e de derivativos; (ii) trajetória ascendente das rendas de tarifas e serviços, em 23,6% ou R\$52,5 milhões; (iii) redução das despesas de provisões para crédito, em 24,7% ou R\$47,8 milhões, e (iv) variação favorável das outras despesas/receitas operacionais, em 33,7% ou R\$12,0 milhões; movimento compensado, parcialmente, (v) pelo crescimento das despesas administrativas, em 13,5% ou R\$77,3 milhões.

Em relação ao 3T13, o resultado do 4T13, proveio (i) da ampliação das receitas da intermediação financeira, em 3,3% ou R\$56,6 milhões, especialmente, influenciada pelo crescimento das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, fluxo, em parte, compensado pelo crescimento das despesas da intermediação financeira, em 5,5% ou R\$52,9 milhões, (ii) aumento das rendas de prestação de serviços e tarifas, em 5,1% ou R\$13,4 milhões; movimento em parte compensado (iii) pelo crescimento das despesas de pessoal em 2,1% ou R\$7,4 milhões.

Gráfico 15: Lucro Líquido - R\$ Milhões



Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 16,2% em dezembro de 2013, 1,9 pp. abaixo do retorno registrado em 2012, refletindo um cenário que associa menor geração de receitas e maiores despesas com juros, influenciado pela reversão de trajetória da Taxa Selic e pela estabilidade das taxas médias do crédito, implicando em redução de *spreads*, além do efeito favorável da ampliação das receitas de outros serviços e do consequente aumento de despesas administrativas associado à expansão de negócios.

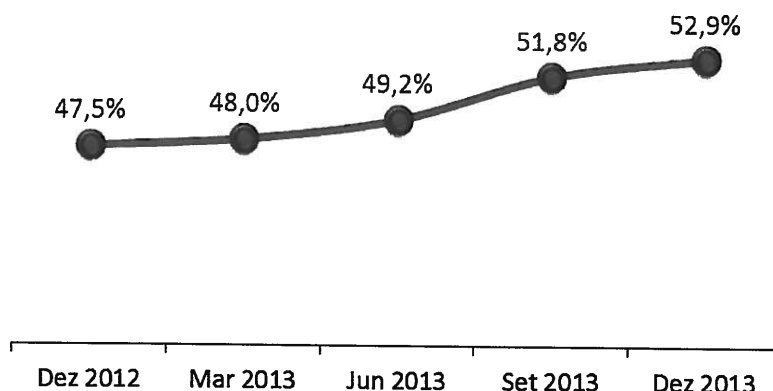
Índice de Eficiência

O índice de eficiência mede, em percentual, o volume de receitas consumidas na cobertura das despesas administrativas.

O índice de eficiência, obtido pelos valores acumulados nos últimos doze meses, atingiu, em dezembro de 2013, 52,9%, 5,4 pp. acima do indicador de 2012.

A trajetória do indicador de 2013 frente ao indicador de dezembro de 2012 é explicada pela queda da margem financeira, impactada pela redução nas taxas de juros, e pela elevação das despesas administrativas, decorrente de ações relacionadas à estratégia de expansão da Instituição, como aumento no quadro de funcionários e ampliação e melhoria dos canais de atendimento, variações parcialmente compensadas pelo crescimento das receitas de serviços e tarifas bancárias, impulsionadas pela ampliação de outros serviços (seguros, previdência, capitalização e adquirência), e pela variação favorável das outras despesas/receitas operacionais, influenciadas pela redução de despesas com provisões para ações cíveis e trabalhistas.

Gráfico 16: Índice de Eficiência



Receitas da Intermediação Financeira

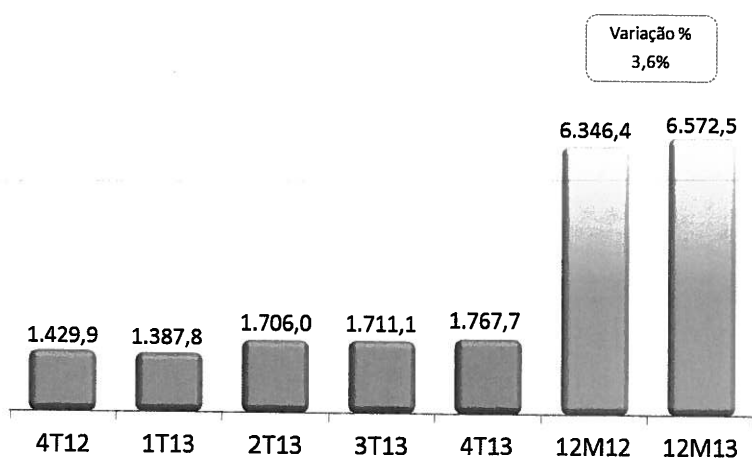
Nos doze meses de 2013, as receitas da intermediação financeira somaram R\$6.572,5 milhões, 3,6% ou R\$226,1 milhões acima do alcançado no ano anterior. No 4T13, essas receitas alcançaram R\$1.767,7 milhões, 23,6% ou R\$337,8 milhões acima do montante registrado no 4T12 e 3,3% ou R\$56,6 milhões superior ao valor acumulado no 3T13.

A ampliação das receitas da intermediação financeira nos doze meses de 2013 frente ao valor acumulado até dezembro de 2012 foi influenciada, principalmente, pela elevação do resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 11,9% ou R\$153,1 milhões, impactado pela elevação do saldo desses ativos em R\$1.936,7 milhões, e pelo aumento do resultado de operações de câmbio, em 45,3% ou R\$48,3 milhões, favorecido pela variação cambial do período.

As receitas da intermediação financeira no 4T13 apresentaram elevação em relação aos valores do 4T12 devido, especialmente, ao aumento do resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 143,4% ou R\$248,6 milhões, e ao crescimento do resultado de operações de câmbio em R\$33,6 milhões.

A ampliação das receitas da intermediação no 4T13 em relação ao 3T13 foi influenciada pela elevação das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos, em 2,7% ou R\$31,6 milhões, face ao aumento dos ativos de crédito em R\$628,8 milhões, pelo crescimento do resultado de operações de câmbio, em R\$31,7 milhões, impactado pela variação cambial do último trimestre, movimento, em parte, compensado pela redução do resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 2,5% ou R\$10,9 milhões, motivada pela retração do saldo desses ativos.

Gráfico 17: Receitas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

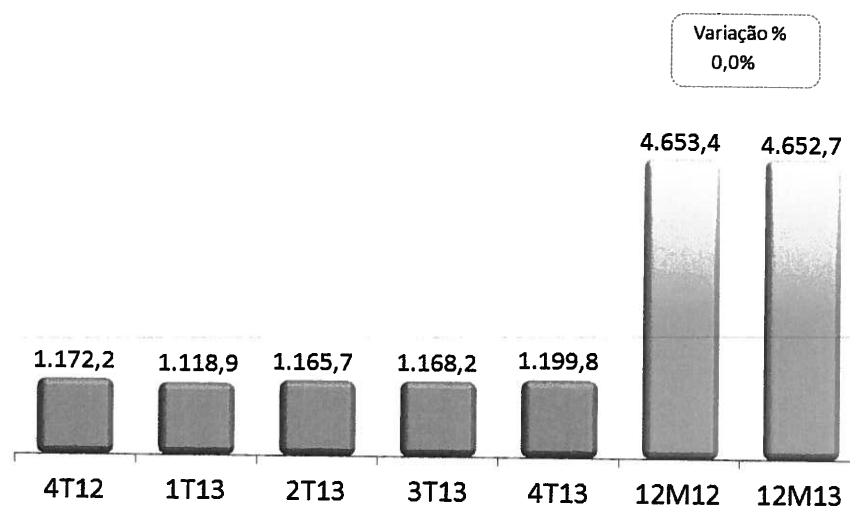
As receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e de venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$4.652,7 milhões nos doze meses de 2013, R\$733 mil abaixo do montante contabilizado no mesmo período de 2012. No 4T13, essas receitas somaram R\$1.199,8 milhões, 2,4% ou R\$27,6 milhões acima do valor do 4T12 e 2,7% ou R\$31,6 milhões superior à receita acumulada no 3T13.

A estabilidade das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros entre os períodos 12M13 e 12M12 foi influenciada pela retração das taxas de juros, que compensou o crescimento de 9,6% do saldo de operações de crédito. A variação dessa receita, no período, proveio, especialmente, da redução da receita do crédito comercial pessoa jurídica, em 6,9% ou R\$103,5 milhões, parcialmente, compensada pela elevação da receita do crédito imobiliário, em 19,5% ou R\$37,7 milhões, pelo crescimento das receitas de financiamentos a longo prazo, em 23,9% ou R\$24,7 milhões, e pela ampliação das receitas de venda ou transferência de ativos financeiros em 67,4% ou R\$19,5 milhões.

A receita de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros apresentou aumento entre os períodos 4T13 e 4T12, motivado, principalmente, pela ampliação do saldo dos ativos de crédito. A variação da receita de crédito, no período, proveio, especialmente, do crescimento das receitas dos financiamentos a longo prazo, em 85,2% ou R\$19,5 milhões, em parte influenciadas pela variação cambial do período, do aumento das receitas do crédito imobiliário, em 25,7% ou R\$13,2 milhões, parcialmente compensados pela redução das receitas de recuperação de créditos baixados a prejuízo em 21,3% ou R\$11,7 milhões.

O incremento das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros em relação ao 3T13 foi influenciado, especialmente, pela elevação das receitas dos financiamentos a longo prazo, em R\$17,4 milhões, impactadas pela variação cambial do último trimestre, pela ampliação das receitas do crédito comercial pessoa jurídica, em 4,3% ou R\$15,4 milhões, motivada pelo acréscimo no saldo da carteira empresarial em R\$182,7 milhões, parcialmente, compensadas pela redução das receitas de venda ou transferência de ativos financeiros, em 25,4% ou R\$3,5 milhões, impactada pela retração do montante de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão em R\$97,4 milhões.

Gráfico 18: Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros - R\$ Milhões



Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

Nos 12M13, as receitas geradas pelo crédito comercial totalizaram R\$4.061,5 milhões, 2,6% ou R\$108,1 milhões abaixo do montante registrado nos 12M12. No 4T13, as receitas do crédito comercial somaram R\$1.049,8 milhões, 1,1% ou R\$11,0 milhões acima do fluxo registrado no 4T12 e 2,3% ou R\$23,1 milhões acima do valor do 3T13. A redução das taxas de juros influenciou a trajetória das receitas do crédito comercial na comparação com os 12M12. No último trimestre, a ampliação do saldo das linhas de crédito consignado e de capital de giro explica o incremento da receita de crédito comercial.

A receita de crédito comercial pessoa jurídica apresentou redução de 6,9% ou R\$103,5 milhões e a receita do crédito comercial pessoa física apresentou relativa estabilidade, 0,2% ou R\$4,7 milhões de redução nos 12M13 frente ao valor dos 12M12. O resultado do período foi influenciado, principalmente, pela redução das receitas da conta garantida, em 23,6% ou R\$87,7 milhões, das receitas do cheque especial, em 14,4% ou R\$87,3 milhões, das receitas do crédito 1 minuto, em 19,0% ou R\$32,6 milhões, das receitas do crédito pessoal não consignado, em 10,9% ou R\$20,8 milhões, e das receitas do crédito pessoal automático, em 14,2% ou R\$19,1 milhões, parcialmente, compensada pelo aumento das receitas do crédito consignado em 10,0% ou R\$142,6 milhões.

No 4T13, a trajetória da receita de crédito comercial, em relação ao 4T12, foi influenciada, principalmente, pela ampliação das receitas do crédito consignado, em 5,9% ou R\$22,3 milhões, e das receitas das linhas de capital de giro, em 9,4% ou R\$20,7 milhões, em parte, compensadas pela redução das receitas do cheque especial, em 15,7% ou R\$22,5 milhões, e das receitas da conta garantida em 8,8% ou R\$7,6 milhões.

O acréscimo da receita de crédito comercial no 4T13 na comparação com o 3T13 proveio, especialmente, da elevação das receitas do crédito consignado, em 4,4% ou R\$16,8 milhões, e das receitas das linhas de capital de giro, em 4,3% ou R\$10,0 milhões, em parte, compensada pela queda das receitas do cheque especial em 7,9% ou R\$10,4 milhões.

As receitas por produto da carteira comercial, demonstradas na tabela 14, são obtidas de forma gerencial, e não capturam o efeito das operações em atraso há mais de 60 dias.

Tabela 14: Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica

	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12	12M13/ 12M12
Pessoa Física	2.674,9	2.679,6	675,8	668,1	670,6	660,4	680,9	-0,2%
Crédito Pessoal - Consignado	1.543,2	1.390,0	398,0	380,4	385,0	379,7	372,6	11,0%
Aquisição Bens - Consignado	22,1	32,8	4,3	5,1	6,0	6,7	7,4	-32,5%
Aquisição Bens - Outros Bens	0,7	0,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	14,9%
Aquisição Bens - Veículos	17,7	18,0	3,9	4,3	4,6	4,9	4,9	-1,5%
Cheque Especial	519,0	606,3	121,0	131,4	133,5	133,1	143,5	-14,4%
Crédito 1 Minuto	139,1	171,7	37,6	36,5	33,3	31,7	36,1	-19,0%
Crédito Pessoal Automático	115,8	134,9	28,7	28,9	28,9	29,2	31,1	-14,2%
Crédito Pessoal - Não Consignado	170,2	191,0	44,1	43,7	42,3	40,2	49,8	-10,9%
Cartão de Crédito	58,6	58,2	15,8	15,2	14,4	13,3	14,4	0,8%
Outros - PF	88,4	76,1	22,2	22,5	22,3	21,5	20,9	16,2%
Pessoa Jurídica	1.386,6	1.490,1	374,0	358,6	327,3	326,7	358,0	-6,9%
Aquisição Bens - Outros Bens	7,6	7,0	1,9	2,0	1,9	1,9	1,8	9,3%
Aquisição Bens - Veículos	9,4	10,6	2,2	2,2	2,4	2,6	2,8	-11,2%
Capital de Giro - CEB	649,1	658,3	178,4	169,6	153,8	147,4	159,2	-1,4%
Capital de Giro - CGB	245,1	246,4	62,3	61,1	60,4	61,3	60,7	-0,6%
CDCI	7,1	9,8	1,6	1,6	1,7	2,2	2,4	-27,4%
Comprar	14,4	15,4	4,0	3,5	3,4	3,5	4,0	-6,9%
Conta Devedora Caução - CCC	37,1	30,1	10,9	9,4	8,6	8,2	7,4	23,3%
Conta Garantida	284,7	372,4	78,7	75,9	62,9	67,3	86,3	-23,6%
Desconto de Recebíveis	70,7	79,2	16,8	18,4	17,6	17,9	18,4	-10,7%
Vendor	11,5	15,1	2,8	3,0	2,7	2,9	3,5	-24,0%
Crédito no Exterior	5,7	4,1	2,1	1,5	1,3	0,8	0,9	39,5%
Outros - PJ	44,2	41,7	12,5	10,3	10,7	10,7	10,5	6,1%
Total	4.061,5	4.169,6	1.049,8	1.026,7	997,9	987,1	1.038,9	-2,6%

As taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram queda de 0,14 pp. nos 12M13 em relação aos 12M12. Os produtos de crédito à pessoa física que apresentaram redução mais expressiva de taxas médias foram crédito um minuto e crédito pessoal automático. No que se refere ao crédito empresarial, a conta garantida e o desconto de recebíveis apresentaram retração expressiva de taxas médias no período.

No 4T13, as taxas médias mensais do crédito comercial alcançaram 1,93%, retração de 0,03 pp. na comparação com o 4T12. As taxas médias do crédito comercial à pessoa física apresentaram redução de 0,06 pp. e as taxas médias do crédito comercial ao segmento empresarial mantiveram-se estáveis.

Em relação ao 3T13, as taxas médias mensais do crédito comercial do 4T13 apresentaram redução de 0,05 pp., influenciada pela redução de taxas médias mensais em ambos os segmentos, num cenário de elevação da taxa básica de juros, refletindo, em boa parte, o quadro de competitividade e a relevância do segmento corporativo no crédito comercial.

As taxas médias gerenciais apresentadas na Tabela 15 são representativas do estoque de contratação. É importante salientar que as rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas.

Tabela 15: Taxas Médias Mensais do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica

	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12
Pessoa Física	2,35%	2,49%	2,36%	2,40%	2,33%	2,30%	2,42%
Crédito Pessoal - Consignado	1,85%	1,83%	1,85%	1,87%	1,88%	1,81%	1,88%
Aquisição Bens - Consignado	1,46%	1,47%	1,46%	1,46%	1,46%	1,46%	1,47%
Aquisição Bens - Outros Bens	1,39%	1,10%	1,56%	1,52%	1,35%	1,19%	1,12%
Aquisição Bens - Veículos	1,59%	1,66%	1,60%	1,60%	1,58%	1,58%	1,62%
Cheque Especial	7,91%	7,74%	8,33%	8,31%	7,51%	7,52%	7,70%
Crédito 1 Minuto	3,17%	4,50%	3,45%	3,26%	2,94%	3,03%	3,51%
Crédito Pessoal Automático	3,70%	5,06%	3,63%	3,62%	3,57%	3,99%	4,84%
Crédito Pessoal - Não Consignado	2,53%	2,84%	2,59%	2,59%	2,47%	2,47%	2,69%
Cartão de Crédito	6,09%	7,33%	6,14%	6,05%	6,07%	6,11%	7,27%
Outros - PF	1,04%	1,18%	1,09%	1,10%	0,97%	0,99%	1,12%
Pessoa Jurídica	1,47%	1,60%	1,44%	1,49%	1,47%	1,50%	1,44%
Aquisição Bens - Outros Bens	1,61%	1,61%	1,59%	1,60%	1,60%	1,64%	1,57%
Aquisição Bens - Veículos	1,74%	1,90%	1,73%	1,76%	1,70%	1,75%	1,82%
Capital de Giro - CEB	1,22%	1,27%	1,20%	1,21%	1,23%	1,24%	1,14%
Capital de Giro - CGB	1,27%	1,30%	1,28%	1,30%	1,25%	1,26%	1,19%
CDCI	2,94%	2,56%	3,12%	3,07%	2,98%	2,72%	2,42%
Comprar	1,02%	1,11%	1,10%	1,03%	0,98%	0,98%	0,98%
Conta Devedora Caução - CCC	1,38%	1,39%	1,48%	1,47%	1,25%	1,32%	1,27%
Conta Garantida	4,55%	4,91%	4,47%	4,71%	4,47%	4,55%	4,63%
Desconto de Recebíveis	1,62%	1,83%	1,65%	1,62%	1,59%	1,60%	1,67%
Vendor	1,03%	1,15%	1,08%	1,03%	0,99%	1,00%	1,05%
Crédito no Exterior	0,44%	0,49%	0,44%	0,39%	0,53%	0,46%	0,48%
Outros - PJ	0,68%	1,14%	0,57%	0,74%	0,70%	0,72%	1,04%
Total	1,94%	2,08%	1,93%	1,98%	1,93%	1,92%	1,96%

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$1.441,2 milhões nos doze meses de 2013, 11,9% ou R\$153,1 milhões abaixo do montante contabilizado no mesmo período de 2012. No 4T13, o resultado de tesouraria somou R\$422,0 milhões, 143,4% ou R\$248,6 milhões acima do resultado do 4T12 e 2,5% ou R\$10,9 milhões abaixo do valor do 3T13.

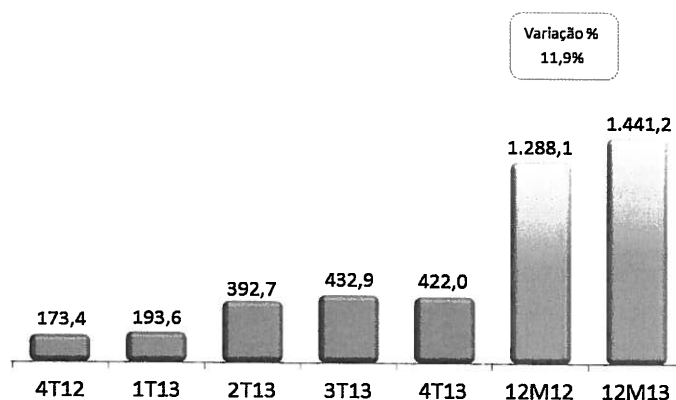
A trajetória do resultado de tesouraria nos 12M13 em relação aos 12M12 foi influenciada pela elevação do resultado de TVM, em 33,1% ou R\$357,9 milhões, motivada pelo aumento de R\$1.936,7 milhões no saldo desses ativos, e pela redução do resultado de instrumentos financeiros derivativos, em 98,7% ou R\$204,8 milhões, face ao ajuste da marcação a mercado dos contratos

de *swap*. O ajuste na marcação a mercado do *swap* gerou correspondente reflexo no custo da dívida subordinada.

O resultado com TVM e instrumentos financeiros derivativos apresentou ampliação no 4T13 em relação ao 4T12, motivada, especialmente, pelo aumento do resultado de TVM, em 75,7% ou R\$188,7 milhões, e pela trajetória descendente do resultado de instrumentos financeiros derivativos, em 79,0% ou R\$59,9 milhões, face ao ajuste da marcação a mercado dos contratos de *swap*. O ajuste da marcação a mercado do *swap* gerou correspondente reflexo no custo da dívida subordinada.

A redução do resultado de tesouraria na comparação com o trimestre anterior foi influenciada pela queda do resultado de instrumentos financeiros derivativos, em 252,2% ou R\$26,5 milhões, impactados pela marcação a mercado dos contratos de *swap*, em parte, compensada pela ampliação do resultado de TVM, em 3,7% ou R\$15,5 milhões, justificada pela elevação da Taxa Selic efetiva, em 0,18 pp. no período, compensando a redução do saldo desses ativos em R\$1.381,2 milhões.

Gráfico 19: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - R\$ Milhões



Resultado de Operações de Câmbio

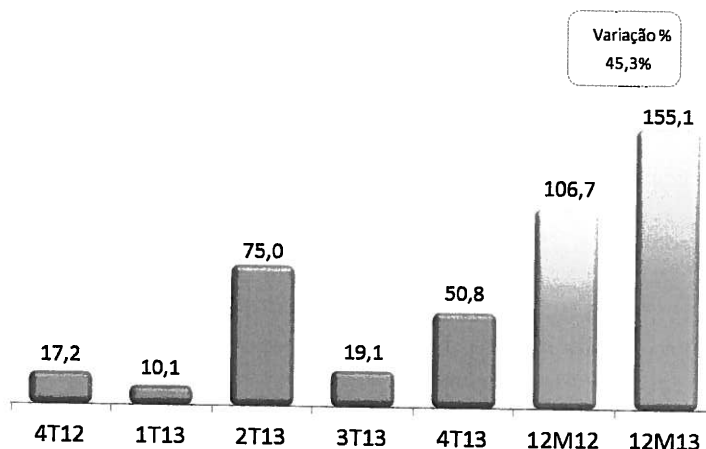
O resultado de operações de câmbio totalizou R\$155,1 milhões nos 12M13, 45,3% ou R\$48,3 milhões acima do montante contabilizado nos 12M12. No 4T13, o resultado de operações de câmbio somou R\$50,8 milhões, 195,7% ou R\$33,6 milhões superior ao fluxo registrado no 4T12 e 165,8% ou R\$31,7 milhões acima do valor acumulado no 3T13. As operações de câmbio no Banrisul são casadas com *funding* em moeda estrangeira, logo, a variação das receitas é compensada, proporcionalmente, por movimento semelhante das despesas com obrigações de empréstimos e repasses em moeda estrangeira.

O acréscimo do resultado de câmbio nos 12M13 comparado aos 12M12 foi impactado pela desvalorização cambial de 14,64% nos 12M13 frente à desvalorização cambial de 8,94% nos 12M12.

O resultado de operações de câmbio no 4T13 comparativamente ao valor obtido no 4T12 foi influenciado pela variação cambial do período.

No último trimestre, o resultado de câmbio foi impactado pela desvalorização cambial de 5,05% no 4T13 frente à desvalorização cambial de 0,65% no 3T13, trajetória que compensou, em parte, a redução da carteira de câmbio em R\$31,0 milhões.

Gráfico 20: Resultado de Operações de Câmbio - R\$ Milhões



Resultado das Aplicações Compulsórias

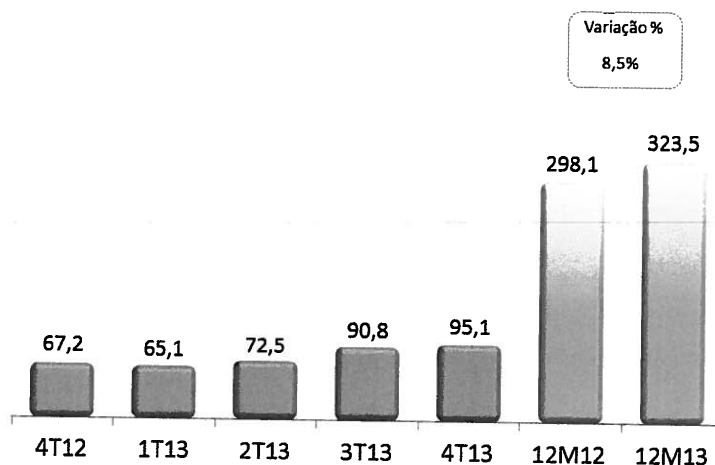
O resultado das aplicações compulsórias alcançou, nos 12M13, R\$323,5 milhões, 8,5% ou R\$25,4 milhões acima do valor contabilizado nos 12M12. No 4T13, o resultado de aplicações compulsórias somou R\$95,1 milhões, com expansão de 41,6% ou R\$27,9 milhões em relação ao 4T12 e crescimento de 4,7% ou R\$4,3 milhões na comparação com o resultado do 3T13.

A ampliação do resultado das aplicações compulsórias nos 12M13 em relação aos 12M12 decorreu, especialmente, do incremento das rendas vinculadas aos depósitos a prazo, em 18,0% ou R\$10,3 milhões, e aos depósitos de poupança, em 15,4% ou R\$10,2 milhões, influenciados pela elevação do montante de créditos vinculados aos depósitos compulsórios de poupança e recursos a prazo em R\$542,8 milhões.

O resultado das aplicações compulsórias no 4T13 comparado ao 4T12 apresentou acréscimo, influenciado, especialmente, pelo incremento das rendas vinculadas ao compulsório adicional, aos recursos a prazo e aos depósitos de poupança, que somados apresentaram crescimento de 71,9% ou R\$26,5 milhões. O aumento da Taxa Selic efetiva, em 0,62 pp. no período, alterações na remuneração do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, e a ampliação do montante de créditos vinculados aos depósitos compulsórios justificam a variação desse resultado.

Na comparação entre o 4T13 e o 3T13, o resultado das aplicações compulsórias registrou crescimento, influenciado, especialmente, pelo incremento nas rendas vinculadas ao compulsório adicional, compulsório sobre recursos a prazo e depósitos de poupança, em 13,1% ou R\$7,3 milhões, impactados pela elevação da Taxa Selic efetiva em 0,18 pp. e pela ampliação dos créditos vinculados aos depósitos compulsórios, movimento, em parte, compensado pela redução das rendas vinculadas aos FCVS em 13,4% ou R\$2,2 milhões.

Gráfico 21: Resultado das Aplicações Compulsórias - R\$ Milhões



Despesas da Intermediação Financeira

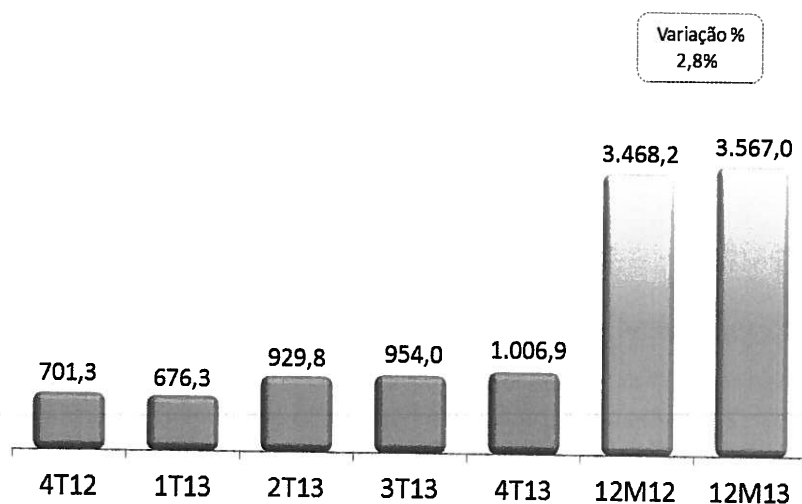
As despesas da intermediação financeira somaram R\$3.567,0 milhões nos doze meses de 2013, com aumento de 2,8% ou R\$98,7 milhões sobre o fluxo do mesmo período do ano anterior. No 4T13, as despesas da intermediação financeira totalizaram R\$1.006,9 milhões, com crescimento de 43,6% ou R\$305,5 milhões sobre o montante do 4T12 e incremento de 5,5% ou R\$52,9 milhões em relação ao 3T13.

A ampliação das despesas da intermediação nos 12M13 comparado aos 12M12 decorreu do incremento das despesas de captação no mercado, em 23,5% ou R\$466,4 milhões, em parte, compensado pela redução das despesas com provisões para operações de crédito, em 22,5% ou R\$191,5 milhões, e das despesas com empréstimos, cessões e repasses em 28,0% ou R\$176,2 milhões. A ampliação dos saldos dos depósitos a prazo e de poupança justificam, em parte, o crescimento das despesas de captação de recursos, movimento minimizado pelo decréscimo das despesas da dívida subordinada. A redução das despesas com provisões para operações de crédito reflete a melhoria do *compliance* no processo de sistema de *rating* cliente, através da implantação de novo sistema centralizado. Já a variação das despesas com empréstimos, cessões e repasses foi impactada, especialmente, pela queda do saldo dos Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, em função do saque efetivado pelo Estado em abril/13, o que influenciou, também, a trajetória ascendente das despesas de operações compromissadas.

As despesas da intermediação apresentaram expansão no 4T13 comparado ao 4T12 influenciada, especialmente, pelo aumento das despesas com captação de recursos, em 90,9% ou R\$353,1 milhões, em parte, compensada pela diminuição das despesas com provisões para crédito em 24,7% ou R\$47,8 milhões.

O aumento das despesas da intermediação no 4T13 comparado ao 3T13 decorreu da evolução das despesas de empréstimos, cessões e repasses, em 72,7% ou R\$50,4 milhões, afetada pela variação cambial do último trimestre, e do incremento das despesas com captação no mercado, em 3,2% ou R\$23,1 milhões, influenciado pelo aumento do saldo de recursos captados e pela elevação da taxa básica de juros, movimento, parcialmente, compensado pela redução das despesas com provisões para crédito, em 12,5% ou R\$20,7 milhões, face à melhoria da qualidade da carteira de crédito.

Gráfico 22: Despesas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



Despesas de Captação no Mercado

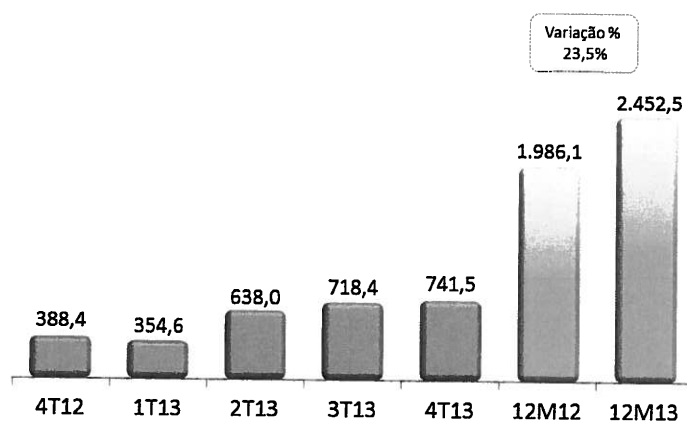
As despesas de captação no mercado somaram R\$2.452,5 milhões nos doze meses de 2013, 23,5% ou R\$466,4 milhões acima do montante do mesmo período de 2012. No 4T13, as despesas de captação no mercado totalizaram R\$741,5 milhões, 90,9% ou R\$353,1 milhões acima do fluxo registrado no 4T12 e 3,2% ou R\$23,1 milhões acima do valor acumulado no 3T13.

Nos 12M13, o maior fluxo de despesas de captação, proveio do aumento das despesas de operações compromissadas, em 163,5% ou R\$260,3 milhões, da elevação das despesas de depósitos a prazo, poupança e interfinanceiros, em 16,2% ou R\$233,5 milhões, e do crescimento das despesas de letras financeiras e de crédito imobiliário, em R\$94,2 milhões, movimento compensado, em parte, pela queda no custo, variação cambial e marcação a mercado da dívida subordinada em 37,6% ou R\$128,0 milhões. A ampliação do saldo desses recursos e a trajetória da Taxa Selic efetiva influenciaram na variação dessas despesas.

A trajetória ascendente dessas despesas, observada na comparação entre o 4T13 e o 4T12, decorre, especialmente, da ampliação das despesas de depósitos a prazo e poupança, em 51,1% ou R\$168,0 milhões, do crescimento das despesas de operações compromissadas, em 270,6% ou R\$90,2 milhões, e do aumento das despesas de letras financeiras e de crédito imobiliário em R\$54,0 milhões.

A variação das despesas de captação no 4T13 em relação ao 3T13 é explicada, principalmente, pela ampliação das despesas de depósito a prazo e poupança, em 10,9% ou R\$48,9 milhões, motivada pelo incremento do saldo desses recursos em R\$757,5 milhões, compensada, em parte, pela redução das despesas de operações compromissadas em 19,0% ou R\$29,1 milhões, face à redução do saldo de captação no mercado aberto em R\$1.103,9 milhões.

Gráfico 23: Despesas de Captação no Mercado - R\$ Milhões



Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses

As despesas de empréstimos, cessões e repasses totalizaram R\$453,5 milhões nos doze meses de 2013, 28,0% ou R\$176,2 milhões abaixo do montante acumulado em 2012. No 4T13, as despesas de empréstimos, cessões e repasses somaram R\$119,9 milhões, 0,1% ou R\$165,1 mil acima do valor do 4T12 e 72,7% ou R\$50,4 milhões acima do montante contabilizado no 3T13.

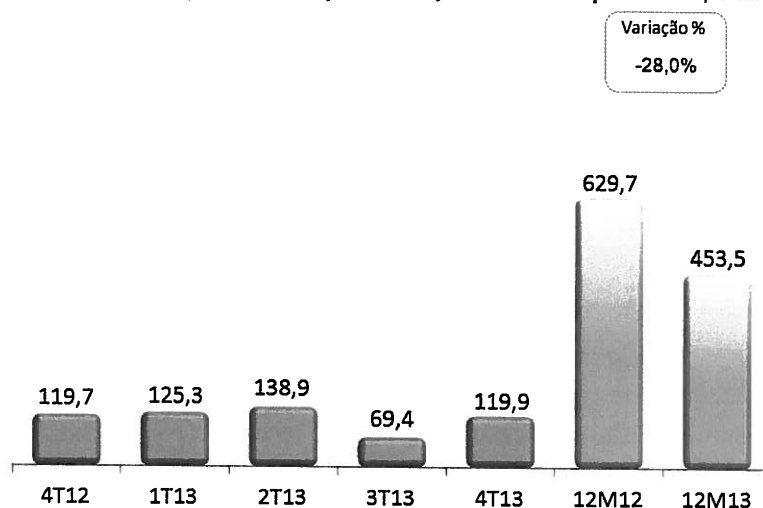
Nos 12M13, o menor fluxo de despesas de empréstimos, cessões e repasses em relação ao registrado nos 12M12 proveio da retração de 54,1% ou R\$244,5 milhões nas despesas do fundo de reserva de depósitos judiciais - FRDJ, motivada pelo saque efetuado pelo Estado, em abril de 2013, e pela retração de 0,27 pp. da Taxa Selic efetiva no período, movimento parcialmente compensado pelo aumento das despesas com repasse em moeda estrangeira, em 54,7% ou R\$54,8 milhões, influenciada pela variação cambial do período.

A relativa estabilidade do volume de despesas, na comparação entre o 4T13 e o 4T12, decorreu, principalmente, do aumento das despesas com repasse em moeda estrangeira, em R\$60,4 milhões,

e da elevação das despesas com outras operações de empréstimos e repasses, em especial, repasses do BNDES, em 9,5% ou R\$2,1 milhões, compensados pela redução das despesas do FRDJ em 61,5% ou R\$62,3 milhões.

A elevação do volume de despesas de empréstimos, cessões e repasses, entre os períodos 4T13 e 3T13, foi influenciada, principalmente, pelo acréscimo das despesas com repasse em moeda estrangeira, em R\$48,3 milhões, afetadas pela desvalorização cambial de 5,05% no 4T13 frente à desvalorização cambial de 0,65% no 3T13.

Gráfico 24: Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses - R\$ Milhões



Custo de Captação

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, ajustados pelo resultado de instrumentos financeiros derivativos, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação os depósitos, a captação no mercado aberto, os recursos de aceites e emissão de títulos e as dívidas subordinadas líquidas do resultado gerado pela marcação a mercado do *swap*, associados, diretamente, às respectivas despesas para o cálculo do custo médio.

O preço médio da captação alcançou 1,94% no 4T13, acima da taxa de 1,79% do 3T13 e maior que 1,59%, do 4T12, em linha com as oscilações da Taxa Selic efetiva, que referencia boa parte da captação, e influenciada pela variação no custo da dívida subordinada e pela marcação a mercado. Na comparação do custo médio em relação à Taxa Selic, observa-se aumento do indicador no 4T13, de 83,09%, na comparação com o índice do 3T13, de 82,97%, e redução do custo médio em relação à Taxa Selic frente ao índice obtido no 4T12, de 92,51%.

O custo médio dos depósitos a prazo, que representam 50,7% do saldo médio do conjunto de rubricas demonstradas na tabela 16, alcançou 1,96% no 4T13, com evolução de 0,16 pp. em relação ao 3T13, e crescimento de 0,50 pp. na comparação com o 4T12. A proporcionalidade dos custos dos depósitos a prazo em relação à Taxa Selic no 4T13, que atingiu 83,81%, apresentou elevação frente ao registrado no 3T13, de 83,31%, e redução na comparação com o custo no 4T12, de 84,77%.

Nas operações compromissadas, o custo médio alcançou 2,60%, crescimento frente ao custo do 3T13, 2,21%, e frente ao valor do 4T12, 1,91%.

O custo médio da dívida subordinada alcançou 3,21%, no 4T13, acima dos 2,94% registrados no 3T13, e abaixo dos 7,30% registrados no 4T12, influenciado pelos encargos financeiros, variação cambial e marcação a mercado dos contratos, ajustado pela marcação a mercado verificada nos instrumentos derivativos associados.

Tabela 16: Custo de Captação

R\$ Milhões e %

	4T13			3T13			4T12 ⁽²⁾		
	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos à Vista	2.948,1			2.682,9			2.855,2		
Depósitos de Poupança	6.858,6	(109,7)	1,60%	6.571,8	(98,9)	1,50%	5.750,3	(82,1)	1,43%
Depósitos a Prazo	19.781,2	(387,5)	1,96%	19.389,4	(349,4)	1,80%	16.941,9	(247,0)	1,46%
Depósitos Interfinanceiros	338,4	(7,0)	2,07%	301,4	(5,6)	1,87%	405,3	(2,3)	0,57%
Despesas de Contribuição FGC	-	(11,3)		-	(11,0)		-	(9,7)	
Operações Compromissadas	4.746,1	(123,5)	2,60%	6.894,9	(152,6)	2,21%	1.745,6	(33,3)	1,91%
Obrigação Depósito Especial de Fundos e Programas	3,4	(0,0)	0,05%	3,1	(0,0)	0,03%	3,0	(0,0)	0,01%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.475,0	(59,1)	2,39%	1.747,5	(35,8)	2,05%	313,0	(5,0)	1,61%
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	1.854,1	(59,4)	3,21%	1.857,7	(54,6)	2,94%	1.161,1	(84,8)	7,30%
Saldo Médio Total / Despesa Total	39.001,8	(757,5)	1,94%	39.448,6	(707,9)	1,79%	29.175,2	(464,3)	1,59%
Selic			2,34%			2,16%			1,72%
Custo Médio / Selic			83,09%			82,97%			92,51%
Custo Depósito a Prazo / Selic			83,81%			83,31%			84,77%

(1) Ajustada pelos ganhos e perdas de instrumentos de *hedge* (swap).

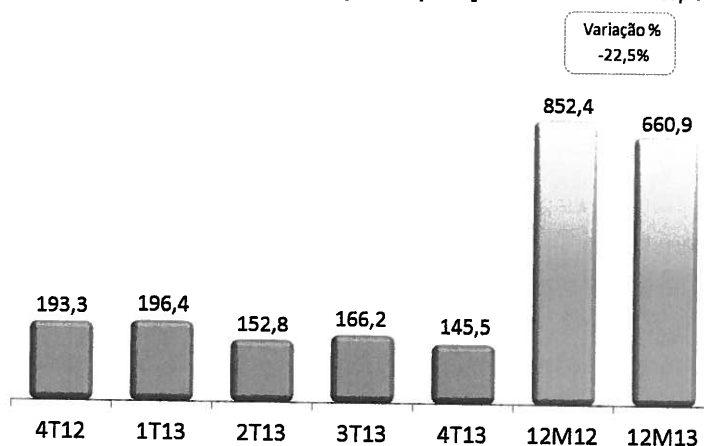
(2) Reapresentado.

Despesas de Provisões para Operações de Crédito

As despesas de provisão para operações de crédito somaram R\$660,9 milhões nos doze meses de 2013, 22,5% ou R\$191,5 milhões abaixo do montante contabilizado no mesmo período de 2012. No 4T13, as despesas de provisão para operações de crédito totalizaram R\$145,5 milhões, 24,7% ou R\$47,8 milhões abaixo do valor do 4T12 e 12,5% ou R\$20,7 milhões menor que o fluxo do 3T13.

A diminuição das despesas de provisão para operações de crédito, nos doze meses, decorreu da implantação do novo sistema de *rating* cliente, com reflexos em melhorias no *compliance*. No último trimestre, a trajetória das despesas de provisão para operações de crédito reflete a melhora na qualidade da carteira de crédito do Banco.

Gráfico 25: Despesas de Provisões para Operações de Crédito - R\$ Milhões



Margem Financeira

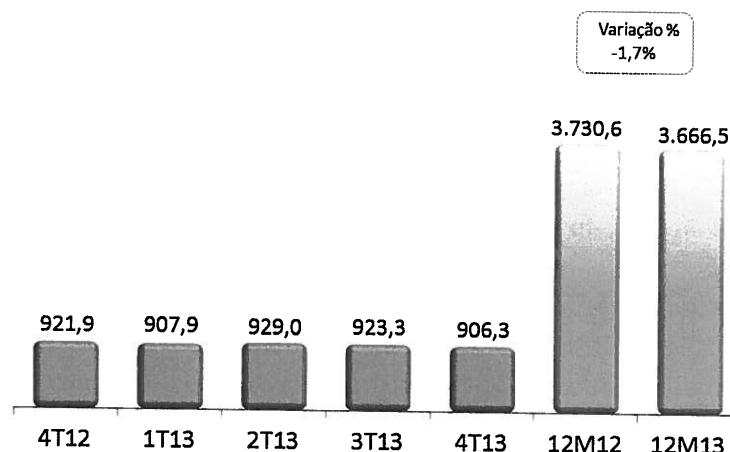
A margem financeira totalizou R\$3.666,5 milhões nos doze meses de 2013, fluxo inferior ao registrado no mesmo período de 2012 em 1,7% ou R\$64,1 milhões. No 4T13, a margem financeira somou R\$906,3 milhões, 1,7% ou R\$15,5 milhões abaixo do valor registrado no 4T12 e 1,8% ou R\$17,0 milhões abaixo do valor acumulado no 3T13.

Nos 12M13 frente aos 12M12, a margem financeira foi afetada pela menor geração das receitas com juros frente à aceleração das despesas com juros, ambas impactadas pela trajetória da Taxa Selic, pela marcação a mercado das dívidas subordinadas e correspondentes contratos de *swap* e pela ampliação dos saldos.

A trajetória da margem financeira no 4T13 em relação ao 4T12 foi influenciada pelo aumento das

despesas acima da expansão das receitas com juros, face, especialmente, ao aumento da Taxa Selic efetiva e à marcação a mercado das dívidas subordinadas e correspondentes contratos de *swap*. Na comparação com o 3T13, a redução da margem financeira no 4T13 está associada ao crescimento das despesas com juros, influenciado pelo aumento da Taxa Selic, marcação a mercado das dívidas subordinadas e variação cambial, acima da ampliação das receitas com juros, impactadas pelas mesmas condicionantes, porém com menor efeito sobre taxas médias de crédito.

Gráfico 26: Margem Financeira - R\$ Milhões



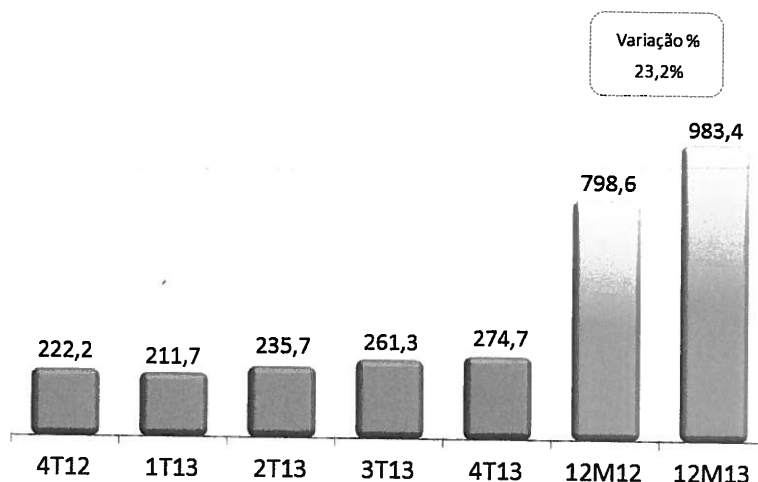
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$983,4 milhões nos doze meses de 2013, 23,2% ou R\$184,9 milhões acima do montante acumulado no mesmo período de 2012. No 4T13, as receitas de prestação de serviços e tarifas totalizaram R\$274,7 milhões, com crescimento de 23,6% ou R\$52,5 milhões em relação ao montante contabilizado no 4T12 e incremento de 5,1% ou R\$13,4 milhões na comparação com o valor acumulado no 3T13.

No acumulado dos doze meses, a trajetória das receitas de prestação de serviços e tarifas foi influenciada, especialmente, pelo crescimento das receitas oriundas da rede de aquisição (R\$85,0 milhões), de tarifas bancárias de conta corrente (R\$41,6 milhões) e provenientes de seguros, previdência e capitalização (R\$26,8 milhões).

No 4T13 frente ao 4T12, as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias apresentaram crescimento motivado, especialmente, pelo incremento das receitas associadas à rede de aquisição (R\$28,7 milhões), pela expansão de rendas de seguros, previdência e capitalização (R\$9,1 milhões) e pelo crescimento de receitas de administração de fundos (R\$5,3 milhões). Em relação ao 3T13, o acréscimo nas rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias no 4T13 decorreu, principalmente, da ampliação das receitas com seguros, previdência e capitalização, R\$6,2 milhões.

Gráfico 27: Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias - R\$ Milhões



Despesas Administrativas

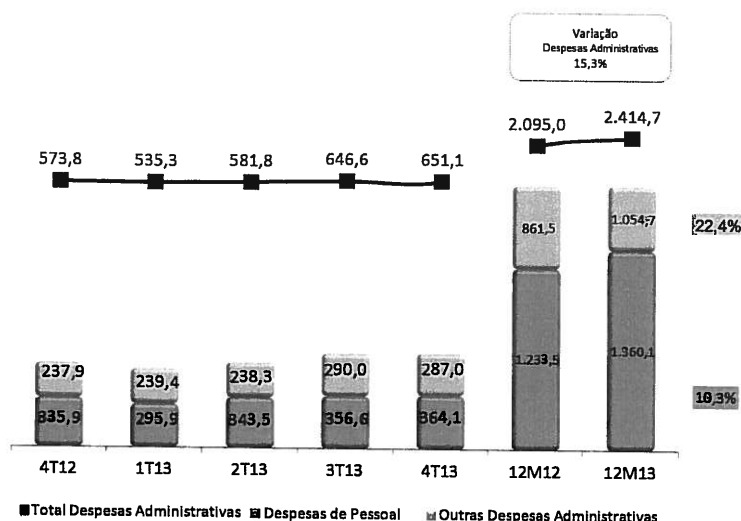
As despesas administrativas somaram R\$2.414,7 milhões nos doze meses de 2013, valor 15,3% ou R\$319,8 milhões acima do apurado no mesmo período de 2012. No 4T13, as despesas administrativas totalizaram R\$651,1 milhões, 13,5% ou R\$77,3 milhões acima do valor do 4T12 e 0,7% ou R\$4,5 milhões acima do fluxo do 3T13.

As despesas de pessoal, que compõem 56,3% do total das despesas administrativas acumuladas no ano de 2013, registraram elevação de 10,3% ou R\$126,6 milhões, sobre o valor registrado no mesmo período de 2012, impactada pelo dissídio coletivo da categoria e pelo aumento do quadro de empregados em 728 colaboradores. As outras despesas administrativas registraram elevação de 22,4% ou R\$193,2 milhões no período, impactadas (i) pelo aumento das despesas com serviços de terceiros, em R\$151,8 milhões, influenciado pelas despesas dos serviços com a originação de crédito consignado através do canal Bem-Vindo, (ii) pelo aumento das despesas de vigilância, segurança e transporte de valores e com serviços do sistema financeiro, em R\$35,6 milhões, consequentes da abertura de novos pontos de atendimento; (iii) pela elevação das despesas de propaganda, promoções e publicidade, em R\$18,0 milhões, justificada pelas campanhas publicitárias veiculadas ao longo do período, e (iv) pelo incremento das despesas de processamento de dados, telecomunicações, em R\$16,8 milhões, decorrentes da atualização monetária dos contratos correntes e pela renovação de contratos de locação e de manutenção de equipamentos; movimento, em parte, compensado, (v) pela diminuição nas despesas com amortização e depreciação em R\$44,3 milhões.

As despesas de pessoal acumuladas no 4T13, comparadas ao 4T12, apresentaram aumento de 8,4% ou R\$28,2 milhões, face ao efeito do dissídio da categoria e ao maior número de empregados. As outras despesas administrativas registraram aumento de 20,6% ou R\$49,1 milhões, influenciadas, principalmente, (i) pela elevação das despesas com serviços de terceiros, em R\$52,7 milhões, impactadas pelas despesas com serviços de correspondentes geradores de crédito consignado, e (ii) pelo aumento das despesas de vigilância, segurança e transporte de valores, em R\$4,7 milhões; parcialmente compensadas, (iii) pela redução das despesas de processamento de dados e telecomunicações, em R\$4,0 milhões, e (iv) pela retração das despesas propaganda, promoções e publicidade, em R\$3,9 milhões.

Em relação ao 3T13, as despesas de pessoal do 4T13 apresentaram acréscimo de 2,1% ou R\$7,4 milhões, influenciado pelo provisionamento de despesas relativas ao dissídio de 2013. As outras despesas administrativas registraram decréscimo de 1,0% ou R\$3,0 milhões, influenciadas, principalmente, (i) pela retração das despesas com serviços do sistema financeiro e de processamento de dados e telecomunicações, em R\$9,7 milhões, e (ii) pela diminuição das despesas com serviços de terceiros em R\$3,5 milhões, movimento compensado, em parte, (iii) pelo aumento das despesas de propaganda, promoções e publicidade, em R\$9,8 milhões.

Gráfico 28: Despesas Administrativas - R\$ Milhões



Outras Receitas Operacionais

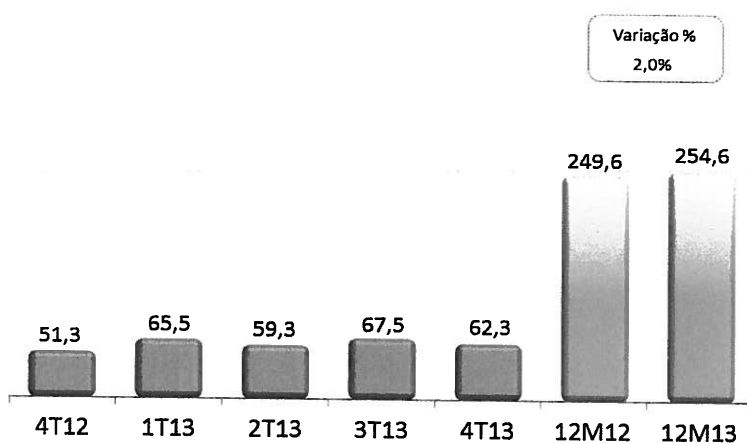
As outras receitas operacionais somaram R\$254,6 milhões no acumulado de 2013, 2,0% ou R\$5,0 milhões acima do montante registrado no ano anterior. No 4T13, as outras receitas operacionais totalizaram R\$62,3 milhões, 21,5% ou R\$11,0 milhões superior ao valor do 4T12 e 7,7% ou R\$5,2 milhões abaixo do fluxo do 3T13.

O aumento de receitas contabilizadas nos 12M13 em relação ao mesmo período do ano anterior proveio, principalmente, do crescimento das receitas com reversão de provisões constituídas para pagamento de despesas administrativas, em R\$26,7 milhões, das receitas com cartões, em R\$15,6 milhões, e das receitas de ajuste cambial, em R\$10,0 milhões, compensado, parcialmente, pela retração das receitas com reversão de provisões, em R\$47,1 milhões, devido à recuperação do imposto de renda (R\$40,6 milhões) em virtude de decisão judicial em relação ao incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador no ano de 2012.

No 4T13, a elevação das outras receitas operacionais em relação ao 4T12 foi motivada, especialmente, pelo crescimento das receitas com cartões e fundo de reserva – depósito judicial, que somadas, apresentaram aumento de R\$8,0 milhões, e com ajuste cambial, em R\$7,2 milhões, movimento minimizado pela retração das receitas com lucros na venda de bens, em R\$8,6 milhões.

No último trimestre, as outras receitas operacionais apresentaram diminuição influenciada pela retração das receitas com reversão de provisões constituídas para pagamento de despesas administrativas, movimento minimizado pelo crescimento das receitas de ajuste cambial e de antecipação de operações performadas referente à aquisição.

Gráfico 29: Outras Receitas Operacionais - R\$ Milhões



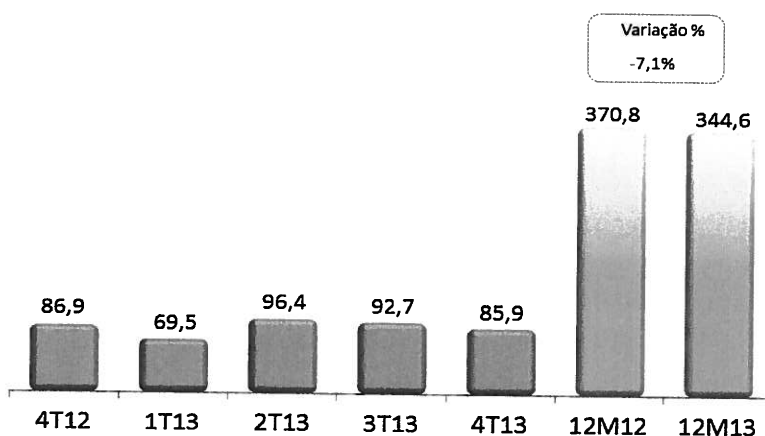
Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram R\$344,6 milhões no acumulado de 2013, 7,1% ou R\$26,2 milhões abaixo do valor registrado no mesmo período de 2012. No 4T13, as outras despesas operacionais somaram R\$85,9 milhões, 1,1% ou R\$961,0 mil inferior ao valor apurado no 4T12 e 7,3% ou R\$6,8 milhões abaixo do fluxo do 3T13.

O decréscimo de outras despesas operacionais nos 12M13 em relação aos 12M12 decorreu, especialmente, da redução das despesas com provisões trabalhistas e para ações cíveis, em 22,5% ou R\$43,2 milhões, parcialmente, compensada pelo aumento das despesas de atualização monetária da dívida contratada da Fundação Banrisul em R\$23,7 milhões.

Em relação ao 3T13, a redução de outras despesas operacionais refere-se às despesas de descontos concedidos de renegociações, em R\$21,2 milhões, compensada, em parte, pelo aumento das despesas com provisões para ações cíveis, em R\$6,4 milhões, e das despesas com cartões, em R\$2,3 milhões.

Gráfico 30: Outras Despesas Operacionais - R\$ Milhões



Balanço Patrimonial Consolidado Resumido

Tabela 17: Balanço Patrimonial Consolidado Resumido

R\$ Milhares

Ativo	Dez 2013	Set 2013	Jun 2013	Mar 2013	Dez 2012*	Dez 2013/ Set 2013	Dez 2013/ Dez 2012
Circulante e Realizável a Longo Prazo	52.942.118	53.185.660	52.208.055	47.413.004	46.481.408	-0,5%	13,9%
Disponibilidades	737.962	686.864	627.977	599.866	809.093	7,4%	-8,8%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	527.752	1.873.025	2.227.121	3.647.893	4.609.386	-71,8%	-88,6%
Títulos Mobiliários e Inst. Financ. Derivativos	18.379.567	18.415.485	18.761.718	13.576.841	12.361.193	-0,2%	48,7%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	4.839.350	4.890.021	4.405.836	4.057.394	3.685.781	-1,0%	31,3%
Operações de Crédito	25.407.739	24.664.117	23.738.128	23.505.894	23.177.660	3,0%	9,6%
Provisão para Operações de Crédito	(1.490.020)	(1.516.816)	(1.496.701)	(1.542.560)	(1.498.428)	-1,8%	-0,6%
Operações de Arrendamento Mercantil	76.995	76.666	75.462	80.531	82.096	0,4%	-6,2%
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil	(6.488)	(6.144)	(6.190)	(7.172)	(7.964)	5,6%	-18,5%
Outros Créditos	4.375.448	4.021.111	3.839.547	3.509.644	3.315.231	8,8%	32,0%
Provisão para Outros Créditos	(138.099)	(123.026)	(127.013)	(138.112)	(132.851)	12,3%	4,0%
Outros Valores e Bens	231.912	204.357	162.170	122.785	80.211	13,5%	189,1%
Permanente	268.569	278.774	271.401	261.452	262.408	-3,7%	2,3%
Investimentos	58.161	59.037	47.099	48.406	48.421	-1,5%	20,1%
Imobilizado de Uso	176.964	181.338	181.117	170.722	167.356	-2,4%	5,7%
Intangível	33.444	38.399	43.185	42.324	46.631	-12,9%	-28,3%
Total do Ativo	53.210.687	53.464.434	52.479.456	47.674.456	46.743.816	-0,5%	13,8%
Passivo	Dez 2013	Set 2013	Jun 2013	Mar 2013	Dez 2012*	Dez 2013/ Set 2013	Dez 2013/ Dez 2012
Circulante e Exigível a Longo Prazo	48.061.005	48.454.035	47.589.947	42.893.545	42.107.472	-0,8%	14,1%
Depósitos	30.644.598	29.206.247	28.411.137	27.236.911	26.746.389	4,9%	14,6%
Depósitos à Vista	3.397.760	2.760.116	2.839.217	2.756.994	3.400.331	23,1%	-0,1%
Depósitos de Poupança	6.990.978	6.678.844	6.352.499	6.054.944	5.836.236	4,7%	19,8%
Depósitos Interfinanceiros	351.820	308.640	291.518	435.065	419.711	14,0%	-16,2%
Depósitos a Prazo	19.904.040	19.458.647	18.927.903	17.989.908	17.090.111	2,3%	16,5%
Captação no Mercado Aberto	4.220.707	5.324.600	8.013.110	1.654.340	1.627.794	-20,7%	159,3%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.505.882	2.399.847	513.129	351.949	315.365	4,4%	694,6%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	239.953	930.098	678.486	579.545	262.572	-74,2%	-8,6%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.487.509	3.244.210	3.104.112	2.728.638	3.255.227	7,5%	7,1%
Instrumentos Financeiros e Derivativos	112.047	42.560	36.981	34.275	22.933	163,3%	388,6%
Outras Obrigações	6.850.309	7.306.473	6.832.992	10.307.886	9.877.192	-6,2%	-30,6%
Cobrança e Arrecad. de Tributos e Assemelhados	45.121	165.155	165.806	136.682	44.953	-72,7%	0,4%
Carteira de Câmbio	7.516	102.332	24.995	65.518	25.628	-92,7%	-70,7%
Sociais e Estatutárias	82.275	103.243	84.185	53.235	48.054	-20,3%	71,2%
Fiscais e Previdenciárias	683.959	846.854	732.760	639.214	707.901	-19,2%	-3,4%
Negociação e Intermediação de Valores	693	4.550	2.412	1.985	5.696	-84,8%	-87,8%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.367.034	1.935.172	1.843.576	5.751.430	5.942.333	-29,4%	-77,0%
Dívida Subordinada	1.861.494	1.818.067	1.828.167	1.691.915	1.158.335	2,4%	60,7%
Diversas	2.802.217	2.331.100	2.151.091	1.967.907	1.944.292	20,2%	44,1%
Patrimônio Líquido dos Acionistas Minoritários	1.820	1.795	1.762	1.743	1.696	1,4%	7,3%
Patrimônio Líquido	5.147.862	5.008.604	4.887.747	4.779.168	4.634.648	2,8%	11,1%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	53.210.687	53.464.434	52.479.456	47.674.456	46.743.816	-0,5%	13,8%

(*) Reapresentado

Demonstração de Resultado Resumido

Tabela 18: Demonstração de Resultado Resumido

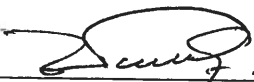
R\$ Milhares

	12M13	12M12	4T13	3T13	2T13	1T13	4T12	12M13/ 12M12	4T13/ 3T13
Receitas de Intermediação Financeira	6.572.527	6.346.393	1.767.692	1.711.078	1.705.979	1.387.778	1.429.929	3,6%	3,3%
Receita de Crédito e Arrendamento Mercantil	4.604.145	4.624.426	1.189.478	1.154.377	1.152.673	1.107.617	1.162.199	-0,4%	3,0%
Resultado de Operações com TVM	1.438.545	1.080.604	437.931	422.407	307.744	270.463	249.246	33,1%	3,7%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	2.685	207.479	(15.970)	10.495	84.989	(76.829)	(75.896)	-98,7%	-252,2%
Resultado de Operações de Câmbio	155.081	106.742	50.832	19.122	74.979	10.148	17.189	45,3%	165,8%
Resultado das Aplicações Compulsórias	323.500	298.119	95.082	90.812	72.548	65.058	67.150	8,5%	4,7%
Operações de Venda ou Transf. de Ativos Financeiros	48.571	29.023	10.339	13.865	13.046	11.321	10.041	67,4%	-25,4%
Despesas de Intermediação Financeira	(3.566.959)	(3.468.238)	(1.006.858)	(954.003)	(929.825)	(676.273)	(701.347)	2,8%	5,5%
Operações de Captação no Mercado	(2.452.528)	(1.986.097)	(741.517)	(718.393)	(638.045)	(354.573)	(388.378)	23,5%	3,2%
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(453.484)	(629.696)	(119.860)	(69.415)	(138.935)	(125.274)	(119.695)	-28,0%	72,7%
Provisão para Operações de Créditos	(660.947)	(852.445)	(145.481)	(166.195)	(152.845)	(196.426)	(193.274)	-22,5%	-12,5%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.005.568	2.878.155	760.834	757.075	776.154	711.505	728.582	4,4%	0,5%
Margem Financeira	3.666.515	3.730.600	906.315	923.270	928.999	907.931	921.856	-1,7%	-1,8%
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(1.799.001)	(1.674.572)	(475.741)	(478.335)	(452.474)	(392.451)	(452.694)	7,4%	-0,5%
Receitas de Prestação de Serviços / Tarifas Bancárias	983.440	798.567	274.697	261.308	235.719	211.716	222.215	23,2%	5,1%
Despesas de Pessoal	(1.360.090)	(1.233.501)	(364.068)	(356.637)	(343.457)	(295.928)	(335.889)	10,3%	2,1%
Outras Despesas Administrativas	(1.054.658)	(861.470)	(286.993)	(289.960)	(238.317)	(239.388)	(237.878)	22,4%	-1,0%
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	1.503	1.207	686	2.137	(1.307)	(13)	750	24,5%	-68,0%
Outras Receitas Operacionais	254.591	249.580	62.310	67.480	59.268	65.533	51.277	2,0%	-7,7%
Despesas Tributárias	(279.186)	(258.189)	(76.452)	(69.928)	(67.929)	(64.877)	(66.286)	8,1%	9,3%
Outras Despesas Operacionais	(344.601)	(370.766)	(85.922)	(92.735)	(96.450)	(69.494)	(86.883)	-7,1%	-7,3%
Resultado Operacional	1.206.567	1.203.583	285.093	278.740	323.680	319.054	275.888	0,2%	2,3%
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	1.206.567	1.203.583	285.093	278.740	323.680	319.054	275.888	0,2%	2,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(323.455)	(309.072)	(61.181)	(76.844)	(89.843)	(95.587)	(65.953)	4,7%	-20,4%
Participações dos Empregados no Resultado	(91.331)	(75.799)	(34.871)	(18.895)	(18.818)	(18.747)	(18.441)	20,5%	84,5%
Participações Minoritárias no Resultado	(167)	(122)	(79)	(35)	(26)	(27)	(25)	36,9%	124,2%
Lucro Líquido	791.614	818.590	188.962	182.966	214.993	204.693	191.469	-3,3%	3,3%

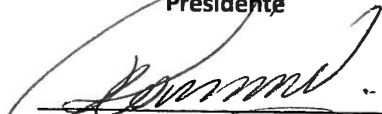
**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria



TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente



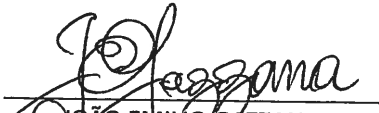
FLAVIO LUIZ LAMMEL
Vice-Presidente



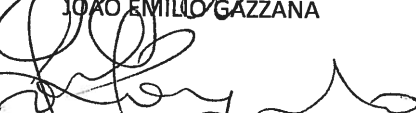
GUILHERME CASSEL



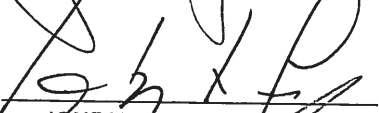
IVANDRE DE JESUS MEDEIROS



JOÃO EMÍLIO GAZZANA



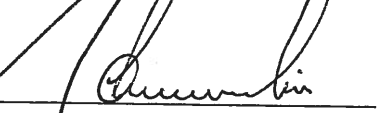
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO



JONE LUIZ HERMES PFEIFF

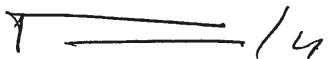


JULIMAR ROBERTO ROTA

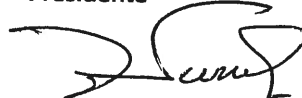


LUIZ CARLOS MORLIN
Diretores

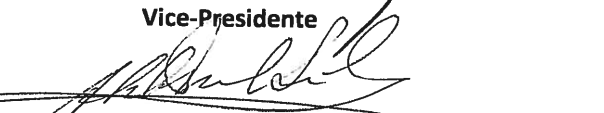
Conselho de Administração



ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLLIER
Presidente



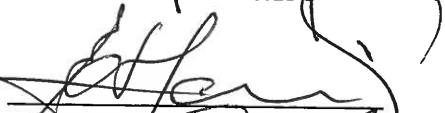
TÚLIO LUIZ ZAMIN
Vice-Presidente



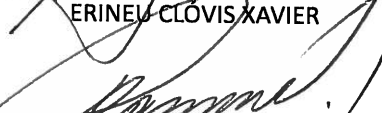
ALDO PINTO DA SILVA



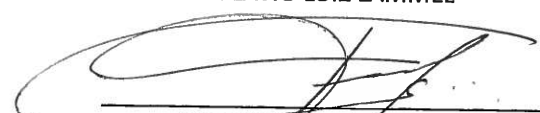
DILIO SÉRGIO PENEDO



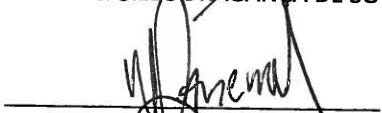
ERINEI CLÓVIS XAVIER



FLAVIO LUIZ LAMMEL



FRANCISCO CARLOS BRAGANÇA DE SOUZA



MARCELO TUERLINCKX DANÉRIS



OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA
Conselheiros



WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente

FLAVIO LUIZ LAMMEL
Vice-Presidente

GUILHERME CASSEL
IVANDRE DE JESUS MEDEIROS
JOÃO EMILIO GAZZANA
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO
JONE LUIZ HERMES PFEIFF
JULIMAR ROBERTO ROTA
LUIZ CARLOS MORLIN
Diretores

Conselho de Administração

ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER
Presidente

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Vice-Presidente

ALDO PINTO DA SILVA
DILIO SERGIO PENEDO
ERINEU CLÓVIS XAVIER
FLAVIO LUIZ LAMMEL
FRANCISCO CARLOS BRAGANÇA DE SOUZA
MARCELO TUERLINCKX DANÉRIS
OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, item V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos e o Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nesses dados e nos demais exames procedidos ao longo do exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014.


Túlio Luiz Zamin
Vice-Presidente

Conselheiros

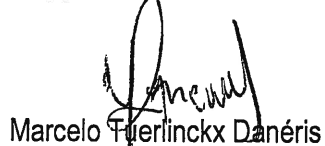

Aldo Pinto da Silva


Erineu Clóvis Xavier


Francisco Carlos Bragança de Souza


Dilio Sérgio Penedo


Flavio Luiz Lammel


Marcelo Tuerlinckx Daneris


Olivio de Oliveira Dutra



2º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
RUA SIQUEIRA CAMPOS, 1245 - PORTO ALEGRE - RS - FONE: (51) 2131-3000 - FAX: (51) 2131-3003
BEL. LUIZ CARLOS WEIZENMANN - TABELIÃO



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado, do que DOU fé.

Porto Alegre, 17 de março de 2014

Emolumentos R\$ 3,40 Selo nº. (0458) 01.1300009 518131 - Hora: 13:36:36-04836 () Luis Paulo () Marco Baum () Carlos Mario () Cristiano Baum

SEGUNDO TABELIONATO
Porto Alegre - RS
Rua Siqueira Campos, 1245
CRISTIANO CARVALHO BAUM
Escrivente Autorizado

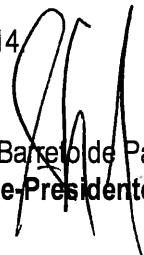
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base em nossas revisões, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

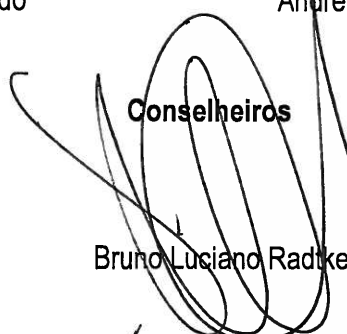
Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014



Cláudio Moraes Machado
Presidente



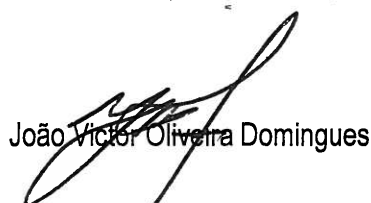
André Luiz Barreto de Paiva Filho
Vice-Presidente



Conselheiros
Bruno Luciano Radtke



Eduardo Ludovico da Silva



João Victor Oliveira Domingues

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO NEGATIVA DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WERNER KOHLER
REGISTRO.....	: RS-038534/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 17.03.2014 as 09:47:09.

Válido até: 15.06.2014.

Código de Controle: 162738.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

Missão:

Oferecer à sociedade intermediação de títulos e valores mobiliários em consonância com as diretrizes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo com o fortalecimento do mercado de capitais e o desenvolvimento do Estado.

Visão:

Ser reconhecida como a corretora gaúcha mais eficiente e de maior crescimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Princípios:

Ética, patrimônio a preservar;

Transparência como filosofia;

Segurança como diferencial competitivo;

Responsabilidade, compromisso com as pessoas;

Rentabilidade, questão de sobrevivência;

Satisfação do cliente como resultado.



1. Relatório da Administração - 2013

Ambiente Macroeconômico 2013

- O ano de 2013 foi particularmente tenso para o investidor, seja pelas históricas manifestações populares, seja pela conjuntura macroeconômica, na qual os Bancos Centrais das principais economias do globo precisaram injetar recursos para impulsionar o ritmo de atividade. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) terminou o ano em 5,91%. A fim de controlar a inflação em curso a autoridade monetária nacional iniciou uma política contracionista, elevando a taxa básica de juros de 7,25% a.a. para 10,00% a.a..
- A economia norte americana foi amparada ao longo de todo o ano de 2013 pelo Quantitative Easing 3 (QE3), uma injeção mensal de US\$85 bilhões na economia, via compra de títulos por parte do Federal Reserve. A retirada gradual destes estímulos, iniciada em meados de dezembro de 2013, confirmou a expectativa dos mercados, que já precificavam um período complicado para as economias emergentes, entre elas a brasileira.
- A China manteve a taxa de crescimento do seu Produto Interno Bruto em 7,7%, que sustentou os preços das matérias primas que compõem, majoritariamente, nossa pauta de exportação.
- Apesar de sinalizações de melhoras nas economias centrais, o clima de negócios foi de grande incerteza e o Ibovespa encerrou o ano com queda de 15,50%, aos 51.507 pontos. O ambiente hostil também foi severo com as aplicações em títulos públicos. O IMA Geral, índice que mede o rendimento médio dos títulos públicos federais apontou queda de 1,42% enquanto a aplicação em ouro encerrou o ano com queda de 17,35%. O Dólar despenhou com forte valorização de 14,64% no ano.

Desempenho Financeiro

Ativos Totais – Os ativos totais da Corretora alcançaram no exercício de 2013 o saldo de R\$78,2 milhões, com uma redução de 6,46% em relação ao montante de R\$83,6 milhões, registrado no mesmo período de 2012. A variação se deve, principalmente, pela diminuição na intermediação dos negócios.

Patrimônio Líquido – Ao final do exercício de 2013 o Patrimônio Líquido da Corretora atingiu R\$76,3 milhões, representando um aumento de 0,53% em relação ao registrado no mesmo período de 2012, de R\$75,9 milhões. A evolução do Patrimônio Líquido decorreu da incorporação dos resultados gerados, compensado pelo ajuste negativo da variação patrimonial – carteira própria.

Lucro Líquido – A Corretora registrou lucro líquido de R\$0,7 milhão no exercício de 2013, comparado com o mesmo período de 2012, que foi de R\$1,6 milhão. A variação ocorreu principalmente pela redução no resultado das aplicações em títulos e valores mobiliários, pela redução no resultado de prestações de serviços, compensados pela redução das despesas administrativas.

Desempenho Operacional

Volume Total de Operações - O total das operações realizadas em 2013 alcançou R\$1.451,9 milhões, representando uma redução de 41,97% em relação ao volume de R\$2.501,98 milhões, atingidos no mesmo período de 2012.

Sistema Home Broker - O Home Broker é o serviço interligado à Bovespa que permite ao investidor enviar pela Internet, em ambiente seguro, ordens de compra e venda de ações. As operações efetuadas neste sistema atingiram um montante de R\$1.091,1 milhões, que representou 75,15% do total intermediado pela Corretora.

Gestão de Risco

• A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio está inserida na estrutura organizacional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul, seu controlador. A administração e a estrutura de gerenciamento de riscos são desenvolvidas de forma consolidada com o Banco, abrangendo os riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, em atendimento aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN e à Resolução Interna nº 4.354, de 20.06.2008, do Banrisul.

• A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco está disponibilizada no site

<http://www.banrisul.com.br>, na rota “Relação com Investidores/Governança Corporativa/Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional”. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A divulgou o seu Balanço do exercício de 2013, em 17.02.2014, nos jornais Zero Hora, Valor Econômico e Diário Oficial do Estado.

Agradecimento

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores e acionistas pela confiança depositada, bem como aos nossos colaboradores, que não mediram esforços, neste período, para o bom desempenho da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio.

A Administração

Demonstrações Financeiras

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em Milhares de Reais)

Ativo	2013	2012
Circulante	71.561	75.531
Disponibilidades	7	8
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	69.993	69.563
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)		
Carteira própria	1.182	1.450
Outros créditos (Nota 6)	378	4.507
Negociação e intermediação de valores	895	4.874
(-) Provisão para outros créditos	(577)	(557)
Diversos	60	190
Outros valores e bens		
Despesas antecipadas	1	3
Realizável a longo prazo	5.029	6.404
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)		
Carteira própria	6	-
Vinculados à prestação de garantia	4.616	6.112
Outros créditos (Nota 6)		
Diversos	407	292
Permanente	1.576	1.621
Investimentos	475	475
Imobilizado de uso	360	410
Intangíveis	741	736
Total do ativo	78.166	83.556
Passivo	2013	2012
Circulante	1.869	7.630
Outras obrigações	1.869	7.630
Sociais e estatutárias (Nota 7 (a))	175	393
Fiscais e previdenciárias (Nota 7 (b))	69	680
Negociação e intermediação de valores (Nota 7(c))	693	5.696
Diversas (Nota 7 (d))	932	861
Patrimônio líquido (Nota 9)	76.297	75.926
Capital social	70.000	70.000
Reservas de lucros	10.979	10.451
Ações em tesouraria	(4.490)	(4.490)
Ajuste de avaliação patrimonial	(192)	(35)
Total do passivo	78.166	83.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Reserva de Capital			Reserva de lucros						
	Capital social	Atualização de títulos patrimoniais	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva expansão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	58.000	1	3.868	10.147	7.219	-	-	(4.490)	74.745	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(35)	-	-	(35)	
Aumento de capital (Nota 9 (a))	12.000	(1)	-	(4.780)	(7.219)	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.595	-	1.595	
Destinação do Lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reservas	-	-	80	399	737	-	(1.216)	-	-	
Dividendos propostos (Nota 9 (c))	-	-	-	-	-	-	(379)	-	(379)	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	70.000	-	3.948	5.766	737	(35)	-	(4.490)	75.926	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(157)	-	-	(157)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	692	-	692	
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reservas	-	-	34	173	321	-	(528)	-	-	
Dividendos propostos (Nota 9(c))	-	-	-	-	-	-	(164)	-	(164)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	70.000	-	3.982	5.939	1.058	(192)	-	(4.490)	76.297	
Saldo em 30 de junho de 2013	70.000	-	3.960	5.828	853	(290)	-	(4.490)	75.861	
Ajustes da avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	98	-	-	98	
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	443	-	443	
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reservas	-	-	22	111	205	-	(338)	-	-	
Dividendos propostos (Nota 9(c))	-	-	-	-	-	-	(105)	-	(105)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	70.000	-	3.982	5.939	1.058	(192)	-	(4.490)	76.927	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2013</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas da intermediação financeira	<u>3.281</u>	<u>5.863</u>	<u>6.309</u>
Resultado de títulos e valores mobiliários	<u>3.281</u>	<u>5.863</u>	<u>6.309</u>
Despesas da intermediação financeira	<u>(26)</u>	<u>(10)</u>	<u>22</u>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(26)</u>	<u>(10)</u>	<u>22</u>
Resultado da intermediação financeira	<u>3.255</u>	<u>5.853</u>	<u>6.331</u>
Receitas (despesas) operacionais	<u>(2.545)</u>	<u>(4.766)</u>	<u>(3.654)</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	<u>1.395</u>	<u>2.963</u>	<u>6.332</u>
Despesas de pessoal (Nota 8(b))	<u>(315)</u>	<u>(625)</u>	<u>(614)</u>
Outras despesas administrativas (Nota 13)	<u>(3.477)</u>	<u>(7.104)</u>	<u>(8.528)</u>
Despesas tributárias	<u>(296)</u>	<u>(589)</u>	<u>(961)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>148</u>	<u>589</u>	<u>117</u>
Resultado operacional	<u>710</u>	<u>1.087</u>	<u>2.677</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>710</u>	<u>1.087</u>	<u>2.677</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	<u>(267)</u>	<u>(394)</u>	<u>(1.072)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(278)</u>	<u>(404)</u>	<u>(1.390)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>11</u>	<u>10</u>	<u>318</u>
Participações no lucro	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(10)</u>
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>443</u>	<u>692</u>	<u>1.595</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do período - R\$	<u>0,011</u>	<u>0,017</u>	<u>0,053</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2013	2013	2012
Receitas	4.834	9.491	12.865
Intermediação financeira.....	3.281	5.863	6.309
Prestação de serviços	1.395	2.963	6.332
Provisão (líquido das reversões) para outros créditos.....	(26)	2	22
Outras.....	184	663	202
Insumos adquiridos de terceiros	(3.073)	(6.336)	(7.823)
Serviços de terceiros.....	(2.895)	(5.989)	(7.480)
Aluguéis	(1)	(2)	(1)
Água, energia e gás.....	(14)	(33)	(39)
Comunicações	(159)	(303)	(291)
Materiais.....	(4)	(9)	(12)
Valor adicionado bruto.....	1.761	3.155	5.042
Depreciação.....	(25)	(50)	(73)
Valor adicionado a distribuir	1.736	3.105	4.969
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal (Nota 8(b)).....	690	1.348	1.242
Proventos	684	1.336	1.231
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	6	12	11
Impostos, taxas e contribuições	603	1.065	2.132
Federais.....	533	917	1.815
Municipais.....	70	148	317
Remuneração de capitais próprios	443	692	1.595
Lucros retidos.....	338	528	1.216
Dividendos	105	164	379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2013	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	494	752	1.794
Lucro líquido do semestre/exercícios	443	692	1.595
Ajustes do lucro líquido	51	60	199
Depreciações	25	50	73
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	26	10	(26)
Baixa de investimento	-	-	152
Variação nos ativos e obrigações.....	5.425	61	(850)
Redução (aumento) em ajustes de atualização patrimonial.....	98	(157)	(35)
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.213	1.758	1.106
(Aumento) redução em outros créditos.....	1.911	4.004	(1.727)
(Aumento) redução em outros valores e bens.....	4	2	(1)
Redução em outras obrigações.....	(1.801)	(5.546)	(193)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais.....	5.919	813	944
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação no intangível	(5)	(5)	(33)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5)	(5)	(33)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos.....	-	(379)	(1.083)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(379)	(1.083)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	5.914	429	(172)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios.....	64.086	69.571	69.743
Disponibilidades.....	6	8	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez	64.080	69.563	69.739
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	70.000	70.000	69.571
Disponibilidades.....	7	7	8
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	69.993	69.993	69.563
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	5.914	429	(172)
Itens que não afetam caixa			
Dividendos	105	164	379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

7. NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora") tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, administração de clubes de investimentos, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na Bolsa Brasileira de Valores e Mercadorias, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e com as normas do Banco Central do Brasil, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A diretoria da Corretora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03 de fevereiro de 2014.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não hajam perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Permanente - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou

calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários foram calculados com base nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, o total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo do ativo realizável a longo prazo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2013	2012
Disponível para venda	1.188	1.450
Mantidos até o vencimento	4.616	6.112
Total da carteira.....	5.804	7.562
Curto prazo.....	1.182	1.450
Longo prazo.....	4.622	6.112

Durante o exercício de 2013 algumas ações classificadas como "Para Negociação" foram reclassificadas para a categoria "Disponíveis para Venda". O ajuste de marcação a mercado destes ativos em 31 dezembro de 2012 era R\$173, registrados no resultado daquele exercício, resultando em um efeito tributário de R\$69.

a) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2013		2012
	Valor de Custo	Valor mercado	Valor mercado
Sem vencimento			
Ações de companhias abertas	1.616	1.182	1443
Certificados de privatização	6	6	7
Total	1.622	1.188	1.450

b) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2013		2012
	Valor de custo	Valor mercado	Valor de custo
Vencimento de um a cinco anos			
Letras financeiras do tesouro - (LFT)			
Vinculados a prestação de garantia	4.616	4.620	6.112

A Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA), para a marcação a mercado dos títulos públicos e o preço de fechamento das negociações no último dia útil do período para a marcação a mercado das ações de companhias abertas. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Outros créditos**a) Negociação e intermediação de valores:**

	2013	2012
Caixa de registro e liquidação	-	3.216
Devedores - Conta de liquidação pendente	319	1.107
Outros créditos	576	551
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(577)	(557)
	318	4.317

b) Diversos:

Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 11 (b))	407	292
Depósitos de valores em garantia	-	159
Impostos e contribuições a compensar	6	-
Outros	54	31
	467	482
Total - Outros créditos	785	4.799
Circulante	378	4.507
Realizável a longo prazo	407	292

7. Outras obrigações**a) Sociais e estatutárias:**

	2013	2012
Dividendos e bonificações a pagar	175	393
	175	393

b) Fiscais e previdenciárias:

Impostos e contribuições sobre o lucro	28	600
Impostos e contribuições a recolher	41	80
	69	680

c) Negociação e intermediação de valores:

Caixa de registro e liquidação	166	-
Comissões e corretagens a pagar	8	105
Credores - Conta de liquidação pendente	519	5.591
	693	5.696

d) Diversas:

Credores diversos - País	395	395
Obrigações por aquisição de bens e direitos	514	446
Provisão para pagamentos a efetuar	23	20
	932	861
Total geral das outras obrigações - Circulante	1.869	7.630

8. Operações com partes relacionadas**a) Os saldos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. podem ser assim sumariados:**

	Ativos(Passivos)		Receitas(Despesas)	
	2013	2012	2013	2012
Disponibilidades	7	8	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez -				
mercado aberto	69.993	69.563	5.339	5.542
Convênio prestação de serviços	(403)	(349)	(4.508)	(3.817)
Dividendos	(162)	(373)	-	-

A Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banco Banrisul.

Os custos são suportados pela Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/2009 publicada pelo BACEN, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A Corretora remunerou seus administradores durante o exercício de 2013 em R\$1.336 (2012 - R\$1.231) registrados na rubrica convênio prestação de serviços. Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

As despesas de pessoal registradas na demonstração do resultado são representadas por honorários da diretoria.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2013 é R\$70.000, e está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$1,75 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2012, foi aprovado por meio da utilização de reservas de capital e reservas de lucros o aumento de capital de R\$58.000 para R\$70.000, homologado pelo Banco Central do Brasil em 06 de julho de 2012.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas e 80.000 preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

c) Distribuição de resultados - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a. sobre o valor nominal destas ações.

Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias.

Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o “quantum” necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado na forma da lei, sendo assegurado aos titulares de ações preferenciais, direito de participar, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro, distribuídos pela corretora, em igualdade de condições com as ações ordinárias, com acréscimo de 10% sobre o valor pago a estas últimas. Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	692	1.595
Constituição de reservas		
Legal	(34)	(80)
Base de cálculo de dividendos	658	1.515
Dividendos propostos - 25%	164	379

10. Limites operacionais

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 3.490/07 alterou a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basiléia para 31 de dezembro de 2013 é de 18,34% para o Conglomerado.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:

	2013	2012
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.087	2.677
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	-	138
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	(2)	801
(=) Base do IRPJ	1.085	3.616
Outras Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	(7)	5
(=) Base da CSLL	1.078	3.621

Imposto de Renda - corrente.....	(248)	(880)
Contribuição Social - corrente	(163)	(543)
Incentivos fiscais	7	33
Total IRPJ e CSLL - correntes	<u>(404)</u>	<u>(1.390)</u>
IRPJ e CSLL diferidos	10	318
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(394)</u>	<u>(1.072)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2013, a Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição (Realização)</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	223	10	233	223
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	69	105	174	69
Total do ativo fiscal diferido	<u>292</u>	<u>115</u>	<u>407</u>	<u>292</u>

c) Expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

<u>Ano</u>	<u>Contribuição Social</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Total</u>
2014	5	8	13
2015	4	7	11
2016	16	27	43
2017	14	23	37
2018	189	114	303
Total	<u>254</u>	<u>153</u>	<u>407</u>

O valor presente dos créditos tributários é de R\$260, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

d) Alterações na Legislação Tributária

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Corretora elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes em suas demonstrações financeiras. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas e a conversão em lei do texto da referida Medida Provisória para que possa proceder a uma análise mais profunda e conclusiva.

12. Receitas de prestação de serviços

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendas corretagens em operações em bolsas.....	2.400	5.822
Rendas de comissões.....	3	118
Rendas de outros serviços.....	560	392
Total	<u>2.963</u>	<u>6.332</u>

Em 31/12/2013, o Patrimônio Líquido total dos Clubes de Investimento administrados pela corretora é R\$1.485.

13. Outras despesas administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Comunicações	303	291
Processamentos de dados	599	608
Serviços do sistema financeiro	716	2.728
Convênio prestação de serviços (nota 8)	4.508	3.817
Serviços técnico especializado	473	427
Publicações	139	223
Outras	366	434
Total	<u>7.104</u>	<u>8.528</u>

14. Gerenciamento de riscos

A Corretora aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções nº 3.380/06 e nº 3.464/07, respectivamente, ambas do Banco Central do Brasil. A Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., líder do conglomerado financeiro.

15. Provisão para contingências

A Corretora figura como parte em processos judiciais de natureza fiscais e cíveis. Em 31 de dezembro de 2013 há R\$136 (2012 – R\$85) referentes a processos de natureza cível, que de acordo com os assessores jurídicos da Corretora, a probabilidade de perda nestes processos é considerada como possível, e desta forma não foram provisionadas.

8. Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de Fevereiro de 2013.

Leandro Pires Barcellos
Presidente

Edimar Luz
Conselheiro

Edir Pedro Domeneghini
Conselheiro

9. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob responsabilidade da Administração da Corretora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2014.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

Daniel Maia
Diretor - Presidente

Nuno Antônio Duro Arriaga
Diretor

Robson Colombi Schüler
Diretor

Conselho de Administração

Neusa Maria de Azevedo
Presidente

Antônio Ávila da Silva
Conselheiro

Antônio Guido Classmann
Conselheiro

Cleber Cristiano Prodanov
Conselheiro

Joceli Freitas Rech
Conselheiro

Onilda Maria Petró Dutra
Contadora / CRCRS - 063884/O-9

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base em nossos exames, no Parecer do Conselho Fiscal e nos Relatórios dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2014.



Neusa Maria de Azevedo
Presidente



Antônio Ávila da Silva
Conselheiro



Antônio Guido Classmann
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

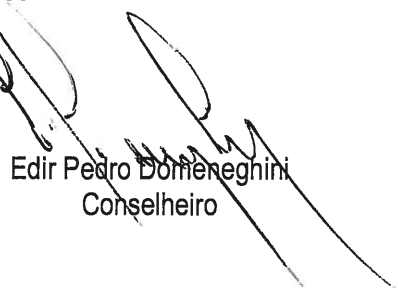
Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2014.



Leandro Pires Barcellos
Presidente



Edmar Luz
Conselheiro



Edir Pedro Domêneghini
Conselheiro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e acionistas da

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

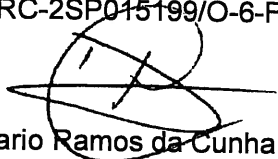
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob responsabilidade da Administração da Corretora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre 03 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-RS



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO NEGATIVA DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ONILDA MARIA PETRO DUTRA
REGISTRO.....	: RS-063884/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 238.343.310-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 19.03.2014 as 10:20:22.

Válido até: 17.06.2014.

Código de Controle: 162922.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Administradora
de Consórcios**

Demonstrações Financeiras

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

31 de dezembro de 2013 e 2012 com relatório dos auditores independentes

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 31 dezembro de 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 3

Demonstrações do resultado 4

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 5

Demonstrações dos fluxos de caixa 6

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios 7

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos
de consórcios 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e acionistas da

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-RS



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Balanços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo		
Circulante	169.901	153.798
Disponibilidades	65	222
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)		
Certificados de depósitos bancários	145.280	143.432
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6)	21.631	7.518
Cotas de fundos de investimento	18.377	4.892
Cotas de fundo imobiliário	1.883	1.918
Recursos não procurados	1.371	707
Outros créditos - diversos (Nota 7)	2.925	2.626
Não circulante	7.861	7.702
Realizável a longo prazo	7.593	7.420
Outros créditos - diversos (Nota 7)	7.593	7.420
Permanente	268	282
Imobilizado de uso		
Outras imobilizações de uso	136	126
Depreciações acumuladas	(84)	(60)
Intangível		
Ativos intangíveis	216	216
Total do ativo	177.762	161.500
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	10.253	7.381
Outras obrigações	10.253	7.381
Sociais e estatutárias (Nota 8)	4.351	3.399
Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	3.346	2.148
Diversas	2.556	1.834
Não Circulante	1.602	1.523
Outras obrigações	1.602	1.523
Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	1.602	1.523
Patrimônio líquido	165.907	152.596
Capital social (Nota 11)	144.000	134.000
Reservas de lucros	21.827	18.501
Ajuste de avaliação patrimonial	80	95
Total do passivo e patrimônio líquido	177.762	161.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2ºSemestre 31/12/2013	Exercício 31/12/2013	Exercício 31/12/2012
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.981	12.208	11.735
Resultado bruto da intermediação financeira	6.981	12.208	11.735
Outras receitas (despesas) operacionais	7.790	14.009	9.209
Receitas de prestação de serviços	15.479	28.686	21.796
Outras despesas administrativas (Nota 12)	(5.379)	(10.491)	(9.149)
Despesas tributárias	(2.317)	(4.288)	(3.263)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7	102	(175)
Resultado operacional	14.771	26.217	20.944
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)	(4.811)	(8.710)	(7.036)
Participações nos resultados	(27)	(30)	(150)
Lucro líquido do período	9.933	17.477	13.758
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercício - R\$	0,11	0,20	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	116.000	4.066	4.066	17.878	-	-	142.010
Aumento de capital (Nota 11)	18.000	-	(122)	(17.878)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.758	13.758
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	95	-	95
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13)	-	688	688	9.115	-	(10.491)	-
Dividendos propostos (R\$0,020 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(3.267)	(3.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	134.000	4.754	4.632	9.115	95	-	152.596
Aumento de capital (Nota 11)	10.000	-	(885)	(9.115)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.477	17.477
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(15)	-	(14)
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13)	-	874	874	11.578	-	(13.326)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,046 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(4.151)	(4.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	144.000	5.628	4.621	11.578	80	-	165.907
Saldos em 30 de junho de 2013	144.000	5.131	4.124	4.998	75	-	158.328
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	9.933	9.933
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5	-	5
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13)	-	497	497	6.580	-	(7.574)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,026 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(2.359)	(2.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	144.000	5.628	4.621	11.578	80	-	165.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	2ºSemestre 31/12/2013	Exercício 31/12/2013	Exercício 31/12/2012
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/ exercício	9.933	17.477	13.758
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para contingências	26	44	33
Créditos tributários	(20)	(26)	(11)
Baixa do imobilizado	-	-	29
Depreciação	12	24	22
 Variações de ativos e obrigações			
Ajuste de avaliação patrimonial	5	(15)	95
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	3.113	(1.848)	(9.201)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(14.021)	(14.113)	1.154
(Aumento) redução em outros créditos	1.358	(445)	(2.664)
Aumento (redução) em outras obrigações	(487)	2.020	406
Caixa líquido proveniente usado das atividades operacionais	(81)	3.117	3.621
 Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(5)	(10)	(27)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(5)	(10)	(27)
 Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	(3.264)	(3.433)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	-	(3.264)	(3.433)
 Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(86)	(157)	161
 Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	150	222	61
Disponibilidades	150	222	61
 Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	65	65	222
Disponibilidades	65	65	222
 Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(86)	(157)	161
 Itens que não afetam caixa			
Dividendos propostos	2.359	4.151	3.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo		
Circulante	<u>356.024</u>	<u>271.687</u>
Disponibilidades	<u>306</u>	<u>287</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>173.254</u>	<u>135.703</u>
Disponibilidade do grupo	<u>21.409</u>	<u>14.880</u>
Vinculadas a contemplações	<u>151.502</u>	<u>120.448</u>
Recursos grupos em formação	<u>343</u>	<u>375</u>
Outros créditos	<u>182.464</u>	<u>135.697</u>
Bens apreendidos ou retomados	<u>202</u>	<u>200</u>
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 16)	<u>182.262</u>	<u>135.497</u>
Compensação	<u>1.722.126</u>	<u>1.316.440</u>
Consórcio		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	<u>15.459</u>	<u>11.874</u>
Contribuições devidas ao grupo	<u>879.701</u>	<u>673.392</u>
Valores e bens ou serviços a contemplar	<u>826.966</u>	<u>631.174</u>
Total do ativo	<u>2.078.150</u>	<u>1.588.127</u>
Passivo		
Circulante	<u>356.024</u>	<u>271.687</u>
Outras obrigações	<u>356.024</u>	<u>271.687</u>
Obrigações com consorciados	<u>152.756</u>	<u>110.945</u>
Grupos em formação	<u>343</u>	<u>375</u>
Valores a repassar	<u>1.250</u>	<u>668</u>
Contemplações a entregar	<u>151.502</u>	<u>120.448</u>
Recursos a devolver a consorciados	<u>31.127</u>	<u>24.242</u>
Recursos dos grupos	<u>19.046</u>	<u>15.009</u>
Compensação	<u>1.722.126</u>	<u>1.316.440</u>
Consórcio		
Recursos mensais a receber de consorciados	<u>15.459</u>	<u>11.874</u>
Obrigações do grupo por contribuições	<u>879.701</u>	<u>673.392</u>
Bens ou serviços a contemplar	<u>826.966</u>	<u>631.174</u>
Total do passivo	<u>2.078.150</u>	<u>1.588.127</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	2ºSemestre 31/12/2013	Exercício 31/12/2013	Exercício 31/12/2012
Disponibilidades no início do período	158.712	135.990	94.374
(+) Recursos coletados	140.529	259.905	198.279
Contribuições para aquisições de bens	111.616	206.746	157.490
Taxa de administração	15.219	28.242	21.378
Contribuição ao fundo de reserva	3.381	6.251	4.669
Renda de aplicação financeira	5.827	10.024	7.766
Prêmios de seguros	1.969	3.805	3.248
Outros	2.517	4.837	3.728
(-) Recursos utilizados	125.681	222.335	156.663
Aquisição de bens	99.793	175.898	125.478
Taxa de administração	15.493	28.736	21.776
Prêmio de seguros	1.980	3.819	3.260
Devolução a consorciados desligados	4.992	8.165	-
Outros	3.423	5.717	6.149
Disponibilidades no final do período	173.560	173.560	135.990
Depósitos bancários	306	306	287
Aplicações financeiras	173.254	173.254	135.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Administradora ou Banrisul Consórcios) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as alterações estabelecidas pela carta circular 3.264, de 26/12/2013.

As cartas circulares nº 3.147, 3.192 e 3.195 do Banco Central do Brasil alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 29/01/2014.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios

a) Da administradora

(i) *Apuração do resultado*

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº. 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

(ii) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) *Títulos e valores mobiliários*

De acordo com a Circular nº 3.068, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração em três categorias a saber: títulos para negociação

- avaliados a valor de mercado em contrapartida do resultado do período; títulos disponíveis para venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida do resultado do período.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios-- Continuação

a) Da administradora--Continuação

(iv) *Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)*

Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

(v) *Imobilizado de uso*

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

(vi) *Redução ao valor recuperável*

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

(vii) *Demais passivos circulantes*

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.

(viii) *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios-- Continuação

a) Da administradora--Continuação

(viii) *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias*-- Continuação

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável ou risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(ix) *Imposto de renda e contribuição social*

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano(R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios-- Continuação

a) Da administradora--Continuação

(x) *Estimativas contábeis*

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Dos grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i) *Disponibilidades e aplicações interfinanceiras*

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454 e 3.261 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes taxa de administração.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios-- Continuação

b) Dos grupos de consórcio--Continuação

(i) *Disponibilidades e aplicações interfinanceiras*--Continuação

As aplicações interfinanceiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço.

(ii) *Direitos junto a consorciados contemplados*

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) *Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e receitas mensais a receber de consorciados*

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv) *Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições*

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços.

(v) *Valores e bens ou serviços a contemplar e bens ou serviços a contemplar*

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios-- Continuação

b) Dos grupos de consórcio--Continuação

(vi) *Obrigações com consorciados*

Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) *Valores a repassar*

Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii) *Obrigações por contemplações a entregar*

Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

(ix) *Recursos a devolver a consorciados*

Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x) *Recursos dos grupos*

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381, artigo 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	Quantidade	
	31/12/2013	31/12/2012
Grupos administrados	178	163
Consorticiados ativos	39.432	33.430
Bens entregues - no período	6.049	4.697
Bens entregues - total	19.271	14.254
Bens pendentes de entrega	4.526	4.174
Desistentes/excluídos - no período	442	3.005
Desistentes/excluídos - total	14.262	13.820
Assembleias a realizar	6.557	6.274

A taxa de inadimplência é de 5,27 % (31/12/2012 - 4,03%), em virtude da existência de parcelas em atraso.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez (Administradora)

Refere-se à aplicação, conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento diário de 100% do CDI efetuada junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e com vencimento em 324 dias.

6. Títulos e valores mobiliários (Administradora)

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2013	2012
Para negociação	19.748	5.600
Disponível para venda	1.883	1.918
Total da carteira	21.631	7.518

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Títulos e valores mobiliários (Administradora)--Continuação

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2013	2012
	Custo/Valor de Mercado	Custo/Valor de Mercado
Fundo de Investimento Flex Crédito Privado LP	8.617	4.892
Fundo de Investimento Flex Plus Crédito Privado LP	9.760	-
Banrisul Master Fundo de Investimento Ref. DI LP	1.371	708
Total	19.748	5.600

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2013	2012
	Valor de Custo/Curva	Valor mercado
Fundo de Investimento Imobiliário	1.755	1.918
Total	1.755	1.918

Em 31 de dezembro de 2013, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$ 121, os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial", no valor de R\$ 80 (2012 - R\$95).

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Outros créditos - diversos (Administradora)

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Cotas de consórcio adquiridas	2.842	2.333
Outros	83	293
	2.925	2.626
Realizável a longo prazo		
Depósitos vinculados a processos judiciais	7.043	6.896
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	545	518
Bens retomados	5	6
	7.593	7.420

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Outros créditos - diversos (Administradora)

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidas sobre diferenças temporárias, oriundas da provisão para riscos fiscais.

A expectativa de realização desses créditos é em 2019 e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 314 (2012 – R\$ 312).

Os depósitos vinculados a processos judiciais são compostos por R\$ 235 (2012- R\$ 551) relacionados a processo de natureza cível, R\$ 32 (2012 – R\$ 10) correspondentes a cobranças judiciais pendentes de recebimento, R\$ 133 (2012 - R\$ 136) referentes a impostos e contribuição a recuperar junto à Receita Federal e R\$ 1.568 (2012 – R\$1.423) relacionados a processos judiciais de ISSQN, conforme divulgado na Nota 9 e R\$ 5.075 (2012 - R\$ 4.922) relacionados a depósitos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

8. Sociais e estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	31/12/2013	31/12/2012
Dividendos a pagar	4.151	3.267
Outras	200	132
Total	4.351	3.399

9. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e contribuições sobre o lucro	2.882	1.768
Provisão para riscos fiscais	1.602	1.523
Outras	464	380
Total	4.948	3.671
Circulante	3.346	2.148
Não Circulante	1.602	1.523

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)--Continuação

A provisão para riscos fiscais refere-se a um processo fiscal pelo não recolhimento de ISSQN no período de setembro de 1994 a dezembro de 1995, que a Administração discute judicialmente. O montante provisionado para este passivo contingente é considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas decorrentes do encerramento desses processos, baseado na opinião de seus advogados, que classificaram o risco de perda deste processo como provável.

10. Provisão para contingências

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração e processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$ 26.793 (2012 - R\$10.032) e R\$ 928 (2012 - R\$476), respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão. Estes processos referem-se, principalmente, a questionamentos relativos a ISS sobre receitas de serviços. Não existem contingências sobre os grupos de consórcios.

11. Patrimônio líquido (Administradora)

a) Capital Social

O capital social é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 25 de abril de 2013, foi deliberado a integralização de capital social no valor de R\$ 10.000, com a utilização de recursos dos saldos de Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 9.115 e de Reserva Estatutária no valor de R\$ 885. O aumento de capital foi homologado junto ao Banco Central em 21 de maio de 2013.

b) Distribuição de Resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Outras despesas administrativas

	2013	2012
Convênio de prestação de serviços (Nota 15 (a))	4.010	3.664
Despesas com comissões	3.681	3.122
Despesas de serviços de terceiros	681	640
Despesas com pessoal (Nota 15 (b))	597	472
Aluguéis	457	390
Manutenção	140	98
Outras despesas administrativas	925	763
	10.491	9.149

13. Destinação de resultados (Administradora)

Conforme disposições estatutárias, do lucro líquido serão destinados 5% para reserva legal e até 5% para constituição de um fundo de reserva destinado para futuro aumento de capital, após dedução dos dividendos mínimos obrigatórios.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

Os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, são retidos e terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2013 podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	17.477	13.758
Reserva legal 5%	(874)	(688)
Base de cálculo dos dividendos	16.603	13.070
Dividendos propostos (25%)	4.151	3.267
Dividendos por ações em circulação - R\$	0,05	0,04

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro	26.217	20.944
Adições (exclusões) Permanentes - IRPJ	250	474
Adições (exclusões) Permanentes - CSLL	214	447
(=) Base do IRPJ	26.467	21.418
(=) Base da CSLL	26.431	21.391
Imposto de renda -25%	(6.593)	(5.122)
Contribuição social – 9%	(2.379)	(1.925)
Benefício Fiscal IRPJ	235	-
Total IRPJ e CSLL	(8.737)	(7.047)
IRPJ e CSLL diferidos	27	11
IRPJ e CSL registrados no resultado	(8.710)	(7.036)

Alterações na Legislação Tributária

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)--Continuação

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Administradora elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes em suas demonstrações financeiras. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas e a conversão em lei do texto da referida Medida Provisória para que possa proceder a uma análise mais profunda e conclusiva.

15. Transações com partes relacionadas (Administradora)

- a) As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	65	-	222	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	145.280	11.465	143.432	11.223
Outros créditos	235	-	551	-
Outras obrigações - Sociais e estatutárias	(4.138)	-	(3.257)	-
Convênio prestação de serviços	-	(4.010)	-	(3.664)

(a) Aplicações efetuadas com taxas equivalentes ao CDI.

- b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

No exercício, foram pagos R\$ 597 (2012 – R\$ 473) de honorários a título de remuneração dos administradores.

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Transações com partes relacionadas (Administradora)--Continuação

- c) Os Administradores possuem, ao todo, duas cotas de consórcios de nossa administração, com taxas de administração que variam de 6 a 15,7%.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/2009 publicada pelo BACEN, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

16. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	31/12/2013	31/12/2012
Curso normal	181.240	134.539
Em atraso	644	507
Em cobrança judicial	378	451
Total	182.262	135.497

17. Instrumentos financeiros (Administradora)

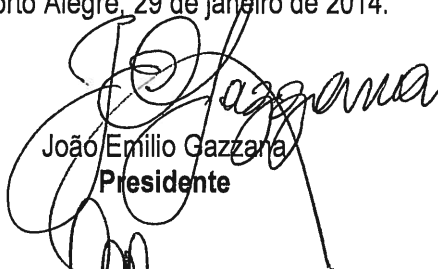
O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração.

A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos estatísticos, monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios e em conformidade com as atribuições que nos confere o artigo 142, V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Agregado, demais demonstrativos e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao balanço patrimonial do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, no Parecer do Conselho Fiscal e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2014.


João Emilio Gazzara
Presidente
Urbano Schmitt
Vice-Presidente
Eduardo Santa Helena da Silva
Conselheiro
João Lúcio da Costa
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Semestre, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

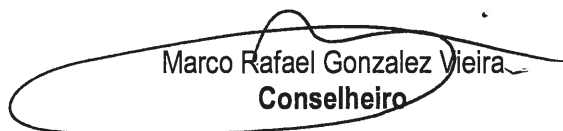
Porto Alegre, 29 de janeiro de 2014.



Marceane Gehlen
Presidente



Ed Pegoraro
Conselheiro



Marco Rafael Gonzalez Vieira
Conselheiro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e acionistas da

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2013 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-RS



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO NEGATIVA DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WERNER KOHLER
REGISTRO.....	: RS-038534/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 17.03.2014 as 09:57:46.

Válido até: 15.06.2014.

Código de Controle: 162740.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/13	31/12/12	Nota explicativa	31/12/13	31/12/12
			Reapresentado (Nota 2)			Reapresentado (Nota 2)
Ativo				Passivo		
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	189	140	Contas a pagar a fornecedores e outras	8	1.061
Aplicações financeiras	5	18.165	17.751	Empréstimos e financiamentos	73	-
Contas a receber de clientes	6	3.288	3.253	Impostos correntes a pagar	254	577
Outros ativos		546	619	Obrigações trabalhistas	325	405
Total do ativo circulante		22.188	21.763	Partes relacionadas	1.951	1.335
				Retenções diversas	220	252
				Outros passivos	16	12
				Total do passivo circulante	3.498	3.642
Realizável a longo prazo				Não circulante		
IRPJ e CSLL diferidos	11 b	119	-	Empréstimos e financiamentos	8	-
Depósitos judiciais		651	477	Provisão para contingências	9	668
Outros ativos		145	185	Tributos diferidos	11 b	25
Partes relacionadas	10	107	129	Total do passivo não circulante	2.161	693
		1.022	791			
Investimentos				Patrimônio líquido		
Imobilizado	7	68	70	Capital social	29.100	26.550
Intangível		14.410	11.267	Reserva de capital	231	231
		15	-	Reservas de lucros	2.713	2.775
Total do ativo não circulante		15.515	12.128	Total do patrimônio líquido	32.044	29.556
Total do ativo		37.703	33.891	Total do passivo e do patrimônio líquido	37.703	33.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	Nota explicativa	2013	2012
Receita operacional líquida	13	15.767	14.319
Custo dos serviços prestados	14	(6.437)	(6.392)
Lucro bruto		9.330	7.927
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(5.717)	(4.814)
Despesas comerciais	14	(465)	(415)
Despesas tributárias		(166)	(259)
Outras receitas operacionais		568	1.052
Lucro operacional antes do resultado financeiro		3.550	3.491
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.450	1.681
Despesas financeiras		(95)	(49)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.905	5.123
Imposto de renda e contribuição social	11.a		
Imposto de renda e contribuição social – correntes		(1.786)	(1.663)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos		144	(60)
Lucro líquido do exercício		3.263	3.400
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)		4,6614	4,8571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	3.263	3.400
Total do resultado abrangente do exercício	3.263	3.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reserva de capital		Reservas de lucros			Total
		Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		24.700	231	245	1.787	-	26.963
Aumento de capital	12.a	1.850	-	(63)	(1.787)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.400	3.400
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12.b	-	-	170	-	(170)	-
Reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	-	2.423	(2.423)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	-	(807)	(807)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		26.550	231	352	2.423	-	29.556
Aumento de capital	12.a	2.550	-	(127)	(2.423)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.263	3.263
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12.b	-	-	163	-	(163)	-
Reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	-	2.325	(2.325)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	-	(775)	(775)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		29.100	231	388	2.325	-	32.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
		Reapresentado (Nota 2)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.905	5.123
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	828	444
Resultado da baixa de bens do permanente	3	15
Provisão para contingências	278	578
Aumento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	422	(54)
Juros sobre empréstimos	34	-
	6.470	6.106
(Aumento) redução em ativos:		
Contas a receber de clientes	(457)	(998)
Outros ativos	113	(73)
Depósitos judiciais	(174)	(125)
Partes relacionadas	22	2
Aumento (redução) em passivos:		
Fornecedores, obrigações trabalhistas e outros passivos	135	947
Impostos correntes a pagar	(100)	91
Pagamento de provisões	(105)	(532)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.009)	(1.553)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.895	3.865
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(414)	1.043
Compra de ativo imobilizado	(3.972)	(4.262)
Compra de ativos intangíveis	(15)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.401)	(3.219)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(61)	-
Pagamento de dividendos	(804)	(596)
Captação de empréstimos	1.420	-
Caixa líquido proveniente da (aplicado nas) atividades de financiamento	555	(596)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	49	50
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no final do exercício	189	140
Saldo no início do exercício	140	90
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	49	50
Itens que não afetam caixa		
Dividendos (Nota 12b)	775	807
Integralização de capital com reservas (Nota 12a)	2.550	1.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
Receitas		
Receita da prestação de serviços (Nota 13)	18.881	17.213
Outras receitas	525	465
Reversão de provisão para contingências	43	-
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(422)	54
Insumos adquiridos de terceiros	(5.747)	(5.091)
Custos dos serviços prestados	(3.316)	(2.962)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.431)	(2.129)
Valor adicionado bruto	13.280	12.641
Depreciação e amortização	(828)	(444)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	12.452	12.197
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.450	1.681
Valor adicionado total a distribuir	13.902	13.878
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(5.515)	(5.677)
Remuneração direta	(4.011)	(4.542)
Benefícios	(1.107)	(924)
FGTS	(186)	(157)
Outros	(211)	(54)
Impostos, taxas e contribuições	(4.849)	(4.752)
Federais	(4.358)	(4.322)
Estaduais	(15)	(23)
Municipais	(476)	(407)
Remuneração de capitais de terceiros	(275)	(49)
Despesas financeiras	(95)	-
Aluguéis	(180)	(49)
Remuneração de capitais próprios	(3.263)	(3.400)
Dividendos	(775)	(807)
Lucros retidos	(2.488)	(2.593)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., Companhia situada em Canoas-RS atua como armazém geral, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos e entreposto aduaneiro e depósito alfandegário através de permissão não onerosa, outorgada pela Secretaria da Receita Federal. Esta permissão, com validade a partir da publicação no Diário Oficial da União em 22/10/2004, possui prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos. Seu controlador é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, controlado, por sua vez, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Sua sede localiza-se Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luís, Canoas, Rio Grande do Sul.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em de 03 de fevereiro de 2014.

Os ativos e passivos fiscais diferidos passaram a ser apresentados por seus valores líquidos em 2013, uma vez que tais impostos diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Para mantermos a comparabilidade, estamos apresentando também os saldos de 2012 pelo seu valor líquido. Em 31 de dezembro de 2012 o ativo diferido originalmente totalizava R\$ 227 e o passivo diferido no valor de R\$ 252, sendo que passamos a apresentar apenas um imposto diferido passivo de R\$ 25.

Adicionalmente, certas transações das demonstrações do fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram também reclassificadas em relação às originalmente publicadas para melhor comparabilidade com a classificação adotada em 2013. A principal reclassificação deveu-se a reclassificação dos saldos mantidos em aplicação no SIAC da linha de caixa e equivalentes de caixa para aplicações financeiras.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

Descrição	2013	2013	2012	2012
	Original	Reapresentado	Original	Reapresentado
Caixa	17	17	54	54
Bancos conta corrente	172	172	86	86
Aplicações financeiras de liquidez	18.165	-	17.751	-
Total	18.354	189	17.891	-

3. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Utilização das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, devedores por armazenagem, provisões necessárias para riscos trabalhistas, provisões para imposto de renda e outras similares. Os valores efetivos a serem realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento das receitas

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembarçadas.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Reconhecimento das receitas--Continuação

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

b) Lucro por ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 636/10.

c) Tributação

Impostos sobre serviços

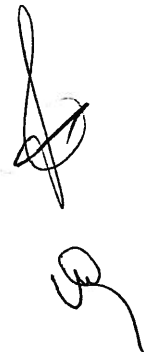
As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 7,60%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2%
FUNDAF	0% a 9,51%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não teve impostos registrados diretamente à rubricas do patrimônio líquido.

O saldo dos impostos diferidos passivos e ativos são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Tributação--Continuação

Alterações na Legislação Tributária

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes em suas demonstrações financeiras. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas e a conversão em lei do texto da referida Medida Provisória para que possa proceder a uma análise mais profunda e conclusiva.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens conforme descrito abaixo:

	<u>Vida útil média ponderada</u>
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Outros	25 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida, são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Aplicação Financeira - SIAC e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis e valores de fornecedores tratados ao custo amortizado.

j) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

k) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

l) Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguéis de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto com os serviços prestados.

Os contratos são canceláveis pelas partes desde que comunicados previamente com 30 dias de antecedência.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2013 e 2012 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 33 (R1) Benefícios aos Empregados, correspondente ao IAS 19. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- CPC 36 (R3) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, revisado em 2011 e correspondente ao IAS 27. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- CPC 19 (R2) Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures revisado em 2011, e correspondente ao IAS 31. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013--Continuação

- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades, correspondente ao IFRS 12. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- CPC 46 - Mensuração de Valor Justo, correspondente ao IFRS 13. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013

p) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 12 – Esclarece e requer divulgações específicas relativas a investimentos em outras empresas. Não é aplicável à Companhia
- IAS 32 - Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014, a Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeiras.
- IFRIC 21 - Tributos. Esta emenda clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014. A Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeiras.
- IAS 39 - Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge. Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014. A Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeiras.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo em sua posição patrimonial, no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2013	2012
Caixa	17	54
Bancos conta corrente	172	86
Total	189	140

5. Aplicações financeiras

Descrição	2013	2012
Aplicação financeira	18.165	17.751

Os valores aplicados no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base na variação da taxa SELIC.

Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R\$1.428 (R\$1.462 em 2012).

6. Contas a receber de clientes

Composição do contas a receber de clientes:

	2013	2012
Devedores por armazenagem	3.710	3.253
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(422)	-
Total	3.288	3.253

Em 31 de dezembro, os saldos das contas a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

	2013	2012
A vencer	2.433	2.238
Vencidos:		
Até 30 dias	319	421
De 31 a 60 dias	470	398
De 61 a 90 dias	34	150
De 91 a 360 dias	454	46
	3.710	3.253



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada em rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado:

	2013	2012
Saldo inicial	-	54
Constituição de provisão	422	(54)
Saldo final	422	-

7. Imobilizado

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo do Imobilizado	2012	Adições	Baixas	Transferência	2013
Terrenos	3.479	-	-	1.858	5.337
Edificações e benfeitorias	6.611	58	-	193	6.862
Móveis e utensílios	901	28	(2)	-	927
Máquinas e equipamentos	1.459	1.438	-	-	2.897
Veículos	1.886	16	-	-	1.902
Equipamentos de informática	529	30	-	-	559
Instalações	3.333	703	-	-	4.036
Outras imobilizações	53	2	-	51	106
Obras em andamento	751	1.697	-	(2.102)	346
Total	19.002	3.972	(2)	-	22.972

Depreciação	2012	Adição	Baixas	2013
Edificações e benfeitorias	(4.518)	(74)	-	(4.592)
Móveis e utensílios	(554)	(46)	1	(599)
Máquinas e equipamentos	(829)	(198)	-	(1.027)
Veículos	(1.044)	(132)	-	(1.176)
Equipamentos de informática	(261)	(62)	-	(323)
Instalações	(511)	(311)	-	(822)
Outras imobilizações	(18)	(5)	-	(23)
Total	(7.735)	(828)	1	(8.562)
Valor residual	11.267	3.144	(1)	14.410

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos

	Juros	Vencimento	2013	2012
Circulante				
FINAME	3% a.a.	15/04/2020	8	-
Capital de Giro - CEF	11,88% a.a.	15/12/2014	65	-
			73	-
Não Circulante				
FINAME	3% a.a.	15/04/2020	1.320	-
			1.320	-
			1.393	-

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2013 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos, apresentado ao valor presente e ao valor contratual não descontado:

Vencimento	Valor presente	Valor contratual não descontado
2014	73	108
2015	176	221
2016	264	295
2017	264	287
2018	264	279
2019	264	271
2020	88	88
Total	1.393	1.549

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 1.320, e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos.

9. Provisão para contingências

Demonstramos a seguir a composição das contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	88	534	622
Adições	129	449	578
Reversões/ Pagamentos	-	(532)	(532)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	217	451	668
Adições	28	250	278
Reversões/ Pagamentos	(37)	(68)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	208	633	841



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Provisão para contingências--Continuação

Perdas possíveis não provisionadas

Existem causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante aproximado de R\$742 (R\$70 – 2012). Nas causas trabalhistas que possuem pedidos considerados de perda provável e já provisionados, existem também pedidos na mesma ação que são considerados como de perda possível, no montante de R\$1.619 (R\$1.919 – 2012).

Em 25 de junho de 2003, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, relativamente ao ressarcimento de mercadorias roubadas na Estação Aduaneira de Fronteira de Jaguarão, no valor aproximado de R\$ 5.980. A Companhia ajuizou ação ordinária de inexigibilidade de débito junto à Justiça Federal de Porto Alegre contestando a cobrança e obteve liminar suspendendo a exigência dessa autuação e impossibilitando a inclusão do nome da Banrisul Armazéns Gerais S.A. no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN.

O processo foi julgado procedente em junho de 2013, reconhecendo a prescrição do direito da Receita da Fazenda em exigir os valores da Companhia. Aguarda publicação do acórdão no STJ. Em decorrência do julgamento referido e com base na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda da ação foi alterada de possível para remota em junho de 2013. Dessa forma não foi consignada provisão nas demonstrações financeiras.

A União ajuizou no exercício de 2010, ação executiva fiscal no valor de R\$ 13.156 (R\$ 23.782 atualizado em 31.12.2013). Sua classificação foi alterada de possível para remota em setembro de 2013, pois o objeto da ação executiva é o mesmo da ação anteriormente descrita. O seu prosseguimento depende da publicação da decisão da ação de inexigibilidade acima descrita, com a provável extinção da ação fiscal.

Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, consequentemente não sendo registradas provisões para contingência, no montante aproximado de R\$1.322 (R\$897 – 2012).

10. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A., anteriormente Banrisul Serviços Ltda.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Banrisul Cartões S.A.	2013
Ativo				
<u>Realizável a longo prazo</u>				
Contas a receber de clientes	107	-	-	107
	107	-	-	107
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	1.084	-	-	1.084
Contas a pagar	682	-	185	867
	1.766	-	185	1.951
<u>Resultado</u>				
Receitas	1.193	1.428	-	2.621
Despesas	(416)	-	(834)	(1.250)
Recuperação de despesas	273	-	-	273

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Banrisul Cartões S.A.	2012
Ativo				
<u>Realizável a longo prazo</u>				
Contas a receber de clientes	129	-	-	129
	129	-	-	129
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	1.116	-	-	1.116
Contas a pagar	93	-	126	219
	1.209	-	126	1.335
<u>Resultado</u>				
Receitas	1.298	1.462	-	2.760
Despesas	(216)	-	(670)	(886)
Recuperação de despesas	324	-	-	324

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

Em 2013, foi determinado o valor máximo anual de R\$308 para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações), totalmente paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$291 em 2012). Adicionalmente a Companhia paga R\$2,37 por sessão para cada membro do Conselho de Administração e R\$1,77 para cada membro do Conselho Fiscal, o qual totalizou um gasto no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de R\$121 (R\$ 87 em 2012).

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração--Continuação

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferido, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos é calculado sobre as diferenças temporárias.

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.905	4.905	5.123	5.123
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(1.226)	(441)	(1.257)	(461)
(+) Adições permanentes	25	-	104	71
(-) Exclusões permanentes	(23)	(10)	(118)	(77)
(-) Incentivos fiscais e outros	33	-	15	-
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.191)	(451)	(1.256)	(467)
IRPJ e CSLL correntes	(1.297)	(489)	(1.212)	(451)
IRPJ e CSLL diferidos	106	38	(44)	(16)
Total impostos correntes	(1.786)		(1.663)	
Total impostos diferidos	144		(60)	

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

	2013	2012
Ativo diferido		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131	-
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	285	227
Passivo diferido		
Reserva de reavaliação / custo atribuído	(297)	(252)
	119	(25)

A expectativa de realização destes créditos é de 7 anos.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2012, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de capital mediante o aproveitamento das reservas de lucros, sendo R\$ 1.787 com a reserva de retenção de lucros e R\$ 63 com a reserva legal, totalizando R\$ 1.850, passando assim o capital social para R\$ 26.550, sem emissão de novas ações.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de abril de 2013, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 2.550, sem emissão de ações, decorrente da capitalização de Reservas de Lucros.

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$29.100, (R\$ 26.550 em 2012), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, seu controlador.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

O dividendo obrigatório, calculado consoante a legislação societária e o estatuto social foi o seguinte:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	3.263	3.400
Reserva Legal (5%)	(163)	(170)
Base de cálculo dos dividendos	3.100	3.230
Dividendos (25%)	775	807

c) Reserva de retenção de lucros

A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$2.325.



Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Receita líquida

A receita líquida é composta como segue:

	2013	2012
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	17.445	15.684
Arrendamentos operacionais	1.436	1.529
Menos:		
Impostos sobre receita de serviços	(3.114)	(2.894)
Receita operacional líquida	15.767	14.319

14. Informações sobre a natureza dos custos e despesas operacionais

	Custos dos serviços prestados		Despesas gerais e administrativas e comerciais		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	2.454	2.013	1.823	2.145	4.277	4.158
Terceirizados	1.945	1.762	718	654	2.663	2.416
Honorários da administração	-	-	429	378	429	378
Depreciação e amortização	605	274	223	170	828	444
Comunicação	-	-	467	384	467	384
Energia elétrica	181	185	96	98	277	283
Combustível	181	187	48	44	229	231
Gastos com veículos	21	103	32	29	53	132
Despacho aduaneiro	189	149	-	-	189	149
Reclamações trabalhistas	62	1.141	-	-	62	1.141
Contingências	-	-	216	578	216	578
Conservação e manutenção	162	163	179	175	341	338
Outras	637	415	1.951	574	2.588	989
Total	6.437	6.392	6.182	5.229	12.619	11.621

15. Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, sobre o contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

De acordo com Decreto nº 1.102, de 1903, a Companhia tem o direito de retenção para garantia do pagamento das armazenagens e despesas com a conservação e com as operações, benefícios e serviços prestados às mercadorias, a pedido do dono; dos adiantamentos feitos com fretes e seguro, e das comissões e juros, quando as mercadorias lhes tenham sido remetidas em consignação.

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativos, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

A Companhia não possui quaisquer instrumentos financeiros não registrados contabilmente.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

16. Plano de benefícios de aposentadoria

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadorias para seus empregados.

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Mazda Wendland

BANRISUL Armazéns Gerais S/A
Francisco Biazus
Diretor Presidente



Building a better
working world

Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Barinsul Armazéns Gerais S.A.

Canoas - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Barinsul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião



Building a better
working world

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ênfase sobre a reclassificação dos valores correspondentes

Conforme apresentado na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão sendo reapresentadas em decorrência de reclassificações contábeis na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 F-RS

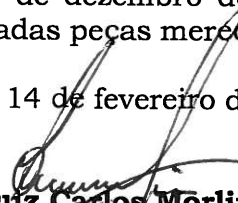
Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N.º 92.721.232/0001-57
NIRE N.º 43300003183.

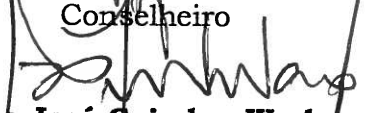
PARECER DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Valores Adicionados e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do relatório dos Auditores Independentes, documentos esses relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho.

Canoas, 14 de fevereiro de 2014.


Luiz Carlos Mörin
Presidente do Conselho de Administração


Francisco Biazus
Conselheiro


Roque José Coimbra Werlang
Conselheiro


Henrique Candano Peixoto
Conselheiro

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57

NIRE N.º 43300003183

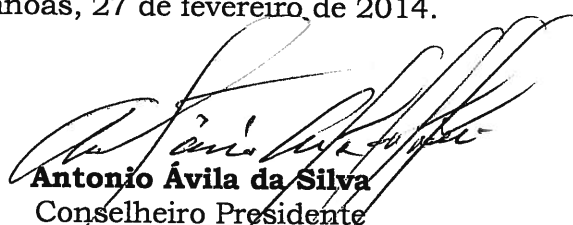
PARECER

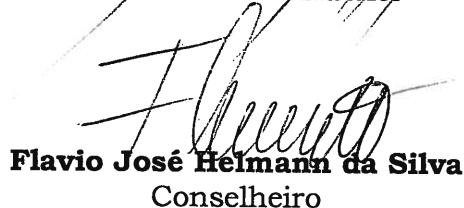
DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração dos Valores Adicionados, relativos ao exercício de 2013.

Baseado no exame procedido e no relatório da auditoria externa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S. A., por isso somos de parecer favorável a sua aprovação.

Canoas, 27 de fevereiro de 2014.


Antonio Ávila da Silva
Conselheiro Presidente


Flavio José Helmann da Silva
Conselheiro


Zildo Sippel
Conselheiro

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N. ° 92.721.232/0001-57

NIRE N. ° 43300003183.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes:

Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2013 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., que detém 99,50 % das ações.

A empresa tem sede e atua no município de Canoas – RS, onde opera em regime de Armazém Geral e Porto Seco (Permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias), apoiada em 09 (nove) armazéns, ultrapassando 33 mil metros quadrados de área de armazenagem coberta.

Em 2013, foram atendidos 26.093 despachos aduaneiros, sendo 12.524 relativos à importação e 13.569 à exportação. Se compararmos ao ano anterior, tivemos uma alta de 1,3%, resultado da melhoria na qualidade de nosso serviços e das inovações implementadas, pois conseguimos ampliar a carteira de clientes e a capacidade de movimentação e armazenagem de cargas.

Embora tenhamos verificado um crescimento de 15% na receita em relação ao ano anterior, o resultado líquido do exercício foi de R\$ 3.263.438,12 contra R\$ 3.400.091,28 de 2012, apresentando oscilação negativa de 4% em virtude do aumento das despesas operacionais que estão diretamente ligadas ao desenvolvimento de vários projetos e a implantação das bases para efetivação de outros. Dentre os projetos implantados em 2013 destacamos a ampliação do pátio de manobras e armazenagem em mais 17.000m², aliado ao incremento de novas tecnologias através da aquisição de mais 5000 racks para verticalização de armazenagem, 15 novas empilhadeiras, contratação dos serviços de um

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

C:\Users\yuri.santanna\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.Outlook\18YLPAS4\Relatório Administração.doc

reach stacker, com capacidade de até 40 toneladas, além de outros equipamentos e acessórios.

Contamos com a participação de 201 colaboradores, incluindo o quadro permanente e contratos terceirizados de prestação de serviços de manutenção, vigilância e telefonia. A Diretoria institui o Plano de Empregos, Funções e Salários e o Regulamento Interno, conseguindo assim, realizar Concurso Público para o provimento de empregos permanentes em substituição aos contratos temporários. Foi implantado o Regulamento de Avaliação de Desempenho Funcional, possibilitando aos empregados promoções por antiguidade ou merecimento. Como reconhecimento ao comprometimento de seus empregados, a empresa distribuiu 2% do resultado líquido a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados.

Em 2013, os investimentos em ativo imobilizado somaram R\$ 3,9 milhões. Desse total 42% foram direcionados para obras de ampliação do pátio e armazenagem, 36% para aquisição de máquinas e equipamentos, 17% para instalações e o restante, aplicados em benfeitorias, móveis/utensílios e na aquisição de equipamentos de informática.

Para 2014, iremos colocar em produção o GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos, projeto que em 2 anos dobrará nosso faturamento. Implantaremos o Sistema de Gestão de Armazéns - WMS, ferramenta para o gerenciamento de estoque e o transporte de cargas a curta distância.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.


Francisco Díazus
Diretor Presidente

Canoas, 31 de dezembro de 2013.


Yuri Santana dos Santos
Diretor Superintendente

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO NEGATIVA DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MAGDA ALETHEA WENDLAND
REGISTRO.....	: RS-083147/O-4
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 650.845.000-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 28.02.2014 as 09:15:27.

Válido até: 29.05.2014.

Código de Controle: 161693.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul Cartões S.A.

1996

Lançamento do tíquete papel.

A linha de cartões de benefícios e empresariais BanriCard é composta pelos cartões Alimentação, Refeição, Combustível e Manutenção de Frotas, Salário, Presente, Benefício, Vale-Cultura, Aluguel Social, e Desenvolvimento Rural.

1997

Início da comercialização dos tíquetes a empresas da iniciativa privada e estatais.

2001

2003

Lançamento do Cartão Alimentação.

2005

Lançamento dos Cartões Presente, Refeição, Combustível e a Linha Private Label.

LINHA DO TEMPO

A Rede de Adquirência Banricompras realiza o credenciamento de estabelecimentos comerciais e a captura, transmissão e processamento das transações efetuadas com cartões de crédito e débito MasterCard, VISA, VerdeCard e Banricompras.

Início da captura das Transações da Rede Banricompras com solução própria.

2008

2011

Lançamento do Cartão Benefício.

Lançamento do Cartão Salário.

2012

Primeiro piloto do Banricompras pelo celular.

Firmada parceria com a SafetyPay para captura de transações de compras e-commerce com cartão Banricompras.

Início da captura de Transações dos cartões MasterCard.

Início da captura de Transações dos cartões VISA.

Início da captura de Transações dos cartões VerdeCard.

Lançamento do Banricompras B2B.

2013

Lançamento do Cartão Cultura.

BANRISUL CARTÕES S.A.

Parceria com PAX e VISA para pagamentos móveis com tecnologia segura Chip and PIN, sendo a primeira transação da modalidade no Brasil.

Conquista da certificação Payment Card Industry – Data Security Standards (PCI DSS).

O ano de 2013 foi marcante para a Banrisul Cartões. Nossa atuação no mercado de cartões de benefícios e cartões empresariais, já consolidada por meio da Banrisul Serviços, foi ampliada, e, com isso, ganhou novos horizontes. No quarto trimestre de 2013, reorganizamos nossas atividades para incorporar os negócios de Adquirência, conhecidos pela marca Banricompras, antes conduzidos por nosso controlador, Banrisul, e, conjuntamente, alteramos a razão social para Banrisul Cartões S.A. As mudanças ampliam a sinergia entre as áreas e otimizam nossas atividades para que possamos continuar crescendo, com foco ainda maior, nesse mercado em plena expansão.

O negócio de cartões tem demonstrado crescimento consistente e promissor nos últimos anos, e, com isso, apresentam-se novas oportunidades. Acreditamos que nosso modelo de negócios é sólido e está representado pelos resultados auferidos e divulgados. Estamos preparados para o momento atual, com o ingresso de novos *players* e de novas regulamentações do Banco Central, consideradas como fatores positivos para evolução do mercado.

Na área de Cartões de Benefícios e Empresariais, em 2013, lançamos diversos produtos. Investimos no desenvolvimento de produtos como o Vale-Cultura, que possibilita aos conveniados participarem no Programa de Cultura do Trabalhador. Lançamos, também, o cartão Desenvolvimento Rural, por meio do qual são repassados recursos a pequenos produtores rurais, como cooperativas, associações e comunidades indígenas.

A Rede Banricompras, por sua vez, consolidou-se como um forte competidor no mercado de Adquirência. Somos, hoje, uma Rede de Adquirência robusta, com mais de 139 mil estabelecimentos credenciados, com presença destacada na Região Sul. Em 2013, as transações alcançaram volume financeiro de R\$ 10,5 bilhões. Firmamos convênios comerciais com importantes instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) e a Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (ACOMAC) e uma parceria internacional com a PAX, que nos fez pioneiros na solução para pagamento móvel com *smartphones* ou *tablets* com a tecnologia *Chip and Pin* (chip e senha,

em substituição à assinatura). Nosso ano também foi abrilhantado com importantes reconhecimentos comerciais e técnicos, o Prêmio Top de Marketing e a Certificação da *Payment Card Industry*.

Os próximos anos serão promissores para a Banrisul Cartões. Com nossa plataforma de distribuição consolidada nos diversos canais de venda do Banrisul, líder no Estado do Rio Grande do Sul, estaremos cada vez mais presentes no dia a dia dos consumidores. Além disso, estamos focados em oferecer soluções tecnológicas de alta performance e diferenciadas, atentas ao comportamento dos consumidores e às tendências da indústria.

Este relatório apresenta nosso desempenho em 2013 e o que temos feito para manter nossa consolidação e crescimento, com o olhar voltado para a inovação e a proximidade com nossos clientes. Seguimos trabalhando na busca da eficiência e do desenvolvimento, marcando a presença do Banrisul no mercado de meios de pagamentos brasileiro.

BOLÍVAR TARRAGÓ MOURA NETO
Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Cartões S.A., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as regras contábeis aplicáveis, elaboradas em conformidade com os comunicados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

A Banrisul Cartões é resultado da reorganização societária da Banrisul Serviços Ltda., empresa do Grupo Banrisul. Em 2013, a Companhia teve seu nome e tipo societário alterado para Banrisul Cartões S.A. e ampliou seu objeto social para centralizar, além da administração dos Cartões de Benefício e Cartões Empresariais, as operações da Rede de Adquirência Banricompras.

O cenário econômico global de 2013 foi marcado pela importante diluição dos elementos de risco à estabilidade econômica e financeira nas principais economias do mundo, especialmente nos últimos meses, quando os efeitos adversos dos ajustes implementados refluíram consideravelmente. De maneira geral, as economias avançadas apresentaram sinais de fortalecimento em meio ao processo de reestruturação de suas finanças, enquanto as emergentes passaram a enfrentar maiores restrições à atividade econômica, sobretudo de ordem estrutural, apresentando trajetórias de crescimento inferiores ao esperado.

Nesse contexto, a economia brasileira apresentou crescimento modesto, sustentado, especialmente, na retomada dos investimentos, ao passo que o consumo doméstico apresentou menor ímpeto, refletindo o comportamento do mercado de trabalho, que, não obstante tenha mantido níveis historicamente baixos de desemprego e rendimentos reais relativamente estáveis, passou a experimentar sinais de acomodação. A despeito disso, a evolução menos favorável do que o esperado para a trajetória inflacionária fez o Banco Central implementar um novo ciclo de ajuste monetário, levando a taxa Selic a 10,0% ao final do ano. Em linha com esse ambiente de inflação resistente e juros básicos em ascensão, o crédito apresentou expansão moderada, condizente com o ritmo contido da atividade econômica, com o comportamento irregular da confiança de consumidores e empresários e com o elevado endividamento. Diante dessa conjuntura, aliada a incertezas remanescentes no mercado, principalmente associadas à condução da política fiscal brasileira, o real manteve-se pressionado frente ao dólar, na esteira da recuperação da economia norte-americana.

A economia do Rio Grande do Sul, em particular, apresentou bom desempenho, com o PIB acumulando expansão de 6,6% de janeiro a setembro de 2013, resultado bastante superior ao da economia brasileira, a qual cresceu 2,4% na mesma base de comparação. Essa melhora da conjuntura econômica gaúcha esteve relacionada principalmente à recuperação do setor agropecuário, a qual também favoreceu o desempenho positivo da balança comercial do Estado no período.

Por outro lado, o setor industrial manteve evidente as dificuldades de recuperação, refletindo a persistência de gargalos estruturais, com prejuízos à competitividade dos produtos gaúchos. Por sua vez, o setor de serviços apresentou expansão moderada, refletindo a evolução menos vigorosa do mercado de trabalho e a resistência da inflação.

Não obstante o menor dinamismo da atividade econômica, o segmento de cartões, em particular a Adquirência, manteve crescimento consistente, amparado na manutenção da renda e na participação crescente dos pagamentos por meios eletrônicos no consumo das famílias, em detrimento de outras modalidades. Essa trajetória mostrou-se associada ao crescimento da bancarização, estimulada pelas parcerias entre instituições financeiras e comércio, o que também contribuiu para a expansão do segmento.

As transações com cartões de crédito, em 2013, superaram a marca de R\$ 500 bilhões, refletindo o crescimento da base de cartões, aumento desse meio como instrumento de pagamento e tendência de redução da inadimplência. Além dos cartões de débito e pós-pagos, os cartões pré-pagos vêm experimentando seu maior crescimento nos últimos anos por meio da diversificação de produtos, especialmente nas áreas de alimentação, transporte e lazer. O uso de cartões eletrônicos agregou funcionalidade à gestão dos convênios de benefícios sociais e agilidade ao usuário final, respondendo à demanda do setor terciário e das empresas de menor porte e favorecendo o avanço da atividade econômica, notadamente na cadeia produtiva de alimentos.

Adicionalmente, aspectos regulatórios igualmente favoreceram o movimento de expansão do segmento, a exemplo do aumento do escopo de supervisão do Banco Central, que passou a atuar oficialmente como regulador e fiscalizador dos pagamentos eletrônicos, ampliando a segurança jurídica das operações.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. atua no mercado de Adquirência desde 1993 e no mercado de *Vouchers* (como vales-alimentação e refeição), por intermédio da sua controlada Banrisul Serviços Ltda., desde 1996.

Em 2013, ao identificar as perspectivas de expansão dos negócios de meios de pagamento relacionados à administração de cartões e Adquirência, o Banco reorganizou as atividades da sua subsidiária Banrisul Serviços Ltda., alterando seu nome, tipo societário e objeto social, transformando-a na Banrisul Cartões S.A., mantendo a composição acionária. Essas mudanças têm a finalidade de direcionar e consolidar os negócios ligados a *Vouchers* e Adquirência, e planejar expansões futuras.

Com a reestruturação, a unidade responsável pelo negócio de Adquirência do Banrisul foi transferida para a Banrisul Cartões S.A., em novembro de 2013, onde já estava o negócio de *Vouchers*, que agora se chama BanriCard.

A partir disso, o Banrisul estabeleceu foco estratégico no segmento de meios de pagamento, que será coordenado pela sua subsidiária, a Banrisul Cartões, responsável pela gestão das atividades da Rede Banricompras e do BanriCard. A Banrisul Cartões terá direito de uso das marcas, da ampla rede de distribuição e da estrutura operacional do Banco, mediante ressarcimento dos custos, regrados por acordo operacional de longo prazo.

A nova estrutura societária e operacional proporciona o aproveitamento de recursos de ordem operacional, gerencial e econômica, elevando o potencial de valor e a solidez de tais atividades. Além das sinergias apontadas acima, a estrutura própria da nova empresa traz outros benefícios:

- **Foco no crescimento.** Com o controle do Banrisul, porém numa estrutura própria, a operação de cartões, com a Adquirência, ganha foco para se beneficiar do crescimento acelerado do setor, permitindo a expansão de market share.

- **Agilidade para tomada de decisões.** Com uma estrutura mais simplificada e segmentada do que a atual, a operação ganha rapidez na tomada de decisão, fundamental em um mercado onde a tecnologia desempenha um papel-chave para o sucesso.

- **Maior visibilidade das operações para os acionistas, incluindo o Estado do Rio Grande do Sul, para o mercado, clientes e fornecedores.** Uma vez que a operação será segregada do Banco, tem suas demonstrações financeiras e indicadores operacionais divulgados separadamente, proporcionando maior visibilidade a todas as partes interessadas.

Esse modelo possibilita, portanto, o aumento da eficiência das operações, posicionando o Banrisul como forte competidor no mercado de meios de pagamentos nacional.

VOUCHERS

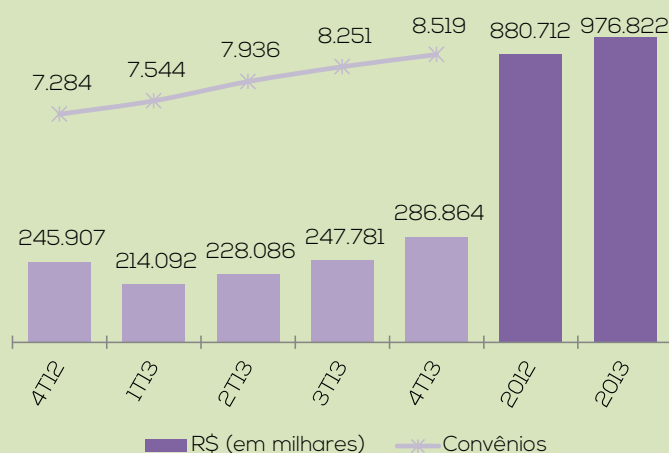
Em 2013, a linha de *Vouchers* (Cartões de Benefícios e Empresariais) alcançou a marca de 8,5 mil convênios e 652,3 mil cartões ativos, crescimento de 17% e 18%, respectivamente, quando comparados a 2012.

Nesse ano, a linha de *Vouchers* teve seu nome e identidade visual alterados, passando a chamar-se BanriCard. Composto pelo portfólio de cartões Alimentação, Refeição, Combustível, Sistema de Manutenção de Frotas, Aluguel Social, Vale-Cultura, Desenvolvimento Rural, Benefício, Presente e Salário, o BanriCard foi utilizado em mais de 79 mil estabelecimentos credenciados em 2013.

Nesse ano, foram realizadas 19,6 milhões de transações, crescimento de 6% com relação ao ano anterior. A maior parte dessas operações é capturada pela Rede Banricompras.

O faturamento do negócio de *Vouchers* corresponde ao volume transacionado pelas empresas por meio dos Cartões de Benefícios e Empresariais. Em 2013, atingiu R\$ 976,8 milhões, evoluindo 11% quando comparado a 2012, com destaque para os cartões da Linha PAT, Alimentação e Refeição, que representam 73% do faturamento total, enquanto em 2012 representavam 69%.

GRÁFICO 1 - Faturamento e Convênios Vouchers



Os Cartões Vale-Cultura e Desenvolvimento Rural foram os produtos lançados em 2013. O Vale-Cultura permite que os conveniados participem do Programa de Cultura do Trabalhador, instituído pela Lei nº 14.039/2012, que possibilita aos empregados com rendimentos de até 5 (cinco) salários mínimos recebam R\$ 50,00 mensais para usufruírem produtos e serviços culturais. O Cartão

Desenvolvimento Rural permite repasse de recursos, provenientes de financiamentos subsidiados pelo Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais, criado pela Lei nº 13.993/2012, as cooperativas, associações, pequenos estabelecimentos rurais, comunidades indígenas e de pescadores, dentre outros.

REDE BANRICOMPRAS

A Rede de Adquirência Banricompras teve suas atividades incorporadas pela Banrisul Cartões em novembro de 2013. Um ano após a aquisição do status de multibandeira, quando passou a capturar e processar, em uma única máquina, as transações efetuadas com as principais bandeiras de cartões de crédito e débito (Banricompras, MasterCard, VISA e VerdeCard), segue em expansão acelerada.

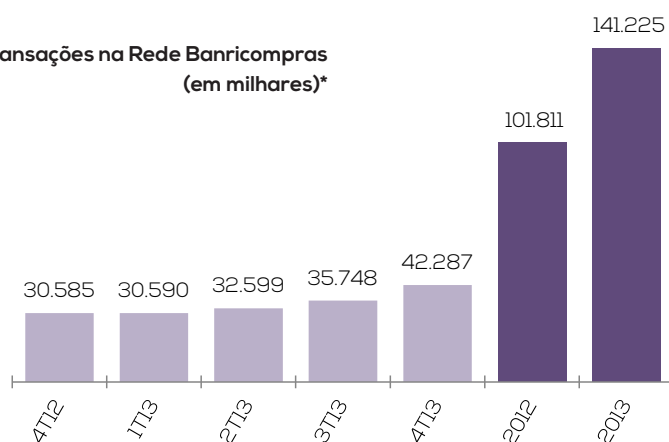
Como ações de 2013, destacam-se o convênio firmado com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS), no qual os advogados podem se credenciar à Rede Banricompras para receber seus honorários por intermédio de cartões de débito ou crédito, e a parceria do Banrisul com a Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (ACOMAC) visando conceder benefícios exclusivos aos associados que aderirem à Rede de Adquirência.

Também em 2013, em parceria com a empresa PAX – terceira maior fabricante de POS do mundo – e com o apoio da VISA, a Rede Banricompras lançou a primeira solução para pagamento móvel com *smartphone* ou *tablet*, com tecnologia segura de *Chip and Pin*, por meio de equipamento PinPad com conexão *bluetooth*. Essa solução possibilita à rede multibandeira Banricompras ampliar a atuação nos mercados de profissionais autônomos. Ainda nesse ano, a Rede Banricompras conquistou a mais importante certificação da indústria mundial de cartões de pagamento: o *Payment Card Industry – Data Security Standards* (PCI DSS). Conquistou, também, o Prêmio Top de Marketing 2013, na categoria Inovação em Serviços, com o case Banricompras: sucesso em modelo único no Brasil.

TRANSAÇÕES, FATURAMENTO E REDE CREDENCIADA

Em 2013, foram capturadas, pela rede Banricompras, mais de 141 milhões de transações, crescimento de 39% em relação a 2012.

GRÁFICO 2 - Transações na Rede Banricompras (em milhares)*

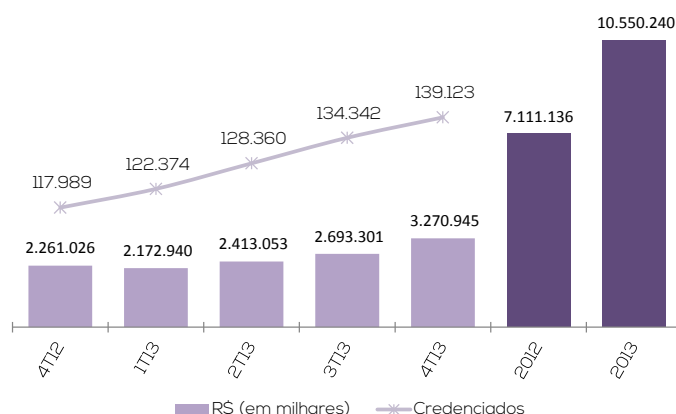


*A partir de novembro de 2013, os resultados passaram a ser contabilizado na Banrisul Cartões.

Já o faturamento da Adquirência foi de R\$ 10,5 bilhões em 2013 (R\$ 7,1 bilhões em 2012) 48% superior a 2012. O aumento foi sustentado pela atuação como rede

de captura multibandeira, pela ampliação da rede credenciada (18%), que chegou a 139 mil estabelecimentos, bem como pelo incremento de transações.

GRÁFICO 3 - Faturamento e Credenciado na Rede Banricompras*

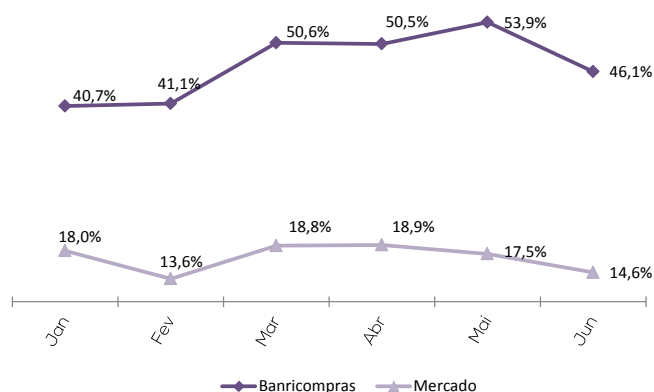


*A partir de novembro de 2013, os resultados passaram a ser contabilizado na Banrisul Cartões.

O crescimento do faturamento da Rede Banricompras tem sido consistente (119% acumulado nos últimos 3 anos), impulsionado pelo desempenho do Banrisul

como emissor de cartões de crédito e débito, e apresenta índices elevados em comparação com o mercado.

GRÁFICO 4 - Crescimento anual do Faturamento Rede Banricompras e Mercado de Adquirência*



* Comparação com o mesmo período do ano anterior. Fonte ABECS.

PERSPECTIVAS

O mercado de cartões apresentou historicamente crescimento expressivo e consistente, e as tendências apontam desempenho favorável nos próximos anos. O processo de bancarização, o aumento de plásticos em circulação e de transações com cartões indicam grandes oportunidades para o futuro. Associada a isso, a expansão das vendas do comércio e a migração para os meios de pagamento eletrônicos também assinalam tendência de bom desempenho para os negócios de *Vouchers* e de Adquirência.

O foco principal de atuação da Banrisul Cartões é a região Sul, notadamente no estado do Rio Grande do Sul, cujas perspectivas são especialmente positivas e no qual o Banrisul possui vantagens comparativas em relação aos demais competidores. Para atender a este mercado de consumo aquecido, a Banrisul Cartões conta com a plataforma de distribuição do seu controlador, que possui 512 agências, das quais 470 no Rio Grande do Sul, 27 em Santa Catarina, 13 nos demais estados brasileiros e 216 Postos de atendimento Bancário.

Na linha de *Vouchers*, estão em desenvolvimento novas soluções de serviço, como a Antecipação de Recebíveis, que permitirá a antecipação de valores performados pelos credenciados, bem como a oferta de cartões Alimentação, Refeição e Presente no sistema pré-pago. Para a Rede Banricompras, estão desenhadas estratégias que contemplam credenciamentos dentro e fora dos canais Banrisul, parcerias com subadquirentes e mobile.

Hoje, a Banrisul Cartões tem um olhar especial para a eficiência, buscando a redução de custos administrativos e a modernização tecnológica, visando a tornar a rede ainda mais ágil. Com uma visão estratégica integrada, apoiados pela plataforma de distribuição do nosso controlador Banrisul e sua consistente atuação como emissor de cartões de crédito e débito, espera-se continuar crescendo com rentabilidade e em níveis superiores ao mercado.

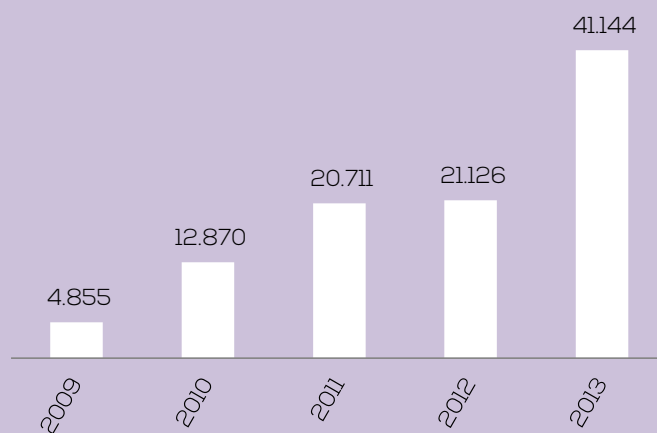
LUCRO LÍQUIDO

A Banrisul Cartões S.A. alcançou lucro líquido de R\$ 41,1 milhões no exercício de 2013, 95% superior ao resultado alcançado no ano anterior, de R\$ 21,1 milhões. Os resultados referentes à Adquirência (Rede Banricompras) foram contabilizados para os meses de novembro e dezembro de 2013.

O desempenho foi afetado principalmente pela reestruturação da empresa, que incorporou as atividades da Rede

Banricompras, e, com isso, todo o faturamento ligado à Adquirência. Os negócios de Voucher e de Adquirência demonstraram crescimento elevado, com incremento da rede credenciada e do faturamento. Na Rede Banricompras, um driver relevante para a elevação do ticket médio e faturamento foi a consolidação como rede de captura multibandeira, com adquirência das operações VISA, MasterCard e VerdeCard, além dos cartões Banricompras e BanriCard (*Vouchers*).

GRÁFICO 5 - Lucro Líquido (R\$ em milhares)*



*A partir de novembro de 2013, os resultados passaram a ser contabilizado na Banrisul Cartões.

As receitas relativas ao negócio de *Vouchers* são advindas das taxas de administração das empresas conveniadas e reembolso dos estabelecimentos credenciados e totalizaram R\$ 38,3 milhões em 2013, crescimento de 8% quando comparadas a 2012. As receitas do negócio de Adquirência são representadas pelo *Merchant Discount Rate* - MDR e pelas receitas de serviços (comunicação, conectividade, mensalidade e aluguel de POS) e totalizaram R\$ 46,5 milhões nos dois últimos meses de 2013 em que foram contabilizadas na Banrisul Cartões.

O custo dos serviços prestados, que engloba basicamente valores de

ressarcimento de serviços prestados pelo Banrisul, tais como processamento, despesas de pessoal e despesas de intercâmbio, alcançou o montante de R\$ 25,6 milhões no ano de 2013. As despesas operacionais totalizaram R\$ 5,2 milhões. Os valores referentes à Rede de Adquirência contemplam o último bimestre de 2013, após a migração.

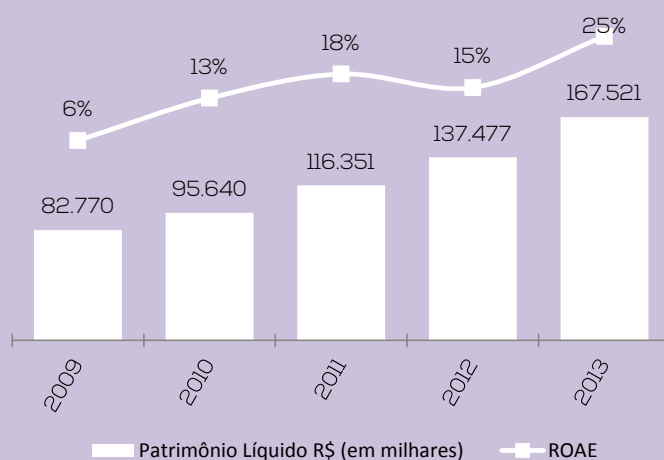
As receitas financeiras, que atingiram o montante de R\$ 21,2 milhões no período analisado, compreendem principalmente as oriundas de aplicações financeiras e relacionadas à antecipação de recebíveis performados.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Banrisul Cartões S.A. registrou, ao final de dezembro de 2013, o montante de R\$ 167,5 milhões. Com relação a 2012, cresceu 23%, contemplando a incorporação dos resultados gerados no período. O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 41,1 milhões, foi destinado em 5% para a reserva legal, em 25% para a

distribuição dos dividendos e o restante foi destinado à conta de reserva de expansão. A rentabilidade calculada sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) foi de 25%, bastante superior ao ano anterior (16%), em função da incorporação dos resultados da Rede Banricompras em novembro de 2013.

GRÁFICO 6 - Patrimônio Líquido (R\$ em milhares)*

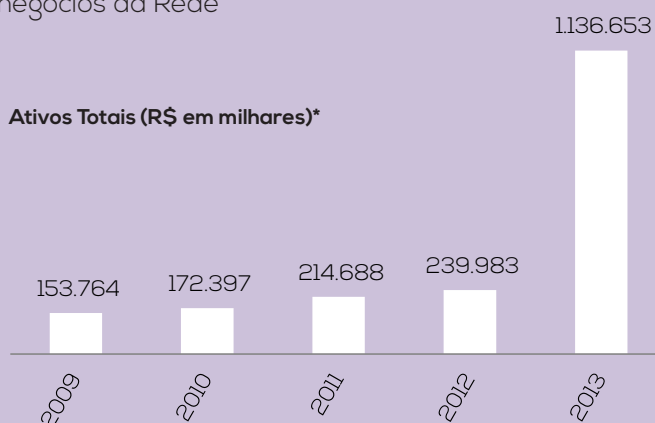


*A partir de novembro de 2013, os resultados passaram a ser contabilizado na Banrisul Cartões.

ATIVOS

Os ativos totais da Banrisul Cartões S.A. somaram R\$ 1,1 bilhão ao final de 2013, volume 372% superior ao contabilizado no mesmo período de 2012. O aumento dos ativos decorre, na maior parte, da incorporação dos negócios da Rede Banricompras.

GRÁFICO 7 - Ativos Totais (R\$ em milhares)*



*A partir de novembro de 2013, os resultados passaram a ser contabilizado na Banrisul Cartões.

RECONHECIMENTOS

Em 2013, o Banrisul, com a Rede Banricompras, tornou-se o primeiro banco brasileiro a receber o *Payment Card Industry-Data Security Standards* (PCI-DSS). Essa é a mais importante certificação da indústria mundial de cartões de pagamento. Com ela, a Rede Banricompras passa a integrar um grupo qualificado de instituições financeiras com certificado de segurança para capturar transações das principais bandeiras internacionais de cartões de crédito, VISA e MasterCard.

Ainda em 2013, a Rede Banricompras foi agraciada com o Prêmio Top de Marketing, na categoria Inovação em Serviços, com o case "Banricompras: sucesso em modelo único no Brasil". É a primeira rede de transações eletrônicas no país que concentra todos os papéis da cadeia de meios de pagamento em uma só instituição: bandeira, adquirente, rede de captação e certificadora.

AGRADECIMENTOS

A Banrisul Cartões agradece ao seu controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., o apoio recebido; aos funcionários, pelo comprometimento e competência; aos fornecedores, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência; e aos clientes, o incentivo em buscar a qualidade incessantemente.

A Administração



DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS



BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	2013	2012
Ativo			Reapresentado Nota 2(1)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		2.296	773
Aplicações financeiras	4	107.479	164.241
Clientes	5	1.013.431	65.796
Outros ativos		1.744	930
Total do ativo circulante		1.124.950	231.740
Ativo não circulante			
Crédito tributário	9	3.299	2.725
Depósitos Judiciais	8	3.851	2.608
Outros ativos		4.317	3.411
Intangível		237	237
Total do ativo não circulante		11.704	8.981
Total dos ativos		1.136.654	240.721
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Cartões em circulação	6	49.547	41.432
Contas a pagar a estabelecimentos	7	879.802	52.467
Dividendos a pagar		9.772	-
Obrigações fiscais		14.962	1.429
Outros passivos		5.264	1.335
Total do passivo circulante		959.347	96.663
Passivo não circulante			
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	8	7.440	5.843
Provisões para outros passivos		2.346	2.170
Total do passivo não circulante		9.786	8.013
Patrimônio líquido			
Capital social	10	77.640	77.640
Reserva de capital		252	252
Reserva de lucros		90.957	59.585
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.328)	(1.432)
Total do patrimônio líquido		167.521	136.045
Total do passivo e patrimônio líquido		1.136.654	240.721

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores em Milhares de Reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Receita operacional líquida	
Custo dos serviços prestados	
Lucro bruto	
Receitas (despesas) operacionais	
Gerais e administrativas	
Pessoal	
Outras receitas operacionais, líquidas	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	
Despesas financeiras	
Lucro antes imposto de renda e contribuição social	
Imposto corrente	
Imposto diferido	
Lucro líquido do exercício	
Lucro líquido por ação - R\$	

Nota	2013	2012
		Reclassificado
12	71.582	30.511
13	(25.660)	(12.327)
	45.922	18.184
14	(1.751)	(1.000)
14	(3.817)	(1.593)
15	364	1.877
	40.718	17.468
20	21.350	14.424
20	(169)	(110)
	61.899	31.782
11	(21.298)	(8.723)
11	543	(1.933)
	41.144	21.126
	14,77	7,58

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Lucro líquido do exercício
Ajuste CPC 33(R1)
Efeito tributário sobre o ajuste
Total dos resultados abrangentes do exercício

2013	2012
	Reapresentado Nota 2 (1)
41.144	21.126
158	(1.373)
(54)	467
41.248	20.220

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores em Milhares de Reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Reservas de Lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de expansão	Reserva legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2011	77.640	252	38.459	-	(526)	-	115.825
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.126	21.126
Ajuste Del. CVM 695/2012	-	-	-	-	(906)	-	(906)
Reserva de Expansão	-	-	21.126	-	-	(21.126)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	77.640	252	59.585	-	(1.432)	-	136.045
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.144	41.144
Ajuste Del. CVM 695/2012	-	-	-	-	104	-	104
Reserva Legal	-	-	-	2.057	-	(2.057)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(9.772)	(9.772)
Reserva de expansão	-	-	29.315	-	-	(29.315)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	77.640	252	88.900	2.057	(1.328)	-	167.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais:

Lucro líquido ajustado

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Ajuste para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Créditos tributários

Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

Outros resultados abrangentes

Variações nos ativos e passivos:

(Aumento) de clientes

Diminuição (aumento) de outros ativos

Aumento de cartões em circulação

Aumento de contas a pagar a estabelecimentos

Aumento (diminuição) de obrigações fiscais

(Diminuição) de outros passivos

Pagamento de provisão para riscos trabalhistas e cíveis

Imposto de renda e contribuição social pagos

Caixa líquido proveniente (usado nas) atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento:

Diminuição (aumento) em aplicações financeiras

Caixa líquido proveniente (usado nas) atividades de investimento

Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa

Variação do caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício

No fim do exercício

Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores em Milhares de Reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2013	2012
		Reapresentado Nota 2(1)
Lucro líquido ajustado	64.636	34.302
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.899	31.782
Ajuste para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	211	296
Créditos tributários	543	1.932
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.879	(234)
Outros resultados abrangentes	104	526
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) de clientes	(947.846)	(18.553)
Diminuição (aumento) de outros ativos	(3.452)	6.583
Aumento de cartões em circulação	8.115	5.556
Aumento de contas a pagar a estabelecimentos	827.335	6.046
Aumento (diminuição) de obrigações fiscais	13.533	(1.923)
(Diminuição) de outros passivos	4.020	(621)
Pagamento de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(282)	(5.451)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.298)	(8.723)
Caixa líquido proveniente (usado nas) atividades operacionais	(55.239)	17.216
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Diminuição (aumento) em aplicações financeiras	56.762	(18.316)
Caixa líquido proveniente (usado nas) atividades de investimento	56.762	(18.316)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.523	(1.100)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	773	1.873
No fim do exercício	2.296	773
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.523	(1.100)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2013	2012
		Reclassificado
Receitas		
Receita da prestação de serviços	84.372	35.324
Outras receitas	2.645	2.294
Insumos adquiridos de terceiros	(24.385)	(9.972)
Custos dos serviços prestados	(20.930)	(9.025)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.233)	(772)
Outros	(2.222)	(175)
Valor adicionado bruto	62.632	27.646
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	62.632	27.646
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	21.350	14.424
Valor adicionado total a distribuir	83.982	42.070
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	8.208	4.842
Remuneração direta	7.747	4.443
Benefícios	211	177
FGTS	60	58
INSS	190	164
Impostos, taxas e contribuições	33.943	15.765
Federais	29.332	13.984
Municipais	4.611	1.781
Remuneração de capitais de terceiros	687	337
Despesas financeiras	687	337
Remuneração de capitais próprios	41.144	21.126
Dividendos	9.772	-
Lucros retidos	31.272	21.126

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores em Milhares de Reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS

EXPLICATIVAS



NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Cartões S.A. ("Banrisul Cartões" ou "Companhia"), anteriormente denominada de Banrisul Serviços Ltda., é empresa de capital fechado estabelecida no Brasil, que opera na região Sul do País, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Banco"), com sede social na Rua Caldas Júnior, 120, 11º andar, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas dentro do contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e de serviços. Os benefícios dos serviços prestados entre estas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Companhia foi constituída em 02 de julho de 1969 e em 2013 passou por importante reorganização. Em 03 de outubro de 2013, ocorreu a transformação do tipo societário, de empresa limitada para uma sociedade anônima de capital fechado e a modificação da razão social, conforme a ata de reunião de sócios.

No mês de novembro de 2013 por meio de cessão onerosa dos direitos e obrigações adquiriu junto ao Banrisul as operações da rede de adquirência, denominada Rede Banricompras. Nesta transação foram cedidos R\$ 908.073 de ativos e R\$ 810.126 de passivos, cuja diferença no montante de R\$ 97.946 foi liquidado financeiramente em 01 de novembro de 2013. A nova operação contribuiu com R\$ 53.857 de receita líquida de serviços e R\$ 16.793 referente a custos relacionados a estes serviços. Desta maneira, a Banrisul Cartões passou a centralizar e abranger no seu objeto social, além da gestão de produtos que servem como meios de pagamento relacionados a cartões de benefícios e serviços (Alimentação, Refeição, Benefício, Presente, Combustível, Salário, Aluguel Social, Desenvolvimento Rural e o Sistema de Manutenção de Frota), a administração das operações da rede de adquirência, com credenciamento de estabelecimentos e a captura e processamento dos dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e débito.

A reorganização teve como objetivo direcionar e consolidar tais atividades, aumentando a sinergia entre as áreas e otimizando seus processos, ganhando, assim, mais força estratégica para atuar no mercado, além de proporcionar maior visibilidade das operações para acionistas, clientes e fornecedores.

Em decorrência da reestruturação, a Companhia celebrou Acordo Operacional com o Banrisul, com vigência de 30 (trinta) anos, que estabelece as regras pelas quais a gestão das atividades da Rede Banricompras foi transferida à Banrisul Cartões, abrangendo, dentre outras matérias, a divisão da responsabilidade pelos custos, cedência de empregados do Banco para exercício das atividades, licença de direito de uso das marcas, utilização da rede de distribuição do Banco como canal de vendas dos negócios da Banrisul Cartões e remunerações entre as partes pela prestação dos serviços.

Além disso, o acordo prevê que o Banrisul será responsável pelo processamento das transações com as bandeiras Banricompras, Visa, MasterCard e VerdeCard e pela liquidação e pagamentos realizados por essas bandeiras e também pelos *vouchers* (cartões de benefícios e serviços), bem como o desenvolvimento de sistemas para captura de novas bandeiras e para outras funcionalidades e produtos.

NOTA 02 **RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, a sua moeda de apresentação.

2.3 Ativos e passivos financeiros

São reconhecidos somente a partir da data em que a empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e classificados nas seguintes categorias dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos:

- Ativos/passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Empréstimos e recebíveis; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto nos casos de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de emissores e conveniados.

Os principais passivos financeiros são: cartões em circulação e contas a pagar a estabelecimentos.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

b) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado pelo valor original da transação.

c) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

O montante corresponde às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga nos cartões de benefícios e serviços. O saldo de contas a receber de conveniados está acrescido da taxa do convênio.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e serviços. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída.

e) Cartões em circulação

Registram as obrigações referentes aos valores transacionados nos cartões de benefícios e serviços que aguardam fechamento da agenda financeira. Soma-se ao grupo a carga não utilizada nos cartões de benefícios pré-pagos.

f) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis. São incluídos como passivos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito e de benefícios nos estabelecimentos credenciados a Rede Banricompras. Acrescenta-se ao grupo os serviços contratados no sistema de manutenção de frotas.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado pelo valor original das transações, exceto nos serviços de manutenção de frota e nos cartões de benefícios, nos quais os valores estão deduzidos das taxas de intermediação.

g) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2013 e 2012 não transacionou operações de longo prazo que se qualificassem a serem ajustadas. Também analisou os realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando

os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente. O estudo apontou um efeito não relevante, considerando que grande parte da operação possui um ciclo financeiro inferior a 90 dias e, há um equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

i) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na nota explicativa N° 12.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre provisão para riscos trabalhistas, cíveis e atuariais. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período o qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

j) Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

k) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. A receita de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação de recebíveis, quando os estabelecimentos comerciais solicitam a Companhia o recebimento correspondente às transações com cartões de crédito efetivamente realizadas antes do prazo de liquidação originalmente avençado, é reconhecida de uma única vez na data da transação, e classificada como receita financeira.

No segmento voucher, que compreende as transações realizadas através dos cartões de benefícios e serviços, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no corte das transações, momento que as obrigações são transferidas do grupo de "Cartões em circulação" para o grupo "Contas a Pagar". A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

l) Benefício a Empregados

(a) Obrigações de Aposentadoria – a Banrisul Cartões é patrocinadora da FBSS – Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de Previdência – a Banrisul Cartões é patrocinadora de planos dos tipos "benefício definido" e de "contribuição variável".

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação

atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no Patrimônio Líquido em "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de Saúde – são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde – Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio Aposentadoria – para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- (1) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- (3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(b) Reapresentação de Saldos Comparativos - as demonstrações financeiras de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a funcionários, nos termos descritos pelo CPC33 (R1) - "Benefícios a Empregados". Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e das perdas atuariais seguia o "método do corredor" conforme parágrafo 95 do CPC33. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC33 aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), e os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

	31 de Dezembro de 2012			1º de Janeiro de 2012		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante	231.740	-	231.740	196.502	-	196.502
Não Circulante	8.006	738	8.744	17.949	271	18.220
Permanente	237	-	237	237	-	237
Total do Ativo	239.983	738	240.721	214.688	271	214.959
Passivo e Patrimônio Líquido						
Circulante	96.663		96.663	86.809	-	86.809
Não circulante	5.843	2.170	8.013	11.528	797	12.325
Patrimônio Líquido	137.477	(1.432)	136.045	116.351	(526)	115.825
Total Passivo e Patrimônio Líquido	239.983	738	240.721	214.688	271	214.959

m) Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estão apresentadas na Nota 21. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional é a administração da Companhia.

NOTA 03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativa e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Planos de Pensão de Benefícios Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

b) Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

A Banrisul Cartões revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

c) Redução ao valor recuperável de ativos

A Banrisul Cartões revisa periodicamente seus ativos financeiros, com o intuito de verificar se ocorreu perda no valor contábil dos mesmos. Essa perdas podem ser ocasionadas pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

NOTA 04 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos classificados como aplicações financeiras demonstram os depósitos a prazo mantidos junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a uma remuneração de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com vencimentos em 2014.

A Companhia possui aplicações em fundos de investimento em renda fixa junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, com prazo médio inferior a 365 dias e resgate automático. A rentabilidade é equivalente a 42,94% do CDI.

	2013	2012
Depósitos a prazo - CDI	106.090	163.272
Cotas de fundos de investimento	1.389	969
Total	107.479	164.241

NOTA 05 CLIENTES

	2013	2012
Valores a faturar (a)	11.222	10.766
Contas a receber de conveniados	51.946	56.633
Contas a receber de emissores (b)	298.725	-
Contas a receber de emissores - Banrisul (c)	489.076	-
Contas a receber - Tarifas (d)	24.775	-
Antecipação de recebíveis (e)	139.500	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.814)	(1.603)
Total	1.013.431	65.796

(a) O saldo corresponde aos valores transacionados nos cartões de benefícios pós-pagos e os serviços contratados através do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.

(b) O saldo corresponde aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras.

(c) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações realizadas com o cartão Banricompras.

(d) O saldo corresponde aos valores a receber referente às taxas de MDR (Merchant Discount Rate) e as tarifas cobradas pelo serviço da rede de adquirência. O MDR refere-se ao percentual sobre as transações cobradas dos estabelecimentos comerciais.

(e) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos emissores em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais.

A composição da carteira de clientes por vencimento é conforme segue:

	2013	2012
Valores a vencer		
Até 90 dias	863.718	49.719
Acima de 90 dias	140.880	-
Vencidos:		
Até 90 dias	6.367	14.920
Entre 91 e 180 dias	1.143	539
Entre 181 e 360 dias	954	578
Acima de 360 dias	2.183	1.643
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.814)	(1.603)
Total	1.013.431	65.796

Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2013	2012
Saldo anterior	1.603	1.307
Créditos recuperados no exercício	(130)	-
Créditos provisionados no exercício	341	296
Saldo final	1.814	1.603

NOTA 06 CARTÕES EM CIRCULAÇÃO

	2013	2012
Cartões em circulação		
Combustível e Manutenção Frota	499	2.164
Alimentação e refeição	46.814	38.154
Demais cartões	2.234	1.114
Total	49.547	41.432

NOTA 07 CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

	2013	2012
Contas a pagar - Estabelecimentos	875.143	52.467
Contas a pagar - Fornecedores (a)	4.659	-
Total	879.802	52.467

(a) O saldo corresponde às obrigações com os parceiros e emissores.

A composição do contas a pagar por vencimento é conforme segue:

	2013	2012
Valores a vencer		
Até 90 dias	681.039	52.467
Acima de 90 dias	198.763	-
Total	879.802	52.467

NOTA 08 PROVISÃO PARA RISCOS

A Banrisul Cartões, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível e outras. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

A Banrisul Cartões provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Movimentação das provisões

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2012	-	11.528	11.528
Adições	-	2	2
Reversões	-	(236)	(236)
Liquidações	-	(5.451)	(5.451)
Saldo em 31/12/2012	-	5.843	5.843
Adições	3	2.978	2.981
Reversões	-	(1.311)	(1.311)
Liquidações	-	(73)	(73)
Saldo em 31/12/2013	3	7.437	7.440

Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R\$3.414 (R\$2.122 em 2012) para Depósitos Judiciais - MCP (Mandato de citação e penhora), R\$32 (R\$32 em 2012) para Auto de Infração e R\$405 (R\$455 em 2012) para Depósito Recursal.

(b) Causas Possíveis

	2013	2012
Cível	2.033	1.805
Tributária	11.590	10.845
Trabalhista	5.825	3.976
Saldo final	19.448	16.626

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se principalmente a ações revisionais de débitos de cartão de crédito quando este produto era administrado pela Companhia, anterior ao ano de 2007.

Contingências tributárias

Na esfera judicial há três ações executivas vinculadas a ação anulatória de débito fiscal ajuizada em 2007, visando a desconstituição de lançamentos e atualmente o processo está em fase final de perícia técnica. O processo da esfera administrativa se refere à decisão da Receita Federal que determinou a retificação do saldo negativo da DIPJ 2000, ano-calendário 1999; indeferiu pedidos de compensação e determinou a devolução de valores compensados com base no saldo negativo de 2000. Atualmente, há recurso interposto pela Companhia pendente de julgamento no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)

Existem contingências trabalhistas que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$5.825 (R\$3.976 em 2012).

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para riscos sobre as causas de perdas possíveis.

NOTA 09 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas por provisões temporariamente indedutíveis, oriundo das provisões para riscos trabalhistas (Nota 8) e benefícios pós-emprego, e estão classificados no ativo circulante e não circulante. Sobre esse valor é aplicado alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos:

	2013			2012		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo inicial	2.725	-	2.725	4.190	-	4.190
Constituição	1.045	(85)	960	467	-	467
Reversão	(471)	-	(471)	(1.932)	-	(1.932)
Saldo final	3.299	(85)	3.214	2.725	-	2.725

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem. A projeção da Administração para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

	2013
2014	320
2015	322
2016	322
Após 2017	2.250
Total	3.214

NOTA 10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$77.640, constituído por 2.785.801 ações ordinárias nominativas.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, no valor de R\$ 41.144, terá as seguintes destinações: (I) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do Capital Social; (II) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

(c) Reserva de Expansão

Para atender a projetos de investimento e expansão, a companhia reteve parte dos lucros do exercício. A retenção está justificada pelo orçamento de capital, aprovado na data de autorização para conclusão das demonstrações financeiras.

NOTA 11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	61.899	31.782
Adições (exclusões) - IRPJ		
Cotas audiovisual	200	-
Provisão para passivos contingentes	1.594	(5.685)
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	88	170
Adições (exclusões) - CSLL		
Cotas audiovisual	200	-
Provisão para passivos contingentes	1.594	(5.685)
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	83	167
(=) Base do IRPJ corrente	63.781	26.267
(=) Base do CSLL corrente	63.776	26.264
Imposto de renda	15.558	6.357
Outros	-	2
Contribuição social	5.740	2.364
IRPJ e CSLL correntes	21.298	8.723
IRPJ e CSLL diferidos	(543)	1.933
IRPJ e CSLL registrados no resultado	20.755	10.656
Alíquota efetiva	33,5%	33,5%

Alterações na Legislação Tributária

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Banrisul Cartões elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes em suas demonstrações financeiras. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas e a conversão em lei do texto da referida Medida Provisória para que possa proceder a uma análise mais profunda e conclusiva.

NOTA 12 COMPOSIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2013	2012
Receita Bruta	84.770	35.620
Impostos incidentes sobre serviços	(13.188)	(5.109)
Receita Operacional Líquida	71.582	30.511

NOTA 13 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2013	2012
Pessoal	(4.391)	(3.248)
Processamento de dados e comunicação (a)	(11.682)	(9.024)
Intercâmbio (b)	(7.446)	-
Repasse parceiros (c)	(1.798)	-
Outros custos	(343)	(55)
Total	(25.660)	(12.327)

(a) Representados pelos custos de captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.

(b) Taxas cobradas pelos bancos emissores nas transações dos cartões de crédito e débito.

(c) Custo do repasse da parcela de MDR devido aos parceiros nas transações dos cartões de débito e crédito.

NOTA 14 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL

	2013	2012
Honorários a pessoas jurídicas	(377)	(244)
Serviço de terceiros – ressarcimento Banrisul	(777)	(476)
Patrocínios	(280)	(148)
Outros	(317)	(132)
Total despesas administrativas	(1.751)	(1.000)
Ordenados	(850)	(800)
Ordenados – ressarcimento Banrisul	(2.190)	(385)
Outros	(777)	(408)
Total despesas de pessoal	(3.817)	(1.593)
Total	(5.568)	(2.593)

NOTA 15 OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

	2013	2012
Despesas de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(2.978)	(2)
Outros	(232)	(415)
Total de outras despesas operacionais	(3.210)	(417)
Reversão de provisão para riscos trabalhistas	1.102	236
Recuperação de encargos e salários	1.249	1.202
Recuperações PIS/COFINS	1.085	840
Outros	138	16
Total de outras receitas operacionais	3.574	2.293
Total	364	1.877

NOTA 16 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Caixa e equivalentes de caixa	2.296	-	773	-
Depósitos e aplicações financeiras	107.479	12.275	164.241	12.124
Clientes (1)	563.453	52	11.183	24
Dividendos	(9.750)	-	-	-
Custo dos serviços prestados				
Reembolso custo de pessoal	-	(6.230)	-	(3.156)
Reembolso custo de comunicação e processamento		(3.146)		(4)
Reembolso despesas gerais	-	(708)	-	(391)
Reembolso despesas com emissão de cartões	-	(69)	-	(57)
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	-	(133)	-	(102)
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios				
Dividendos	(21)	-	-	-
Banrisul Armazéns Gerais S.A.				
Clientes	186	1	130	1
Estado do Rio Grande do Sul.				
Clientes	3.518	578	11.987	52

A Companhia também fornece para o Banrisul, para o Estado do Rio Grande do Sul e para diversas fundações e autarquias do Estado do Rio Grande do Sul, os valores referentes à carga dos cartões alimentação, refeição, combustível e do sistema manutenção de frota corresponde a 19,2% e 25,3% dos clientes, respectivamente.

Estas transações foram contratadas a condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A Companhia possui acordo com o Banrisul para a cessão de empregados, onde a Empresa cedeu 1 empregado e recebeu 78, cujos custos são ressarcidos pelas partes.

Além disso, existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Cartões, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

(1) As faturas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul possuem vencimentos de 30 dias.

NOTA 17 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Foi pago durante o exercício de 2013 a título de remuneração dos administradores (incluindo salários e benefícios) o montante de R\$ 414 (R\$ 148 em 2012).

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Cartões não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

NOTA 18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Banrisul Cartões não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, cartões em circulação e contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2013, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		2013	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	2.296	2.296
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	107.479	107.479
Clientes	Empréstimos e recebíveis	1.013.431	1.013.431
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	49.547	49.547
Cartões a pagar	Outros passivos financeiros	879.802	879.802
		2012	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	773	773
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	164.241	164.241
Clientes	Empréstimos e recebíveis	65.796	65.796
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	41.432	41.432
Cartões a pagar	Outros passivos financeiros	52.467	52.467

b) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com o Banrisul, desta maneira, concentrando todas suas aplicações nele. O Banrisul apresentou lucro nos últimos exercícios, bem como não apresenta problemas de continuidade em sua operação. A agência FitchRatings, em seu último relatório publicado no dia 03/02/2014, manteve a classificação do Banco no rating AA.

d) Risco de mercado

A Companhia possui valores registrados na rubrica aplicações financeiras. O valor de mercado e o valor contábil dessas aplicações, atrelados ao CDI, são próximos, tendo em vista que não houve alterações substanciais no mercado entre as datas de aplicação e a data das demonstrações financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos com derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima.

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa, a Banrisul Cartões realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como passíveis de Risco de Taxas de Juros. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2013.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2013.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2013.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e menos.

	2013			2012		
	1	2	3	1	2	3
Cenário						
Taxa de juros	73	1.801	3.537	113	2.778	5.457
Total	73	1.801	3.537	113	2.778	5.457

Definições:

- Taxa de juros – exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.
- Moeda estrangeira – exposições sujeitas à variação cambial.
- Renda variável – exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Para o ano de 2013, do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 96,43%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no Cenário 3 no valor total de R\$3.537.

NOTA 19 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

	2013	2012
		Reapresentado
Obrigações (ativo) registradas no balanço patrimonial com benefícios de:		
Planos de de pensão (PBI + FBPREV)	2.074	1.970
Planos de saúde, odontológico e medicamento	(249)	(115)
Plano prêmio aposentadoria(*)	134	143
Total	1.959	1.998

(*) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$ 54 (2012 – R\$ 57) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$ 188 (2012- R\$ 200).

(a) Alteração de Política Contábil

Plano de Benefícios I – conforme previsto no CPC33 (R1), a partir de 1º de janeiro de 2013, ocorreu alteração da política contábil e os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem, conforme demonstrado. O efeito da aplicação dessa norma no Banrisul impactou negativamente o patrimônio líquido no montante de R\$1.825, ajustado pelos créditos tributários no montante de R\$620.

Os saldos dos períodos comparativos foram reapresentados seguindo o mesmo critério, para fins de comparabilidade, conforme descrito na Nota 2(j).

Prêmio de Aposentadoria – conforme previsto no CPC33 (R1), a partir de 1º de janeiro de 2013, ocorreu alteração da política contábil e os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. De acordo com a avaliação dos atuários, o montante dessa obrigação, acrescido dos encargos legais, monta ao valor de R\$ 188, e impactou o patrimônio líquido do Banrisul no montante de R\$188, ajustado pelos créditos tributários em R\$64.

(b) Descrição dos Benefícios de Longo Prazo

O Banrisul é o principal patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banrisul, da Banrisul Cartões S.A., da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – (Cabergs), assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social – (FBSS), instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores ligados ao Ministério de Previdência e Assistência Social – (MPAS), como a Superintendência

Nacional de Previdência Complementar - (PREVIC) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3792 do Conselho Monetário Nacional de 24 de setembro de 2009, em que são nomeados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão os Administradores Tecnicamente Qualificados para a Gestão dos Investimentos.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

O plano de aposentadoria na modalidade “benefício definido” é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

A partir de 06 de julho de 2009 foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev (atualmente denominado FBPREV), que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo “contribuição variável”, entrou em funcionamento em novembro de 2009. De sua implantação em diante, o Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões.

Para a execução de seus objetivos, a Fundação Banrisul recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários e dos seus assistidos, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação de seu patrimônio. A Banrisul Cartões contribuiu no exercício para o Plano de Benefício I, na modalidade de “benefício definido”, com o montante de R\$ 22 (2012 - R\$21) e para o FBPREV, na modalidade de “contribuição variável”, com o montante de R\$ 8 (2012 - R\$8), correspondendo em 31 de dezembro de 2013, respectivamente, a 7,94% (2012 - 4,97%) e 2,98% (2012 - 3,21%) sobre a folha mensal dos salários de participação dos empregados, imputados às despesas operacionais.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banco se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios I (modalidade de “benefício definido”) e do Plano FBPREV (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012.

(i) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2013, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses econômicas

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de desconto nominal	10,56% a.a.	8,68% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	8,22% a.a.	8,22% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de crescimento do custo farmácia	5,50% a.a.	5,50% a.a.

Hipóteses demográficas	31/12/2013	31/12/2012
Tábua de mortalidade de válido	AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo	AT-2000 Basic desagradada em 10%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983 desagradada em 50%	RRB 1983 desagradada em 50%
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte, específica por sexo	Light Forte desagradada em 50%
Tábua de rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Idade de aposentadoria	Ao atingir o benefício Pleno	Ao atingir o benefício Pleno
Idade de entrada no INSS	Informação do cliente, considerando o limite inferior de 15 anos de idade e superior de 18 anos de idade	Informação do cliente, considerando o limite inferior de 15 anos de idade e superior de 18 anos de idade
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Composição familiar - Benefícios concedidos:		
- Aposentados	Cônjuge informado, e para participante casado ou separado judicialmente, sem data do cônjuge, hipótese de mulher 4 anos mais nova que o homem	Cônjuge informado, e para participante casado ou separado judicialmente, sem data do cônjuge, hipótese de mulher 4 anos mais nova que o homem
- Pensionistas	Composição informada	Composição informada

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Cartões.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Cartões está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera supere o dos títulos privados no longo prazo enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na rentabilidade dos títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Grupo são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora,

em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros prefixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de vida – a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Isso é particularmente significativo no caso do plano do Brasil, no qual os reajustes por conta da inflação resultam em maior sensibilidade às mudanças na expectativa de vida.

(ii) Descrições dos Planos

Plano de Benefícios I (PBI) – os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

(i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;

(ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e

(iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Cartões determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos no CPC33 (R1), e ela é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

A composição do passivo atuarial líquido para os exercícios de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2013 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da posição líquida do balanço

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Valor presente das obrigações atuariais	(14.763)	(16.241)
Valor justo dos ativos	12.692	14.275
Superávit/(déficit)	(2.071)	(1.966)
Passivo atuarial líquido	(2.071)	(1.966)

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de janeiro	16.241	13.095
Custo de serviço corrente	58	22
Custo financeiro	1.357	1.305
Contribuições dos participantes do plano	62	59
(Ganhos)/perdas atuariais - experiência	2.001	3.006
(Ganhos)/perdas atuariais - premissas financeiras	(3.816)	-
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(1.140)	(1.246)
Em 31 de dezembro	14.763	16.241

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de janeiro	14.275	12.428
Receitas de juros sobre os ativos do plano	1.192	1.238
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(1.719)	1.784
Contribuições do empregador	22	12
Contribuições dos empregados	62	59
Benefícios pagos	(1.140)	(1.246)
Em 31 de dezembro	12.692	14.275

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Passivo atuarial líquido no final do exercício anterior	(1.966)	(667)
Custo dos serviços	(58)	(22)
Juro sobre o passivo/(ativo) do benefício líquido	(165)	(67)
Efeitos da correção reconhecidos no resultado abrangente	96	(1.222)
Contribuições do empregador	22	12
Passivo atuarial líquido no final do exercício atual	(2.071)	(1.966)

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento estimado
2014	1.391
2015	1.439
2016	1.492
2017	1.544
2018	1.596
2019 a 2023	8.752

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

Outros dados acerca do plano:

Quantidade de participantes ativos, aposentados e pensionistas	31/12/2013	31/12/2012
Participantes ativos	4	4
Participantes aposentados	61	61
Pensionistas	12	11
Total	77	76

Em conformidade com a Instrução PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, combinadas com a Instrução PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações do Plano de Benefícios I com a apuração do duration e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Visando a diversificação de opções aos participantes e assistidos do Plano de Benefícios Definidos - (PBI), o Banrisul, em conjunto com a Fundação Banrisul de Seguridade Social e demais patrocinadoras, está procedendo à implementação de novos planos na modalidade de "benefício definido saldado" e na modalidade de "contribuição variável" para recepcionar os recursos dos participantes e assistidos do PBI que voluntariamente optarem pelo saldamento e pela migração de suas reservas atuariais. A reestruturação do Plano de Benefícios I foi aprovada pela PREVIC conforme a publicação da Portaria nº 718, de 20 de dezembro de 2013.

FBPREV (anteriormente denominado Banrisulprev) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

(i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação;

(ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência;

(iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

A composição do passivo atuarial líquido para os exercícios de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2013, de acordo com o CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da posição líquida do balanço	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Valor presente das obrigações atuariais	(56)	(42)
Valor justo dos ativos	53	38
Superávit/(déficit)	(3)	(4)
Passivo atuarial líquido	(3)	(4)

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de janeiro	5	5
Custo de serviço corrente	(1)	-
Contribuições dos participantes do plano	1	1
(Ganhos)/perdas atuariais - experiência	1	(1)
(Ganhos)/perdas atuariais - premissas financeiras	(1)	-
Em 31 de dezembro	5	5

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de janeiro	1	2
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(1)	(3)
Contribuições do empregador	1	1
Contribuições dos empregados	1	1
Em 31 de dezembro	2	1

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Passivo atuarial líquido no final do exercício anterior	(4)	(3)
Custo dos serviços	1	-
Efeitos da correção reconhecidos no resultado abrangente	(1)	(2)
Contribuições do empregador	1	1
Passivo atuarial líquido no final do exercício atual	(3)	(4)

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento estimado
2014	1
2015	1
2016	1
2017	1
2018	1
2019 a 2023	4

Outros dados acerca do plano:

A quantidade de participantes ativos beneficiários totalizava 1 (um) em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 – 1 (um)).

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - a Banrisul Cartões oferece planos de saúde, odontológico e auxílio medicamento, através da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

A composição do passivo atuarial líquido para os exercícios de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2013 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da posição líquida do balanço	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Valor presente das obrigações atuariais	(472)	(510)
Valor justo dos ativos	721	625
Superávit/(déficit)	249	115
Ativo atuarial líquido	249	115

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de janeiro	510	411
Custo de serviço corrente	1	1
Custo financeiro	43	51
(Ganhos)/perdas atuariais - experiência	47	72
(Ganhos)/perdas atuariais - premissas financeiras	(100)	-
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(14)	(14)
Benefício pago diretamente pela companhia	(15)	(11)
Em 31 de dezembro	472	510

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de janeiro	625	519
Receitas de juros sobre os ativos do plano	46	56
Retorno esperado sobre os ativos do plano	50	50
Em 31 de dezembro	721	625

A movimentação do ativo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Ativo atuarial líquido no final do exercício anterior	115	108
Custo dos serviços	(1)	(1)
Juro sobre o passivo/(ativo) do benefício líquido	3	5
Efeitos da correção reconhecidos no resultado abrangente	103	(22)
Contribuições do empregador	29	25
Passivo atuarial líquido no final do exercício atual	249	115

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento estimado
2014	33
2015	35
2016	37
2017	38
2018	40
2019 a 2023	231

Outros Benefícios de Longo Prazo – Prêmio de Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego)
 – a Banrisul Cartões concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

A composição do passivo atuarial líquido para os exercícios de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2013 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da posição líquida do balanço	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Valor presente das obrigações atuárias	(134)	(143)
Valor justo dos ativos	-	-
Superávit/(déficit)	(134)	(143)
Passivo atuarial líquido	(134)	(143)

A movimentação do valor presente das obrigações atuárias durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
		Reapresentado
Em 1º de janeiro	143	91
Custo dos serviços corrente	4	3
Custo financeiro	12	9
(Ganhos)/perdas atuárias – experiência	-	40
(Ganhos)/perdas atuárias – premissas financeira	(25)	-
Benefício pago diretamente pelo empregador	-	-
Em 31 de dezembro (*)	134	143

(*) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$ 54 (2012 – R\$ 57) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$ 188 (2012- R\$ 200).

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento estimado
2014	1
2015	2
2016	2
2017	2
2018	3
2019 a 2023	21

Outros dados acerca do plano:

A quantidade de participantes ativos beneficiários desse prêmio de aposentadoria totalizava 5 em 31 de dezembro de 2013 (2012 - 5).

(c) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresentamos a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI)

Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação
Taxa de desconto	11,08%	Aumento de 0,5%	(858)
Taxa de desconto	10,04%	Redução de 0,5%	937
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	(271)
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	294

FBPREV

Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação
Taxa de desconto	11,08%	Aumento de 0,5%	-
Taxa de desconto	10,04%	Redução de 0,5%	1
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	1
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	-

Plano de Saúde

Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação
Taxa de desconto	11,08%	Aumento de 0,5%	(10)
Taxa de desconto	10,04%	Redução de 0,5%	11
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	(4)
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	4

Auxílio Medicamento

Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação
Taxa de desconto	11,08%	Aumento de 0,5%	(12)
Taxa de desconto	10,04%	Redução de 0,5%	13
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	(8)
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	9

Plano Aposentadoria

Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação
Taxa de desconto	11,08%	Aumento de 0,5%	(6)
Taxa de desconto	10,04%	Redução de 0,5%	7
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	(1)
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	1

NOTA 20 RESULTADO FINANCEIRO

	2013	2012
Rendimentos aplicações financeiras	12.275	12.124
Rendas com antecipação de recebíveis (a)	7.397	-
Outros	1.678	2.300
Total receita financeiras	21.350	14.424
Outros	(169)	(110)
Total despesas financeiras	(169)	(110)
Total	21.181	14.314

(a) Receita referente a taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação de recebíveis, quando da solicitação à Companhia, pelos estabelecimentos, do recebimento antecipado das transações com cartões de crédito efetivamente realizadas.

NOTA 21 SEGMENTO OPERACIONAL

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, revisadas pela administração, e considera que os mercados de atuação estão segmentados conforme os serviços apresentados na nota explicativa nº 1.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui operações realizadas no Brasil, concentradas na região sul.

A receita gerada pelos segmentos reportados é oriunda, principalmente dos serviços da rede de adquirência e da gestão dos cartões de benefícios e serviços (voucher), abaixo detalhados:

a) Adquirência: contempla os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras. A receita financeira obtida nas operações de antecipação de recebíveis também integra o segmento da adquirência.

b) Voucher: contempla os serviços de administração dos cartões de benefícios e serviços relativos aos convênios alimentação, refeição, combustível, manutenção de frotas, gestão de despesas, cartão salário, desenvolvimento rural, entre outros.

	2013		2012	
	Adquirência	Voucher	Adquirência	Voucher
Receita de serviços	46.461	38.309	-	35.620
Receita de antec. recebíveis	7.397	-	-	-
Receita total	53.858	38.309	-	35.620
Custos dos serviços	(16.783)	(8.877)	-	(12.327)
Lucro bruto por segmento	37.075	29.431	-	23.293

NOTA 22 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 18 de fevereiro de 2014.

Aos

Administradores Conselheiros e Acionistas da **Banrisul Cartões S.A.**

(anteriormente Banrisul Serviços Ltda.)

Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Cartões S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes - Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da mudança de política contábil de reconhecimento dos Benefícios a Empregados, alterada pelo CPC 33 (R1), vigente a partir de 1 de janeiro de 2013, os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes relativas à demonstração das mutações do patrimônio líquido, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar para companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião,

está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2014.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC1SP214144/O-1

Tatiana de Vargas Leal Harsteln
Contador CRC-1RS082405/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Bannisul Cartões S.A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2014.

Ilson Nietiedt
Presidente

Henrique Cândano Peixoto
Tiago de Moraes Xausa
Conselheiros

DIRETORIA

BOLÍVAR TARRAGÓ MOURA NETO
Presidente

CARLOS ALUISIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
JANIR LUIZ DAMIANI
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IVANDRE DE JESUS MEDEIROS
Presidente

JONE LUIZ HERMES PFEIFF
Vice-Presidente

BOLÍVAR TARRAGÓ MOURA NETO
ANIGER LORENA RIBEIRO DE OLIVEIRA
FELIPE RODRIGUES DA SILVA
Conselheiros

JÚLIO CÉSAR POLETTTO
Contador CRC RS-083968/O

Companhia de Abastecimento do RS
CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	31/12/2013 R\$	31/12/2012 R\$
CIRCULANTE	8.455.493,50	6.837.919,55
DISPONIBILIDADES	5.684.788,52	4.372.279,61
Caixa	64.209,74	52.773,03
Bancos	643.278,25	536.044,79
Aplicações de Liquidez Imediata	4.977.300,53	3.783.461,79
DIREITOS REALIZÁVEIS	2.691.454,45	2.384.224,34
Permissionários	3.345.927,57	2.585.703,35
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(836.753,81)	(401.307,81)
Estoques	103.055,19	95.498,13
Impostos a Recuperar	26.124,64	27.018,64
Outros Direitos	53.100,86	77.312,03
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	79.250,53	81.415,60
Premios de Seguros	33.652,08	36.808,14
Despesas Administrativas	45.598,45	44.607,46
NÃO CIRCULANTE	10.282.718,62	4.652.856,60
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	720.943,58	240.638,18
Permissionários	207.410,07	0,00
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(196.400,04)	0,00
Depósitos Judiciais	709.933,55	240.638,18
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	9.538.231,89	4.388.675,27
Custo Histórico Corrigido	25.953.737,97	20.605.213,92
(-) Depreciações Acumuladas	(16.415.506,08)	(16.216.538,65)
TOTAL ATIVO	18.738.212,12	11.490.776,15

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

	31/12/2013 R\$	31/12/2012 R\$
CIRCULANTE	3.385.938,96	2.680.047,19
Fornecedores	1.886.097,51	1.401.666,91
Ordenados e Salários a Pagar	108.362,93	102.865,32
Obrigações Sociais	494.434,79	377.727,83
Obrigações Tributárias	353.122,30	363.054,29
Provisões Constituídas	392.744,30	277.898,01
Outras Exigibilidades	151.177,13	156.834,83
NÃO CIRCULANTE	2.073.545,98	2.116.016,93
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.757.470,04	1.823.519,76
Credores por Caução	6.248,04	6.245,69
Obrigações Sociais e Fiscais	1.645.813,62	1.711.865,69
Provisões Constituídas	105.408,38	105.408,38
RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	316.075,94	292.497,17
PATRIMONIO LIQUIDO	13.278.727,18	6.694.712,03
CAPITAL SOCIAL	18.264.196,46	12.137.761,48
Capital Subscrito	18.264.196,46	12.137.761,48
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(8.354.643,76)	(8.812.223,93)
TOTAL PASSIVO	18.738.212,12	11.490.776,15

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2013	31/12/2012
	R\$	R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10.280.131,30	8.913.987,06
Serviços Prestados	10.280.131,30	8.913.987,06
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(629.205,80)	(606.825,90)
Impostos Incidentes s/ receitas	629.205,80	606.825,90
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	9.650.925,50	8.307.161,16
LUCRO BRUTO	9.650.925,50	8.307.161,16
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	652.824,74	510.439,69
Financeiras	392.758,42	190.716,40
Outras Receitas	260.066,32	319.723,29
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(9.761.732,68)	(8.675.644,30)
Pessoal	4.139.609,58	3.907.856,97
Gastos Gerais e Administrativos	1.221.870,08	925.925,13
Serviços e Seguros	14.256.175,77	12.912.212,31
Encargos, Impostos e Taxas	112.565,12	113.666,39
Depreciações e Amortizações	401.777,63	409.111,90
Financeiras	154.583,01	187.506,61
Provisões	631.846,04	76.676,32
Convênios	249.358,02	285.962,22
Outras Despesas	24.830,34	181.288,94
(-) Recuperação de Gastos	(11.430.882,91)	(10.324.562,49)
RESULTADO OPERACIONAL	542.017,56	141.956,55
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	567.072,11	141.956,55
(-) Provisão para Imposto de Renda	73.521,06	0,00
(-) Provisão para Contribuição Social	35.970,88	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	457.580,17	141.956,55
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,037698893	0,011695447

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.11	11.288.105,48	(1.150.344,00)	3.369.174,48	(8.954.180,48)	4.552.755,48
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	2.000.000,00	1.150.344,00			3.150.344,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL	(1.150.344,00)				(1.150.344,00)
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				141.956,55	141.956,55
SALDO EM 31.12.12	12.137.761,48	0,00	3.369.174,48	(8.812.223,93)	6.694.712,03
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	6.126.434,98				6.126.434,98
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				457.580,17	457.580,17
SALDO EM 31.12.13	18.264.196,46	0,00	3.369.174,48	(8.354.643,76)	13.278.727,18

Infelizmente

Caro

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/2013 R\$	31/12/2012 R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	457.580,17	141.956,55
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO		
Depreciações e Amortizações	401.777,63	409.111,90
Provisão Contingências Trabalhistas	0,00	(410.781,22)
Provisão Perdas Recebimento Créditos	631.846,04	487.457,54
AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Aumento/Redução Direitos Realizáveis	(939.076,15)	(501.686,16)
Aumento/Redução Despesas Pagas Antecipadamente	2.165,07	(7.292,31)
Aumento/Redução Realizável a Longo Prazo	(458.759,95)	(43.291,58)
Aumento/Redução Passivo Circulante	705.891,77	462.105,84
Aumento/redução Exigível Longo Prazo	(66.049,72)	(35.061,80)
Aumento/Redução Resultado Exercícios Futuros	23.578,77	(41.795,84)
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	758.953,63	460.722,92
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Direitos do Imobilizado	(5.572.879,70)	(175.732,44)
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.572.879,70)	(175.732,44)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	6.126.434,98	2.000.000,00
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	6.126.434,98	2.000.000,00
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	1.312.508,91	2.284.990,48
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	4.372.279,61	2.087.289,13
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	5.684.788,52	4.372.279,61

Handwritten signatures and initials.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre. A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas a Lei nº 9249/95, e com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas

Esta provisão foi constituída em função da média das despesas com indenizações trabalhistas ocorridas no exercício e multiplicada pelo número de processos em andamento, tendo como demanda 76 reclamatórias em 31/12/2013.

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação	2013	2012
	%	RS	RS
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	16.938.048,81	16.922.970,72
Instalações	10	1.205.278,00	1.198.578,00

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

NOTAS EXPLICATIVAS

Veículos e Acessórios	20	399.108,96	561.232,79
Máq. Equipam. e Ferramentas	10	543.230,64	552.929,34
Móveis e Utensílios	10	416.850,38	418.955,60
Equipamentos de Comunicação	10	54.580,01	55.045,91
Outras Imobilizações	10	9.921,00	9.921,00
Obras em Andamento	0	5.532.271,70	30.943,09
Direito Uso Software	5	109.787,51	109.787,51
Equipamentos de Informática	20	375.599,98	375.788,98
SOMA		25.953.737,97	20.605.213,92
DEPRECIACÃO ACUMULADA		(16.415.506,08)	(16.216.538,65)
VALOR RESIDUAL		9.538.231,89	4.388.675,27

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se a contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R\$ 1.615.867,35.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado é de R\$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 18.264.196 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTAS	R\$	%
Estado do Rio Grande do Sul	17.004.144,40	93
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	6
Outros	106.415,96	1
TOTAL	18.264.196,46	

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

NOTA 9 - OUTRAS EXIGIBILIDADES

A Ceasa/RS exercendo função de fundamental importância para segurança alimentar do Município e do Estado do Rio Grande do Sul, obteve concessão de benefício em sessão extraordinária de 19 de dezembro de 2013, tendo votação unânime no plenário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o projeto que propunha a remissão e a anistia de dívida do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) da empresa. A partir deste ano, o complexo também foi anistiado do pagamento do imposto. O projeto, de autoria do Executivo, alterou as leis complementares nº 7/73 e 687/12, que instituem e disciplinam os tributos de competência do Município de Porto Alegre, tendo em 21 de janeiro de 2014 publicada no Diário Oficial de Porto Alegre a Lei Complementar nº 731, no qual consta em seus artigos 4º e 5º:

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

NOTAS EXPLICATIVAS

Art. 4º Fica incluído inc. XXIX no caput do art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 1973, e alterações posteriores, conforme segue: “Art. 70.....XXIX – a Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (Ceasa), em relação ao imóvel localizado na Avenida Fernando Ferrari, 1001, até 31 de dezembro de 2018.....” (NR). Art. 5º Ficam remetidos os créditos tributários relativos ao IPTU, assim como os juros e os demais consectários legais insertos na composição desses créditos tributários, e ficam anistiadas as multas de mora, ou de qualquer outra natureza, relacionadas a esses créditos tributários, cujos lançamentos identificaram como sujeito passivo, até a data da publicação desta Lei Complementar, a Ceasa, em relação ao imóvel localizado na Avenida Fernando Ferrari, 1001.

O Terreno no qual se encontra localizado o complexo Ceasa/RS foi integralizado como capital no ano de 1970 na constituição da Empresa, mediante cessão e transferência para constituição e realização do capital, dos bens, direitos e ações investidas pelo Município de Porto Alegre e destinadas à implantação da Central de Abastecimentos, conforme escritura pública, firmada no livro 253-B, folhas 134/149, do 1º Tabelionato de Porto Alegre.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.


PAULINO OLIVO DONATTI
PRESIDENTE


PAULO DE TARSO SANTANA TAVARES
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO


GERSON MADRUGA DA SILVA
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL


NILDA BITENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A ^{ceasa/RS}
CEASA/RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2013, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 11 de março de 2014.

Ivor Vicentini
Presidente

Representante do Governo do Estado do RGS

Antonio Alberto de Mello Bertaco
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Lino Bernardo Dutra
Representante do Governo do Estado do RGS



ceasa/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

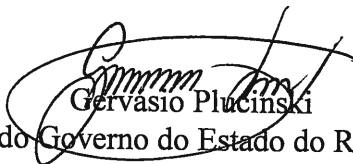
Porto Alegre, 12 de março de 2014.



Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente



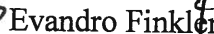
Elton Roberto Weber
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



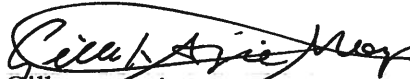
Gervásio Plucinski
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Humberto Crulla Goulart
Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre



Evandro Finkler
Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS



Gilberto Agia Moysés
Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS



Amauri Moraes Pereira
Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO NEGATIVA DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-037833/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 06.03.2014 as 16:09:34.

Válido até: 04.06.2014.

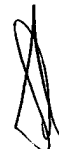
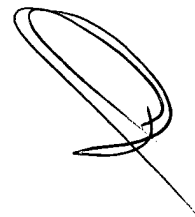
Código de Controle: 162046.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Processamento de
Dados do Estado do RS
PROCERGS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>78.439.858,54</u>	<u>66.032.166,74</u>
DISPONIBILIDADES	3.a	<u>12.749.810,26</u>	<u>7.738.036,22</u>
CAIXA E BANCOS		<u>12.749.810,26</u>	<u>7.738.036,22</u>
CRÉDITOS		<u>48.952.972,66</u>	<u>38.774.021,22</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	3.b	<u>44.276.562,17</u>	<u>34.306.549,55</u>
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	3.c	<u>(336.346,43)</u>	<u>(551.109,26)</u>
CRÉDITOS DE PESSOAL	3.d	<u>1.977.508,66</u>	<u>1.231.250,97</u>
OUTROS CRÉDITOS	3.e	<u>3.035.248,26</u>	<u>3.787.329,96</u>
ESTOQUES		<u>15.858.877,66</u>	<u>18.759.753,05</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	3.f	<u>47.298,85</u>	<u>54.505,02</u>
MATERIAIS INDIRETOS	3.f	<u>794.958,23</u>	<u>1.378.117,31</u>
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	3.g	<u>15.016.620,58</u>	<u>17.327.130,72</u>
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		<u>878.197,96</u>	<u>760.356,25</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>42.017.814,00</u>	<u>30.813.133,95</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>2.463.696,19</u>	<u>3.435.246,61</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	3.h	<u>2.450.949,33</u>	<u>3.435.246,61</u>
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		<u>12.746,86</u>	<u>0,00</u>
INVESTIMENTOS	3.i	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>
IMOBILIZADO	3.j e 4	<u>27.935.722,73</u>	<u>19.334.929,55</u>
INTANGÍVEL	3.k e 5	<u>11.467.006,68</u>	<u>7.891.569,39</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>120.457.672,54</u>	<u>96.845.300,69</u>



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		<u>39.040.300,18</u>	<u>42.145.279,87</u>
FORNECEDORES		7.616.970,79	13.255.071,34
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		9.287.824,28	7.488.279,33
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		6.911.542,16	5.724.092,02
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		12.152.596,65	10.789.723,93
PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	6	0,00	349.565,34
PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	7	0,00	736.413,42
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	9.b	1.891.519,55	2.789.706,45
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.n	1.179.846,75	1.012.428,04
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>2.833.756,64</u>	<u>1.481.805,75</u>
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	9.b	2.833.756,64	1.481.805,75
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>41.874.056,82</u>	<u>43.627.085,62</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CAPITAL SOCIAL</u>		<u>75.009.999,92</u>	<u>50.009.999,92</u>
CAPITAL SUBSCRITO	8	95.509.999,92	95.509.999,92
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR		(20.500.000,00)	(45.500.000,00)
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68
<u>RESERVAS DE LUCROS</u>		<u>3.565.752,12</u>	<u>3.200.351,47</u>
RESERVA LEGAL		335.327,76	317.057,73
RESERVA ESTATUTÁRIA		3.139.074,20	2.883.293,74
RESERVA ESPECIAL		91.350,16	0,00
<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>78.583.615,72</u>	<u>53.218.215,07</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>120.457.672,54</u>	<u>96.845.300,69</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

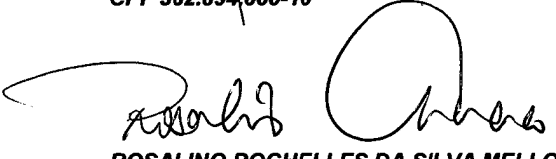
CARLSON JANES AQUISTA PASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68



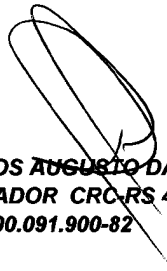
CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10



LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.191-20



ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15



CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

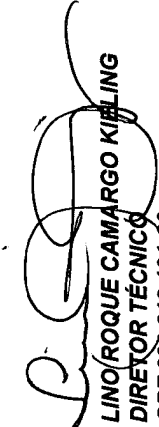
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**
(Valores expressos em reais)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA DO CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA ESPECIAL	RESERVA ESPECIAL	RESERVA ESPECIAL		
SALDO EM 31.12.2011	35.509.999,92	7.863,68	376.039,61	2.883.293,74	-	-	-	0,00	38.777.196,95
AUMENTO DE CAPITAL	14.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	14.500.000,00
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	(195.596,96)	(195.596,96)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	136.615,08	136.615,08
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:									
- RESERVA LEGAL	-	-	(58.981,88)	-	-	-	-	58.981,88	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2012	50.009.999,92	7.863,68	317.057,73	2.883.293,74	-	-	-	0,00	53.218.215,07
AUMENTO DE CAPITAL	25.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	25.000.000,00
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	365.400,65	365.400,65
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:									
- RESERVA LEGAL	-	-	18.270,03	-	-	-	-	(18.270,03)	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	255.780,46	-	-	-	(255.780,46)	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	(91.350,16)	-
SALDO EM 31.12.2013	75.009.999,92	7.863,68	335.327,76	3.139.074,20	-	-	91.350,16	0,00	78.583.615,72

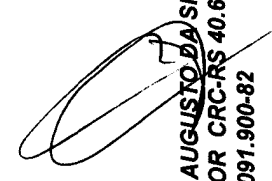
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANEZ AQUINO TAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLAUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO/ROQUE CAMARGO KIEHL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15


CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em reais)**

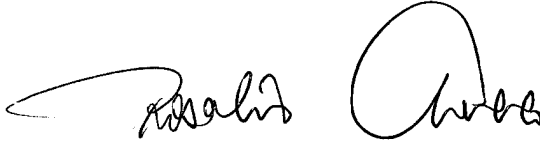
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	235.718.180,75	203.317.254,40
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(20.671.816,13)	(18.643.253,38)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	215.046.364,62	184.674.001,02
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(161.717.128,82)	(137.583.262,49)
LUCRO BRUTO	53.329.235,80	47.090.738,53
DESPESAS OPERACIONAIS	(55.087.307,61)	(48.142.456,90)
DESPESAS COM VENDAS	(4.662.519,07)	(4.102.617,22)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(51.035.158,88)	(44.091.561,54)
DESPESAS FINANCEIRAS	(400.957,71)	(422.912,45)
RECEITAS FINANCEIRAS	1.011.328,05	474.634,31
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.128.845,52	1.192.380,49
LUCRO OPERACIONAL	370.773,71	140.662,12
OUTRAS RECEITAS	13.088,99	5.754,19
OUTRAS DESPESAS	(18.462,05)	(9.801,23)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	365.400,65	136.615,08
IMPOSTO DE RENDA	-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	365.400,65	136.615,08
Lucro por lote de mil ações	0,95	0,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15


CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

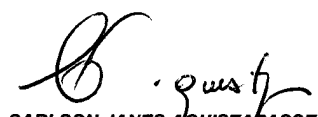
Praça dos Açorianos s/nº - CEP 90010-340 - PABX (51) 3210.9100 - Fax (51) 3227.5177 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre - RS - BRASIL
INTERNET <http://www.procergs.com.br> E-MAIL procergs@procergs.com.br

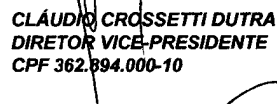
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em reais)**

1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS	2013	2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	365.400,65	136.615,08
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	12.001.666,17	8.895.650,35
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	453.763,99	2.027.684,18
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	(214.762,83)	64.728,69
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	(195.596,96)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	12.606.067,98	10.929.081,34
VARIAÇÕES DO ATIVO		
REDUÇÃO DOS ESTOQUES	2.900.875,39	3.148.012,23
REDUÇÃO DEPÓSITOS JUDICIAIS	971.550,42	(416.815,96)
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	5.824,01	312.093,16
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(9.970.012,62)	(6.642.980,72)
AUMENTO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	(117.841,71)	(54.355,80)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	2.580.760,11	(875.734,07)
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE E S/LUCRO	1.283.845,69	(2.525.304,99)
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	515.699,26	1.042.500,95
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	136.981,46	(141.840,08)
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(5.638.100,55)	1.467.763,97
REDUÇÃO PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	(736.413,42)	(1.390.410,69)
REDUÇÃO PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	(349.565,34)	(663.385,20)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.189.670,68	4.188.624,14
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	18.462,05	9.801,23
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(17.607.074,27)	(9.663.677,96)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(6.589.284,42)	(3.757.420,31)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(24.177.896,64)	(13.411.297,04)
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	25.000.000,00	14.500.000,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	25.000.000,00	14.500.000,00
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5.011.774,04	5.277.327,10

	2013	2012	VARIACÃO
CAIXA	2.651,38	8.423,33	(5.771,95)
BANCOS	347.731,34	1.858.835,26	(1.511.103,92)
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (SIAC)	12.399.427,54	5.870.777,83	6.528.649,71
	12.749.810,26	7.738.036,42	5.011.774,04

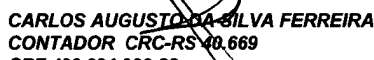
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.342.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15


CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria, e suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Adicionalmente, presta serviços de informática e assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral e entidades privadas.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/76, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória n.º 449/2008 de 12 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como as Resoluções CFC n.º 1.255/09 e 1.285/10).

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**(a) Disponibilidades**

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência.

(c) Provisão para Devedores Duvidosos

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que não seja controlador, controlada, coligada ou interligada com a PROCERGS. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar (principalmente impostos), impostos a compensar, e outros créditos tais como bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia, encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação está pelo custo médio de aquisição, inferiores aos valores do mercado.

(g) Serviços em Andamento

Nesta rubrica estão contabilizadas e demonstradas a valores históricos todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços, onde somente serão consideradas como custo, compondo o resultado do período, no momento em que seus respectivos faturamentos ocorrerem, objetivando dessa forma atender o princípio da competência.

(h) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São apresentados ao valor de sua realização, sendo que os Depósitos Judiciais referem-se a ações trabalhistas, para os quais constitui provisões no Passivo Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(i) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95.

(j) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/95. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

(k) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/95.

(l) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de renda e contribuição social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(m) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(n) Outras Obrigações

Neste item registramos as cauções de contratos recebidos pela Cia., os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeiras (Barrisul e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados a terceiros.

(o) Resultado do Exercício

É apurado em conformidade com o regime contábil obedecendo ao princípio da competência.

(p) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

4. Imobilizado

Discriminação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Anual
Terrenos	1.769.907,19	--x--	1.769.907,19	-- x --
Prédios	9.226.948,71	7.493.721,19	1.733.227,52	4%
Equip. de Produção	62.742.098,67	43.283.665,46	19.458.433,21	40%
Equip. de Apoio	3.461.972,95	2.587.265,00	874.707,95	20%
Instalações/Outros	9.917.222,51	6.445.987,15	3.471.235,36	17% ⁽¹⁾
Benf. Prédios de Terc.	978.124,24	683.694,27	294.429,97	20%
Imob. em andamento	333.781,53	-- x --	333.781,53	-- x --
Totais	88.430.055,80	60.494.333,07	27.935.722,73	

(1) Taxa Média

Em atendimento à Lei n.º 6.404/76 e suas atualizações, bem como o pronunciamento técnico CPC PME (Seção 18) aprovado pelas Resoluções CFC n.º

1.255/09 e 1.285/10, foi realizada a reclassificação do item "Programas de Computador" que pertencia ao grupo do Ativo Imobilizado para o grupo do Ativo Intangível.

A Companhia também avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo possa estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização.

5. Intangível

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Programas de Computador	26.883.040,01	15.424.046,06	11.458.993,95	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	--x--	2.911,08	-- x --
Marcas	5.101,65	--x--	5.101,65	-- x --
Totais	26.891.052,74	15.424.046,06	11.467.006,68	

6. Parcelamento de Contribuições Previdenciárias

Parcelamento concluído em junho de 2013.

7. Parcelamento de Obrigações Tributárias

(a) PASEP

Parcelamento concluído em junho de 2013.

(b) PASEP - DÍVIDA ATIVA

Parcelamento concluído em junho de 2013.

(c) COFINS

Parcelamento concluído em junho de 2013.

8. Patrimônio Líquido - Capital Social

O Capital Social é composto de 384.127.394 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	381.956.457	99,43
OI S.A.	ON	1.366.594	0,36
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,11
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,10
Total das ações		384.127.394	100,00

A Companhia possui um saldo de Capital a Integralizar, remanescente da subscrição de ações em 26/11/2012, na ordem de R\$20.500.000,00, conforme Boletim e Ata de Assembléia Geral Extraordinária n.º 98.

O valor patrimonial da ação em 31/12/13 é de R\$ 0,20, considerando a subscrição de 237.848.860 ações, conforme AGE acima mencionada, integralizado em 2012 o valor de R\$14.500.000,00, em 2013 o valor de R\$25.000.000,00, sendo o saldo previsto para integralização em 2014, conforme “Boletim de Subscrição de Ações”.

9. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destacamos, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	75.539.000,00
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	* Ver abaixo
Seguro de Vida em Grupo	Morte e invalidez	18.000.000,00

*Valor de Mercado Referenciado pela tabela de referência do FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) utilizando-se o fator de ajuste de 100% (cem por cento) sobre o valor de cotação do veículo, na data de liquidação do sinistro (Cláusula 2.3 do contrato).

(b) Provisões para Contingências

As atuais provisões contemplam as estimativas feitas pela Assessoria Jurídica Trabalhista, sobre contingências que possam resultar em perda para a Companhia, sendo classificadas no Passivo Circulante e Não Circulante, conforme a expectativa de desembolso.

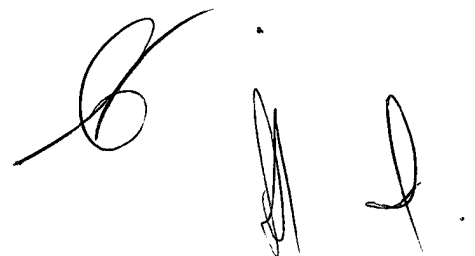
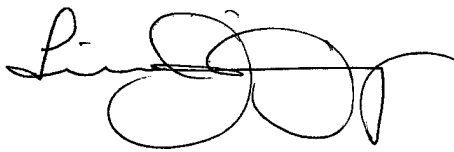
- As ações trabalhistas estão representadas por 89 processos, movidos por ex-empregados e terceiros, abrangendo, principalmente, reconhecimento de vínculo, horas extras, FGTS e diferenças de salários.
- As ações cíveis estão representadas por 04 processos movidos por terceiros.

Contingência	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhista	1.891.519,55	2.604.094,01
Cíveis	-	229.662,63
Total	1.891.519,55	2.833.756,64

(c) Plano Complementar de Aposentadoria e Pecúlio/Pensões

O Instituto Assistencial da PROCERGS – PROCÍUS, é uma pessoa jurídica de direito privado, criada na forma de sociedade civil pela PROCERGS – Cia. de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, que tem por finalidade prestar assistência, promover o bem-estar social e suplementar a previdência oficial em

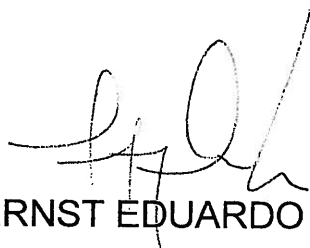
favor dos empregados e dirigentes da mantenedora. A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio, atuariamente calculado.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 40º, e tendo acompanhado, através da Análise Econômica, Financeira e Fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, a gestão da entidade no exercício de 2013, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial financeira e fiscal da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos acionistas.

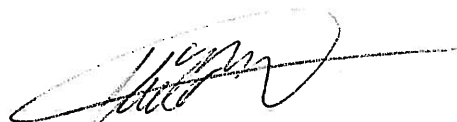
Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2014.



ERWIN ERNST EDUARDO KRAUSE JUNIOR



VALMOR BRAGA SIMONETTI



HENRIQUE CANDANO PEIXOTO

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RS

CNPJ 87.124.582/0001-04

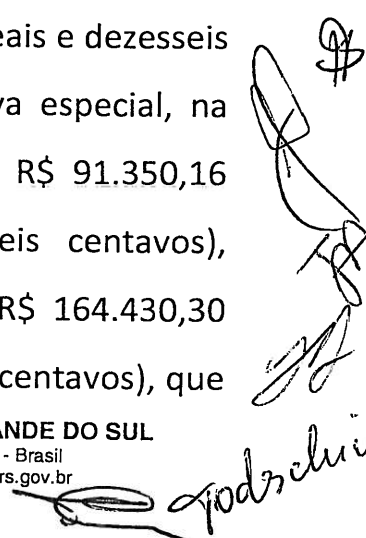
NIRE 43300020100

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO N.º 2014/01

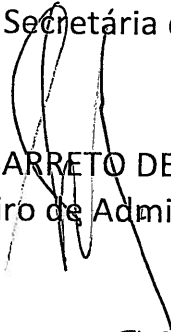
Aos treze dias do mês de fevereiro de 2014, às 16h, na Sala do Conselho da Sede da PROCERGS, reuniu-se o Conselho de Administração, com a presença dos Conselheiros firmados abaixo e da Diretoria da PROCERGS, a fim de apreciar e deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Apreciar as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; 2) Assuntos Gerais. DELIBERAÇÕES: 1) O Diretor Rosalino Mello, Diretor Administrativo-Financeiro, apresentou aos Conselheiros as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Os Conselheiros aprovaram as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, no qual tivemos um lucro líquido no valor de R\$ 365.400,65 (trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos reais e sessenta e cinco centavos); O Conselho recomenda à Assembleia de Acionistas a destinação do referido lucro, conforme determinado no Estatuto Social da Companhia, destinando 5% (cinco por cento) para a incorporação de reserva legal, no valor de R\$ 18.270,03 (dezoito mil, duzentos e setenta reais e três centavos); 25% (vinte e cinco por cento) para a incorporação da reserva de reequipamentos, no valor de R\$ 91.350,16 (noventa e um mil, trezentos e cinquenta reais e dezesseis centavos); 25% (vinte e cinco por cento) destinado para reserva especial, na conta de dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 91.350,16 (noventa e um mil, trezentos e cinquenta reais e dezesseis centavos), remanescendo desta forma um lucro acumulado no valor de R\$ 164.430,30 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta reais e trinta centavos), que

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br



foi totalmente levado para reserva de reequipamentos em função da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, Art. 178, §2º que alterou a Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, não permitindo que no balanço patrimonial, dentro do grupo patrimônio líquido, permaneça saldo a título de lucros acumulados. Os Conselheiros recomendam ainda a aprovação da transferência, já efetuada dentro do exercício, do saldo remanescente de lucros acumulados R\$ 164.430,30 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta reais e trinta centavos), para reserva de reequipamentos; e o valor de R\$ 91.350,16 (noventa e um mil, trezentos e cinquenta reais e dezesseis centavos), referente à reserva especial, lançado na conta de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, seja levado, da mesma forma, para a reserva de reequipamentos, amparado pelo Art. 202, § 3º, da Lei n.º 6404/76. Por fim, a Diretoria solicita ao Conselho de Administração a excepcionalização prevista no Decreto 48.990/2012, alterado pelo Decreto 51.207/2014; 2) Nada mais havendo a tratar a reunião é dada por encerrada, sendo lavrada a presente ata, que após lida foi aprovada e assinada por mim, Jaiane Araujo Hund, Secretária do Conselho, e pelos Conselheiros presentes.



ANDRÉ LUIZ BARRETO DE PAIVA FILHO
Conselheiro de Administração



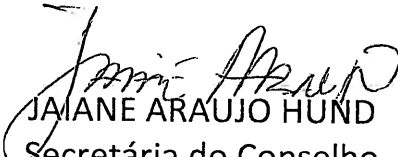
CARLOS ATILIO TODESCHINI
Conselheiro de Administração



MARCIA SCHÜLER
Conselheira de Administração



IRIA SALTON ROTUNNO
Conselheira de Administração
(Suplente)



JAIANE ARAUJO HUND
Secretária do Conselho

Visto: 
PEDRO RUTHSCHILLING
OAB/RS 11.906

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL

C.N.P.J. 87.124.582/0001-04

NIRE 43300020100

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA Nº 102

(Lavrada na forma de sumário, conforme art. 130, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76)

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas, na sede social da **PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, situada na Praça dos Açorianos s/nº, 3º andar, na Sala do Conselho, Bairro Centro Histórico, em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. **2 - PRESENÇAS:** Conforme "Livro de Presença de Acionistas", folha nº 19, estiveram presentes a Sr.ª **IRIA SALTON ROTUNNO**, representante do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. **EDUARDO ANTONIO PETERS**, representante da CORSAN - Companhia Rio-grandense de Saneamento; o Sr. **CARLOS CESAR BENTO FILHO**, representante do IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. **GABRIEL RIBEIRO DE CAMPOS**, representante da Oi S.A., totalizando 100% (cem por cento) das ações da Companhia, instalando-se assim, a presente Assembleia Geral Ordinária. **3 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Por aclamação foram escolhidos para presidir os trabalhos, a Sr.ª **IRIA SALTON ROTUNNO**, representante do Estado do Rio Grande do Sul, acionista majoritário e, como secretário, o Sr. **Carlson Janes Aquistapasse**. **4 - DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Face a presença da totalidade dos representantes dos acionistas, em conformidade com o disposto no art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, estão dispensadas as formalidades das publicações legais de convocação para a presente Assembleia Geral Ordinária. **5 - ORDEM DO DIA:** a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2013 e deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2013 e a distribuição de dividendos; b) Eleição

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

dos membros do Conselho Fiscal; c) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal; d) Outros assuntos de interesse da Companhia. **6- DELIBERAÇÕES:** a) **Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras referente ao exercício de 2013:** A Assembleia de Acionistas aprovou as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O Sr. Rosalino Mello, Diretor Administrativo-Financeiro, apresentou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, aprovada em reunião realizada em treze de fevereiro de 2014 pelo Conselho de Administração da Companhia. As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, apresentaram um lucro líquido no valor de R\$ 365.400,65 (trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos reais e sessenta e cinco centavos); A Assembleia de Acionistas aprovou a recomendação do Conselho de Administração no tocante à destinação do referido lucro, conforme determinado no Estatuto Social da Companhia, destinando 5% (cinco por cento) para a incorporação de reserva legal, no valor de R\$ 18.270,03 (dezoito mil, duzentos e setenta reais e três centavos); 25% (vinte e cinco por cento) para a incorporação da reserva de reequipamentos, no valor de R\$ 91.350,16 (noventa e um mil, trezentos e cinquenta reais e dezesseis centavos); 25% (vinte e cinco por cento) destinado para reserva especial, na conta de dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 91.350,16 (noventa e um mil, trezentos e cinquenta reais e dezesseis centavos), remanescendo desta forma um lucro acumulado no valor de R\$ 164.430,30 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta reais e trinta centavos), que foi totalmente levado para reserva de reequipamentos em função da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, Art. 178, §2º que alterou a Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, não permitindo que no balanço patrimonial, dentro do grupo patrimônio líquido, permaneça saldo a título de lucros acumulados. Os Acionistas aprovaram a transferência, conforme recomendação do Conselho de Administração, já efetuada dentro do exercício, do saldo remanescente de lucros acumulados R\$ 164.430,30 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta reais e trinta centavos), para reserva de reequipamentos; e o valor de R\$ 91.350,16 (noventa e um mil, trezentos e

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

cinquenta reais e dezesseis centavos), referente à reserva especial, lançado na conta de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, seja levado, da mesma forma, para a reserva de reequipamentos, amparado pelo Art. 202, § 3º, da Lei n.º 6404/76. Por fim, os Acionistas aprovaram a excepcionalização prevista no Decreto 48.990/2012, alterado pelo Decreto 51.207/2014. **b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal:** A Assembleia Geral de Acionistas elegeu para o período de 1 (um) ano, a contar desta data, os seguintes membros do Conselho Fiscal: **TITULARES: Valmor Braga Simonetti**, brasileiro, casado, Agente Fiscal do Tesouro do Estado, residente e domiciliado na Rua Dr. Armando Barbedo, 1003 ap. 303, Bairro Tristeza, Porto Alegre – RS, Documento de Identidade nº 1014969677, expedido pela SSP/RS, CPF nº 243669430-34; **Henrique Candano Peixoto**, brasileiro, União estável, Servidor Público Municipal – Economista, residente e domiciliado na Rua Sofia Veloso, 104 apto. 803, Bairro Cidade Baixa, Porto Alegre – RS, Documento de Identidade nº 8034110001, expedido pela SSP/RS, CPF nº 63132508004; **Erwin Ernst Eduardo Krause Junior**, brasileiro, Casado, Serv. Público, residente e domiciliado na Av. Elias Cirne Lima, 200/404, Bairro Intercap, Porto Alegre – RS, Documento de Identidade nº 4017935711, CPF nº 47348216072; **SUPLENTE: Aniger Lorena Ribeiro de Oliveira**, brasileira, Solteira, residente e domiciliada na Rua Miguel Tostes, 986 apto. 21 Bairro Rio Branco, Porto Alegre – RS, Documento de Identidade nº 5040158924, CPF nº 65000668049; **Juan Alberto Barbieri Carvalho**, brasileiro, Casado, Servidor Público Técnico do Tesouro do Estado, residente e domiciliado na Rua Alcebíades Antônio dos Santos, 635, casa 4, Bairro Nonoai - Porto Alegre – RS, Documento de Identidade nº 5053014931, expedido pela SSP/RS, CPF nº 91322375020; preenchendo todos eles os requisitos legais para o exercício da função. **c) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal:** Fica estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Fiscal em 15% (quinze por cento) sobre a média da remuneração mensal da Diretoria. **d) Em outros assuntos de interesse da Companhia**, nada foi deliberado. **7- ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Concluídos os assuntos do dia, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a palavra à disposição dos Acionistas presentes. Não tendo ninguém se manifestado e nada mais havendo a tratar, a Senhora

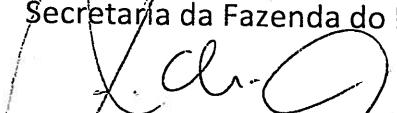
PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

Presidenta deu por finda a Assembleia, tendo eu Secretário, redigido, e feito lavrar a presente Ata, na forma sumária, autorizada pelo § 1º, do art. 130, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Após lida e achada conforme em todos os seus termos, vai por todos os presentes aprovada e assinada, extraíndo-se as cópias necessárias e destinadas aos fins legais.


IRIA SALTON ROTUNNO

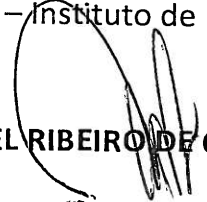
Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul


EDUARDO ANTONIO PETERS

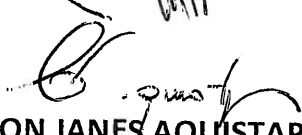
CORSAN – Companhia Rio-grandense de Saneamento


CARLOS CESAR BENTO FILHO

IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul


GABRIEL RIBEIRO DE CAMPOS

Oi S.A.


CARLSON JANES AQUISTAPASSE

Secretário

Visto:


PEDRO RUTHSCHILLING

OAB/RS 11.906

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO NEGATIVA DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
REGISTRO.....	: RS-040669/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 400.091.900-82

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 26.02.2014 as 08:38:05.

Válido até: 31.03.2014.

Código de Controle: 161467.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Mineração
CRM**



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Diretoria (1)

Elifas Marion Kerller Simas
Márcio Lopes Cairuga
Eduardo Martins Medeiros

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho de Administração

• Membros Titulares

João Victor de Oliveira Domingues (4)
Elifas Mariom Kerller Simas (2)
Flávio Koutzii (2)
Alessandro Pires Barcellos (8)
Carlos Eduardo Grisolia da Rosa (3)
Alexandre Vilmar Jacoby Stolte (4)

Presidente

• Membros Suplentes

João Luis de Matos (4)

Conselho Fiscal

• Membros Titulares

Andrew Carvalho Pinto (5)
Felipe Rispoli Leal (6)
Helen Martins Cabral (7)
Giordano Borba de Freitas (7)

Presidente

• Membros Suplentes

Márcio Rogério Pilger (7)
Everton de Souza (7)

- (1) Eleição e posse em 18.01.2011, reeleição em 30.01.2013
- (2) Eleição e posse em 18.01.2011, reeleição em 30.01.2013
- (3) Eleição e posse em 27.04.2011, reeleição em 30.01.2013
- (4) Eleição e posse em 22.01.2014
- (5) Eleição e posse em 06.04.2011, reeleição em 24.04.2013
- (6) Eleição em 30.10.2013, posse em 31.10.2013
- (7) Eleição e posse em 22.01.14.
- (8) Eleição e posse em 08.08.2012, reeleição em 30.01.2013



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gásleo Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração - CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

O ano de 2013 foi marcado pela lenta recuperação do quadro econômico dos Estados Unidos e países europeus após a última crise, e pela expansão superior a 7,5% a.a. na China. No Brasil, foi registrado um baixo crescimento em 2013, ficando a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto em torno de apenas 2,3% a.a., conforme último Relatório de Inflação publicado pelo Banco Central do Brasil, e abaixo da estimativa anual inicial que era 3,1% a.a. A projeção de crescimento do PIB apresentada pelo BCB para os próximos quatro trimestres é de 2,3% a.a. também. Além disso, ao longo de 2013 o Brasil



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Gerando Energia e Desenvolvimento Social

apresentou reduzidos investimentos e inflação pressionada, bastante próxima à meta máxima. Por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro apresentou níveis de desemprego historicamente baixos e rendimentos elevados, aumentando consideravelmente o consumo. Quanto ao carvão mineral, não se confirmaram as expectativas do setor. Apesar da intensa geração térmica ao longo do ano em razão dos baixos níveis nos reservatórios brasileiros, os mais baixos em uma década, houve a frustração dos resultados dos leilões A-5. Nos dois certames ocorridos em agosto e dezembro de 2013, nenhum projeto envolvendo carvão mineral obteve sucesso em razão do preço-teto pouco atrativo.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2013 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o mínimo contratual de 275.000 t/mês ou 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termoeletrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE. No entanto, problemas operacionais nas Fases A + B e de ajustes na Fase C, incluindo uma parada de 20 dias para manutenção no mês de dezembro, limitaram sua geração durante o exercício, o que sem dúvida prejudicou o desempenho operacional que seria possível ser atingido pela CRM, face aos baixos índices pluviométricos e de acumulação de água nos reservatórios do Sistema Interligado. A Mina de Candiota encerrou o ano com um fornecimento à UPME/CGTEE de 3.244.953 t, ou seja, aproximadamente 98,3% do mínimo contratual, mas bem abaixo da produção que poderia ser obtida, considerando a capacidade instalada da mina (5.000.000 t/ano) e a demanda por geração térmica do período.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gácho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Na Mina do Leão, o fornecimento à Usina de São Jerônimo se manteve no mínimo contratual de 6.500 t/mês de carvão CE 4.200 até agosto de 2013, quando o fornecimento foi reduzido para 2.000 t/mês até o término do contrato em dezembro deste ano.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2009	2010	2011	2012	2013	VARIAÇÃO % 2013/2012
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00
CE 5200	50.053	53.277	12.195	3.751	27.055	621,27
CE 4700	13.155	0	0	4.885	19.567	300,55
CE 4500	15.433	8.002	942	0	301	-
CE 4200	53.136	39.092	46.923	42.494	33.349	-21,52
CE 3300	1.661.920	1.699.102	2.000.466	2.776.961	3.264.605	17,56
CE 5200*	19.179	15.831	0	0	0	0,00
CE 4200*	1.615	643	2.301	4.513	3.469	-23,13
CE 5500*	0	1.583	4.797	2.945	6.000	103,74
ROM	0	0	0	0	2.969	-
TOTAL	1.814.491	1.817.530	2.067.624	2.835.549	3.357.316	18,40

* Carvões Finos

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2013 continuou sendo determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica- CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici –



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Gerando Energia e Desenvolvimento Social

UPME no período, e em função das limitações contratuais da Usina de São Jerônimo - UTSJ. O cálculo mantém os mesmos critérios adotados anteriormente, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Carvão Vendável (t/ano)	1.814.491	1.817.530	2.067.624	2.835.549	3.357.316
Total Homem/dia	83.504	83.483	109.702	115.049	108.813
PCV* (t/H/d)	21,73	21,77	18,85	24,65	30,85

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM

Valores históricos em reais

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Bruta Anual	97.557.110	105.861.897	149.481.715	158.665.290	171.671.942
Receita Líquida Anual	91.382.960	99.741.480	142.682.298	151.508.331	162.404.735
Custos dos Prod. Vendidos	61.954.381	67.641.658	78.520.447	104.135.365	111.338.705
Resultado Bruto	29.428.579	32.099.822	64.161.851	47.372.966	51.066.031
Despesas Operacionais	12.553.010	17.218.415	35.913.413	15.432.192	49.278.782
Res. Oper. antes Res. Financ.	16.875.569	14.881.407	28.248.438	31.940.774	1.787.249
Resultado Financeiro	-12.608.717	-13.168.955	-43.031.041	-16.204.780	-7.636.708
Resultado Operacional	4.266.852	1.712.452	-14.782.603	15.735.994	1.787.249
Investimentos	13.412.074	23.969.737	23.049.975	16.279.155	15.747.558



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão de Qualidade Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Valores em reais de 31/12/2013, com base na variação do IGP-DI/FGV.

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Bruta Anual	130.038.600	126.782.076	170.501.608	167.421.022	171.671.942
Receita Líquida Anual	121.808.776	119.452.157	162.746.067	159.869.116	162.404.735
Custos dos Prod. Vendidos	82.581.997	81.008.843	89.561.874	109.881.936	111.338.705
Resultado Bruto	39.226.779	38.443.313	73.184.194	49.987.180	51.066.031
Despesas Operacionais	16.732.515	20.621.078	40.963.503	16.283.797	49.278.782
Res. Oper. antes Res. Financ.	22.494.264	17.822.236	32.220.691	33.703.383	1.787.249
Resultado Financeiro	-16.806.770	-15.771.373	-49.082.001	-17.099.019	-7.636.708
Resultado Operacional	5.687.494	2.050.863	-16.861.310	16.604.364	1.787.249
Investimentos	17.877.603	28.706.580	26.291.228	17.177.498	15.747.558
Produção carvão ROM (t)	2.013.187	2.015.205	2.207.739	2.914.363	3.366.843
Pessoal Próprio	344	401	402	429	393

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2013 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R\$ 15,75 milhões. Estes recursos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM.

As novas aquisições fazem parte de um projeto de expansão da Companhia, que visa a redução de contratação de serviços terceirizados nos processos operacionais das minas.

1.6. Empreendimentos em desenvolvimento

É a seguinte a situação dos principais empreendimentos que a CRM participa:



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota é vinculada ao abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, com capacidade instalada de 796 MW e localizada no município de Candiota (RS). Durante 2013 a CRM, naquela Unidade, deu continuidade à implantação do seu plano de expansão através de investimentos realizados exclusivamente com recursos próprios. Este projeto visa à manutenção de uma capacidade instalada de 5.000.000 t/ano de carvão CE 3.300.

1.6.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de “royalties” mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de “royalties” quando da venda do carvão produzido, bem como permitir a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM buscou uma solução racional para o aproveitamento dos recursos investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.

1.6.3. Mina do Iruí

A CRM, durante 2013, continuou efetuando estudos geológicos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termoelétrica na região do Município de Cachoeira do Sul.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1.7. Novos Empreendimentos

Embora prejudicadas pela não participação do carvão mineral nos Leilões A – 5 realizados em 2013 foram mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas deverão ter seguimento em 2014 visando aumentar a participação do carvão mineral na matriz de geração de energia elétrica nacional.

1.8. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2013 a CRM, procurando atender através das ações de suas Superintendências e das diversas Gerências, desenvolveu políticas visando atender às diretrizes propostas pelo Governo do Estado, com o objetivo de atingir as metas de produção de carvão para a produção de energia com responsabilidade social e sustentabilidade e, desta forma, preservando o meio ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado, sempre visando o fortalecimento da CRM como empresa pública. Neste período buscou-se de forma intensa oferecer aos colaboradores da empresa melhores condições de trabalho com a melhoria dos equipamentos, a continuidade do Programa de Treinamento e Desenvolvimento, melhorias nos locais de trabalho, construção de uma nova oficina mecânica e de um novo refeitório e vestiário, além do aperfeiçoamento das atividades de ginástica laboral. Foi assinado novo acordo coletivo com os sindicatos dos trabalhadores com readequações da política salarial da empresa com vigência de dois anos, com a manutenção de todas as cláusulas sociais dos dissídios anteriores e ganho real para os salários. Foi realizado, em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH, concurso público para o preenchimento de 85 (oitenta e cinco) vagas para as áreas operacional e administrativa, o que oportunizará uma melhor utilização dos novos equipamentos recém-adquiridos e uma renovação da nossa força de trabalho. Da mesma forma, também com o fito de renovar a força de trabalho, sempre em benefício da



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Companhia e, por evidente, de seus colaboradores, houve a inserção de regramento no acordo coletivo de trabalho incentivando o afastamento do quadro funcional dos empregados com mais de 20 anos de atividade laboral, bem como daqueles já aposentados por idade, e que manifestassem interesse para tanto, com uma contraprestação pecuniária adequada, além da manutenção temporária dos planos de saúde e contribuição patronal destinadas ao plano de complementação da aposentadoria instituído pela CRM junto a Fundação CEEE, o CRMPrev.

1.9. Meio Ambiente

Na Mina do Leão, a CRM permanece expandindo as cortinas verdes no entorno da área industrial (beneficiamento e pátios de estocagem) e recuperando as antigas bacias de decantação. Na área Boa Vista foi implantado um mato de acácias, em áreas recuperadas, com vistas à exploração comercial de madeira. A atual área em mineração (Mina São Vicente Norte) manteve o sistema de tratamento de águas em operação e a recuperação de áreas mineradas.

Na Mina de Candiota, foi mantido o plantio de arbóreas nativas, expandida a recuperação de áreas mineradas e implantadas diversas barragens de decantação de águas provenientes das cavas de mineração.

Novos piezômetros foram instalados no entorno das áreas mineradas, tanto em Candiota como no Leão, visando o controle da qualidade das águas subterrâneas.

Foi contratada uma empresa e está em andamento a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para as áreas da Jazida de Candiota na qual a CRM possui concessões de pesquisa e lavra; prevemos para o segundo semestre de 2014, a conclusão e entrega na Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM destes estudos.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos cinco anos, nas unidades mineiras da CRM (em hectares):



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Gerando Energia e Desenvolvimento Social

			2009	2010	2011	2012	2013
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		461	477	507	553	595
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		413	420	456	471	493
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		398	410	454	476	500
MALHA II (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		356	356	356	356	356
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		356	356	356	356	356
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		356	356	356	356	356
MALHA I (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		65	65	65	65	65
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		54	54	59	59	59
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		41	47	58	58	58
BOA VISTA (Leão)	ÁREA IMPACTADA		41	41	41	41	41
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		26	26	26	35	35
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		21	21	21	24	24
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA		13	27	39	41	42
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		3	5	11	16	16
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		1	3	9	13	13
TOTAIS CRM	ÁREA IMPACTADA	Total	936	966	1.008	1.056	1.099
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	Total	852	861	908	937	959
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	Total	817	837	898	927	951



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1.10. Perspectivas

Está sendo esperada a realização de novos leilões de energia nova A-5 ainda no primeiro semestre de 2014, com a participação de usinas de carvão. Apesar de 2014 tratar-se de um ano de eleições, acredita-se que, independente dos seus resultados, será um ano de discussões e novas propostas para o setor energético, mas que o sistema continuará com sua rotina já estabelecida e com as mesmas tendências, por tratar-se de um modelo já estruturado.

Existe também a perspectiva de manutenção no despacho termelétrico em 2014 em volume elevado, a fim de reduzir os riscos de problemas de fornecimento de energia ao país, em razão do baixo armazenamento de água nos reservatórios das usinas hidroelétricas. A situação em alguns reservatórios, como os da região Nordeste, por exemplo, preocupam, pois estão em seu menor nível em mais de 90 anos. Assim, há a tendência de aumento de preços no setor, não apenas pela necessária geração térmica, mas também pelo maior custo de insumos e ajuda do Governo que, certamente, será cobrada a frente.

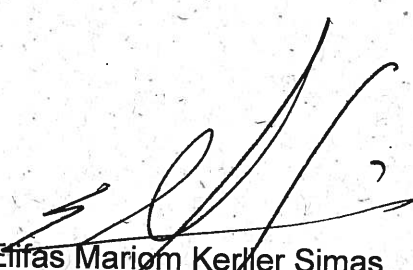
O ano de 2013, no setor, foi marcado pela elaboração e discussão do novo marco regulatório da mineração, ainda em trâmite e previsto para entrar em vigor em 2014. O novo regulamento prevê a elevação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM de 3% (três por cento) para 4% (quatro por cento), o que representa elevação de custos, mas que, por outro lado, aumentará a arrecadação, principalmente dos municípios onde se localizam mineradoras. Além da elaboração de mapa geológico do país e transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM em agência reguladora, um pontos bastante criticados e apontado como retrocesso em relação à regulamentação atual é a eliminação do direito de prioridade, que hoje garante a outorga do poder público a quem primeiro requerer uma área para a realização de pesquisa.



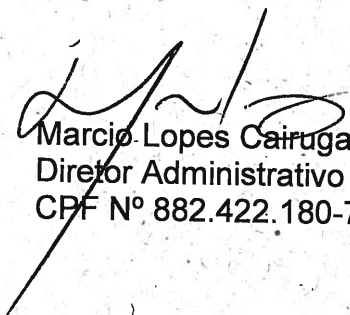
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Dentre os objetivos desta Diretoria para o ano de 2014 está o início da operação da Planta Piloto de Beneficiamento a Seco na Mina de Candiota, o aumento da participação na produção com recursos (pessoal) próprios sobre a produção terceirizada, tendo em vista a nomeação dos novos concursados, e o encaminhamento de projetos na área de gaseificação.

Porto Alegre, 18 de março de 2014



Elifas Mariom Kerler Simas
Diretor Presidente
CPF Nº 252.982.750-87



Marcio Lopes Cairuga
Diretor Administrativo
CPF Nº 882.422.180-72



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2013	2012
Circulante	111.293	112.796
Disponibilidades	18.146	23.628
Contas a receber de clientes	13.435	12.277
Demais contas a receber (nota 2.5.2.2)	36.082	33.295
Estoques (nota 2.5.3)	8.575	14.559
Despesas do exercício seguinte	35.055	29.037
Não Circulante	260.354	257.474
Realizável a longo prazo	1.179	3.126
Devedores por aquisição de imóveis	21	25
Empréstimos, depósitos compulsórios (nota 2.5.4)	1.158	1.412
Outros valores	0	1.689
Investimentos (nota 2.5.5)	170.481	170.481
Custo	174.453	174.453
(-) Provisão para perda	-3.972	-3.972
Imobilizado (nota 2.5.6)	86.979	81.996
Custo	233.456	223.572
(-) Depreciação e exaustão acumulada	-104.180	-102.700
(-) Provisão para perda	-38.876	-38.876
(-) Provisão perda por Impairment	-3.421	0
Intangível	1.715	1.871
Total	371.647	370.270



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	2013	2012
Circulante	69.589	69.582
Fornecedores	8.287	9.568
Salários e encargos sociais	2.191	2.370
Impostos e contribuições sociais	3.275	4.473
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	2.752	2.542
Demais contas a pagar (nota 2.5.7)	32.534	32.483
Juros sobre o capital próprio	20.550	18.146
Não Circulante	23.935	23.570
Empréstimos e financiamentos (nota 2.5.8)	0	0
Contribuição social		0
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	3.604	3.561
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.14)	5.927	6.076
Tributos federais a recolher (nota 2.5.10)	14.404	13.933
Patrimônio líquido	278.123	277.118
Capital social (nota 2.5.11.1)	251.465	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.11.3)	11.505	11.865
Lucro/Prejuízos acumulados	15.153	13.788
Total	371.647	370.270



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2013	2012
Receita bruta das vendas	171.672	158.665
(-) Impostos sobre vendas	-9.267	-7.157
Receita líquida de vendas	162.405	151.508
(-) Custo dos produtos vendidos	-111.339	-104.135
Lucro bruto	51.066	47.373
Despesas / Receitas operacionais	-30.751	-14.274
Comerciais	-2.358	-1.362
Gerais e administrativas	-24.179	-24.336
Outras despesas	-1.217	-936
Despesas Indedutíveis	-5.438	-4.089
Outras receitas (nota 2.5.12 c)	2.441	16.449
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	20.315	33.099
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.12 a/b)	-17.665	-16.205
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	2.650	16.894
Contribuição social (nota 2.5.13)	-262	-683
Imposto de renda (nota 2.5.13)	-669	-1.807
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	1.719	14.404
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.11.2)	6.894	10.691
Participação dos empregados no resultado das operações (nota 2.5.19)	-863	-1.158
Lucro líquido do exercício	7.750	23.937
Lucro por lote de mil ações do capital social	0,63	2,09



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	857	13.246
justes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	6872	6.707
Custo das baixas do ativo imobilizado	629	839
Juros e Variações Monetárias ativas	(663)	(719)
Juros e Variações Monetárias passivas	219	7.158
Reversão Provisão para contingências fiscais	211	1.152
Reversão Provisão para contingências Cíveis/trabalhistas	44	1.506
Provisão Reversões tributárias, Trabalhistas e outras	11178	(1.882)
Provisão para impostos e contribuições sociais	930	2.490
Lucro líquido ajustado	20.277	30.497
Variações no ativo:		
Aumento contas a receber de clientes	(1.158)	(153)
Aumento estoques	5.984	(905)
Aumento/redução outras contas	(25)	(10.537)
Aumento/Redução créditos tributários	(6.170)	(8.705)
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	(1.280)	3.311
Aumento/Redução impostos e contribuições	(2.188)	(7.491)
Provisão Redução para contingências trab. e cíveis	-	253
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	133	(455)



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gácho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Aumento outras contas a pagar	(1.114)	(33.286)
Transf. de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	(68)	4.657
Outras Adições ao exigível a longo prazo	(1)	40.771
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>14.390</u>	<u>17.957</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Amortização de financiamentos	4.124	(14.171)
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>4.124</u>	<u>(14.171)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-
Imobilizado	(15.748)	(16.279)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(15.748)</u>	<u>(16.279)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.482)</u>	<u>12.495</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>23.628</u>	<u>36.123</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>18.146</u>	<u>23.628</u>

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi à seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Varição</u>
Disponibilidades	<u>18.146</u>	<u>23.626</u>	<u>(5.480)</u>
Caixa	24	23	1
Disponibilidades em bancos	2.076	1.000	1.076
Aplicações financeiras	16.046	22.604	(6.558)
Numerário em transito	0	0	0



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2013

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Lucros Acumulados	Total Geral
Saldo em 31 de dezembro 2011 (ajustado)	235.430	12.168	-	(133.886)		113.712
Aumento de Capital	150.000					150.000
Redução de Capital	(133.965)			133.886		(79)
Reserva de Lucros			13.788		(13.788)	
Reserva de reavaliação						
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)			345	(115)
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		156				156
Ajustes de Exercícios anteriores					197	197
Lucro líquido do exercício					23.938	23.938
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio					(10.692)	(10.692)
Saldo em 31 de dezembro 2012	251.465	11.864	13.788	-		277.117
Aumento de Capital						-
Redução de Capital						-
Reserva de Lucros			1.365		(1.365)	-
Reserva de reavaliação						-
Realização da Reserva de Reavaliação		(508)			508	-
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		149				149
Ajustes de Exercícios anteriores						-
Lucro líquido do exercício					7.751	7.751
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio					(6.894)	(6.894)
Saldo em 31 de dezembro 2013	251.465	11.505	15.153	-	-	278.123

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013.

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações financeiras será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.2.2. Demais Contas a Receber: R\$ 36.082 mil (R\$ 33.295 mil em 2012), compondo-se de:

- a) Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 223 mil (R\$ 572 mil em 2012);
- b) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 5 mil (R\$ 5 mil em 2012);
- c) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 2.914 mil (R\$ 1.220 mil em 2012);
- d) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 105 (R\$ 0,00 em 2012);



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Gerando Energia e Desenvolvimento Social

- e) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 397 mil (R\$ 397 mil em 2012);
- f) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 13.208 mil (R\$ 9.364 mil em 2012);
- g) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 10.001 mil (R\$ 10.833 mil em 2012);
- h) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 4.193mil (R\$ 3.632 mil em 2012), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;
- i) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 2.142 mil (R\$ 1.788 mil em 2012);
- j) Amortização Parcelamento IRPJ – R\$ 2.643 mil (R\$ 1.571 mil em 2012);
- k) Aplicações Caixa Único - R\$ 22 mil (R\$ 1.165 mil em 2012);
- l) Outros Valores – R\$ 229 mil (R\$ 2.748 mil em 2012);

2.5.3. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Carvão	<u>2.404</u>	<u>9.364</u>
Produtos Acabados	919	2.702
Produtos em Elaboração	1.485	6.662
Almoxarifado	6.171	5.195
Total	<u>8.575</u>	<u>14.559</u>



2.5.4. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.158 mil (R\$ 1.412 mil em 2012), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósitos para Garantia de Juízo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R\$ 86 mil (R\$ 361 mil em 2012);
- b) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2012);
- c) Depósitos Trabalhistas – R\$ 342 mil (R\$ 334 mil em 2012);
- d) Questões Fiscais – R\$ 13 mil (R\$ 0 mil em 2012).

2.5.5. Investimentos

O valor total de R\$ 170.481 mil corresponde a: R\$ 10 mil em ações da subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração - COM, R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição e R\$ 170.427 mil em investimentos referentes ao arrendamento da Mina do Leão II, que foram reclassificados de imobilização em andamento para investimentos.

2.5.6. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição.

Durante o ano de 2013, não houve alguma ocorrência relevante que pudesse provocar alterações na vida útil econômica e valor residual já estimados para cada bem existente do ativo imobilizado atendendo a lei 11.638/07 de NBCTG 27 e 04.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gásco Gerando Energia e Desenvolvimento Social

a) Provisão para Perda

Conforme o demonstrativo a seguir, permanece com uma Provisão para Perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76, NBCTG 01 e 32 e CVM 527/07º, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados e considerando o encerramento do contrato de abastecimento da Usina Termoeletrica de São Jerônimo da CGTEE (UTSJ/CGTEE), em face a sua desativação ao final do exercício de 2013, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de R\$ 3.420 mil.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

c) Demonstrativo do Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2012	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE- RÊNCIAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2013	Taxas de depreciação anual em %
Terrenos e Terras	1.900	0	(1)	0	0	1.899	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.718	0	(49)	0	0	5.669	0
Prédios de Uso/Residenciais	9.783	49	0	0	0	9.832	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	0	3.701	0,03 a 6,81
Jazidas e Horto Florestais	11.053	0	0	0	0	11.053	0,19 a 2,50
Equip.de Produção	108.268	6.961	(1.507)	0	0	113.722	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	1.914	363	(73)	0	0	2.204	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	4.802	3	(1.974)	0	0	2.831	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	886	43	(88)	0	0	841	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.722	735	(696)	0	0	7.761	0,27 a 45,99
Instalações	12.482	336	(1.477)	0	0	11.341	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	0	478	3,71 a 100,00
Bens em Operação	185.707	8.490	(5.865)	0	0	188.332	
Deprec./Exaustão Acumulada	(103.012)	0	5.236	0	(6.872)	(104.648)	0
Subtotal	82.695	8.490	(629)	0	(6.872)	83.684	
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	0	7.446	0
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182	0	0	0	0	2.182	0
Subtotal	9.628	0	0	0	0	9.628	
Imobilização em Andam.	30.420	7.257	0	0	0	37.677	
Bens em Formação	30.420	7.257	0	0	0	37.677	0
Subtotal	122.743	15.747	(629)	0	(6.872)	130.989	
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)	0
Provisão Perda Imperment	0	(3.420)	0	0	0	(3.420)	0
Total	83.867	12.327	(629)	0	(6.872)	88.693	

Para melhor classificação contábil, o valor referente ao projeto de implantação da Mina do Leão II que se encontra arrendado à Carbonífera Criciúma, foi transferido para o Ativo – Investimentos, em 2012, no montante de R\$ 170.482 mil.

Foi também transferido por melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o



ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

2.5.7. Demais Contas a Pagar: R\$ 32.534 mil (R\$32.483 mil em 2012), compondo-se basicamente de:

- a) Aluguéis e contas a pagar - R\$ 168 mil (R\$ 117 mil em 2012);
- b) Encargos sociais a pagar – R\$ 45 mil (R\$ 3 mil em 2012);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 773 mil (R\$ 650 mil em 2012);
- d) Provisões para encargos sociais - R\$ 5.162 mil (R\$ 5.175 mil em 2012);
- e) Adiantamento de clientes - R\$ 26.333 mil (R\$ 26.477 mil em 2012);
- f) Termos de convênios – R\$ 13 mil (R\$ 15 mil em 2012);
- g) Retenções contratuais – R\$ 40 mil (R\$ 46 mil em 2012).

2.5.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic,



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gáucha Gerando Energia e Desenvolvimento Social

quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

No ano de 2012, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que era o credor deste financiamento, integralizou o total da dívida que em 2011 era de R\$ 108.148 mil em aumento do Capital Social.

2.5.9. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2013	2012	2013	2012
	Passivo Circulante		Ativo Circulante	
Fiscais	2.742	2.542	0	0
Trabalhistas	0	0	0	0
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	3.302	2.768	342	333
Fiscais	0	0	13	0
Cíveis	302	793	0	0
	3.604	3.561	355	333
Total	6.346	6.103	355	333

De acordo com a expectativa de êxito, no entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, a Companhia não está constituindo provisão



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gásco Gerando Energia e Desenvolvimento Social

para pagamento de diferenças devidas de PIS e COFINS, no montante aproximado de R\$ 42.637 mil, conforme processos nº. 11080-014.351/2008-37 e 11080-721.627/2010-51, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Ainda conforme entendimento de expectativa de êxito pela consultoria jurídica Sbaraini, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995, no montante aproximado de R\$ 1.136 mil, conforme processo n 11.080.006.710/2004-59, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

Foi constituída a provisão dos honorários de sucumbência contra a Companhia no valor de R\$ 2.752 mil (R\$ 2.542 mil 2012), cuja origem é o processo nº 11080-007.266/2003-16 junto à PGFN, execução fiscal federal 2006.71.00.047343-7-RS.

2.5.10. Tributos Federais a Recolher: R\$ 14.251 mil (R\$ 13.933 mil em 2012)

Deste total, R\$ 15.395 mil (R\$ 13.835 mil em 2012) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa.

A decisão favorável (no segundo grau) proferida no julgamento do recurso de apelação interposto no Mandado de Segurança 5048981-801.2011.404.7100-RS permanece sem movimento processual que noticie a interposição de recurso especial ou extraordinário por parte da Fazenda Nacional.

A Companhia possui outros quatro parcelamentos de IRPJ que totalizam em R\$ 104.605mil (R\$ 164.171 mil em 2012).



2.5.11. Patrimônio Líquido

2.5.11.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 251.465 mil (R\$ 251.465 mil em 2012), representado por 10.896.426 ações ordinárias (10.896.426 ações ordinárias em 2012), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 418.593 mil (R\$ 418.593 em 2012)

2.5.11.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de R\$ 6.893 mil. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão dos juros sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de lucros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.11.3. Reserva de Reavaliação

A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

referida reserva no montante de R\$ 11.505 mil (R\$ 11.865 mil em 2012) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de R\$ 508 mil (R\$ 460 mil em 2012).

2.5.12. Demonstração do Resultado

- a) Despesas Financeiras - R\$ 8.840 mil (R\$ 17.921 mil em 2012), tendo como valores mais significativos, R\$ 1.946mil (R\$ 13.536 mil em 2012) a juros e atualizações monetárias e provisão de juros sobre capital próprio R\$ 6.893 (R\$ 10.691 mil em 2012).
- b) Receitas Financeiras - R\$ 1.203 mil (R\$ 1.716 mil em 2012), tendo como valor mais relevante, R\$ 1.022 mil (R\$ 1.692 mil em 2012), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;
- c) Outras Receitas - R\$ 2.442 mil (R\$ 16.449 mil em 2012), tendo como valores mais relevantes a reversão de provisão para indenizações - R\$ 1.269 mil (R\$ 14.441 mil em 2012) e multa contratual - R\$ 837 mil (R\$ 2.161 mil em 2012).



2.5.13. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	262	683
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	669	1.807

2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reserva de reavaliação		17.432	17.941
Contribuição social	9%	1.569	1.615
Imposto de renda	15%	2.615	2.691
Adicional imposto de renda	10%	1.719	1.770
Provisão impostos diferidos		<u>5.927</u>	<u>6.076</u>



2.5.15. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.16. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Plano de previdência complementar	1.717	1.550

2.5.17. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.5.18. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2013/2012 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBCTG 26, Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.

2.5.19. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

O montando a ser distribuído, com base no regramento da participação nos lucros ou resultados firmado entre a Cia e o sindicato será de 4,25% (quatro, vinte e cinco por cento) do Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras – RO a/RFL, positivo, no montante de R\$ 20.315 mil, sendo assim provisionados para fins de participação dos empregados no resultado das operações o valor de R\$ 863 mil, condicionados à aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Este montante é distribuído de forma uniforme entre os funcionários da empresa.

2.5.20. Destinação do Lucro do Exercício

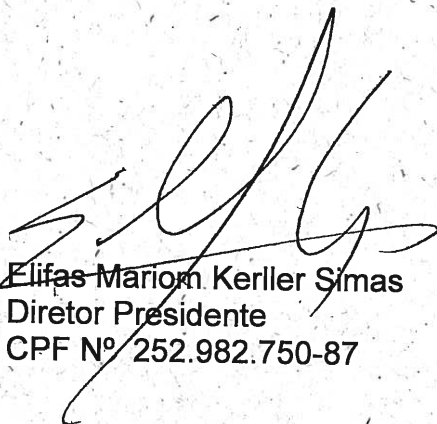
Dos lucros apurados e existentes na Companhia em 31/12/2013, no montante de R\$ 8.259.024,52 em conformidade com o que preceitua a Lei 6.404/76 e o estatuto da Companhia, condicionados à aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas a seguinte destinação: para a Reserva Legal, R\$ 412.951,23; a título de



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Grúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

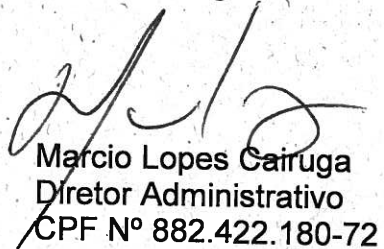
Juros sobre Capital Próprio, R\$ 6.893.870,86, imputados aos dividendos; e o restante à conta de Reserva Estatutária, R\$ 952.202,43.

Os Juros sobre o capital próprio conforme orientação do Governo do Estado, através do Decreto nº 51.057/2013, deverá ser creditado o valor máximo permitido a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente e dentro dos limites de dedutibilidades legais.



Elifas Mariom Kerller Simas
Diretor Presidente
CPF Nº 252.982.750-87

Porto Alegre, 18 de março de 2014.



Marcio Lopes Cairuga
Diretor Administrativo
CPF Nº 882.422.180-72



Cintia Michelotto Schein
Contadora CRC/RS 69.410/O-0
CPF Nº 763.863.410-15

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

Eldorado do Sul, 18 de março de
2014.

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

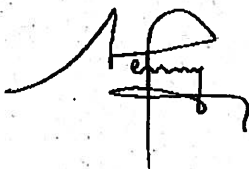
A companhia mantém conta credora no Imobilizado, no montante de R\$ 38.876 mil, oriundo de provisão para perda registrada em decorrência de avaliação patrimonial datada de 1997, do que os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a efeitos que possam advir do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme a nota explicativa nº. 2.5.10, em 2012 a Companhia reverteu o valor de R\$14.278 mil, com reflexo no resultado daquele exercício, referente ao parcelamento de débitos de tributos federais, com base em Mandado de Segurança com decisão favorável em segundo grau, visando à reinclusão no REFIS da Lei 11.941/09. A reinclusão no referido programa REFIS ainda pende de homologação pela Procuradoria da Fazenda Federal.



AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS 005275/F-2
NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS 23584/O-8 S-RS



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Curvô Gadocho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2013 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 18 de março de 2013, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

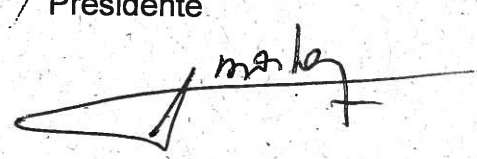
Porto Alegre, 19 de março de 2014.



Andrew Carvalho Pinto
CPF 612.027.110-49
Presidente



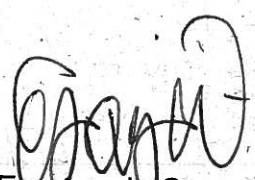
Helen Martins Cabral
CPF 667.451.870-00



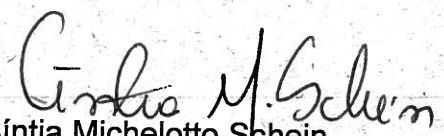
Giordano Borba de Freitas
CPF 945.429.700-78



Felipe Rispoli Leal
CPF 002.083.280-09



Everton de Souza
CPF 412.163.930/87



Cíntia Michelotto Schein
CPF 763.863.410-15
Contadora e Secretária da Sessão

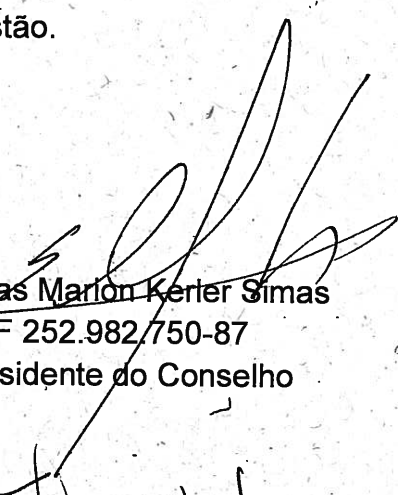


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

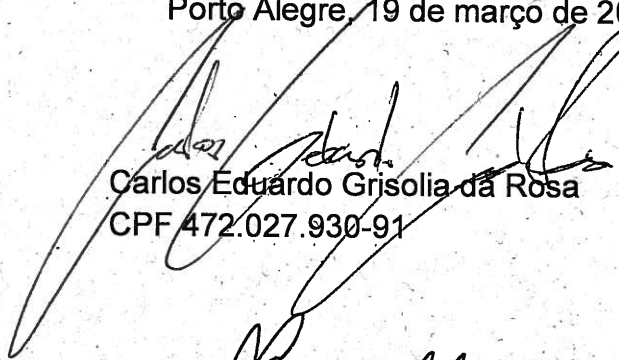
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2013, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, HLB Audilink Auditores & Consultores e do Conselho Fiscal, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais e seu conteúdo se refere a atos praticados pela anterior gestão.

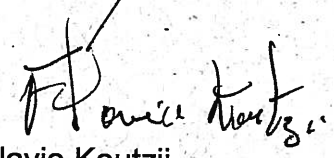
Porto Alegre, 19 de março de 2014.



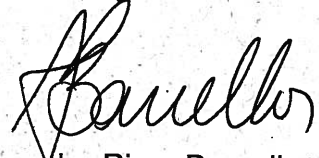
Elifas Marlon Kerler Simas
CPF 252.982.750-87
Presidente do Conselho



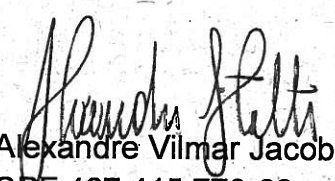
Carlos Eduardo Grisolia da Rosa
CPF 472.027.930-91



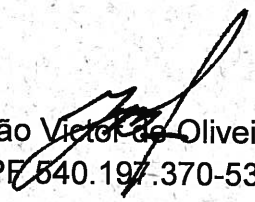
Flavio Koutzii
CPF 014.300.448-45



Alessandro Pires Barcellos
CPF 630.896.100-00



Alexandre Vilmar Jacoby Stolte
CPF 467.415.770-68



João Victor da Oliveira Domingues
CPF 540.197.370-53

**Companhia de Gás do
Estado do RS
SULGÁS**

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 31/12/2012
Em Reais

ATIVO

	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO CIRCULANTE	141.443.770,79	141.765.493,91
DISPONÍVEL	31.785.847,79	27.041.239,81
Caixa e equivalentes de caixa	5.448.273,32	3.864.399,72
Aplicação de Liquidez Imediata	26.337.574,47	23.176.840,09
DIREITOS REALIZÁVEIS ATÉ O EXERCÍCIO SEGUINTE	109.572.847,24	114.641.018,08
Clientes	76.890.563,97	83.697.203,30
Impostos a Recuperar	27.742.771,29	27.407.802,80
Adiantamento a Funcionários	564.308,97	405.375,95
Adiantamento a Fornecedores	23.729,44	184.147,67
Outros Créditos a Realizar	-	-
Estoque Material de Operação e Manutenção	4.351.473,57	2.946.488,36
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	85.075,76	83.236,02
Despesas Diferidas	85.075,76	83.236,02
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	141.213.699,05	115.792.531,04
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.015.170,56	7.568.769,97
Clientes	175.027,90	450.473,10
Depósitos Judiciais	6.554.112,37	4.090.500,41
Impostos a Recuperar	1.515.818,15	1.559.006,36
Outros Créditos a Realizar	53.779,55	53.779,55
Ship or Pay/Take or Pay	182.422,05	182.422,05
Créditos Tributários Diferidos	1.534.010,54	1.232.588,50
INVESTIMENTOS	48.772,40	48.772,40
Participações Diversas	48.772,40	48.772,40
INTANGÍVEL	131.149.756,09	108.174.987,02
Imobilizado da Concessão - Terrenos	147.400,00	29.600,00
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais	219.197.643,40	203.301.272,11
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório	3.628.436,91	2.937.056,41
Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados	5.675.601,05	5.135.245,80
Imobilizado da Concessão - Veículos	752.809,00	706.300,00
Imobilizado da Concessão em Andamento	42.776.942,37	23.600.302,85
(-) Amortização Acumulada	(141.029.076,64)	(127.534.790,15)
DIFERIDO	-	1,65
Despesas Pré-Operacionais	1.473.379,39	1.473.379,39
Despesas do Projeto de Engenharia de Gás Natural	12.661.086,24	12.661.086,24
(-) Amortização Acumulada	(14.134.465,63)	(14.134.463,98)
TOTAL DO ATIVO	282.657.469,84	257.558.024,95



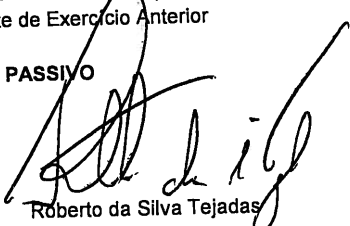


RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 31/12/2012
Em Reais

PASSIVO

		31/12/2013	31/12/2012
PASSIVO CIRCULANTE		167.855.249,66	143.574.205,39
Fornecedores de Mercadorias		123.122.046,21	101.589.503,54
Fornecedores de Serviços		4.955.942,91	4.204.401,40
Provisão p/Imposto de Renda		16.192.489,09	20.944.716,71
Obrigações Sociais e Tributárias		8.676.972,84	11.504.230,29
Dividendos a Pagar		10.143.375,15	-
Participação nos Lucros		371.019,82	979.351,33
Adiantamento de Clientes		1.052.483,57	1.126.310,91
Provisão de Férias a Pagar		1.829.561,49	1.700.822,86
Retenções Contratuais		407.643,67	400.270,39
Outras Obrigações		1.103.714,91	1.124.597,96
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		836.286,26	163.734,20
Provisão para Contingências	Nota 14	836.286,26	163.734,20
PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota 10	113.965.933,92	113.820.085,36
CAPITAL SOCIAL		81.186.711,84	67.655.593,20
Capital Subscrito e Integralizado		81.186.711,84	67.655.593,20
RESERVAS DE LUCROS		2.349.096,64	13.531.118,64
Reserva Legal		2.349.096,64	13.531.118,64
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS		30.430.125,44	32.633.373,52
Dividendos Adicionais Propostos		30.430.125,44	32.654.373,52
(-) Ajuste de Exercício Anterior		-	(21.000,00)
TOTAL DO PASSIVO		282.657.469,84	257.558.024,95


Roberto da Silva Tejedades
Presidente
CPF: 628.962.960-34


Alex Dornelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34

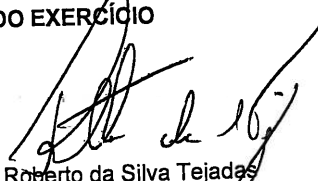




COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 31/12/2012
Em Reais

		31/12/2013	31/12/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota 12	747.496.820,97	567.232.414,41
CUSTO PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDAS		(627.742.606,44)	(437.769.075,43)
Custo das Mercadorias		(606.741.106,28)	(417.437.277,11)
Custos de Operação		(8.100.695,60)	(7.569.423,21)
Amortizações Operacionais		(12.900.804,56)	(12.762.375,11)
LUCRO BRUTO		119.754.214,53	129.463.338,98
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(51.335.495,97)	(36.287.112,19)
Despesas Gerais Administrativas		(26.813.773,33)	(27.458.053,31)
Despesa com benefícios a empregados		(22.806.214,57)	(20.349.742,11)
Amortizações Administrativas		(1.065.952,64)	(1.167.420,22)
Despesas Tributárias		(6.342.147,96)	(258.587,14)
Outras Receitas Operacionais		5.692.592,53	12.946.690,59
Receita de Construção - ICPC01	Nota 18	32.616.447,54	25.368.689,31
Custos de Construção - ICPC01		(32.616.447,54)	(25.368.689,31)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(2.311.362,84)	1.755.927,41
Receitas Financeiras		3.300.852,25	6.624.343,44
Despesas Financeiras		(5.612.215,09)	(4.868.416,03)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		66.107.355,72	94.932.154,20
Contribuição Social		(5.959.223,79)	(8.313.523,77)
Imposto de Renda		(15.970.855,23)	(22.277.136,22)
RESULTADO APÓS IRPJ e CSLL		44.177.276,70	64.341.494,21
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS		(1.254.679,47)	(1.687.120,69)
REVERSÃO JUROS s/CAPITAL PRÓPRIO	Nota 11	4.059.335,59	4.668.235,92
RESULTADO DO EXERCÍCIO		46.981.932,82	67.322.609,44
ATRIBUÍDO À			
Participação dos Acionistas da Controladora		23.960.785,74	34.334.530,81
Participação dos Acionistas não Controladores		23.021.147,08	32.988.078,63
Resultado por ação de capital social		2,18	3,12
RESULTADO DO EXERCÍCIO		46.981.932,82	67.322.609,44

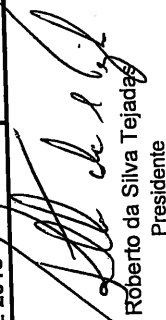

Roberto da Silva Tejedas
Presidente
CPF: 628.962.960-34

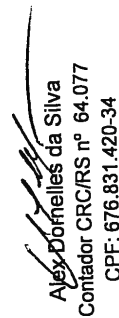

Alex Dornelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
Em Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		67.655.593,20	13.531.118,64	43.600.326,68	0,00	124.787.038,52
Pagamento de Dividendo Proposto				(43.600.326,68)		(43.600.326,68)
Ajuste de Exercício Anterior					(21.000,00)	(21.000,00)
Resultado do Exercício 2012					67.322.609,44	67.322.609,44
Juros Sobre Capital Próprio					(4.668.235,92)	(4.668.235,92)
Dividendos Intermediários Distribuídos					(30.000.000,00)	(30.000.000,00)
Dividendos Adicionais Propostos				32.633.373,52	(32.633.373,52)	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		67.655.593,20	13.531.118,64	32.633.373,52	0,00	113.820.085,36
Pagamento de Dividendo Proposto				(32.633.373,52)		(32.633.373,52)
Resultado do Exercício 2013					46.981.932,82	46.981.932,82
Capitalização da Res. de Retenção de Lucros	Nota 10	13.531.118,64	(13.531.118,64)			0,00
Constituição da Reserva Legal	Nota 10		2.349.096,64		(2.349.096,64)	0,00
Juros Sobre Capital Próprio	Nota 11				(4.059.335,59)	(4.059.335,59)
Dividendos Mínimo Obrigatório	Nota 11				(10.143.375,15)	(10.143.375,15)
Dividendos Adicionais Propostos	Nota 11			30.430.125,44	(30.430.125,44)	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		81.186.711,84	2.349.096,64	30.430.125,44	0,00	113.965.933,92


Roberto da Silva Tejada
Presidente
CPF: 628.962.960-34

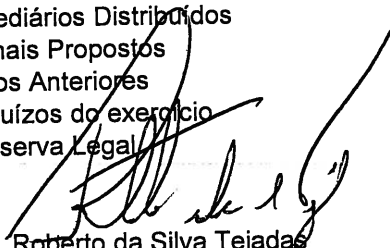

Alex Dornelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2013 E 2012
Em Reais

	31/12/2013	31/12/2012
1 - RECEITAS		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	911.820.103,87	719.788.161,63
1.2. Provisão para devedores duvidosos	3.610.075,46	7.750.059,08
1.3. Outras receitas operacionais	2.082.517,07	5.196.631,51
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1. Materiais consumidos	606.741.106,28	417.437.277,11
2.2. Outros custos de produtos e serviços vendidos	7.962.178,60	7.569.423,21
2.3. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	22.344.338,28	18.471.734,37
2.4. Perda na realização de ativos	4.387.452,32	7.711.797,02
3 - RETENÇÕES		
3.1. Amortizações	13.966.757,20	13.929.795,33
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	262.110.863,72	267.614.825,18
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
5.1. Receitas financeiras	3.300.852,25	6.624.343,44
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	265.411.715,97	274.239.168,62
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	265.411.715,97	274.239.168,62
7.1. Empregados		
Salários e encargos	19.198.139,20	17.224.075,98
Honorários da diretoria	498.696,18	457.556,96
Participação dos empregados nos lucros	1.254.679,47	1.687.120,69
7.2. Tributos		
Federais	103.532.596,29	100.420.562,83
Estaduais	92.591.082,54	86.064.877,07
Municipais	49.413,16	41.335,80
7.3. Financiadores		
Juros	-	-
Aluguéis	1.305.176,31	1.021.029,85
7.4. Juros sobre capital próprio	4.059.335,59	4.668.235,92
7.5. Dividendos Mínimo Obrigatório	10.143.375,15	-
7.6. Dividendos Intermediários Distribuídos	-	30.000.000,00
7.7. Dividendos Adicionais Propostos	30.430.125,44	32.633.373,52
7.8. Ajuste de Exercícios Anteriores	-	21.000,00
7.9. Lucros retidos/prejuízos do exercício		
Constituição da Reserva Legal	2.349.096,64	-


Roberto da Silva Tejedas
Presidente
CPF: 628.962.960-34


Alex Dornelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34





COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em Reais

31/12/2013

31/12/2012

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro líquido:	46.981.932,82	67.322.609,44
Ajustes por:		
Constituição da Reserva Legal	2.349.096,64	-
Amortização	13.966.757,20	13.929.795,33
Provisão para Devedores Duvidosos	4.360.367,26	3.610.075,46
Provisões para Contingências	836.286,26	163.734,20
Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos do exercício anterior	(3.610.075,46)	(7.750.059,08)
Reversão das Provisões para Contingências do exercício anterior	(163.734,20)	(3.402.606,95)
	64.720.630,52	73.873.548,40
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	3.171.058,35	(9.969.821,53)
Estoques	(1.044.816,53)	(1.013.599,40)
Tributos e contribuições compensáveis	(593.202,32)	(2.828.582,77)
Adiantamento a fornecedores	160.943,38	34.035,30
Outros	(2.624.909,87)	(3.308.589,51)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	22.146.379,25	2.664.022,61
Salários e encargos sociais	98.207,70	(97.595,31)
Pagamento de IR/CS	(7.579.485,07)	(8.389.973,11)
Participação nos lucros	(608.331,51)	(462.350,86)
Outros	80.898,75	295.255,55
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	77.927.372,65	50.796.349,37

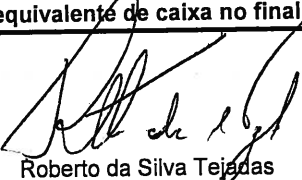
Fluxo de caixa das atividades de investimento

Compra de ativo imobilizado	(36.469.055,56)	(29.972.743,83)
Aplicações financeiras de longo prazo	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(36.469.055,56)	(29.972.743,83)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Empréstimos baixas	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas e dividendos	(36.713.709,11)	(78.289.562,60)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(36.713.709,11)	(78.289.562,60)

Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	4.744.607,98	(57.465.957,06)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	27.041.239,81	84.507.196,87
Caixa e equivalente de caixa no final do período	31.785.847,79	27.041.239,81


Roberto da Silva Teófilo
Presidente
CPF: 628.962.960-34


Alex Dornelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34



1) Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrônico.

2) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como nos fatos econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da entidade.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referente às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Nota 7 - Intangíveis
- Nota 14 - Provisões para contingências

c. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a serem expostos sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao abrangente total.

3) Resumo das principais políticas contábeis

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

• Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

• Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes, por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.

A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás.

Assim, em virtude do descrito acima, a companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.



d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

f. Instrumentos Financeiros Não Derivativos

i - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. Além disso, são registrados os valores referentes ao fornecimento de gás não faturado até a data do balanço, pelo regime de competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de falência e concordata. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

ii - Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

iii - Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

g. Instrumentos Financeiros Derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2013 e 2012.

h. Intangível

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

i. Estoques

Os estoques de peças de manutenção e materiais de conversões somam o valor de R\$ 4.351.473,57 e foram avaliados ao custo médio de aquisição, os quais não excedem ao valor de reposição.

j. Benefícios a Empregados

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 9.

l. Investimentos

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

m. Diferido

É composto por despesas e custos relativos à fase pré-operacional e projetos de expansão, os quais foram amortizados à taxa de 10% ao ano, de acordo com os critérios preceituados pela legislação vigente. A companhia optou pela manutenção dos valores até a sua total amortização. Não haverá novas incorporações restando somente a amortização dos saldos já existentes.

n. Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 13.

o. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Provisões para devedores duvidosos, imposto de renda e contingências, a liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

p. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.

4) Caixas e Equivalentes de Caixas

Cliente	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e Bancos	5.448.273,32	3.864.399,72
Aplicações Financeiras	26.337.574,47	23.176.840,09
	31.785.847,79	27.041.239,81

5) Contas a Receber de Clientes

	31/12/2013	31/12/2012
Petrobras Petróleo Brasileiro S/A	19.736.472,31	15.172.287,60
Petrobras Distrib S/A	1.260.869,45	1.191.822,35
Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	1.541.423,94	2.975.029,83
Gerdau S/A	2.002.494,59	3.241.382,34
Braskem S/A	5.653.580,34	14.919.332,41
Outros	39.728.820,26	18.566.026,33
PDD	-4.360.367,26	-3.610.075,46
TOTAL	74.284.028,15	52.455.805,40

Há um valor de R\$ 28.360.671,88 registrado à conta de Clientes, no ativo circulante que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoeletrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguiana Empreendimentos S/A. Este valor encontra-se registrado também à conta de Fornecedores de Mercadorias, no passivo circulante, pois depende de acerto entre as duas empresas sobre os valores das transações que ora se encontram sob arbitragem internacional.

As confissões de dívidas de clientes totalizam R\$ 2.781.563,72, sendo R\$ 2.606.535,82 no ativo circulante e R\$ 175.027,90 no ativo não-circulante.

6) Estoques

Os estoques de peças de manutenção e conversões somam o valor de R\$ 4.351.473,57 e foram avaliados ao custo médio de aquisição, os quais não excedem ao valor de reposição. Os materiais consumidos no processo de imobilização em andamento estão registrados no ativo intangível, sendo que o estoque de tubos, estações e outros materiais são valorados pelo custo de aquisição.

7) Ativos intangíveis

Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás.

Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em atividade.

A amortização foi calculada com base na vida-útil dos ativos em conformidade com o contrato de concessão e reconhecida no resultado do exercício.

No quadro abaixo se demonstra a movimentação das contas ocorridas no exercício:

Contas	Taxa Anual de Amortização	31/12/2013	31/12/2012
Gasoduto em Serviço	10%	205.604.599,32	191.601.934,88
Máquinas e Equip. Operacionais	10%	13.571.804,05	11.662.988,03
Equipamentos e Móveis Administrativos	10%	3.554.820,57	2.863.440,07
Equip. de Processamento de Dados e Software	5%	5.675.601,05	5.135.245,80
Equipamentos de Transporte	5%	752.809,00	706.300,00
Gasoduto em Formação	-	37.099.653,83	19.194.435,05
Terrenos	-	147.400,00	29.600,00
Estoques (Tubos, Estações e Materiais)	-	5.706.917,57	4.450.606,00
Outros	-	65.227,34	65.227,34
(-) Amortização Acumulada		-141.029.076,64	-127.534.790,15
Total		131.149.756,09	110.587.939,27

Contas	31/12/2012	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2013
Gasoduto em Serviço	191.601.934,88	465.970,61	-395.153,47	13.931.847,30	205.604.599,32
Máquinas e Equipamentos Operacionais	11.662.988,03	2.036.541,88	-14.315,23	-113.410,63	13.571.804,05
Equip. e Móveis Administrativos	2.863.440,07	694.243,49	-15.412,99	12.550,00	3.554.820,57
Equip. Processamento de Dados e Software	5.135.245,80	498.634,23	-72.728,98	114.450,00	5.675.601,05
Equipamentos de Transporte	706.300,00	46.509,00	-	-	752.809,00
Gasoduto em Formação	19.194.435,05	28.684.815,88	-	-10.779.597,10	37.099.653,83
Terrenos	29.600,00	117.800,00	-	-	147.400,00
Estoques (Tubos, Estações e Materiais)	4.450.606,00	4.070.314,57	-1.942,36	-2.812.060,64	5.706.917,57
Outros	65.227,34	-	-	-	65.227,34
(-) Amortização Acumulada	-127.534.790,15	-	-	-13.494.286,49	-141.029.076,64
Total	108.174.987,02	36.614.829,66	-499.553,03	-13.140.507,56	131.149.756,09

8) Fornecedores

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores de Gás - Petrobrás	-93.859.644,59	-72.770.649,10
Fornecedores de Materiais e Serviços	-3.174.758,26	-1.126.310,91
	-99.717.317,45	-73.896.960,01

9) Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Além da remuneração e demais vantagens previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, periculosidade e horas extras, a Companhia oferece um conjunto de benefícios de curto prazo formalizados em acordo coletivo, são eles: Participação nos Lucros, Planos de Saúde e Odontológicos, Plano de Previdência complementar, Auxílio Creche, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Educação, Vale Rancho, Vale Alimentação/Refeição, Vale Lanche, Vale Natal, Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Auxílio ao Filho Excepcional, Auxílio Instrutor de Treinamento, Auxílio Despesa de Transferência, Complemento Auxílio Doença, Reembolso Anestesia. Tais benefícios quando ocorrem são reconhecidos no resultado seguindo o princípio de competência de acordo com o valor apurado ou por estimativas confiáveis.

b) Planos de contribuição definida

O Plano SulgasPrev é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (art. 1º do Regulamento do SulgasPrev):

I - Quanto aos Participantes:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda Proporcional Diferida;
- Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- Abono Anual.

II - Quanto aos Beneficiários:

- Renda de Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

c) Participação nos Lucros/Resultados

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 1.254.679,47 (Hum milhão, duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais com quarenta e sete centavos).

10) Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 81.186.711,84, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal. Em 31/12/2013 a Reserva Legal no valor R\$ 13.531.118,64 foi incorporada ao Capital Social.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Capital Social
GASPETRO	1056570	49%	R\$ 39.781.488,80
GOV. DO ESTADO DO RS	1099695	51%	R\$ 41.405.223,04
	21562644	100%	R\$ 81.186.711,84

b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 2013 a Reserva Legal foi incorporada ao Capital Social e, com isso, voltou a ser constituída, totalizando o valor de R\$ 2.349.096,64.

11) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

a) Dividendos

O artigo 30 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

	2013	2012
	VALORES (R\$)	VALORES (R\$)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.981.932,82	67.322.609,44
RESERVA LEGAL	-2.349.096,64	-
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-4.059.335,59	-4.668.235,92
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-21.000,00
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	40.573.500,59	62.633.373,52
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS	5.173.121,33	7.985.755,12
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO	4.970.253,82	7.672.588,26
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS - GOV. ESTADO RS	-	15.300.000,00
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS - GASPETRO	-	14.700.000,00
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	15.519.363,98	16.643.020,50
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	14.910.761,47	15.990.353,02
TOTAL	40.573.500,59	62.633.373,52

b) Juros Sobre Capital Próprio

A Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 4.059.335,58 e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul	2.070.261,15	-	2.070.261,15
Petrobrás Gás S/A	1.989.074,44	298.361,17	1.690.713,27
TOTAL	4.059.335,58	298.361,17	3.760.974,42

12) Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
RECEITA DE VENDAS DE GÁS	911.820.103,87	719.788.161,63
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	4.136.659,19	2.498.865,40
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	16.415.800,19	13.409.260,05
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	622.293.132,13	574.874.977,35
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	49.224.229,44	43.674.121,15
RECEITA DE GÁS VEICULAR	84.589.552,19	85.330.937,68
RECEITA DE GÁS TERMOELÉTRICA	135.160.730,73	-
(-) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	164.323.282,90	152.555.747,22
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	12.795.540,64	11.861.327,22
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	58.937.035,33	54.633.991,35
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	92.590.706,93	86.060.428,65
RECEITA LÍQUIDA	747.496.820,97	567.232.414,41

13) Impostos e Contribuições Sociais

Conforme quadros abaixo, a companhia registra Impostos e Contribuições a compensar ou a recolher. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

a) Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Ativo Circulante	2013	2012
ICMS a Compensar	1.135.172,44	1.013.339,42
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.904.233,65	21.927.580,28
PIS/COFINS a compensar	4.703.365,20	3.965.500,88
TOTAL	27.742.771,29	26.906.420,58

Ativo Não-Circulante	2013	2012
ICMS a compensar	1.515.818,15	1.559.006,36
IR/CSLL Diferidos s/provisões	1.534.010,54	1.232.588,50
TOTAL	3.049.828,69	2.791.594,86

b) Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

Passivo Circulante	2013	2012
ICMS	305.424,92	631.932,20
COFINS	288.806,02	949.043,20
PIS	62.701,30	206.042,27
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.231.501,06	28.778.569,45
Outras Obrigações	1.981.028,63	1.849.143,79
TOTAL	24.869.461,93	32.414.730,91

14) Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	9.279.736,56	2.842.312,28	12.122.048,84
Processos com Provável Perda (Provisionados)	151.428,47	684.857,79	836.286,26
TOTAL	9.431.165,03	3.527.170,07	12.958.335,10

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Inicial	Reversões	Adições	Saldo Final
	2013	2013	2013	2013
Provisões Trabalhistas	148.549,36	-1.542.462,58	2.078.771,01	684.857,79
Provisões Cíveis	15.184,84	-203.917,39	340.161,02	151.428,47
TOTAL	163.734,20	1.746.379,97	2.418.932,03	836.286,26

15) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o Grupo Petrobrás S.A.:

Composição dos Saldos	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Circulante		
Contas a Receber BR Distribuidora	1.260.869,45	1.191.822,35
Contas a Receber Petrobrás	19.736.472,31	15.172.287,60
Passivo Circulante		
Fornecedor de Gás - Petrobras	93.863.108,09	72.774.112,60
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	28.446.682,42	30.142.979,41
Petrobrás S/A	206.763.397,00	182.891.115,26
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	<u>570.074.617,18</u>	<u>415.192.761,91</u>

b) Remuneração – Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	31/12/2013	31/12/2012
Administradores	422.313,10	411.743,40
Conselho de Administração	28.576,20	26.582,52
Conselho Fiscal	21.432,00	19.936,80
Total	<u>472.321,30</u>	<u>458.262,72</u>

16) Seguros

A Companhia contratou planos de seguros conforme quadro abaixo:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VALOR
Aliança Seguros	Predial	R\$ 5.900,00
Tokio Marine Seguradora	Veículos	R\$ 18.851,55
Ace Seguradora	Responsabilidade Civil	R\$ 40.426,76

17) Take or Pay

O Take or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Petrobrás, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada em até 07 (sete) anos, sendo que foi registrado o valor R\$ 182.422,05 referente operação ocorrida no exercício de 2011.

18) Receitas e Custos de Construção

Conforme preceitua o ICPC 01 e OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	2013	2012
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	32.616.447,54	25.368.689,31
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	32.616.447,54	25.368.689,31
MARGEM	0	0

19) Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás. O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.
- **Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.
Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

- **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.



Roberto da Silva Tejada

Diretor Presidente



Dariu Etchichury Filho

Diretor Administrativo Financeiro



Flávio Ricardo Soares de Soares

Diretor Técnico-Comercial



Alex Dornelles da Silva

Contador CRCRS 64077





GLOBAL TECHNOLOGY FOR BUSINESS

TGB - AUDITORES E CONSULTORES

PORTO ALEGRE - SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO - BRASÍLIA
WWW.TGBAUD.COM.BR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS PORTO ALEGRE – RS

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS**; que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela



GLOBAL TECHNOLOGY FOR BUSINESS

TGB - AUDITORES E CONSULTORES
PORTO ALEGRE - SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO - BRASÍLIA
WWW.TGBAUD.COM.BR

administração, bem como avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião; as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data; de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013; cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e emitimos relatório datado de 04 de março de 2013, sem modificação na opinião.

Porto Alegre – RS, 28 de fevereiro de 2014.

TGB - AUDITORIA E CONSULTORIA S/S
CRC/RS - 3.622/O
ANTONINHO DA COSTA SOUZA
Contador CRC/RS-30.935/O-5
Responsável Técnico

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração das Mutações Patrimoniais, com as respectivas Notas Explicativas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Foram verificadas e avaliadas as proposições de destinação de resultados para pagamento de dividendos após constituição de Reserva Legal, que estão sendo encaminhadas pela Administração da SULGÁS à deliberação de Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Nesse particular cabe destacar a recomendação da conselheira fiscal Paula Danyelle Almeida da Silva para futura constituição de reserva de Retenção de Lucros para Investimento, considerando o orçamento de capital já aprovado pela Administração da Companhia, sem prejuízo da constituição de dividendos para pagamento até o final do exercício de 2014, condicionado à existência de caixa para tal fim.

Tomando como base o parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, datado de 28 de fevereiro de 2014, e as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia ao longo do exercício, inclusive o conforto técnico sobre a destinação do resultado do período na forma de Dividendos sem prejuízo à estrutura financeira da SULGÁS, esse conselho é de opinião favorável quanto à aprovação dos mencionados documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou esta ata que, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Porto Alegre, 13 de março de 2014.

Paula Danyelle Almeida da Silva
Presidente do Conselho

Felipe Rispoli Leal
Membro do Conselho

Fabício Dias Loguercio
Membro Suplente do Conselho

**Caixa de Administração da Dívida
Pública Estadual S.A.
CADIP**



SAWERYN
& ASSOCIADOS
AUDITORES INDEPENDENTES

Av. Carlos Gomes, 1155 conj. 903
90480-004 Porto Alegre - RS - Brasil
Fone/Fax: 55 51 3331-9580

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Porto Alegre, 17 de janeiro de 2014.

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



SAWERYN
& ASSOCIADOS
AUDITORES INDEPENDENTES

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
17 de janeiro de 2014

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.



SAWERYN
& ASSOCIADOS
AUDITORES INDEPENDENTES

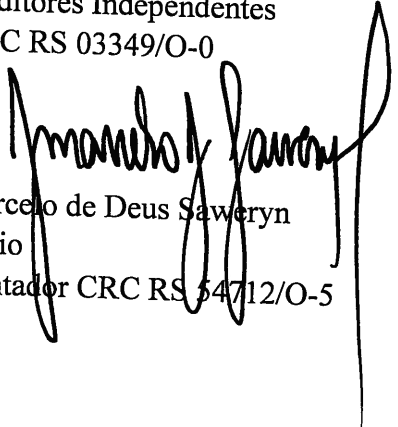
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
17 de janeiro de 2014

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

SAWERYN & Associados S/S
Auditores Independentes
CRC RS 03349/O-0


Marcelo de Deus Saweryn
Sócio
Contador CRC RS 54712/O-5

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>66</u>	<u>67</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>66</u>	<u>67</u>
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, taxas e emolumentos	159	77
Provisão para riscos fiscais	17	138
Impostos federais	(6)	(47)
Prejuízos absorvidos	<u>(104)</u>	<u>(101)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>66</u>	<u>67</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 **Em milhares de reais**

1 Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da auditoria em 2 de janeiro de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

2.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis situam-se em níveis líquidos de mercado.

2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo em separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto diferido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação vigente, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações diversas. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento de tributos.

2.6 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 21.936 (2012 - R\$ 21.843), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 21.936 (2012 - R\$ 21.843), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.458 (2012 - R\$ 7.427), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 118 (2012 - R\$ 112).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bancos - conta movimento	106	96
Aplicações financeiras	<u>21.885</u>	<u>22.105</u>
	<u>21.990</u>	<u>22.201</u>

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

5 Impostos a recuperar

	2013	2012
Contribuição social a compensar	196	183
Imposto de renda a compensar	744	697
	940	880

6 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

7 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social subscrito e integralizado, totalizando R\$ 10.200, é representado por 68.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de lucros a realizar e retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
- (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

8 Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

9 Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 247, em 31 de dezembro de 2013, (2012 - R\$ 237) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória pelo atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 100, em 31 de dezembro de 2013, (2012 - R\$ 93).

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais

10 Despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços de terceiros	108	22
Taxas e emolumentos	11	12
Publicações	<u>40</u>	<u>43</u>
	<u>159</u>	<u>77</u>

Em outubro de 2013, a Companhia efetuou ressarcimento de despesas ao Banco de Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul, no montante de R\$ 79, referente a serviços de avaliação e dimensionamento da carteira de recebíveis, efetuado por consultores externos, conforme súmula de contrato publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de junho de 2013, com inexigibilidade de licitação e classificado na rubrica Serviços de terceiros.

* * *

Leonildo Migon
Presidente

Carlos Eduardo Provenzano
Diretor de Relações com Investidores

Olavo Cesar Dias Medeiros
Diretor Técnico

Paulo Cesar Santana Nunes
Contador
CRCRS 034346/0-4
CPF 139198490-00

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA nº 67

Data, hora e local: às nove horas do dia vinte e quatro de janeiro de 2014, na sede social, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, 1155, conjunto 502A, 5º andar, reuniu-se o Conselho de Administração desta Companhia. **Presenças:** Luis Antônio Medina Gomez; Flávio Pompermayer; João Emílio Gazzana; Felipe Rodrigues da Silva; Túlio Luiz Zamin, representando a totalidade de seus membros. Sob a presidência do Conselheiro Luis Antônio Medina Gomez foi aberta a reunião com a seguinte pauta. **Ordem do Dia:** a) exame e deliberação sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013; b) proposta do Conselho à Assembleia Geral Ordinária pertinente à destinação do resultado do exercício e à distribuição de dividendos; c) Contratação de Auditores Independentes. **Deliberações:** colocadas as matérias da Ordem do Dia ao exame e discussão dos Senhores Conselheiros, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade: a) pela aprovação, sem ressalvas, do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e demais documentos pertinentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; b) o Presidente do Conselho encaminhou proposição no sentido de recomendar à Assembleia Geral Ordinária a não distribuição de dividendos estatutários aos senhores acionistas, tendo em vista a geração de resultado negativo da ordem de R\$ 104.275,09 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como a conveniência da Companhia de manter os recursos destacados em Reserva de Lucros. A referida proposta foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros; c) Nos termos do artigo 142, IX, da Lei 6.404/76, deliberou este Conselho sobre a contratação de Auditores Independentes, verificando, primeiramente, que a modalidade de licitação "Convite", adotada pela Comissão Especial de Licitação era a indicada. Foi, também, apreciado o "Quadro Comparativo das Propostas" elaborado pela Comissão Especial de Licitação e referendado pela Diretoria da CADIP, que tinha como base as propostas recebidas em resposta ao Convite nº 01/13 enviado a 11 (onze) licitantes. Foram verificadas, também, as propostas originais recebidas. Decidiu, então, este Conselho ratificar a sugestão apresentada pela Diretoria declarando a empresa Exacto Auditores S/S como vencedora do certame, devendo ser contratada para os serviços de auditoria independente. Das deliberações tomadas o Conselho extrai o seguinte parecer, quanto ao Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis: *"Manifestação do Conselho de Administração – O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas"*. Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente Ata, que após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Luis Antônio Medina Gomez

Túlio Luiz Zamin

João Emílio Gazzana

Flávio Pompermayer

Felipe Rodrigues da Silva

Relatório de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

lanços patrimoniais em 31 de dezembro
milhares de reais

Item	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Ativo circulante			Não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	21.990	22.201	Provisão para riscos fiscais (Nota 9)	347	330
Impostos a recuperar (Nota 5)	940	880			
			Patrimônio líquido (Nota 7)		
Ativo circulante	22.930	23.081	Capital social	10.200	10.200
Impostos diferidos (Nota 3)	118	112	Reservas de lucros	12.601	12.705
Depósitos judiciais	100	42			
				22.801	22.905
	218	154			
al do ativo	23.148	23.235	Total do passivo e do patrimônio líquido	23.148	23.235

Notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas operacionais		
Despesas administrativas (Nota 10)	(159)	(77)
Provisão para riscos fiscais (Nota 9)	<u>(17)</u>	<u>(138)</u>
Prejuízo operacional	(176)	(215)
Receitas financeiras	<u>66</u>	<u>67</u>
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(110)	(148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>6</u>	<u>47</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(104)</u>	<u>(101)</u>
Prejuízo líquido por ação ordinária - básico e diluído - R\$	<u>(0,00153)</u>	<u>(0,00149)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstração das mutações do patrimônio líquido milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Dividendos propostos	Retenção de lucros		
1º de janeiro de 2012	10.200	2.040	10.766			23.006
Prejuízo líquido do exercício					(101)	(101)
Reversão reserva de dividendos			(10.766)	10.766		
Destinação do resultado				(101)	101	
31 de dezembro de 2012	10.200	2.040		10.665		22.905
Prejuízo líquido do exercício					(104)	(104)
Destinação do resultado				(104)	104	
31 de dezembro de 2013	10.200	2.040		10.561		22.801

notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(104)	(101)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6)	(89)
Provisão para riscos fiscais	<u>17</u>	<u>138</u>
	(93)	(52)
Variações de ativos e passivos operacionais		
Aumento em créditos a receber	(60)	(67)
Aumento em depósitos judiciais	(58)	
Aumento em juros sobre o capital próprio a pagar		<u>(4.400)</u>
	<u>(118)</u>	<u>(4.467)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(211)</u>	<u>(4.519)</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(211)</u>	<u>(4.519)</u>
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	21.990	22.201
No início do exercício	<u>22.201</u>	<u>26.720</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(211)</u>	<u>(4.519)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BADESUL Desenvolvimento S.A.
Agência de Fomento/RS

Badesul Desenvolvimento S.A.
Agência de Fomento/RS

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil
Caixa Postal 199
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel
Fax
Internet

55 (51) 3303-6000
55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas do
Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos***Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente***

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e em 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011), preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva do CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados descritos na nota nº 2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 04 de fevereiro de 2013 e 14 de fevereiro de 2012 respectivamente. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC RS-042460/O-3

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e 1º de janeiro de 2012

(Em Milhares de Reais)

Ativo	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante	1.315.674	954.595	908.885
Disponibilidades (Nota 4)	2.065	645	448
Titulos e valores mobiliários	658.573	575.729	611.224
Carteira própria (Nota 5)	658.573	575.729	611.224
Operações de crédito (Nota 6)	642.250	368.566	291.051
Operações de crédito	670.130	387.993	308.939
Setor público	42.292	35.654	27.305
Setor privado	627.838	352.339	281.634
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(27.880)	(19.427)	(17.888)
Outros créditos	12.612	9.526	6.009
Rendas a receber (Nota 7)	695	949	720
Diversos	11.917	8.577	5.289
Adiantamento e antecipações salariais	212	233	243
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 8)	10.974	7.401	4.219
Pagamentos a ressarcir	587	687	446
Devedores diversos no país	144	256	381
Outros valores e bens	174	129	153
Outros valores e bens	173	128	150
Despesas antecipadas	1	1	3
Realizável a longo prazo	2.778.106	1.882.018	1.362.344
Operações de crédito (Nota 6)	2.716.647	1.840.744	1.338.503
Operações de crédito	2.776.986	1.897.342	1.374.930
Setor público	101.257	106.114	66.869
Setor privado	2.675.729	1.791.228	1.308.061
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(60.339)	(56.598)	(36.427)
Outros créditos	61.459	41.274	23.841
Rendas a receber (Nota 7)	344	517	56
Diversos	61.115	40.757	23.785
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 8)	57.791	37.184	23.403
Devedores por depósitos em garantia (Nota 13d)	3.324	3.573	325
Devedores diversos no país	-	-	57
Permanente (Nota 9)	3.570	4.365	3.659
Investimentos	25	25	25
Ações e Cotas	25	25	25
Imobilizado de uso	3.545	4.300	3.541
Outras imobilizações de uso	9.057	8.934	7.428
Depreciação acumulada	(5.512)	(4.634)	(3.887)
Intangível	-	40	93
Outros ativos intangíveis	4.070	4.070	4.070
Amortização acumulada de outros ativos intangíveis	(4.070)	(4.030)	(3.977)
Total	4.097.350	2.840.978	2.274.888

	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Passivo			
Circulante	<u>648.105</u>	<u>374.142</u>	<u>390.444</u>
Obrigações por repasses do país – instituições oficiais (Nota 10)	<u>546.855</u>	<u>300.705</u>	<u>266.997</u>
BNDES	379.687	188.378	175.444
Caixa Econômica Federal	1.249	971	734
FINAME	165.905	111.356	90.819
FINEP	14	-	-
Outras obrigações	<u>101.250</u>	<u>73.437</u>	<u>123.447</u>
IOF a recolher	-	20	88
Sociais e Estatutárias (Nota 11)	1.534	-	16.796
Fiscais e previdenciárias (Nota 12)	15.011	19.060	7.883
Diversas	<u>84.705</u>	<u>54.357</u>	<u>98.680</u>
Despesas de pessoal	3.802	3.040	2.533
Outros pagamentos	1.155	398	579
Passivos Atuariais (nota 14)	823	773	714
Credores diversos (Nota 15)	78.925	50.146	94.854
Exigível a longo prazo	<u>2.716.955</u>	<u>1.793.164</u>	<u>1.326.049</u>
Obrigações por repasses do país – instituições oficiais (Nota 10)	<u>2.677.360</u>	<u>1.752.753</u>	<u>1.312.488</u>
BNDES	1.317.037	1.036.075	712.733
Caixa Econômica Federal	28.786	25.060	21.170
FINAME	1.331.414	691.618	578.585
FINEP	123	-	-
Outras obrigações	<u>39.595</u>	<u>40.411</u>	<u>13.561</u>
Diversas	<u>39.595</u>	<u>40.411</u>	<u>13.561</u>
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	24.573	19.465	2.789
Passivos Atuariais (Nota 14)	15.022	20.946	10.559
Credores diversos (Nota 15)	-	-	213
Patrimônio líquido (Nota 16)	<u>732.290</u>	<u>673.672</u>	<u>558.395</u>
Capital Social	<u>659.030</u>	<u>653.181</u>	<u>499.981</u>
De domiciliados no país	659.030	653.181	499.981
Reservas de lucros	77.024	28.756	61.024
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.764)	(8.265)	(2.610)
Total	<u>4.097.350</u>	<u>2.840.978</u>	<u>2.274.888</u>

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72

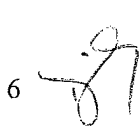
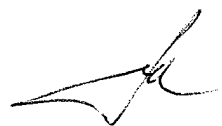
Demonstrações de resultados

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e segundo semestre de 2013

(Em Milhares de Reais)

	2º semestre 2013	Exercício 2013	Exercício 2012
Receitas da intermediação financeira	147.842	269.525	203.560
Operações de crédito	121.252	224.819	162.234
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	26.590	44.706	41.326
Despesas da intermediação financeira	(101.610)	(149.632)	(121.660)
Operações de empréstimos e repasses	(59.195)	(108.962)	(79.607)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.415)	(40.670)	(42.053)
Resultado bruto da intermediação financeira	46.232	119.893	81.900
Outras receitas e despesas operacionais	(30.121)	(61.744)	(59.778)
Receitas de prestação de serviços	4.288	7.131	6.959
Rendas de tarifas bancárias	717	1.746	1.809
Despesas de pessoal	(19.628)	(35.925)	(31.058)
Outras despesas administrativas (Nota 20a)	(8.840)	(18.017)	(14.792)
Despesas tributárias	(4.313)	(7.868)	(6.195)
Outras receitas operacionais (Nota 19a)	388	611	954
Outras despesas operacionais (Nota 20b)	(2.733)	(9.422)	(17.455)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	16.111	58.149	22.122
Imposto de renda e contribuição social (Notas 3m e 18)	11.086	5.675	(10.341)
Provisão para imposto de renda	(6.680)	(13.145)	(16.947)
Provisão para contribuição social	(4.407)	(8.360)	(6.192)
Ativo fiscal diferido (Nota 8)	22.173	27.180	12.798
Participações estatutárias no lucro	(2.616)	(2.616)	(549)
Lucro líquido do semestre / exercício	24.581	61.208	11.232
Juros sobre capital próprio	(7.693)	(24.703)	(7.940)
Nº de ações (em milhares)	659.030	659.030	653.181
Lucro por ação - R\$	37,30	92,88	17,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6     

111

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e segundo semestre de 2013

(Em Milhares de Reais)

	Reservas de lucros					
	Capital realizado	Legal	Reservas especiais -outras	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012 reapresentado	499.981	17.519	43.505	(2.610)	-	558.395
Reconhecimento dos ganhos (perdas) atuarias CPC 33(R1)						
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	(9.820)	-	(9.820)
Imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	4.165	-	4.165
Aumento de capital	153.200	-	(43.500)	-	-	109.700
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.232	11.232
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	562	2.730	-	(3.292)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 16c)	-	-	7.940	-	(7.940)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 reapresentado	653.181	18.081	10.675	(8.265)	-	673.672
Mutações do exercício	153.200	562	(32.830)	(5.655)	-	115.277
Saldos em 1º de janeiro de 2013	653.181	18.081	10.675	(8.265)	-	673.672
Reconhecimento dos ganhos (perdas) atuarias CPC 33(R1)						
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	7.502	-	7.502
Imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	(3.001)	-	(3.001)
Aumento de capital	5.849	-	-	-	-	5.849
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	61.208	61.208
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	3.060	33.445	-	(36.505)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 16c)	-	-	11.763	-	(24.703)	(12.940)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	659.030	21.141	55.883	(3.764)	-	732.290
Mutações do exercício	5.849	3.060	45.208	4.501	-	58.618
Saldos em 1º de julho de 2013	653.181	19.912	45.471	(8.265)	-	710.299
Reconhecimento dos ganhos (perdas) atuarias CPC 33(R1)						
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	7.502	-	7.502
Imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	(3.001)	-	(3.001)
Aumento de capital	5.849	-	-	-	-	5.849
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	24.581	24.581
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	1.229	15.659	-	(16.888)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 16c)	-	-	(5.247)	-	(7.693)	(12.940)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	659.030	21.141	55.883	(3.764)	-	732.290
Mutações do semestre	5.849	1.229	10.412	4.501	-	21.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

[Handwritten signatures and initials]

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e segundo semestre de 2013

(Em Milhares de Reais)

	2º semestre 2013	Exercício 2013	Exercício 2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do semestre/exercício antes da tributação e das participações	16.111	58.149	22.122
Ajustes do lucro líquido do período	<u>44.404</u>	<u>50.532</u>	<u>59.936</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.415	40.670	42.053
Provisão para desvalorização de títulos livres	75	9	25
Provisão para passivos contingentes	521	7.308	16.699
Provisão para planos de benefícios	942	1.628	328
Depreciação e amortização	<u>451</u>	<u>917</u>	<u>831</u>
Lucro do semestre/exercício ajustado	60.515	108.681	82.058
Variações nos ativos e obrigações	<u>(57.038)</u>	<u>(100.048)</u>	<u>(174.793)</u>
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(46.596)	(82.853)	35.470
(Aumento) em operações de crédito	(375.685)	(1.190.257)	(621.809)
(Aumento)/Redução em outros créditos	1.037	909	(3.987)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(77)	(45)	24
Aumento/(Redução) em outras obrigações	1.570	28.418	(44.243)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	368.842	1.170.757	473.973
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.047)	(25.895)	(12.108)
Pagamento de participação nos lucros	<u>(1.082)</u>	<u>(1.082)</u>	<u>(2.113)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.477	8.633	(92.735)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição do imobilizado de uso	<u>(21)</u>	<u>(122)</u>	<u>(1.537)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21)	(122)	(1.537)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital por subscrição de ações	5.849	5.849	109.700
Juros sobre o capital próprio pagos	<u>(12.940)</u>	<u>(12.940)</u>	<u>(15.231)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.091)	(7.091)	94.469
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.635)</u>	<u>1.420</u>	<u>197</u>
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5.700	645	448
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	<u>2.065</u>	<u>2.065</u>	<u>645</u>
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.635)</u>	<u>1.420</u>	<u>197</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

[Handwritten signatures and initials: 87, 1x, 2, M, 111]

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual n.º 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social da Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S. A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012.

O BADESUL é regido pela Resolução n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções n.º 3.757 de 01 de julho de 2009, n.º 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e n.º 4.023 de 27 de outubro de 2011, editadas pelo Banco Central do Brasil.

A Instituição tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através de financiamento aos setores público e privado.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Em 12 de fevereiro de 2014 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir do dia 17 de fevereiro de 2014.

Reapresentação de saldos comparativos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios concedidos a funcionários, nos termos descritos pelo Pronunciamento Técnico CPC n.º 33 (R1), regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, por meio da Resolução n.º 1.425 de 25 de janeiro de 2013. A regra contábil vigente em 31/12/2012 (CPC n.º 33, Resolução CFC n.º 1.193/2009) determinava que, quando o valor acumulado líquido dos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos, para cada plano, no final do período base anterior ultrapassasse 10% do maior valor entre a obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data (método corredor), o valor excedente dos ganhos e perdas atuariais passava a ser reconhecido como receita ou despesa ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos

funcionários que participam do plano. A partir de 2013 foi aplicada a norma revisada (CPC nº 33R1), onde os eventuais ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Os efeitos desta reapresentação estão demonstrados a seguir:

	Ativo			Passivo		
	Circulante	Realizável a longo prazo	Permanente	Circulante	Exigível a longo prazo	Patrimônio Líquido
Saldo publicado em 31/12/2011	908.885	1.360.999	3.659	(392.434)	(1.320.104)	(561.005)
Ajuste do efeito da adoção do CPC						
Créditos tributários		1.345		1.990	(5.945)	(1.345)
Passivos atuariais						3.955
Saldo reapresentado em 01/01/2012	908.885	1.362.344	3.659	(390.444)	(1.326.049)	(558.395)
Saldo publicado em 31/12/2012	954.595	1.876.508	4.365	(376.556)	(1.776.975)	(681.937)
Ajuste do efeito da adoção do CPC						
Créditos tributários		5.510		2.414	(16.189)	(5.510)
Passivos atuariais						13.775
Saldo reapresentado em 01/01/2013	954.595	1.882.018	4.365	(374.142)	(1.793.164)	(673.672)

Não estão sendo reapresentados a demonstração do resultado e do fluxo de caixa, por não terem efeito de apresentação, quando da adoção da referida norma.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata dia" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.

[Handwritten signatures and initials: "IX", "Z.", "M", "nu"]

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação contábil adotada pelo BADESUL equipara-se a categoria "títulos para negociação".

d. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682 de 21 de setembro de 1999 e nº 2.697 de 24 de fevereiro de 2000, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como *rating* "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução 2.682, de 21 de setembro de 1999, editada pelo Banco Central do Brasil, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como *rating* "H". Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções nº 2.682, de 21 de setembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, editadas pelo Banco Central do Brasil, complementada por provisões adicionais.

É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução nº 2.682.

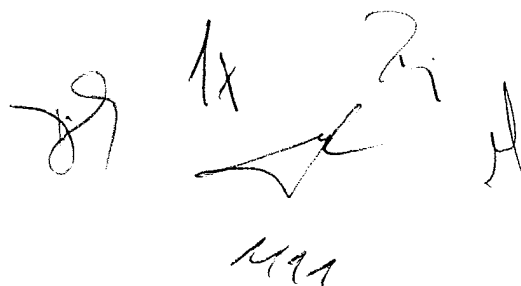
As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata dia" incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g. Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição deduzido da provisão para perdas, quando aplicável.



h. Imobilizado de uso

O Imobilizado de uso está demonstrado pelo custo no que se refere aos bens recebidos em doação do Estado do Rio Grande do Sul, incorporados ao Patrimônio desta Agência de Fomento no exercício de 2000 pelo valor residual, tendo sido observada a continuidade dos registros patrimoniais existentes à época, e, os demais estão demonstrados pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para sistema de transporte.

i. Intangível

O ativo intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de *softwares* destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade, ajustado por amortizações acumuladas. Em 31 de dezembro de 2013 esse ativo encontra-se totalmente amortizado.

j. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para o exercício de 2013 não houve ajuste por *impairment*.

k. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

l. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata dia" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi reconhecida com base no lucro real e calculada à alíquota de 9% até 31 de dezembro de 2012, tendo por base a solução de consulta nº 88-SRRF/10ª Disit, da Receita Federal do Brasil de 22 de julho de 2008, originada no processo nº 11080.002498/2008-84. A partir de 01 de janeiro de 2013 a alíquota passou a ser de 15% tendo por base o disposto no artigo 70 da Lei 12.715/12.

O ativo fiscal diferido, decorrente de imposto de renda e a contribuição social, foi calculado com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos / perdas atuariais, o qual está registrado na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido.

n. Passivo atuarial

O BADESUL é patrocinador da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, conforme detalhamento constante na nota 14, bem como, oferece prêmio por aposentadoria segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio. O reconhecimento contábil no BADESUL segue as diretrizes estabelecidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 33 - Benefícios a Empregados, regulamentada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.425, de 25 de janeiro de 2013, oriunda do Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1).

A Administração do BADESUL tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações atuariais e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

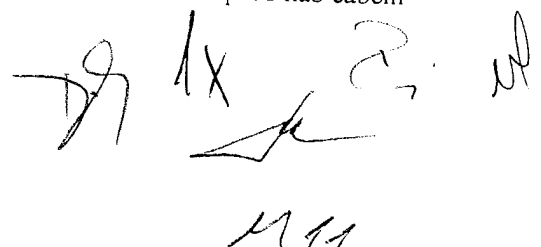
O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Os ativos do plano de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e do Plano de Saúde pela Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Badesul e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

o. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.



- (ii) **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação.

p. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

q. Lucro por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos Balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2013, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2013	2012
Caixa	3	4
Depósitos Bancários	2.062	641
	<u>2.065</u>	<u>645</u>
Total		

5 Títulos e valores mobiliários

a. Carteira Própria - Composição

	2013	2012
Letras Financeiras do Tesouro	643.534	559.988
Cotas de Fundos de Investimento	15.137	15.829
(-) Provisão para desvalorização de títulos livres	(98)	(88)
	<u>658.573</u>	<u>575.729</u>
Total		

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Do total aplicado em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 68.586 (R\$ 46.557 em 2012) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 15. A gestão financeira desses recursos é realizada pelo BADESUL, conforme descrito na nota 23b.

b. Carteira própria - Valor de mercado

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro	643.436	643.617	559.900	559.935
Cotas de Fundos de Investimento	15.137	15.137	15.829	15.829
Total	658.573	658.754	575.729	575.764

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM.

6 Operações de crédito

a. Composição por tipo de operação

	Curto prazo		Longo prazo	
	2013	2012	2013	2012
Financiamentos	477.109	252.513	1.662.245	1.203.537
Financiamentos Rurais e Agro-industriais	161.677	112.540	1.031.476	604.606
Financiamentos Infra-estrutura e Desenvolvimento.	31.344	22.940	83.265	89.199
Total	670.130	387.993	2.776.986	1.897.342

b. Composição da carteira por vencimento (parcelas)

	2013	2012
Vencidas	25.838	14.431
Até 60 dias	17.070	4.332
De 61 a 180 dias	7.167	7.079
Acima de 180 dias	1.601	3.020
Vincendas	3.421.278	2.270.904
Até 180 dias	282.104	162.372
De 181 a 360 dias	362.188	211.190
Acima de 360 dias	2.776.986	1.897.342
Total	3.447.116	2.285.335

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2013	2012
Setor Público Municipal	143.549	141.768
Administração Direta	143.549	141.768
Setor Privado	3.303.567	2.143.567
Indústria	1.501.469	997.081
Comércio	251.703	203.132
Outros Serviços	357.242	226.207
Rural	1.193.153	717.147
Total	3.447.116	2.285.335

d. A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

2013								
Classificação nível de risco	Total das operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	679.817	19,72	-	-	3.227	0,47	3.227	0,47
A	1.315.473	38,16	6.577	0,5	475	0,04	7.052	0,54
B	1.116.401	32,39	11.164	1,0	1.095	0,10	12.259	1,10
C	174.972	5,08	5.249	3,0	1.960	1,12	7.209	4,12
D	113.843	3,30	11.384	10,0	6.040	5,31	17.424	15,31
E	7.480	0,22	2.244	30,0	471	6,30	2.715	36,30
F	3.117	0,09	1.559	50,0	761	24,41	2.320	74,41
G	2.470	0,07	1.729	70,0	741	30,00	2.470	100,00
H	33.543	0,97	33.543	100,00	-	-	33.543	100,00
Total	3.447.116	100,00	73.449	-	14.770	-	88.219	-

2012								
Classificação nível de risco	Total das operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	581.999	25,47	-	-	3.027	0,52	3.027	0,52
A	889.705	38,93	4.449	0,5	444	0,05	4.893	0,55
B	572.818	25,06	5.728	1,0	745	0,13	6.473	1,13
C	122.419	5,36	3.673	3,0	1.395	1,14	5.068	4,14
D	47.192	2,06	4.719	10,0	2.317	4,91	7.036	14,91
E	18.056	0,79	5.417	30,0	713	3,95	6.130	33,95
F	24.230	1,06	12.115	50,0	3.060	12,63	15.175	62,63
G	11.607	0,51	8.125	70,0	2.789	24,03	10.914	94,03
H	17.309	0,76	17.309	100,00	-	-	17.309	100,00
Total	2.285.335	100,00	61.535	-	14.490	-	76.025	-

A PCLD adicional constitui reserva técnica para riscos de crédito imprevisíveis, especialmente de operações de elevado valor individual e/ou de concentração setorial. A qualidade da carteira - operações classificadas nos níveis "AA" até "C" - tem apresentado constante melhora, sendo que 95,35% em 2013 (94,82% em 2012) das operações de crédito estão classificadas nesse intervalo de níveis.

Como medida proativa de gerenciamento de risco de crédito todas as operações de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$ 50 são avaliadas semestralmente e tem seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As exceções são as operações do Setor Público que são avaliadas anualmente e as operações de clientes com montante de saldo inferior a R\$ 50 têm provisão constituída pelo seu nível de risco apurado na contratação da operação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos, ambas situações amparadas pela Resolução nº 2.682. O conjunto de operações de um mesmo cliente tem seu provisionamento balizado pela operação de pior risco.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2013	2012
Saldo inicial	76.025	54.315
Adições / (Reversões) líquidas do período	40.670	42.053
Baixa por transferência a prejuízo	(28.476)	(20.343)
Saldo final	88.219	76.025

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 2,56% (3,33% em 2012).

f. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2013		2012	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior	82.792	2,40	43.529	1,90
10 maiores seguintes	479.372	13,91	355.240	15,54
20 maiores seguintes	528.380	15,33	391.941	17,15
Demais	2.356.572	68,36	1.494.625	65,40
Total	3.447.116	100,00	2.285.335	100,00

g. Garantias

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, o BADESUL detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h. Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2013 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 28.476 (R\$ 20.343 em 2012), em cumprimento ao que dispõe a Resolução 2.682 de 21/12/1999, editada pelo BACEN, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2013, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 91.064 (R\$ 70.292 em 2012).

As recuperações por recebimento e renegociação das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 10.235 (R\$ 8.528 em 2012), sendo que R\$ 7.704 referem-se ao saldo contábil recuperado e R\$ 2.531 referem-se aos encargos incorridos a partir de 60 dias do atraso das parcelas contratuais até a data do recebimento.

7 Rendas a receber

	Curto prazo		Longo prazo	
	2013	2012	2013	2012
Comissões por Co-Obrigações a Receber/Carta Fiança	432	110	344	517
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento	263	839	-	-
Total	695	949	344	517

8 Créditos tributários de impostos e contribuições

A Administração do BADESUL, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Foram constituídos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas e de passivos atuariais, ambas passíveis de realização no período máximo de dez anos.

O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente.

Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006 e na Circular nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil.

a. Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto prazo		Longo prazo		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativo fiscal diferido - IRPJ	6.859	5.442	36.119	26.734	42.978	32.176
Ativo fiscal diferido - CSLL	4.115	1.959	21.672	10.450	25.787	12.409
Total	10.974	7.401	57.791	37.184	68.765	44.585

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2013 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais de 25% para o imposto de renda, e, para a contribuição social de 15% sobre o saldo das diferenças temporárias.

b. Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

2013			
Diferenças Temporárias	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	120.110	30.027	18.017
Rendas de Atraso	12.344	3.086	1.852
Provisão para perdas com ações trabalhistas	23.614	5.904	3.542
Provisão para passivos atuariais	15.845	3.961	2.376
Total	171.913	42.978	25.787

2012			
Diferenças Temporárias	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	101.063	25.266	9.096
Rendas de Atraso	13.865	2.466	1.247
Provisão para perdas com ações trabalhistas	-	-	-
Provisão para passivos atuariais	13.775	3.444	2.066
Total	114.928	32.176	12.409

c. Movimentação do saldo dos créditos tributários

	2013			2012
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Saldo inicial	32.176	12.409	44.585	27.622
Adições				
- Resultado	25.715	22.325	48.040	21.560
- Patrimônio líquido	-	-	-	4.165
Exclusões/Baixas				
- Resultado	(13.037)	(7.822)	(20.859)	(8.762)
- Patrimônio líquido	(1.876)	(1.125)	(3.001)	-
Total	42.978	25.787	68.765	44.585

d. Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

Ano de Realização	2013			
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2014	26.019	6.505	3.903	10.408
2015	54.825	13.706	8.224	21.930
2016	28.101	7.025	4.215	11.240
2017	3.443	861	516	1.377
2018	14.374	3.594	2.156	5.750
2019	3.772	943	566	1.509
2020	4.268	1.067	640	1.707
2021	8.518	2.129	1.278	3.407
2022	5.944	1.486	892	2.378
2023	22.650	5.662	3.397	9.059
Total	171.913	42.978	25.787	68.765

e. Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 3,92%, está representado por R\$ 37.515 (R\$ 26.927 em 2012) referentes ao imposto de renda e R\$ 22.508 (R\$ 10.203 em 2012) referentes à contribuição social.

f. Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2013, R\$ 264 (R\$ 6.874 em 2012) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 159 (R\$ 2.474 em 2012) relativos à Contribuição Social.

9 Permanente

Em 31 de dezembro de 2013, o grupo Permanente está constituído de investimentos no valor de R\$ 25 (R\$ 25 em 2012) e dos demais subgrupos relacionados a seguir:

a. Imobilizado de uso

	Taxas de depreciação % ao ano	2013		2012	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos	10	4.407	(2.163)	2.244	2.592
Sistema de processamento de dados	20	4.447	(3.221)	1.226	1.641
Outros	10	203	(128)	75	67
Total		9.057	(5.512)	3.545	4.300

b. Intangível

	Taxas de amortização % ao ano	2013		2012	
		Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativos intangíveis	20	4.070	(4.070)	-	40

10 Obrigações por repasse no país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e CEF). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 1,00% a.a. a 7,50% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPRD-P e UPF), e, (b) nas operações pré-fixadas de 0,00% a.a. até 11,00% a.a.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

2013					
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total obrigações
BNDES	73.296	306.391	379.687	1.317.037	1.696.724
CEF	304	945	1.249	28.786	30.035
FINAME	34.211	131.694	165.905	1.331.414	1.497.319
FINEP	-	14	14	123	137
Total	107.811	439.044	546.855	2.677.360	3.224.215

2012					
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total obrigações
BNDES	41.858	146.520	188.378	1.036.075	1.224.453
CEF	236	735	971	25.060	26.031
FINAME	22.734	88.622	111.356	691.618	802.974
FINEP	-	-	-	-	-
Total	64.828	235.877	300.705	1.752.753	2.053.458

O Sistema BNDES/FINAME constitui a principal fonte de recursos para repasses do BADESUL aos seus clientes.

11 Sociais e estatutárias

	2013	2012
Participação nos Lucros e Resultados a pagar	1.534	-
Total	1.534	-

12 Fiscais e previdenciárias

	2013	2012
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	12.988	17.376
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	102	78
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.201	1.010
PIS, COFINS, ISSQN	720	596
Total	15.011	19.060

[Handwritten signatures and initials]

13 Passivos contingentes

Natureza	Movimentação			Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	
Trabalhista (a)	19.418	6.537	(2.341)	23.614
Cível (b)	47	-	(6)	41
Provisão FGI (vide nota 20b"i")	-	918	-	918
Total	19.465	7.455	(2.347)	24.573

Os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

a. Ações trabalhistas

Processos trabalhistas: a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Em 31 de dezembro de 2013 existiam 17 (14 em 2012) ações envolvendo risco de perda possível que representavam o valor de R\$ 1.439 (R\$ 1.417 em 2012).

b. Ações cíveis

Processos cíveis: a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de (pedidos de reparação por danos morais ou materiais).

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2 (R\$ 3 em 2012), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

c. Ações Fiscais

- (i) PIS/COFINS - Ação coletiva em que o BADESUL é parte: No exercício de 2010 a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, representando as agências de fomento associadas, instituições financeiras assim consideradas pela legislação vigente, interpôs demanda judicial em caráter preventivo que versa sobre a sistemática de apuração do PIS e da COFINS das Agências de Fomento, a qual poderá representar uma futura contingência tributária para o BADESUL.

[Handwritten signatures and initials]

Em 17 de setembro de 2012 foi editada a Lei nº 12.715, produzindo efeito a partir de 01 de janeiro de 2013 com a possibilidade de opção para o exercício de 2012, a qual veio eliminar a "lacuna" que havia na legislação tributária quanto à expressa previsão do tratamento tributário aplicável às Agências de Fomento, conforme disposto no seu artigo nº 70.

Em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo valor apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 compreendendo o período de 2009 a 2011, cujos valores originais foram atualizados e incluídos as multas de ofício. Até a data destas demonstrações financeiras a discussão encontra-se na instância administrativa e não existe nenhuma decisão.

Os assessores jurídicos do BADESUL entendem que a probabilidade de perda desta ação é possível. O risco máximo envolvido relacionado aos períodos de 2009 a 2012 é de R\$ 44.214 (R\$ 43.562 em 2012), considerando os valores originais corrigidos.

- (ii) ISSQN: A Prefeitura Municipal de Porto Alegre ingressou na justiça ação para cobrança de ISSQN contra a extinta Caixa Econômica Estadual do RS, processo do qual o BADESUL, entre outros, está arrolado como parte responsável por tal débito. O BADESUL, por entender não cabível essa execução fiscal, ajuizou ação anulatória de débito fiscal com antecipação de tutela contra a Prefeitura do Município de Porto Alegre. O BADESUL obteve liminar favorável, estando o processo ainda em tramitação, pendente de julgamento do mérito. Esta possível contingência foi estimada em R\$ 13.383 para 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

d. Devedores por depósitos em garantia

	2013	2012
Ações Trabalhistas		
Ações Cíveis	3.237	3.526
	<u>87</u>	<u>47</u>
Saldo Atual	<u>3.324</u>	<u>3.573</u>

14 Passivos atuariais

	Curto prazo		Longo prazo	
	2013	2012	2013	2012
Passivo c/plano de previdência complementar (a)	-	-	11.338	16.816
Passivo c/planos de saúde (b)	-	-	924	1.499
Passivo c/prêmio por aposentadoria (c)	823	773	2.760	2.631
Total	<u>823</u>	<u>773</u>	<u>15.022</u>	<u>20.946</u>

a. Plano previdenciário complementar

O BADESUL é patrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões. O Plano de Benefícios I, oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL por meio de sucessão trabalhista, é do tipo "benefício definido" e a sua avaliação, em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões.

[Handwritten signatures and initials]

b. Plano de saúde

São benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, que oferecem benefícios de assistência médica hospitalar, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: (a) Plano PAM - Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA e PAMES; (b) PROMED - Programa Auxílio Medicamento. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da co-participação.

c. Prêmio por aposentadoria

Em razão da sucessão trabalhista, ocorrida em 01 de maio de 2002, o BADESUL assumiu a obrigação de preservar todos os direitos já adquiridos pelos empregados transferidos do BANRISUL, inclusive os planos de benefícios pós-emprego. Assim, é oferecido prêmio por aposentadoria a esses empregados que se aposentarem com pelo menos 20 anos de empresa, cuja provisão está calculada de acordo com o artigo 82 do regulamento de pessoal, sendo que, para o registro desta provisão, foram considerados no cálculo os encargos patronais, inclusive.

d. Método atuarial utilizado na avaliação atuarial

As premissas atuariais adotadas foram as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1) e as definidas pela Administração do BADESUL. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2013, foram adotados o método atuarial PUC - Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais e as seguintes hipóteses demográficas e econômico-financeiras:

Como a avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2012 utilizou as premissas requeridas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 33 antes da primeira revisão, os respectivos valores estão sendo reapresentados com os efeitos da nova norma, para fins de comparabilidade.

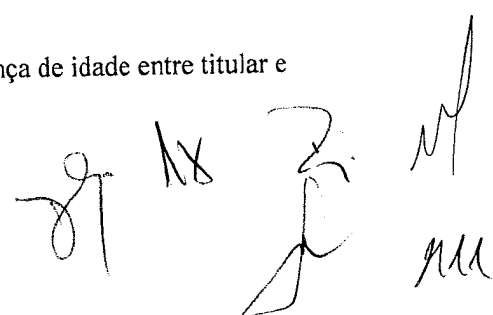
Seguem abaixo informações detalhadas.

Premissas demográficas

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 desagravada em 10% (segregada por sexo)
- Tábua de mortalidade (inválidos): RRB-83 desagravada em 50%
- Tábua de entrada em invalidez: *Light Forte* desagravada em 40%
- Tábua de rotatividade (1): Experiência Towers Perrin agravada em 125%
- Entrada em aposentadoria (2): 100% na elegibilidade. Para o plano de saúde: considera-se a idade de aposentadoria de 61 anos para homens e 60 anos para as mulheres.

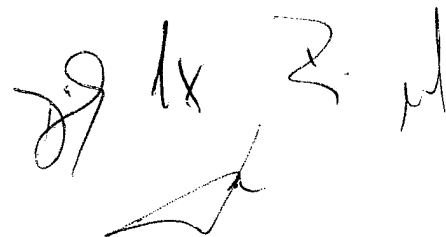
Composição familiar

- Benefícios a conceder: Família Média
- Benefícios concedidos: Família Real informada
- Família Média considerada: (percentual de casados: 95%; diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos; 1 filho temporário)



Premissas econômico-financeiras

- Taxa de desconto atuarial - taxa real (3)
 - Plano de previdência complementar e de saúde: 6,37% ao ano
 - Prêmio por aposentadoria: 4,20% ao ano
 - Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real (4): idêntica à taxa de desconto atuarial
 - Taxa de crescimento salarial futuro - taxa real (5): 3,56% ao ano
 - Taxa de crescimento dos benefícios - taxa real: 0,00% ao ano
 - Taxa de crescimento dos custos com saúde - (HCCTR) - taxa real (6): 3,00% ao ano
 - Expectativa de inflação (7): 5,95% ao ano
 - Fator de capacidade dos salários: 100%
 - Fator de capacidade dos benefícios do plano: 100%
 - Fator de capacidade dos benefícios do INSS: 98,00%
 - Análise de permanência no Plano de Saúde: 100%
- (1) Tábua aplicada na avaliação do plano previdenciário, sendo considerada nula na avaliação do prêmio por aposentadoria e do plano de saúde.
- (2) Conforme média da idade de aposentadoria da massa de participantes do BADESUL utilizada nas projeções do pós-emprego dos planos de previdência.
- (3) Taxa de desconto atuarial: compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com “duration” aproximada com a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos do BADESUL, na data-base (24 anos para o plano de previdência complementar; 25 anos para os planos de saúde e 0,3 anos para o Prêmio por aposentadoria).
- (4) Expectativa de retorno dos investimentos: expectativa de inflação acrescida de taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33(R1)
- (5) Crescimento salarial futuro: 3,56% ao ano, conforme recomendação da consultoria atuarial da Fundação Banrisul com base em estudo de aderência de hipóteses.
- (6) Taxa de crescimento dos custos com saúde (HCCTR): inflação médica será de 3% ao ano (real).



- (7) Expectativa de inflação: 5,95% ao ano, de acordo com a expectativa do mercado (índice IPCA) divulgada pelo Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 13 de dezembro de 2013.
Custo assistencial médio anual por faixa etária (em R\$)

Idade Inicial	Faixas Etárias	FAR 200 PROMED	PAM 019 PAMPA Plano PAM	PAM 027 PAMES Plano PAM
0	0 a 17 anos	31,72	0,00	464,32
18	18 a 29 anos	39,34	0,00	382,70
30	30 a 39 anos	104,19	0,00	530,75
40	40 a 49 anos	203,48	0,00	1.109,42
50	50 a 59 anos	362,72	0,00	1.855,41
60	60 a 69 anos	613,92	0,00	2.195,46
70	70 anos ou +	1.026,04	0,00	1.289,27

e. Conciliação e movimentação dos (ativos) e passivos reconhecidos

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	Plano de Previdência		Assistência Médica		Prêmio por Aposentadoria	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais	54.844	70.051	2.397	2.812	3.583	3.404
Valor justo dos ativos do plano	(43.506)	(53.235)	(1.473)	(1.313)	-	-
Valor presente das obrigações a descoberto	11.338	16.816	924	1.499	3.583	3.404
Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%
(Passivo) atuarial líquido no final do exercício	11.338	16.816	924	1.499	3.583	3.404

Movimentação do passivo atuarial reconhecido no balanço

	Plano de Previdência		Assistência Médica		Prêmio por Aposentadoria	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Passivo/(ativo) atuarial líquido ao início do exercício	16.816	6.934	1.499	1.234	3.404	3.105
(Ganhos) / Perdas atuarias reconhecidos no exercício	(6.821)	9.565	(681)	255	-	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício	1.810	537	106	10	338	528
Contribuições do empregador vertidas no exercício	(467)	(220)	-	-	(159)	(229)
Passivo/(ativo) atuarial líquido ao final do exercício	11.338	16.816	924	1.499	3.583	3.404

f. Termo de Ajustamento de Conduta - TAC

Tendo em vista que o plano de previdência complementar (PB1) tem apresentado déficits recorrentes, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e os respectivos patrocinadores, contendo as condições para reestruturação deste Plano (migração espontânea e incentivada dos participantes e assistidos para um plano de benefícios saldado ou plano de contribuição variável), como forma a ser adotada para o equacionamento da situação que se apresenta, cujo cronograma de eventos está em linha com os prazos processuais do Órgão regulador.

Em 23 de dezembro de 2013 foi publicada portaria da Superintendência Nacional de Previdência Complementar que aprovou o TAC com o conjunto de propostas encaminhadas à PREVIC, fixando o prazo de 180 dias para início de funcionamento dos planos com a nova regulamentação proposta e aprovada.

15 Credores diversos

	2013	2012
Financiamentos a Liberar para Mutuários		
Cobrança (valores a processar)	8.874	-
Recebimento de Fundos Regionais Administrados (*)	325	-
Fornecedores	68.586	46.557
Outras	787	1.110
	353	648
Total	78.925	50.146

- (*) Os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 23b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do BADESUL.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o Capital Social da Instituição no valor de R\$ 659.030 (653.181 em 2012) representado por 659.030.410 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País.

No exercício de 2013 o capital social do BADESUL apresentou aumento no montante de R\$ 5.849, mediante a utilização de recursos oriundos dos retornos do FUNDOPEM conforme previsão na Lei Ordinária Estadual nº 11.916 de 02 de junho de 2003, os quais foram deliberados em duas assembléias gerais extraordinárias distintas, conforme segue: (i) valor de R\$ 3.467 em 15 de julho de 2013, cuja homologação do BACEN ocorreu em 05 de agosto de 2013; (ii) valor de R\$ 2.382 em 11 de setembro de 2013, cuja homologação do BACEN ocorreu em 31 de outubro de 2013.

b. Reserva de lucros

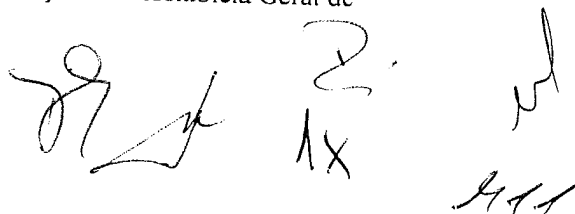
A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Outras reservas especiais de lucros estão compostas por lucro remanescente após a constituição da reserva legal e juros sobre o capital próprio reconhecidos, mas ainda não deliberados pela Assembléia Geral de acionistas, permanecendo nesta condição em conformidade ao que dispõe a Carta Circular nº 3.516 emitida pelo Banco Central do Brasil em 21 de julho de 2011.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários.

Quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da Assembléia Geral de



acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante o artigo 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, emitida pelo Banco Central do Brasil.

Os referidos juros reduziram os encargos tributários, no exercício de 2013, na ordem de R\$ 9.880 (R\$2.700 em 2012).

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio propostos no período, em consonância com a legislação societária, o estatuto social e a legislação tributária, foram calculados conforme abaixo:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	61.208	11.232
(-) Constituição de reserva legal (5%)	3.060	562
	<u>58.148</u>	<u>10.650</u>
Base de cálculo dos dividendos		
	<u>3.489</u>	<u>639</u>
Dividendos a serem propostos		
	<u>24.703</u>	<u>7.940</u>
Juros sobre o capital próprio destinados		

Durante o exercício de 2013 foram pagos a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 12.940 (R\$ 15.231 em 2012), sendo R\$ 7.940 referente ao exercício de 2012 e R\$ 5.000 a título de adiantamento do exercício de 2013.

Considerando que os juros sobre o capital próprio ultrapassam os dividendos, a Administração propõe que seja imputado aos dividendos conforme prerrogativa legal.

17 Capital regulamentar

a. Patrimônio de referência

O Banco Central do Brasil, em consonância com as diretrizes do Acordo de Capital - Basileia III alterou as regras de apuração do Patrimônio de Referência como disposto na Resolução nº 4.192/2013, emitida pelo BACEN. O valor do patrimônio de referência da Instituição em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 552.290 (R\$ 467.936 em 2012).

b. Índice de Basileia

As regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III determinam a obrigatoriedade das instituições financeiras de manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, de acordo com fatores de ponderação de exposições, mitigadores de risco e fatores de conversão em crédito. Em 31 de dezembro de 2013, o índice de Basileia em relação aos ativos ponderados da Instituição era de 15,26% (18,89% em 2012), superior ao índice mínimo exigido pelos normativos que é de 11%.

c. Limites operacionais

O Banco Central estabeleceu conforme Circular nº 3.686/2013 os procedimentos para apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares. Em 31 de dezembro de 2013 as posições da Instituição e exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Limites regulamentados	(Exigência/Limite)	Situação	Margem	Índice
2013				
Compatibilização do PR com o PRE	445.525	552.290	106.765	13,64%
Imobilização	276.145	3.570	272.575	0,65%
2012				
Compatibilização do PR com PRE	333.983	467.936	133.953	15,41%
Imobilização	233.968	4.365	229.603	0,93%

18 Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2013	Exercício 2013	Exercício 2012
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	16.111	58.149	22.122
Juros Sobre o Capital Próprio	(7.693)	(24.703)	(7.940)
Participações Estatutárias no Lucro	(2.616)	(2.616)	(549)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	23.584	24.903	55.165
Diferenças Temporárias	23.118	24.271	54.737
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.901	19.047	31.040
Rendas a apropriar em atraso	1.798	637	1.556
Rendas decorrentes de Ganhos em Renegociações	(346)	(2.158)	4.837
Provisões para contingências	525	4.196	16.676
Outras provisões	(12.760)	2.549	629
Diferenças Permanentes	466	632	428
Despesas não dedutíveis	466	632	428
Base de cálculo do IR e CS	29.386	55.733	68.798
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente (Nota 3m)	(11.744)	(22.269)	(23.367)
Incentivos Fiscais	657	765	228
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos	(11.087)	(21.505)	(23.139)
Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 8)	22.173	27.180	12.798
Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado	11.086	5.675	(10.341)

[Handwritten signatures and initials]

19 Outras receitas

a. Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2013	2013	2012
Recuperação de encargos e despesas	72	99	81
Reversão de provisões operacionais	84	169	175
Encargos (atualização depósitos judiciais e outros)	106	155	93
Atualização de direitos junto ao BNDES	6	67	361
Honorários de sucumbência	0	0	193
Outras	120	121	51
Total	388	611	954

20 Outras despesas administrativas e outras despesas operacionais

a. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2013	2013	2012
Água, energia e gás	244	567	434
Comunicação	95	203	256
Manutenção e conservação de bens	498	1.462	932
Processamento de dados	3.846	6.189	3.870
Publicidade e propaganda	1.101	3.591	3.514
Serviços do sistema financeiro	401	725	1.037
Serviços de terceiros	633	1.152	1.022
Serviços técnicos especializados	376	1.023	1.139
Transporte	24	53	69
Viagem	235	440	465
Emolumentos Cartoriais	178	349	255
Depreciação e amortização	451	917	831
Contribuições para entidades representativas	87	251	176
Doações - projetos com incentivo fiscal	295	400	220
Outras	376	695	573
Total	8.840	18.017	14.792

b. Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2013	2013	2012
Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego	694	1.449	432
Despesa com provisão p/contingências trabalhistas	1.683	6.538	16.728
Despesa com provisão decorrente de honra FGI (i)	-	918	-
Outras	356	517	295
Total	2.733	9.422	17.455

- (i) Em atendimento à orientação do Banco Central do Brasil, é reconhecido provisão para contingência na extensão da obrigação assumida sempre que há adiantamento de honra por parte do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), devendo ser ajustada quando da efetiva recuperação do crédito coberto por esse Fundo.

21 Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal do BADESUL e BRDE.

2013			
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 23b)	(263)	4.120	-
Contratação de serviços especializados	316	-	548
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	39	-	1.933
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(104)	-	-
Despesa de Pessoal - funcionários adidos	202	-	1.275
Outros valores a ressarcir	(470)	-	-
2012			
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 23b)	(839)	4.015	-
Contratação de serviços especializados	299	-	892
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	37	-	2.022
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(191)	-	-
Despesa de Pessoal - funcionários adidos	168	-	1.428
Outros valores a ressarcir	(490)	-	-

(*) Refere-se ao total da remuneração fixa e variável do pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).

22 Gestão de riscos

A gestão de riscos do BADESUL considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição num processo contínuo de otimização da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos. O relatório de gestão de riscos está disponibilizado no [sítio www.badesul.com.br](http://www.badesul.com.br).

Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

a. Risco de mercado

Foi revista a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado implementada na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento.

O risco de mercado é gerenciado com o auxílio de um sistema específico. Esse software gera o relatório de Demonstrativo de Limites Operacionais, a partir das informações internas e das taxas de mercado. Esse documento é enviado mensalmente ao BACEN. O risco de mercado não é significativo para o Badesul, tendo em vista que as operações têm as taxas "casadas" no ativo e no passivo, mitigando a exposição. O indicador que evidencia a exposição ao risco de taxas de juros é o RBAN.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução nº 2.682, emitida pelo Banco Central do Brasil em 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados.

Esse é o maior risco ao qual a instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração do *Rating* das operações e consequentes níveis de provisionamento.

c. Risco operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida, revisada periodicamente, contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução nº 3.380, emitida pelo Banco Central do Brasil em 29 de junho de 2006. Para apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWAOPAD serve como fator de monitoramento deste risco.

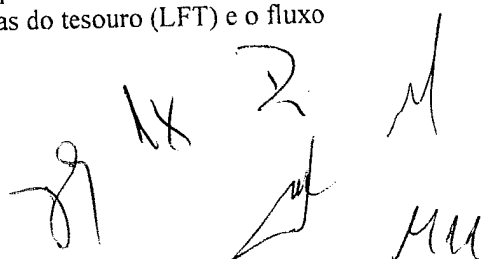
d. Gerenciamento de capital

A Resolução nº 3.988, emitida pelo Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2011, estabelece a necessidade de uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das operações de cada Instituição, bem como define um cronograma para a sua efetiva implementação. O BADESUL está em plena conformidade com as atividades elencadas na programação de atendimento à referida norma. Nesse sentido foram tomadas as seguintes providências: (a) indicação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional para atender esse fim; (b) definição da política institucional dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários; (c) estabelecimento do plano de contingência de capital; (d) efetiva implementação da estrutura de gerenciamento de capital.

O monitoramento e controle do Gerenciamento do Capital é realizado a partir da Margem ou Insuficiência para o Limite de Basileia, calculada a partir da identificação do Patrimônio de Referência, Patrimônio de Referência Exigido e RBAN (Risco da carteira de não negociação).

e. Risco de Liquidez

O Banco Central do Brasil, em 24 de maio de 2012, por meio da Resolução nº 4.090, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas por ele a funcionar devem manter estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco. O tema está disposto em resolução do Conselho de Administração que contempla, além da política de gerenciamento, o plano de contingência. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, e por isso são alvo de monitoramento constante, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa.



23 Compromissos e responsabilidades

a. Co-obrigações por garantias prestadas

O BADESUL concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES, cujos contratos prevêem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 está representado por R\$ 127.950 (R\$ 80.497 em 2012).

b. Gestão de recursos de terceiros

O BADESUL, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do BADESUL está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2013, representam o montante de R\$ 3.771.633 (R\$ 3.751.827 em 2012). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o BADESUL é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício R\$ 4.120 (R\$ 4.015 em 2012).

24 Impactos da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1.397").

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

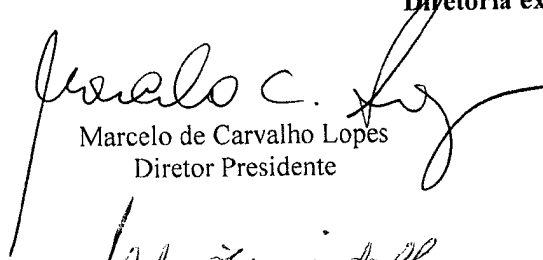
De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1.397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

25 Eventos subsequentes

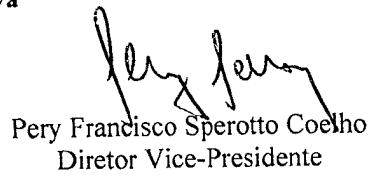
Em 02 de janeiro de 2014 foi sancionada a Lei Estadual nº 14.410 que alterou a Lei Estadual nº 13.795 de 27 de setembro de 2011, a qual trata da doação de parte do edifício Negrinho do Pastoreio para o BADESUL, situado na Rua General Andrade Neves nº 175 na cidade de Porto Alegre, estabelecendo as condições para reconhecimento contábil como imóvel de propriedade desta Instituição, cujo valor foi estimado em R\$ 35.000 mil.



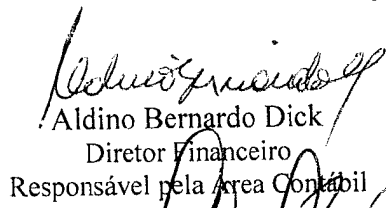
Diretoria executiva



Marcelo de Carvalho Lopes
Diretor Presidente

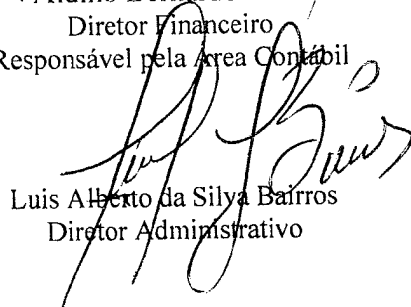


Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente



Aldino Bernardo Dick
Diretor Financeiro
Responsável pela Área Contábil

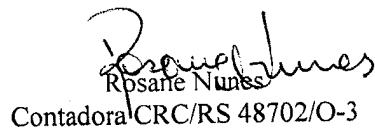
Lindamir Teresinha Verbiski
Diretora de Operações



Luis Alberto da Silva Bairos
Diretor Administrativo



Luis Felipe Maldaner
Diretor de Participações e Inovação



Rosane Nunes
Contadora CRC/RS 48702/O-3



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dezembro de 2013

A MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao encerrar-se o ano de 2013, dirijo-me aos empresários, produtores rurais, gestores públicos municipais e trabalhadores, que dão forma e conteúdo ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, para transmitir-lhes o desempenho operacional, administrativo e financeiro do BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS no exercício findo.

O BADESUL, em 2013, voltou a apresentar novo recorde na sua atuação operacional de prover financiamento de longo prazo aos investimentos e investidores na economia gaúcha. Esta Agência de Fomento desembolsou, em 2013, o valor de R\$ 1,61 bilhão para o financiamento de investimentos no Rio Grande do Sul, o que representa um acréscimo de 61% em relação aos R\$ 999,7 milhões liberados em 2012. Lembra-se que as liberações de crédito e de participação em fundos desta Agência de Fomento em 2012 já tinham representado um acréscimo de 101,4% sobre os desembolsos realizados em 2011, que foi o primeiro ano da atual gestão do BADESUL.

Como corolário desse extraordinário crescimento, o BADESUL passou a ser em 2013 o principal Agente Financeiro do BNDES no Rio Grande do Sul, superado apenas pelo Banco do Brasil.

Mas a continuidade em 2014 dessa trajetória operacional ascendente desta Instituição Pública Estadual de Desenvolvimento passará a depender de renovado fortalecimento da sua estrutura de capital. Isto porque o BADESUL não pode ir além dos limites determinados pelo Banco Central do Brasil quanto à relação entre seus ativos ponderados pelo risco e o seu Patrimônio de Referência. Aliás, destaco-lhes que o crescimento citado das operações desta Agência de Fomento na atual gestão decorreu do decisivo apoio recebido do Governador do Estado, Tarso Genro, cuja principal evidência foi o aumento extraordinário de R\$ 104 milhões, em 2012, no seu Capital Social, efetuado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Mesmo na ausência de novos aportes extraordinários de capital por seu Acionista Majoritário, afianço-lhes que os bons resultados financeiros que esta Agência de Fomento vem alcançando, uma vez capitalizados, serão suficientes para, em 2014 e além, consolidar a imagem institucional e a capacidade financeira do BADESUL no cenário econômico gaúcho.

Por tudo isto e em nome dos meus colegas de Diretoria e do corpo funcional do BADESUL, manifesto ao Governador Tarso Genro e ao Secretário Mauro Knijnik os meus profundos agradecimentos pelo apoio institucional e pessoal deles recebido e com os quais todos nós comungamos a inabalável crença da promoção do investimento e da inovação como estratégia para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Transmito também a minha gratidão aos colaboradores do BADESUL e, em especial, aos clientes desta Instituição, empresas, produtores rurais e prefeituras municipais, que são a razão da sua existência e cuja confiança no futuro é a fonte que inspira seus investimentos.

Marcelo de Carvalho Lopes

Diretor-Presidente

1 A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

As atividades do BADESUL no financiamento do desenvolvimento da economia gaúcha, sejam vistas pelo lado da demanda de crédito ou pelo lado da sua oferta, são, em maior ou menor grau, condicionadas pelas circunstâncias macroeconômicas do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo. Segue-se um resumo dessas circunstâncias.

Economia Internacional

O desempenho do PIB da Área do Euro ainda foi de recessão em 2013, mas com o cenário para 2014 apontando sinais de recuperação, ainda que frágil. A boa notícia, portanto, para a Área do Euro, é que sua situação econômica pelo menos está deixando de piorar. O cenário econômico da Europa é marcado pelo penoso processo de ajuste fiscal de países críticos, como Grécia, Espanha e Portugal, e pelo saneamento das suas instituições financeiras. A taxa de sacrifício imposta aos seus habitantes é imensa e traduz-se na persistência de elevadas taxas de desemprego na Área do Euro como um todo e, em particular, nos países citados.

Em 2013 confirmaram-se as expectativas de crescimento moderado, mas firme, da economia dos Estados Unidos, crescimento este suficiente para reduzir ao patamar de 7% a taxa de desemprego naquele País. As expectativas referentes a 2014 para os EUA são de taxa de crescimento econômico de 3%, com continuidade da redução da taxa de desemprego, o que vem em linha com a retirada gradual dos estímulos monetários aplicados pela Reserva Federal.

A economia japonesa cresceu em 2013 na casa dos 2%. As expectativas para 2014 são de continuidade do crescimento da economia do Japão, mas em ritmo menor do que o de 2013.

A economia chinesa cresceu em 2013 a um ritmo de 7,7% ao ano, confirmando um pouso suave em relação às ainda mais elevadas taxas de crescimento que aquela economia experimentou no passado recente. As expectativas para 2014 são de manutenção do ritmo de crescimento da segunda maior economia mundial, no patamar de 7,0% a.a. Esta desaceleração está associada às mudanças no perfil da demanda econômica na China, com mais consumo para a sua população e menor taxa de investimento. Mas a redução da demanda por importações da economia chinesa, por conta dessa desaceleração do seu crescimento, continuará a pressionar para baixo as exportações de seus fornecedores de matérias-primas, em especial no que se refere aos minérios, hoje importante item da pauta de exportações do Brasil para aquele país.

Economia Brasileira

A economia brasileira, que apresentou em 2010 uma taxa de crescimento de 7,5% em seu PIB, reduziu esse dinamismo para 2,7% em 2011 e para 1,0% em 2012. Mas essa desaceleração tanto foi estancada em 2013, quando o PIB deverá crescer 2,3%, quanto não afetou o baixo nível de desemprego que o Brasil vem registrando desde 2010. Nota-se também que o cenário econômico internacional está freando as exportações líquidas brasileiras, tendo o saldo da balança comercial caído de 5% do PIB em 2005 para 0,5% em 2013. Para 2014 existem expectativas de manutenção do crescimento do PIB do Brasil no mesmo patamar de 2013.

A taxa de inflação, que ao encerrar-se o exercício de 2012 foi de 5,84%, encerrou o exercício de 2013 em 5,91%. Mercê os sucessivos ajustes que o Banco Central promoveu em 2013 para cima na taxa de juros básica da economia brasileira, espera-se que em 2014 a taxa de inflação ceda um pouco, mas ainda mantenha-se em patamar acima de 5%.

A baixa taxa de desemprego de 4,6% da população economicamente ativa, registrada em 2012, manteve-se em baixo patamar em 2013. Apesar do moderado dinamismo esperado para a economia do Brasil em 2014, a taxa de desemprego deverá continuar baixa. Em 2014 também se espera que a participação do crédito em relação ao PIB tenha expansão mais contida.

A taxa de câmbio da moeda brasileira perante o dólar norte-americano, ao final de 2013, alcançou o patamar de R\$ 2,37 por US\$ 1.00, em situação mais depreciada do que o patamar de R\$ 2,0 por unidade de dólar que vigorou em 2012. Esta taxa cambial é mais confortável para as exportações brasileiras, pois a variação cambial em 2013 registrou depreciação de 10,1% da moeda nacional, portanto superior à taxa de inflação de 5,91% verificada no mesmo período.

Mesmo assim, mercê os baixos preços e custos de produção dos bens industrializados no leste da Ásia, em especial na China, exportados para as economias abertas do planeta, as empresas industriais do Brasil continuam a enfrentar uma dura concorrência nos seus mercados externo e interno. As expectativas para 2014 apontam para uma maior depreciação da taxa de câmbio, o que significará maior proteção à indústria nacional e estímulo às exportações, mas exigirá mais rigor monetário no combate à inflação.

Economia Gaúcha

Os dados divulgados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) referentes ao desempenho da economia do Rio Grande do Sul no terceiro trimestre de 2013 mostram que, no acumulado do ano (janeiro a setembro), o PIB gaúcho cresceu 6,6%, em relação a igual período do ano anterior. A economia rio-grandense apresentará em 2013 uma taxa de crescimento do seu produto no patamar de 6%. Este bom desempenho, que em parte deve ser tratado como recuperação da queda do produto econômico do RS registrada em 2012, será uma vez e meia superior à taxa de crescimento da economia brasileira e deverá trazer a participação da economia gaúcha no produto nacional de volta ao patamar dos 7%.

A Agropecuária estadual cresceu impressionantes 48,0% nos primeiros nove meses de 2013, em relação ao mesmo período do ano anterior. Nota-se que o ano de 2012 foi marcado por uma retração histórica de 27,6% no Valor Adicionado Bruto da Agropecuária do RS, devido a uma brutal estiagem. A indústria expandiu-se 2,9% no período de janeiro a setembro de 2013, em relação a igual período de 2012, com relevância para a Indústria de Transformação, que cresceu 3,4%. No que tange à Construção Civil, esta cresceu 2,7% no período considerado. Os Serviços expandiram-se 3,1% nos primeiros nove meses de 2013.

No que tange ao desemprego, a Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme dados medidos pelo IBGE, apresentou uma das menores taxas de desocupação do Brasil, no patamar de 3,0%, com a expectativa de manter-se estável nesse patamar em 2014.

A FEE também mostra que, no acumulado em quatro trimestres, o PIB gaúcho cresceu 4,9%. Setorialmente, a Agropecuária apresentou crescimento de 39,1%, enquanto a Indústria cresceu 0,9% e os Serviços cresceram 2,7%. A depreciação cambial do Brasil contribuirá para manter em 12% o patamar do PIB gaúcho destinado ao exterior, em 2013 e em 2014, desta forma esperando-se estabilidade das exportações na dinâmica econômica do Rio Grande do Sul.

Quanto à demanda de investimentos da economia gaúcha, esta foi suficiente para que os desembolsos do BNDES, mediante os seus agentes financeiros no Rio Grande do Sul, atingirem R\$ 12,5 bilhões em 2013, um crescimento de 47,2% em relação a 2012. As operações diretas do BNDES no RS alcançaram em 2013 R\$ 2,97 bilhões, valor 108,1% superior ao de 2012.

2 O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL

O Sistema de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (SD/RS) coordena esforços em prol do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, pois reúne atores do governo estadual, do governo federal, dos governos municipais e dos setores privado e cooperativo, instituições de representação de empresários, cooperativas e trabalhadores e outras instituições da sociedade civil associadas ao desenvolvimento da indústria, à inovação e à promoção do comércio exterior.

A Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI está no centro do SD/RS, com a função de articular, a partir do Gabinete do Governador, as instituições e as ações de governo integradas no âmbito do referido sistema. Entre estas instituições está o BADESUL.



Cabe ao BADESUL atuar, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, no apoio à execução da Política Industrial estadual, por meio do financiamento a investimentos, da promoção institucional à inovação, da atração de investimentos e na subscrição de cotas em fundos de investimentos em participações.

3 O BADESUL em 2013

Produtos, Serviços e Fontes de Recursos Financeiros

Os produtos e serviços operados pelo BADESUL são aqueles listados a seguir e relacionados com seus públicos relevantes.

- a) *Crédito Empresarial*: Empresas Industriais e Comerciais.
- b) *Crédito Público*: Prefeituras Municipais.
- c) *Crédito Rural*: Produtores Agropecuários, Agroindústrias.
- d) *Crédito à Inovação*: Empresas Inovadoras.
- e) *Cartas-Fiança*: Empresas em Geral.
- f) *Participações*: Fundos de Investimento Privados.
- g) *Serviços*: Governo do Estado e Fundos Públicos Estaduais.

No que se refere às fontes de recursos, os produtos financeiros operados pelo BADESUL correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). A Instituição operou ainda produtos financeiros assentados nos seus recursos próprios e também captados junto à CEF (Caixa Econômica Federal) e à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

Operações Desembolsadas

As liberações de projetos de investimentos na economia gaúcha em 2013, de forma comparada com o que foi realizado em exercícios passados podem ser vistas em tabela adiante.

Liberações a Projetos de Investimentos em 2013 pelo BADESUL

Valores monetários em R\$ 1.000,00

Discriminação	Valor 2011	Valor 2012	Valor 2013	% 2013/12 Valor
Crédito ao Setor Público	34.745	78.116	41.059	-47,4
Crédito Rural e Agroindustrial	198.685	273.496	654.091	139,2
Crédito Empresarial*	239.728	601.718	860.060	42,9
Cartas-Fianças	23.290	44.768	58.341	30,3
Total Operações de Crédito	496.448	998.098	1.613.551	61,7
Fundos de Investimento	-	1.613	384	-76,2
Total Geral	496.448	999.711	1.613.935	61,4

(*) No crédito empresarial estão incluídas as operações de crédito à inovação e de renegociação.

O que se nota é o crescimento extraordinário dos desembolsos de operações de crédito em 2013, que foram 61% superiores aos realizados em 2012, os quais, por sua vez, já tinham sido 101,4% maiores em relação às liberações registradas em 2011.

Mas o desempenho operacional do BADESUL em 2013 não pode ser visto apenas pelo lado quantitativo dos projetos de investimento apoiados, por mais expressivo que este seja. Isto porque atrás dos números estão os destaques relacionados a seguir, que melhor traduzem a relevância da trajetória desta Agência de Fomento no exercício citado, tanto no que concerne ao desenvolvimento da economia gaúcha quanto no que tange a sua história institucional.

Destaques Operacionais



- *Convergência com a Política Industrial do RS.* Os principais setores da economia gaúcha apoiados em 2011/2013 pelo BADESUL guardam relação direta com as prioridades da Política Industrial do Rio Grande do Sul.
- *Segundo principal agente financeiro do BNDES no Rio Grande do Sul.* O BADESUL deixou o 5º lugar em 2011 e tornou-se, em 2013, o 2º maior Agente Financeiro do BNDES para a economia do Rio Grande do Sul, perdendo somente para o Banco do Brasil, que é o maior banco do país e um dos 50 maiores do mundo, com agências espalhadas em todo o RS.
- *Modernização do Agronegócio.* Em 2013, o BADESUL desembolsou R\$ 654,1 milhões para a execução de investimentos na economia agropecuária e agroindustrial do Rio Grande do Sul, em especial tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, equipamentos de irrigação, barragens, correção de solos, armazenagem e tantos outros fins convergentes com a modernização do setor primário gaúcho.
- *BADESUL Cidades em ação.* Em 2013, o BADESUL desembolsou R\$ 41,1 milhões à execução de investimentos projetados por prefeituras municipais do RS. Os investimentos apoiados são ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão municipal.
- *Expansão e modernização empresarial.* Em consonância com as prioridades definidas pela Política Industrial do Governo do Estado, o BADESUL desembolsou em 2013 R\$ 860,1 milhões para a execução de projetos empresariais ligados à economia tradicional e à nova economia do Rio Grande do Sul, bem como para o crédito à inovação. Deve-se agregar a esse valor a emissão de Cartas-Fiança no valor total de R\$ 58,3 milhões no exercício passado, serviço financeiro este destinado a garantir o acesso de clientes do BADESUL a outras linhas de crédito de longo prazo a investimentos não operados pela Instituição, em especial ligados à pesquisa e ao desenvolvimento de novos produtos e processos.
- *Desenvolvimento da nova economia gaúcha.* Merecem destaques pelo seu significado para a transformação do perfil econômico do Rio Grande do Sul a indústria de biodiesel, o polo naval de Charqueadas, o polo naval de Rio Grande e a indústria de semicondutores.
- *Defesa da economia tradicional do RS.* O BADESUL também financiou os investimentos e o capital de giro requerido para a modernização e a produção das indústrias de alimentos, calçados, química, metalúrgica, mecânica, elétrica e de outras atividades com presença tradicional na história industrial da economia gaúcha. Isto porque suas cadeias produtivas continuarão a contribuir para a diversificação e o adensamento da economia do Rio Grande do Sul e, portanto, permanecerão como âncoras relevantes para a geração de tecnologia, de emprego e de renda para os habitantes deste estado.
- *Pioneirismo no apoio à inovação.* Tendo sido o primeiro agente financeiro credenciado pela FINEP para financiar projetos de inovação empresarial na economia gaúcha, o BADESUL opera o programa Inovacred, contando com até R\$ 80 milhões para o citado fim.
- *Novos passos no mercado de capitais.* A emergência do mercado de capitais como fonte de apoio financeiro complementar ao desenvolvimento empresarial da economia gaúcha ensejou a decisão estratégica do Governo do Estado de direcionar o BADESUL também para a subscrição de cotas em fundos de participações em empresas alinhadas com as prioridades de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Nesta linha, o BADESUL, que tinha subscrito, em 2011, R\$ 10 milhões no fundo CRP Empreendedor, em 2013 aprovou igual valor para a subscrição de quotas no fundo Criatec II, lançado pelo BNDES.



Saldo de Operações Ativas

O saldo de operações ativas registrado ao final de 2013 alcançou o valor de R\$ 3,4 bilhões. Este valor é 125,1% superior ao registrado em dezembro de 2010 e 52% maior que o alcançado no encerramento do exercício de 2012.

A distribuição geográfica do saldo das operações de crédito acumuladas pelo BADESUL ao final de 2013 mostra que o COREDE Metropolitano-Delta do Jacuí absorve 12,9%, seguido pelos COREDES Serra (9,4%), Fronteira Oeste (6,8%), Alto Jacuí (6,70%) e Produção (5,4%).

Quanto à distribuição por setores da economia, 31,9% do estoque de operações de crédito destinaram-se ao segmento Agropecuário, seguido do setor de Alimentos e Bebidas (15,6%), do Comércio (6,4%), de Transportes (5,9%) e de Siderurgia e Metalurgia (5,0%).

Já no que tange ao porte dos clientes do BADESUL, o Saldo de Operações Ativas da Instituição ao final de 2013 mostra que as empresas de maior porte representam 24,2% do seu valor, os clientes de médio porte representam 32,2% e os de micro e pequeno portes abrangem 43,6%.

Capital Social e Patrimônio Líquido

O Capital Social do BADESUL alcançou, ao final de 2013, R\$ 659 milhões, valor este 61,5% superior ao registrado ao final de 2010. O Patrimônio Líquido do BADESUL alcançou, ao final de 2013, o valor de R\$ 732,3 milhões, enquanto que, ao final do mesmo período do exercício passado, o Patrimônio Líquido foi de R\$ 673,6 milhões, o que demonstra um crescimento de 8,71%. A aplicação dos recursos próprios do BADESUL em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 589,9 milhões ao final do exercício de 2013, excluídos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados, o que atesta o elevado grau de liquidez e a solidez institucional desta Agência de Fomento.

Resultado

O Resultado Operacional da Instituição, antes da tributação sobre o lucro e participações, atingiu R\$ 58,1 milhões ao final de 2013. O Lucro Líquido Antes dos Juros sobre o Capital Próprio chegou a R\$ 61,2 milhões, valor este 444,9% superior ao registrado ao final de 2012 e representa uma proporção de 8,35% sobre o Patrimônio Líquido Médio de 2013.

Comunicação e Marketing

Em 2013 o BADESUL continuou a promover a divulgação da sua marca e de seus produtos e serviços junto aos seus clientes, atuais e potenciais, à comunidade gaúcha e também na esfera internacional, de forma integrada com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a atração de investimentos e a promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. O BADESUL também continuou a marcar a sua presença nas principais feiras do Estado, visando principalmente consolidar o seu *market-share*.

Gestão de Riscos

Observa-se que 95,35% do valor do saldo de operações de crédito registrado pelo BADESUL ao findar 2013 corresponde a operações de curso normal, isto é, com classificação de risco (*rating*) desde AA até C. Esta qualidade da carteira de operações de crédito do BADESUL é resultado de uma gestão de risco que monitora cotidianamente a sua evolução e periodicamente a submete a bem-sucedidos testes de estresse. A evolução da taxa de inadimplência do BADESUL, que encerrou 2013 no patamar de 0,77% do saldo de operações ativas de curso normal, é outro indicador da boa qualidade da sua carteira.

Gestão de Fundos Estaduais

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o BADESUL executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia



gaúcha. Os fundos estaduais em questão são o FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais), o Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul), o Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), o Funprocred (Fundo Rotativo de Crédito Educativo) e o Funafir (Fundo de Apoio Financeiro e de Recuperação dos Hospitais Privados, sem Fins Lucrativos, e Hospitais Públicos).

Gestão de Pessoas

O BADESUL encerrou o exercício de 2013 com 259 colaboradores, distribuídos entre Quadro em Extinção (34 Técnicos e 41 Escriturários), Quadro Permanente (70 Técnicos em Desenvolvimento e 48 Assistentes Técnico-Administrativos), Adidos (16), Estagiários (43) e Menores Aprendizizes (7). Esta equipe é tanto especializada em suas funções e nos objetivos da Instituição quanto é submetida a treinamentos periódicos de atualização e refino de conhecimentos. Neste quesito, destaca-se que, no próximo mês de março de 2014 terá início Curso de Capacitação, ministrado pela Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), com carga horária de 228 horas, com o objetivo de desenvolver competências pessoais e profissionais dos integrantes do corpo técnico do BADESUL.

Estrutura Acionária e Destaque de Capital

O BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas. O Capital Social de R\$ 659 milhões em dezembro de 2013 inclui o destaque de R\$ 180,0 milhões, reservado exclusivamente para financiar os investimentos públicos municipais em infraestrutura urbana e econômica, bem como para o desenvolvimento social e institucional das cidades e prefeituras do Rio Grande do Sul.

A Mensagem da Diretoria

A Diretoria do BADESUL dirige-se à comunidade gaúcha para transmitir aos rio-grandenses e a todos que se dedicam ao desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul a sua firme determinação de, em nome do Governo do Estado e da confiança que lhes foi depositada pelo Governador Tarso Genro, exercer a gestão desta Agência de Fomento de acordo com as estratégias e prioridades governamentais e conforme os requisitos prudenciais e regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Os dados e informações precedentes, que atestam o excepcional desempenho desta Instituição ao longo da sua atual gestão, ensejam o reconhecimento agradecido desta Diretoria aos clientes do BADESUL, os quais honram a tradição de amor ao trabalho, de empreendedorismo e de respeito à ética do gaúcho. Nossos agradecimentos estendem-se às fontes repassadoras de recursos financeiros ao BADESUL, em especial ao BNDES, mas também à CEF e à FINEP, pela confiança espelhada nos limites de crédito que alocaram, mediante esta Agência de Fomento, para o financiamento do desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul e da sua gente.

Finalmente, esta Diretoria renova o seu reconhecimento à dedicação e ao espírito público dos colaboradores do BADESUL, com os quais esta gestão comunga os ideais de promoção do progresso econômico e do bem-estar social dos rio-grandenses.

A Diretoria

NOMINATA INSTITUCIONAL

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Tarso Fernando Herz Genro, Governador



Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Mauro Knijnik, Secretário

Conselho de Administração

Mauro Knijnik, Presidente

Marcelo de Carvalho Lopes, Vice-Presidente

Conselheiros: Alessandro Pires Barcellos

João Carlos Camargo Ferrer

Leonardo Gaffrée Dias

José Antônio Chaves Franco

Izilindo Sfredo Stival

Diretoria

Marcelo de Carvalho Lopes, Diretor-Presidente

Pery Francisco Sperotto Coelho, Diretor Vice-Presidente

Luis Alberto da Silva Bairros, Diretor Administrativo

Lindamir Teresinha Verbiski, Diretora de Operações

Aldino Bernardo Dick, Diretor Financeiro

Luiz Felipe Maldaner, Diretor de Participações e Inovação

Conselho Fiscal, Membros Titulares

José Benedicto Ledur, Presidente

Kalil Sehbe Neto, Vice-Presidente

Ivar Pavan, Conselheiro

Conselho Fiscal, Membros Suplentes

Conselheiros: Celso Luft

Lauro Ângelo Cerutti

Jorge Luis Cardoso

Anexos

Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2013 e 2012, com Relatório dos Auditores Independentes.

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.

AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

CNPJ/MF nº 02.885.855/0001-72

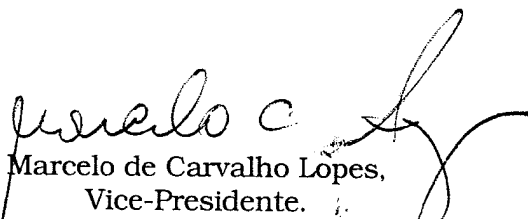
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2013, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todas comparativas ao exercício de 2012. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período e das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2013.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2014.



Mauro Knijnik,
Presidente.

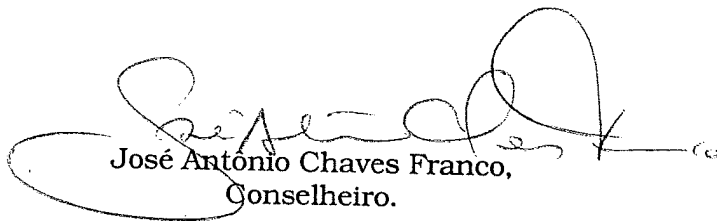


Marcelo de Carvalho Lopes,
Vice-Presidente.

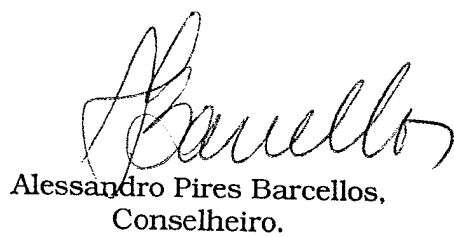


Izilindo Sfrêdo Stival,
Conselheiro.

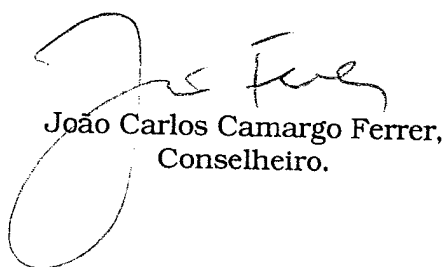




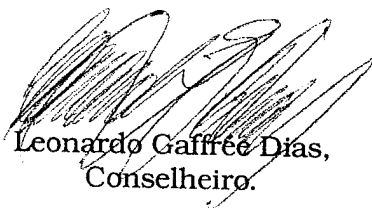
José Antonio Chaves Franco,
Conselheiro.



Alessandro Pires Barcellos,
Conselheiro.



João Carlos Camargo Ferrer,
Conselheiro.

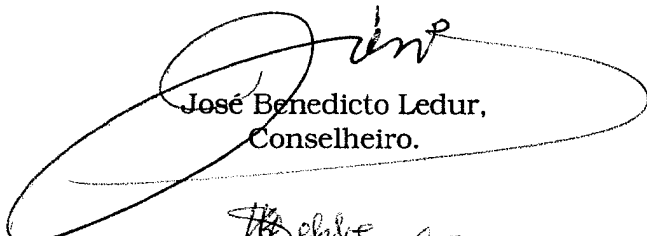


Leonardo Gaffrée Dias,
Conselheiro.

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.**AGÊNCIA DE FOMENTO/RS****CNPJ/MF nº 02.885.855/0001-72****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do CONSELHO FISCAL BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2013, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todas comparativas ao exercício de 2012. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período e das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2013.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2014.


José Benedicto Ledur,
Conselheiro.
Kalil Sehbe Neto,
Conselheiro.
Ivar Pavan,
Conselheiro.

Assembleia Geral Ordinária – AGO e Assembleia Geral Extraordinária – AGE, de 19 de março de 2014

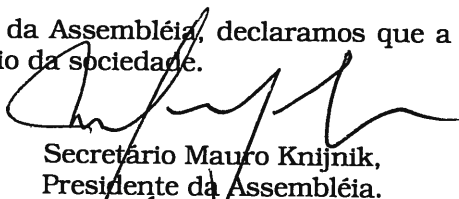
deliberação em Assembleia Geral; **4** - A Assembleia aprovou a proposta do Conselho de Administração, com base no disposto no artigo 49 do Estatuto Social do BADESUL, deliberando pela imputação dos juros sobre o capital próprio aos dividendos, satisfazendo tal valor ao pagamento dos dividendos estatutários; **5** - Eleger para o CONSELHO FISCAL, com mandato até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2016, as seguintes pessoas, as quais declararam preencher as condições previstas no art. 162 da Lei nº 6404/76: a) Representando a maioria acionária: para membros efetivos: **José Benedito Ledur**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, 1080 – Bairro Higienópolis – Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF sob o n.º 000923200/15 e portador da Carteira de Identidade n.º 8024626502, expedida em 08-09-1998, pela SSP/RS e **Kalil Sehbe Neto**, brasileiro, separado judicialmente, residente e domiciliado na Rua Cel. Aurélio Bitencourt, 219, ap. 502 – Bairro Rio Branco – Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 279063700/82 e portador da Carteira de Identidade n.º 2006721076, expedida em 23-05-1989 e para membros suplentes: **Celso Luft**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Martin Aranha, 100, ap. 202-A1, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 437747920/20 e portador da Carteira de Identidade n.º 1020747422, expedida em 23-08-1988, pela SSP/RS; **Jorge Luis Cardoso**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Afonso San Martin, 45, ap. 304, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 293725180/34 e portador da Carteira de Identidade n.º 5012893987, expedida em 22-05-1986, pela SSP/RS; b) representando a minoria acionária: para membro efetivo, **Ivar Pavan**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Barão do Amazonas, 159, ap. 701 – Bairro Petrópolis, Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 284153100/72 e portador da Carteira de Identidade n.º 3028899452, expedida em 07-06-2011, pela SSP/RS, expedida em 23-05-1989, pela SSP/RS e para membro suplente: **Lauro Ângelo Cerutti**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Dr. Barcellos, 920, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 162667220/20 e portador da Carteira de Identidade n.º 2006858134, expedida em 28-11-1986, pela SSP/RS. A posse dos eleitos ocorrerá após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil. **7** - Fixar a remuneração mensal do Conselho de Administração, que será equivalente, para cada membro, a 20% (vinte por cento) da que, em média, for atribuída mensalmente a cada Diretor, não computados benefícios, verba de representação, 13ª remuneração e participação nos lucros. **7.1**- Atribuir aos membros da Diretoria, para o próximo período, a seguinte remuneração: **a)** para o Diretor-Presidente: Honorários: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e Verba de Representação: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) **b)** para o Vice-Presidente: Honorários: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) e Verba de Representação: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais); **c)** para cada Diretor: Honorários: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e Verba de Representação: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), assegurando-se ao Diretor, oriundo do quadro de empregados do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, optar pela remuneração global que percebia como empregado, acrescida da verba de representação que couber aos demais diretores. **7-2** – Determinar que a remuneração anual compreende 13 (treze) pagamentos, cabendo aos diretores o direito de participarem na distribuição de Participação nos Lucros e Resultados – PLR. **7.3** -Decidir que, em caso de o acionista controlador, no decorrer do exercício, vir a proceder a majorações na remuneração da Diretoria, com observância da legislação estadual pertinente, inclusive retroativamente, as eventuais majorações poderão ser implementadas, cabendo à próxima Assembleia Geral Ordinária ratificá-las. **7-4**- Fixar a remuneração mensal do Conselho Fiscal, que será equivalente, para cada membro em exercício, a 20% (vinte por cento) da que, em média for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verba de representação, 13ª remuneração e participação nos lucros - PLR. **7-5** - Os Conselheiros eleitos observarão o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e legislação pertinente, atendendo todos os requisitos legais; **8** - Colocada a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou e assim esgotada a ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária. Ato contínuo tratou-se da **Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1** – Apreciação da proposta do Conselho de Administração quanto ao aumento do capital social do BADESUL mediante a utilização do lucro remanescente do exercício de 2013, atualmente registrado em Outras Reservas Especiais de Lucros (rubrica 615.80.99-2), no valor de R\$ 32.000.000,00 (trinta e

Assembleia Geral Ordinária – AGO e Assembleia Geral Extraordinária – AGE , de 19 de março de 2014

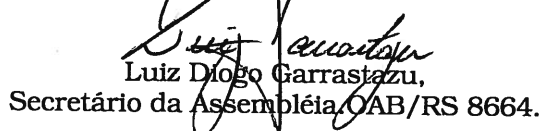
dois milhões de reais); **2** – Nova redação do artigo 5º do Estatuto Social; **3** – Consolidação do Estatuto Social; **4** – outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações da Assembleia Geral Extraordinária:** **1** – Examinada a proposta do Conselho de Administração com a manifestação favorável do Conselho Fiscal, concluindo ser de interesse do BADESUL, foi aprovado o aumento do capital social, no montante de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), mediante a reversão de reservas de especiais de lucros com a emissão de 32.000.000 (trinta e duas milhões) novas ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, a serem distribuídas gratuitamente aos acionistas, na proporção das ações que possuírem em 18/03/2014; **2** – Em decorrência do aumento de capital ora aprovado, o artigo 5º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: “O Capital Social do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS é de R\$ 691.030.410,00 (seiscentos e noventa e um milhões, trinta mil, quatrocentos e dez reais), dividido em 691.030.410 (seiscentos e noventa e um milhões, trinta mil, quatrocentas e dez) ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma; **3** - Em decorrência das alterações supra o Estatuto Social fica consolidado na forma do documento anexo a esta ata; **4** – O Presidente colocou a palavra à disposição dos acionistas e, não havendo manifestação dos presentes, ficou esgotada a Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária, encerrando-se a sessão. **Encerramento** – Foi determinada a lavratura desta ata, tendo esta sido lida e aprovada pelos apresentes. Porto Alegre, 19 de março de 2014. **Acionistas Presentes:** Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Mauro Knijnik, Secretário de Estado de Desenvolvimento e Promoção do Investimento; Ricardo Englert, e Luiz Diogo Garrastazu. Porto Alegre, 19 de março de 2014.

DECLARAÇÃO:

Como Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio da sociedade.



Secretário Mauro Knijnik,
Presidente da Assembleia.



Luiz Diogo Garrastazu,
Secretário da Assembleia, OAB/RS 8664.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO NEGATIVA DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

Ô CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em
situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ROSANE NUNES
REGISTRO.....	: RS-048702/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 334.369.670-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 18.02.2014 as 14:16:03.

Válido até: 19.05.2014.

Código de Controle: 160834.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO NEGATIVA DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ROSANE NUNES
REGISTRO.....	: RS-048702/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 334.369.670-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 18.02.2014 as 14:16:03.

Válido até: 19.05.2014.

Código de Controle: 160834.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Saneamento
CORSAN**



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, submete-se este Relatório da Administração, que demonstra as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2013, acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas.

A Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o objetivo principal de levar mais saúde e qualidade de vida à população e promover a preservação e a recuperação dos mananciais hídricos.

Passados 47 anos, a Companhia se mantém fiel ao objetivo traçado e se consolida como uma das maiores empresas públicas de saneamento do Brasil, com a responsabilidade de executar as políticas de saneamento definidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em conjunto com a Secretaria de Habitação e Saneamento (SEHABS). Hoje, o desafio é dar concretude ao maior plano de investimentos de sua história.

O marco regulatório do saneamento básico, no Brasil, foi institucionalizado pela Lei nº 11.445/07. Desde então, cada vez mais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da SEHABS e da CORSAN, vem fortalecendo as instâncias técnicas e de gestão com o propósito de ampliar e qualificar o abastecimento de água e levar o esgotamento sanitário a todas as regiões do Estado, rumo à universalização dos serviços de saneamento básico.

Hoje, a CORSAN mantém contratos de delegação de prestação de serviços com 320 municípios e leva água de qualidade para 6,6 milhões de pessoas. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, a Companhia possui a concessão em 256 municípios. A política de subsídio cruzado viabiliza o equilíbrio e a manutenção do mercado. Esse equilíbrio é necessário para garantir o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente àquelas menos desenvolvidas economicamente. No total, 256 municípios já renovaram a parceria com a Companhia, mediante a assinatura dos contratos de programa.

A regulação dos novos contratos assinados entre a CORSAN e os municípios gaúchos referentes à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário é de competência da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS (AGERGS). A CORSAN, pela logística dos serviços implementados no Estado, é a operadora que apresenta maior relevância no contexto estadual. De acordo com a Revista Exame (Edição Especial Melhores e Maiores – julho 2013), a Companhia mantém a 30ª posição na classificação das 50 maiores estatais por vendas. Já na análise das 100 maiores empresas da região sul do país, a Companhia em 2012 ficou com a 38ª posição e em 2011 estava na 41ª posição, conforme Revista Exame. Em relação ao indicador riqueza/empregado está em 116.210, ficando em 6º, considerando-se empresas de vários setores do Rio Grande do Sul.

Neste exercício, os serviços de abastecimento de água prestados pela CORSAN foram estendidos para 88.184 novas economias, beneficiando aproximadamente mais 234 mil pessoas. O esgotamento sanitário teve um incremento de 20.313 novas economias, beneficiando aproximadamente 54 mil pessoas.

A questão do saneamento é uma das pautas em maior evidência no Brasil. Hoje, vivemos um novo momento no setor, em que as companhias passaram a enfrentar cobrança mais efetiva do poder concedente e a concorrência do setor privado. Com o objetivo de fazer frente a esse cenário e suas variantes futuras, o Governo do Estado priorizou o fortalecimento da CORSAN, buscando proporcionar estrutura organizacional eficiente e atualizada.

As mudanças administrativas incluem a descentralização da gestão, a agilização dos processos e a ampliação dos canais de comunicação com o usuário com o objetivo de prestar um serviço público eficiente e ao alcance de todos. Para nortear esse conjunto de melhorias e se reposicionar no mercado, a Companhia realizou em 2013 o Programa de Aprimoramento Institucional, com ênfase no planejamento estratégico, na gestão de custos e na sustentabilidade econômica e financeira.

Nesse contexto, o planejamento econômico-financeiro de curto e longo prazo, alinhado ao Planejamento Estratégico da Companhia e à Gestão de Custos Eficientes, especifica as ações futuras, buscando a previsão do resultado dessas ações e oferecendo aos administradores uma poderosa ferramenta para a tomada de decisões.

Em 2013, a Companhia obteve a Certificação "Top Consumidor – Excelência nas Relações de Consumo e Respeito ao Meio Ambiente, na Categoria de Empresa Pública", em reconhecimento ao esforço no fomento às boas relações de consumo e práticas de sustentabilidade, pelo segundo ano consecutivo. Também obteve mais uma vez a certificação de Responsabilidade Social concedida pela Assembleia Legislativa pela apresentação dos resultados relativos ao ano de 2012.

A CORSAN teve participação destacada no 27º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em Goiânia. Colaboradores da Companhia obtiveram o 1º e o 2º lugares no Campeonato de Operadores, nas categorias instalação de kits de segurança de cloro de 50Kg e eletromecânica.

Em 2013, a educação ambiental teve destaque por meio desenvolvimento de ações e projetos em vários municípios. O trabalho socioambiental é parte integrante do valor do investimento em projetos com recursos de financiamento. O percentual mínimo varia entre 1% e 3% e é definido a partir do impacto ambiental e social que o empreendimento provocará na região de abrangência do projeto.

A CORSAN atua, também, em ações de caráter social impulsionadas pelo Governo do Estado nas instâncias do Processo de Consulta Popular, envolvendo a destinação dos recursos do orçamento público. Como parte da política de responsabilidade social corporativa, a Companhia apoiou campanhas e eventos de interesse público e incentivou a participação de seu quadro funcional em programas e projetos voltados às demandas comunitárias.

No exercício de 2013, o Governo do Estado, por meio da CORSAN, deu continuidade às obras e projetos financiados iniciados nos exercícios anteriores, em especial aos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Os projetos no âmbito do PAC 1 encontram-se em andamento com valores totais na ordem de R\$ 802 milhões.

Também os processos do PAC 2 tiveram continuidade, mediante a realização de licitações e contratações das obras e projetos. O total de recursos disponibilizados soma R\$ 918 milhões. Somente na 3ª seleção, em 2013, foram contratados projetos no montante de R\$ 856 milhões. A totalidade dos recursos será destinada à execução de obras ampliação e qualificação do abastecimento de água e do esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado. Em 2013, teve início ainda a 4ª seleção do PAC, sendo que a definição do montante dos recursos captados bem como a sua contratação estão previstos para o ano de 2014.

Investimento Realizados em 2013			
Programa	Origem do Recurso		Totais
	Próprio	Terceiros	
Abastecimento de Água	44.700	28.200	72.900
Esgotamento Sanitário	57.323	42.703	100.025
Desenvolvimento Comercial	2.962	0	2.962
Desenvolvimento Empresarial	22.698	942	23.641
Desenvolvimento Operacional	15.429	8.009	23.438
Outros	27.829		27.829
Totais	170.941	79.854	250.795

Fonte: AGE e SUCONT

A CORSAN foi precursora, em 2013, no âmbito das administrações direta e indireta do Estado - e pioneira no Brasil em se tratando de empresas públicas voltadas ao Saneamento –, em instituir o Regime Diferenciado de Contratações – RDC, criado pela Lei nº 12.468/2011 para hipóteses específicas, dentre elas obras e serviços integrantes do PAC. Em 2013, por esta modalidade, processaram-se oito licitações, das quais seis resultaram em contratos efetivamente firmados, o que representa um êxito de 75%. O total em recursos contratados pela Companhia para a execução das obras licitadas por esse regime é de R\$ 132 milhões.

Em 2013, a CORSAN buscou também facilitar e consolidar a comunicação com os clientes. Incluindo as consultas à Unidade de Resposta Audível(URA), bem como os 329.736 atendimentos feitos por agentes de relacionamento, ao longo de 2013, o call center deu origem a 598.842 solicitações de 199 tipos. Foram 20,22 solicitações para cada mil economias, com abrangência de 416 localidades.

No total, 32,69% dos registros tiveram cunho operacional, 61,68% foram de natureza comercial, e 5,63% foram solicitações diversas ou genéricas. Entretanto, as operacionais tiveram impacto maior, sob o ponto de vista do encaminhamento interno, já que, em 77,83% das ocasiões, foram levadas adiante, sendo somente 22,17% meramente informativas. Já as demandas comerciais foram encaminhadas em 50,61% dos casos, e meramente informativas em 49,39% das vezes. Este resultado comprova a natureza multidisciplinar das questões tratadas no âmbito do relacionamento com o cliente, na CORSAN.

No ano de 2013 também foi realizada uma abrangente pesquisa de satisfação e expectativas de clientes em 64 localidades atendidas pela CORSAN. Conduzida por instituto contratado especificamente para este fim, a pesquisa atingiu 23.910 pessoas, e trouxe diversos dados ao conhecimento dos gestores, dentre os quais destacam-se a satisfação geral com a Companhia, com nota 78,90, e a positividade da imagem da CORSAN, que ficou em 77,34.

A CORSAN emitiu no ano passado 760 relatórios mensais sobre a qualidade da água tratada e disponibilizou para todos os municípios onde atua, de acordo com a orientação do Ministério da Saúde. Também foram gerados 9.120 relatórios com certificação digital, para o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISÁGUA). Como o esgotamento sanitário é uma demanda crescente na Companhia, houve investimentos na aquisição de equipamentos para o Laboratório Central de Esgotos.

Na área operacional, além de várias medidas para aprimorar a gestão e reduzir perdas, a Companhia substituiu 184.751 metros de redes de água e implantou 210.675 metros de novas tubulações. Entre os avanços registrados no ano passado está a implementação de automações e telemetria em mais de trinta localidades, incluindo a implantação de supervisórios e centros de controle operacional. Com o acompanhamento e análise dos dados monitorados, foram possíveis diversos ajustes operacionais, com ganhos em termos de redução do consumo de energia elétrica, redução de perdas de água e agilização de manutenções de rede de abastecimento de água, em especial, pela antecipação na detecção de vazamentos.

Em 2013, a CORSAN também aprimorou os processos para o desenvolvimento da política de recursos humanos. Com o Concurso Público, a Companhia vem recuperando o efetivo de pessoal, passando dos 4.861 empregados em 2012 para 5.206 em 2013. O Programa de Reabilitação Profissional assegurou o retorno ao trabalho de 25 empregados em 2013, contra a inclusão de 14 empregados em 2012. Somente para garantir a aquisição de equipamentos de proteção individuais (EPI), a CORSAN destinou o montante de R\$ 2 milhões em 2013, contra R\$ 750,8 mil desembolsados em 2012.

O Programa de Aprendizagem e Capacitação 2013 representou um investimento de mais de R\$ 2 milhões, mais que dobrando o número de oportunidades que passaram para 7634 participações de empregados. As negociações coletivas resultaram na manutenção das vantagens históricas conquistadas pelos empregados, na continuidade da recuperação de perdas com o aumento salarial acima do INPC, na ampliação de importantes vantagens sociais e na instituição da gratificação de estímulo técnico para os empregados do nível superior.

Em 2013, a CORSAN distribuiu ao quadro de empregados o total de R\$ 26,8 milhões pelo desempenho sobre as metas estratégicas setoriais e corporativas, o que representa incremento de 5,3% em relação à 2012.

A CORSAN, com foco no cliente, também agregou esforços à sua Gestão Corporativa, visando à consolidação e ampliação das estruturas organizacional, funcional e operacional, efetivando o estreitamento das ações junto à carteira de clientes ativos, cadastrados e aos novos demandantes que necessitarão de inserção no sistema de saneamento dos diversos municípios do Estado.

A CORSAN trabalha ainda a readequação do subsídio residencial social para famílias de baixa renda em conformidade com a política governamental de inclusão e de promoção da igualdade. O objetivo principal dessa iniciativa é corrigir distorções sociais e levar o subsídio àquelas famílias que efetivamente fazem jus ao recebimento do desconto por meio da Tarifa Social.

O mercado da Companhia, no período de 2013 evidencia comercialização, medida, de 275.034.801 m³ de água potabilizada nas diversas comunidades atendidas pela CORSAN, o que indica crescimento de 1,63%, atingindo a universalização deste serviço. Para atendimento das metas estabelecidas pela gestão, a política comercial está consubstanciada na otimização da medição, renovação do parque de hidrômetros, adequação de ligações novas, redução da evasão de clientes, renovação do parque de coletores de dados e controle da inadimplência, entre outros.

O corpo de Gestores da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN agradece aos Acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHABS, aos Clientes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aos Empregados, aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela Excelência nos relacionamentos e nos êxitos obtidos no exercício findo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.
A Administração da CORSAN

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO				
ATIVO	Nota	31/12/2013	31/12/2012	1/1/2012
			(reapresentado nota 4)	(reapresentado nota 4)
CIRCULANTE		445.199	389.233	402.010
Caixa e equivalentes de caixa	6	35.467	27.168	76.665
Aplicações financeiras	6	23.413	25.085	16.923
Contas a receber de clientes	7	227.797	213.844	213.461
Estoques	8	52.224	41.079	34.431
Depósitos Judiciais	20	79.300	67.226	49.452
Impostos recuperar	9	15.833	5.286	-
Outros créditos	10	11.165	9.545	11.078
NÃO CIRCULANTE		2.862.248	2.848.385	2.400.019
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		706.523	977.317	761.975
Contas a receber de clientes	7	5.761	5.142	9.227
Depósitos judiciais	20	92.829	75.050	109.525
Aplicações no caixa único do estado		4	458	176
Ativos financeiros – contratos de concessão	11	303.375	411.681	393.852
Créditos fiscais diferidos	9	294.417	475.041	241.380
Depósitos em garantia	16	2.990	2.753	-
Outros créditos	10	7.147	7.192	7.815
INVESTIMENTOS		911	911	811
IMOBILIZADO	12	86.625	83.180	84.064
INTANGÍVEL	13	2.068.189	1.786.977	1.553.169
TOTAL ATIVO		3.307.447	3.237.618	2.802.029

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2013	31/12/2012	1/1/2012
			(reapresentado nota 4)	(reapresentado nota 4)
CIRCULANTE		568.541	472.990	435.237
Empréstimos e financiamentos	15	47.075	90.000	85.876
Debêntures	16	426	45	-
Fornecedores	17	120.549	95.549	94.125
Impostos e contribuições		38.434	36.160	33.204
Impostos e contribuições – parcelamentos		-	402	1.170
Dívidas com Fundação CORSAN	23.b	21.647	21.607	19.629
Ordenados, férias e encargos a pagar		52.344	47.235	42.361
Provisões para riscos trabalhistas	20	163.968	83.285	48.849
Participação nos resultados		26.847	25.321	26.758
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23.a	78.384	62.912	74.679
Outros débitos	18	18.867	10.474	8.586
NÃO CIRCULANTE		1.601.076	2.172.301	1.507.773
Empréstimos e financiamentos	15	293.612	305.516	311.578
Debêntures	16	36.695	16.102	-
Fornecedores	17	2.530	5.614	13.342
Impostos e contribuições – parcelamentos	17	-	-	390
Dívidas com Fundação CORSAN	23.b	118.475	129.251	131.399
Contratos de repasse	19	4.315	3.248	-
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	20	128.487	173.862	214.971
Provisão para benefício pós-emprego	21	1.004.665	1.527.981	824.025
Débitos fiscais diferidos	9	12.297	10.727	12.068
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.076.086	558.243	843.840
Capital social		657.351	657.351	657.351
Reservas de capital		17.148	17.148	17.148
Reservas de lucros		569.605	450.314	258.113
Outros resultados abrangentes		(168.018)	(566.570)	(88.772)
Adiantamento para futuro aumento de capital		61.744	34.084	15.179
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	22	1.137.830	592.327	859.019
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.307.447	3.237.618	2.802.029

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	NOTA	2013	2012
			(Reapresentado nota 4)
RECEITA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	24	1.812.215	1.732.370
Custos das vendas, serviços e de construção	25	(1.126.819)	(1.066.890)
LUCRO BRUTO		685.396	665.480
Despesas comerciais	25	(53.097)	(34.568)
Despesas administrativas	25	(401.958)	(298.450)
Outras receitas operacionais		6.749	7.429
Outras despesas operacionais		(10.329)	(11.359)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	26	(4.097)	2.619
Receitas financeiras		55.338	62.123
Despesas financeiras		(59.435)	(59.504)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	9.a	222.664	331.151
Contribuição social e imposto de renda - Corrente		(95.840)	(82.218)
Contribuição social e imposto de renda - Diferido		40.627	(11.292)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		167.451	237.641
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,31510	0,44718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
Receitas	2.003.391	1.900.298
Vendas de mercadorias e serviços	1.763.216	1.649.440
Receitas de construção	214.026	239.939
Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	25.150	10.984
Outras receitas	999	(65)
Insumos adquiridos de terceiros	(710.046)	(674.577)
Custos dos serviços	(539.266)	(587.812)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(144.847)	(115.387)
Outros	(25.933)	28.622
Valor adicionado bruto	1.293.345	1.225.721
Depreciação e amortização	82.348	62.844
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.210.997	1.162.877
Valor adicionado recebido em transferência	60.959	69.552
Receitas financeiras	55.338	62.123
Doações e subvenções	5.621	7.429
Valor adicionado total a distribuir	1.271.956	1.232.429
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	711.296	579.223
Remuneração	419.171	378.112
FGTS	23.223	21.259
Benefícios	147.687	57.962
Fundo de previdência	121.215	121.890
Impostos, taxas e contribuições	310.436	334.444
Federal	300.830	323.266
Estadual	7.659	7.394
Municipal	1.947	3.784
Remuneração de capitais de terceiros	82.773	81.120
Despesas financeiras	59.435	59.504
Aluguéis	23.338	21.616
Remuneração de capitais próprios	167.451	237.642
Juros sobre o capital próprio	49.381	47.742
Lucros retidos	118.070	189.900
Total do valor adicionado distribuído	1.271.956	1.232.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	2013	2012
		(Reapresentado nota 4)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	167.451	237.641
Outros resultado abrangentes	-	-
Ganho(perda) atuarial - FUNCORSAN	605.716	(720.448)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(205.943)	244.952
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	567.224	(237.855)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	222.664	331.151
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	82.348	62.844
Baixa de imobilizado e intangível	129	65
Provisão para devedores duvidosos	(25.150)	(10.984)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	29.807	(12.980)
Provisão para benefício pós-emprego	82.399	(16.493)
Juros e variações monetárias	54.549	57.350
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(8.074)	(18.166)
Ajuste a valor presente sobre clientes	(1.704)	(4.741)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(8.242)	(10.134)
Provisão para tributos diferidos	2.702	-
Lucro líquido ajustado	431.428	377.912
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
(Aumento) redução de contas a receber de clientes	12.282	19.427
(Aumento) de estoques	(11.145)	(1.877)
(Aumento) redução de depósitos judiciais	(30.340)	16.790
(Aumento) redução de rendimentos SIAC	454	(282)
(Aumento) de depósitos em garantia	(237)	(2.753)
Redução (aumento) de outros créditos	63.383	(10.485)
Variações nos passivos:		
Aumento (redução) de fornecedores	20.839	(7.980)
(Redução) aumento de impostos e contribuições	(57.273)	10.559
(Redução) de impostos e contribuições - parcelamentos	(387)	(1.158)
(Redução) de dívidas com Fundação CORSAN	(25.339)	(15.979)
Aumento de férias e encargos a pagar	4.579	4.874
Aumento (redução) de participação nos resultados	1.526	(1.437)
Aumento de outros débitos	8.923	547
(Redução) de Imposto de renda e contribuição social	(95.840)	(82.218)
Caixa líquido das atividades operacionais	322.853	305.940
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	1.673	(8.163)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(17.272)	(12.262)
Custos de construção - contratos de concessão	(205.785)	(229.805)
Outras aquisições intangível	(20.671)	(48.403)
Outros investimentos	-	(100)
Caixa líquido das atividades de investimento	(242.055)	(298.733)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	24.466	70.767
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(109.036)	(106.262)
Contratos de repasse - Governo Federal	-	-
Contratos de repasse - Governo Estadual	1.067	3.248
Debêntures - captação	17.253	16.147
Adiantamento para futuro aumento de capital	27.660	18.905
Dividendos/Juros sobre o capital próprio - pagamento	(33.909)	(59.509)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(72.499)	(56.704)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.299	(49.497)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	35.467	27.168
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.168	76.665
Variação de caixa e equivalentes de caixa	8.299	(49.497)
	2013	2012
Itens que não afetam caixa (Nota 2.1)		
Transferências entre ativo financeiro e intangível	116.043	-
Juros capitalizados	12.094	16.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Reservas de capital				Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
	Capital Social	Auxílio para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros							
Saldos em 1 de janeiro de 2012	657.351	9.262	7.886	40.041	109	273.138			91.261	-	1.079.048	15.179	1.094.227
Mudanças em políticas contábeis	-	-	-	-	-	-			(180.033)	(55.175)	(235.208)	-	(235.208)
Ajuste pela adoção CPC 33 R 1 (nota 4)	-	-	-	-	-	-			(88.772)	(55.175)	843.840	-	859.019
Saldos em 1 de janeiro de 2012 (ajustados)	657.351	9.262	7.886	40.041	109	273.138			(88.772)	(55.175)	843.840	15.179	859.019
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-			-	-	-	18.905	18.905
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-			(2.302)	2.302	-	-	-
Lucro líquido do exercício (originalmente publicado)	-	-	-	-	-	-			-	182.466	-	-	-
Mudanças em políticas contábeis	-	-	-	-	-	-			(475.496)	55.175	(475.496)	-	(475.496)
Ajuste pela adoção CPC 33 R 1 (nota 4)	-	-	-	-	-	-			-	237.641	237.641	-	237.641
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:	-	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-			-	(47.742)	(47.742)	-	(47.742)
Dividendos	-	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-			-	(137.026)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	657.351	9.262	7.886	49.164	110	401.040			(566.570)	-	558.243	34.084	592.327
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-			-	-	-	27.660	27.660
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-			(1.221)	1.221	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-			-	167.451	167.451	-	167.451
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-			399.773	-	399.773	-	399.773
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:	-	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-			-	(49.381)	(49.381)	-	(49.381)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-			-	(119.291)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	657.351	9.262	7.886	57.536	214	511.855			(168.018)	-	1.076.086	61.744	1.137.830

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do

meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante.

Visa a sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Atua em 320 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 56 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 256 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2013, há 18 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 12 de março de 2014.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Empresa Gaúcha de Rodovias
EGR

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31/12/2013	31/12/2012	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO CIRCULANTE		59.022.113,86	306.702,88	PASSIVO		- 59.022.113,86	- 306.702,88
DISPONIBILIDADES		58.294.745,64	306.702,88	PASSIVO CIRCULANTE		- 28.690.620,54	- 69.535,46
Bancos C/Corrente		43.573.466,20	306.702,88	Obrigações Trabalhistas		- 28.690.620,54	- 69.535,46
SIAC		1.072.141,96	1.785,59	Fornecedores		- 380.191,77	- 53.594,48
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		42.501.324,24	304.917,29	Tributos Contribuições Federais		- 4.141.590,09	-
Arrecadação das Praças		14.530.142,69	-	Tributos Municipais		- 17.613.658,81	-
Adiantamento a Empregados		5.310.141,35	-	Outras Contas a Pagar	4	- 3.524.454,87	-
Impostos a Recuperar		2.351,19	-	Provisão p/Penalidades Contratuais	6	- 2.471.179,66	- 15.940,98
ESTOQUES		9.217.650,15	-			- 559.545,34	
Material de Expediente		135.748,80	-				
Material Rodovias		9.292,80	-				
DESPESAS ANTECIPADAS		126.456,00	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	- 30.331.493,32	- 237.167,42
Despesas Antecipadas		55.387,95	-	CAPITAL SOCIAL	5.1	- 500.000,00	- 500.000,00
		55.387,95	-	Capital Subscrito		- 31.000.000,00	- 1.000.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		727.368,22	-	Capital a Integralizar		30.500.000,00	500.000,00
IMOBILIZADO	3	684.740,55	-	RESERVA DE LUCROS	5.2	- 29.831.493,32	-
Imobilizado		696.397,59	-	Reserva Legal	5.2.1	- 1.504.737,53	-
Depreciação Acumulada		11.657,04	-	Reserva Retenção Lucros	5.2.2	- 28.326.755,79	-
INTANGÍVEL		42.627,67	-	PREJUÍZOS/ LUCROS ACUMULADOS		-	262.832,58
Intangível		45.104,00	-	Prejuízos Acumulados 2012			262.832,58
Amortização Acumulada		2.476,33	-				

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.

Luiz Carlos Bertotto
Diretor - Presidente
CPF nº 366.945.920/00

Rubens Lakuda
Diretor Técnico
CPF nº 001.814.630/91

Carlos Artur Hauschild
Diretor Adm e Financeiro
CPF nº 760.531.560/00

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		
RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	89.531.710,79	-
Prestações de Serviços	89.531.710,79	-
DEDUÇÕES DA RECEITA	11.853.282,38	-
PIS	552.755,36	-
COFINS	2.551.178,51	-
ISSQN	3.428.798,11	-
Isentos	5.044.402,70	-
Multipassagem	79.556,10	-
Isentados	196.591,60	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	77.678.428,41	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	28.313.541,75	-
Serviços de Terceiros PJ	1.137.410,74	-
Manutenção Conservação de Rodovia	10.592.983,84	-
Manutenção Conservação de Intalações	15.057.900,83	-
Convênios	1.479.558,02	-
Ressarcimento Usuários	45.671,82	-
Reembolso Usuários	16,50	-
RECEITAS DIVERSAS	24,60	-
Receitas Diversas	24,60	-
DESPESAS OPERACIONAIS	4.585.049,09	262.883,79
Despesas Administrativas	4.585.049,09	262.883,79
RECEITA ANTES DO MOVIMENTO FINANCEIRO	44.779.862,17	262.883,79
Receitas Financeiras	734.416,59	86,21
Despesas Financeiras	12.269,97	35,00
LUCRO ANTES PROVISÃO IRPJ E CSLL	45.502.008,79	262.832,58
Provisão IRPJ	11.312.077,31	-
Provisão CSLL	4.095.180,79	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.094.750,69	262.832,58

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.

Luiz Carlos Bertotto
Diretor - Presidente
CPF nº 366.945.920/00

Rubens Lattude
Diretor Técnico
CPF nº 001.814.630/91

Carlos Artur Hauschild
Diretor Adm e Financeiro
CPF nº 760.531.560/00

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2013

Fluxo de Caixa Operacional		2013	2012
Lucro Líquido		30.094.750,69	- 262.832,58
Despesas com Depreciação		11.657,04	
Despesas com Amortização		2.476,33	
Ajustes Exercícios Anteriores	-	424,79	
<u>Aumento/Diminuição do Ativo</u>			
Arrecadação das praças	-	5.310.141,35	
Adiantamentos	-	2.351,19	
Estoques	-	135.748,80	
Despesas antecipadas	-	55.387,95	
<u>Aumento/Diminuição do Passivo</u>			
Obrigações trabalhistas		326.597,29	53.594,48
Fornecedores		4.141.590,09	
Obrigações Fiscais		23.593.352,36	15.940,98
Provisões		559.545,34	
Caixa Líquido Atividades Operacionais		53.225.915,06	- 193.297,12

Fluxo de Caixa Investimentos			
Aquisição de imobilizado	-	696.397,59	
Aquisição de intangível	-	45.104,00	
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	-	9.217.650,15	
Caixa Líquido Atividades Investimentos	-	9.959.151,74	-

Fluxo de Caixa Financiamentos			
Novos Empréstimos			
Amortização de Empréstimos			
Integralização de Capital			500.000,00
Caixa Líquido Atividades Financiamentos	-		500.000,00

Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	43.266.763,32	306.702,88
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	306.702,88	-
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	43.573.466,20	306.702,88

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.

Luiz Carlos Bertotto
Diretor - Presidente
CPF nº 366.945.920/00

Rubens Lahude
Diretor Técnico
CPF nº 001.814.630/91

Carlos Artur Hauschild
Diretor Adm e Financeiro
CPF nº 760.531.560/00

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

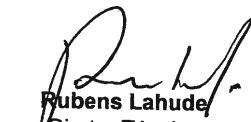
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2013

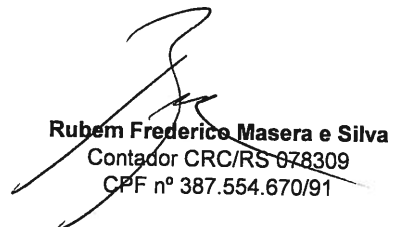
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2011	-	-	-	-	0,00
Integralização	500.000,00				500.000,00
Ajuste exercício anterior	-	-	-		0,00
Lucro líquido exercício	-	-	-	-262.832,58	-262.832,58
Destinação :					
- Reserva legal	-	-	-		0,00
- Reserva estatutária	-	-	-		0,00
Saldo em 31.12.2012	500.000,00	0,00	0,00	-262.832,58	237.167,42
Ajuste exercício anterior				-424,79	-424,79
Lucro líquido exercício				30.094.750,69	30.094.750,69
Destinação :					
Reserva Legal		1.504.737,53		-1.504.737,53	0,00
Reserva Retenção Lucros			28.326.755,79	-28.326.755,79	0,00
Saldo em 31.12.2013	500.000,00	1.504.737,53	28.326.755,79	0,00	30.331.493,32

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.


Luiz Carlos Bertotto
Diretor - Presidente
CPF nº 366.945.920/00


Carlos Artur Hauschild
Diretor Adm e Financeiro
CPF nº 760.531.560/00


Rubens Lahude
Diretor Técnico
CPF nº 001.814.630/91


Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS-078309
CPF nº 387.554.670/91

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e o presente relatório da administração: **A Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR** é uma empresa pública, vinculada à SEINFRA, criada para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Ela foi criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012), com o objetivo de administrar as estradas pedagiadas do Estado, transformando todos os pedágios em comunitários e, com isso, garantindo a queda dos valores das tarifas. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo de Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. A partir do processo de diálogo com a sociedade sobre o modelo de gerenciamento das estradas a EGR recebeu contribuições de diversos segmentos, inclusive do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS), através de sua câmara temática, com sugestões destinadas a garantir estradas de qualidade, mobilidade social e escoamento da produção. Ao longo do ano de 2013, ano de encerramento dos contratos de concessão, as rodovias federais pedagiadas passam a ter sua administração sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e as rodovias estaduais passaram a ser, gradativamente, gerenciadas pela EGR. A exceção da praça de pedágio de Farroupilha que foi extinta. O novo modelo consolidado tem como diferencial a redução do valor das tarifas, a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta prévia às comunidades para definição das prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as estradas, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação. O balanço do primeiro ano de operação EGR revela que cerca de R\$ 15 milhões já foram revertidos em manutenção e obras imprescindíveis à segurança dos usuários, sendo que a meta é utilizar 80% dos recursos nas rodovias. Esse percentual é suficiente para manter a malha viária, seus serviços e ainda investir na estrada.

Recuperação e restauro das rodovias ERS-122, RSC-287, ERS-240, RSC-453, ERS-130, ERS-129 e ERS-235: Em 2013, a EGR lançou para obras de recuperação e restauro de um total de 678,38 quilômetros. O valor somado desses obras é de cerca de R\$ 158 milhões.

Manutenção rodoviária de rotina: Roçada, capina, corte e poda de árvores, instalação de placas, tapa buraco e recuperação de *guard rail*, num total de pouco mais de R\$ 12,4 milhões (valor anual).

Construção de passarela em Parobé: A construção de uma passarela sobre a ERS-239 em Parobé que será concluída em março de 2014.

Recuperação de pavimento nas rodovias ERS-130, ERS-135: As obras nos trechos da ERS-130 em Lajeado e da ERS-134 entre Passo Fundo e Coxilha já foram executadas, totalizando 16,6 quilômetros recuperados. O custo somado é de pouco mais de R\$ 4,1 milhões.

Acesso provisório à UFFS, na ERS-135, em Erechim: A EGR lançou edital para a construção, implementação e pavimentação de acesso provisório à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) na ERS-135 em Erechim. A obra está suspenso por questões ambientais.

Manutenção e conservação de sinalização horizontal e dispositivos de segurança: A EGR executou obras de manutenção e conservação da pintura e inclusão de tacha e tachões.

Fornecimento de placas de sinalização horizontal: Execução permanente.

Manutenção da ponte sobre o Arroio Cadeia, na ERS-122: Obra executada.

Recuperação do aterro e acostamento na rodovia ERS-240: As obras de recuperação do aterro e do acostamento nos quilômetros 18 e 19 da rodovia já foram executadas.

Serviço de tapa buraco nas rodovias ERS-122, ERS-129, ERS-130, ERS-240 e RSC-453: As obras já foram executadas.

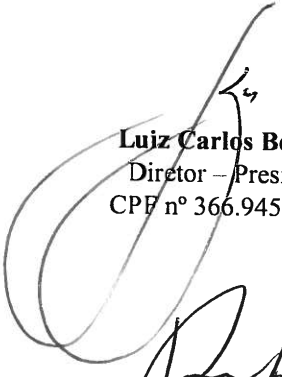
Convênios: A EGR assinou convênios com o Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Estado e com o Detran, para atendimento de resgate e salvamento de vítimas com lesão corporal em acidentes de trânsito e para remoção de veículos com pane mecânica.

Educação para Segurança no Trânsito: A iniciativa, que faz parte do programa promovido pela ONU para a Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito, realiza atividades educativas, campanhas de conscientização e ações de fiscalização.

Criação dos COREPES: o Conselho de Administração da EGR aprovou o modelo a ser adotado para a implantação dos Conselhos Comunitários das Regiões das Rodovias Pedagiadas, os Corepes. Serão oito Conselhos, nos quais as comunidades terão participação decisiva nas políticas e nas decisões sobre prioridades quanto a investimentos e conservação das rodovias.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.

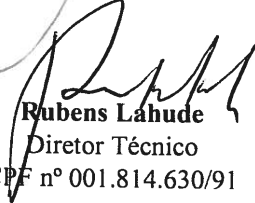
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.



Luiz Carlos Bertotto
Diretor – Presidente
CPF nº 366.945.920/00



Carlos Artur Hauschild
Diretor Adm e Financeiro
CPF nº 760.531.560/00



Rubens Lahude
Diretor Técnico
CPF nº 001.814.630/91



Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR – é uma empresa pública de capital fechado controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, mediante autorização da Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012, vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística – SEINFRA – e regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012. A EGR sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A empresa tem sede e foro na cidade de Porto Alegre podendo criar escritórios regionais no Estado do Rio Grande do Sul e possui prazo de duração indeterminado.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referente às aplicações financeiras (SIAC) são registrados mensalmente como receita financeira.

2.3. Regime de contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência

2.4. Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

2.5. Imobilizado

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

2.6. Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor.



3. Imobilizado Recebido das Concessionárias

Os bens recebidos pela EGR, originários do patrimônio das Concessionárias responsáveis pelas praças de pedágio, foram transferidos no exercício de 2013, sem especificação de valor, estão os mesmos sendo analisados, classificados e avaliados por comissão técnica especialmente designada e serão incorporados posteriormente ao patrimônio da EGR, por essa razão não figuraram no imobilizado da empresa

4. Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

O ISSQN devido pela EGR sobre a prestação de serviços é mensalmente registrado em conta do passivo circulante mas não ocorreu pagamento em 2013 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 3.428.798,11, foram registrados no passivo.

5. Patrimônio Líquido

5.1. Capital Social

O capital social é de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais), dividido em trinta e um milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013.

5.2. Reservas de lucros

5.2.1. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

5.2.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente do lucro líquido dos exercícios, após as destinações legais.

5.2.3. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes de exercícios anteriores, efetuados com fundamento na Lei 6.404/76, Art. 186, parágrafo 1º, cuja soma é de R\$ 424,79.

6. Remuneração dos investidores

Os Juros sobre Capital Próprio foram calculados com base no Patrimônio Líquido e na TJLP fixada pelo Conselho Monetário Nacional trimestralmente. Nos quatro trimestres de 2013 a TJLP foi fixada em 5%.

7. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da EGR nos processos judiciais pendentes na data do balanço. A EGR responde por 23 processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível.

Os processos são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: *perda remota*, *perda possível* e *perda provável*. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

1* *perda provável* = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa

2* *perda possível* = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa



3* perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

7.1 Perdas possíveis – não provisionadas

Em 31.12.2013, os valores dos 23 processos judiciais, foram avaliados como sendo de grau de risco de perda possível e não provisionados, sendo estimados em valor mínimo total de R\$ 108.247,01 mil, como segue, de acordo com a natureza das ações:

Processo Judicial	No. Processo	Valor demanda
Ações cíveis	18	71.943,01
Reclamações Trabalhistas	4	35.000,00
Ações tributárias	1	1.304,00
TOTAL	23	108.247,01

8. “Medida Provisória nº 627 - Impactos

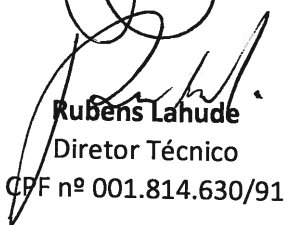
Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que dentre outras providências, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT). Com vigência a partir de 2015, mas com opção de adoção antecipada para 2014.

A Administração da Empresa, com base no conhecimento de seus negócios, das operações realizadas e data do início de suas operações considerando sua melhor interpretação do atual texto da referida Medida Provisória, avaliou e concluiu que a implementação, antecipada ou não, das medidas contidas na referida MP, não ocasionaria impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

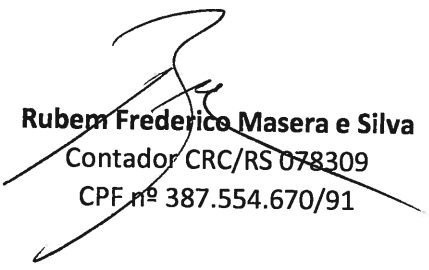
Outrossim, considerando a elevada quantidade de emendas já propostas, o texto original até sua conversão em Lei poderá ser alterado substancialmente, sujeitando possível revisão de nossas atuais conclusões.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.


Luiz Carlos Bertotto
Diretor – Presidente
CPF nº 366.945.920/00


Rubens Lahude
Diretor Técnico
CPF nº 001.814.630/91


Carlos Artur Hauschild
Diretor Adm e Financeiro
CPF nº 760.531.560/00


Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

**Companhia Estadual de Geração e
Transmissão de Energia Elétrica
CEEE - GT**

**Companhia Estadual de Distribuição
de Energia Elétrica
CEEE - D**

**Companhia Estadual de Energia
Elétrica Participações
CEEE - Par**

